

# UM PROBLEMA COTIDIANO

Jornalismo e violência  
contra a mulher no Brasil

BRUNO SOUZA LEAL  
CARLOS ALBERTO DE CARVALHO  
ELTON ANTUNES  
(ORGANIZADORES)





# UM PROBLEMA COTIDIANO

Jornalismo e violência  
contra a mulher no Brasil

BRUNO SOUZA LEAL  
CARLOS ALBERTO DE CARVALHO  
ELTON ANTUNES  
(ORGANIZADORES)



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida  
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

## **FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis  
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Coordenadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques  
Sub-Coordenador: Eduardo de Jesus

### **SELO EDITORIAL PPGCOM**

Bruno Souza Leal  
Nísio Teixeira

### **CONSELHO CIENTÍFICO**

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB   UFBA)	

---

[www.seloppgcom.fafich.ufmg.br](http://www.seloppgcom.fafich.ufmg.br)

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar  
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901  
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 Um problema cotidiano [recurso eletrônico]: jornalismo e violência contra mulher no Brasil / Bruno Souza Leal, Carlos Alberto de Carvalho, Elton Antunes. – Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-54944-38-4

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Mulheres – Condições Sociais – Brasil. I. Leal, Bruno Souza, 1968-. II. Carvalho, Carlos Alberto de, 1966-. III. Antunes, Elton, 1966-.

CDD 305.420981

Elaborado por Maurício Armormino Júnior – CRB6/2422

**CRÉDITOS DO E-BOOK**

© PPGCOM/UFMG, 2020.

**CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Atelier de Publicidade UFMG

Bruno Guimarães Martins

**COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO**

Daniel Melo Ribeiro

**DIAGRAMAÇÃO**

Lucas Henrique Nigri Veloso



# | Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	9
<b>AGRADECIMENTOS</b>	13
<b>CAPÍTULO 1</b>	17
<b>Narrativas de um problema cotidiano - o testemunho jornalístico da violência de gênero sob diferentes perspectivas</b>	
Bruno Souza Leal	
Carlos Alberto de Carvalho	
Elton Antunes	
<b>CAPÍTULO 2</b>	45
<b>Cobertura jornalística da violência de gênero – aproximações a uma realidade complexa</b>	
Bruno Souza Leal	
Carlos Alberto de Carvalho	
Elton Antunes	
<b>CAPÍTULO 3</b>	65
<b>A violência de gênero nas páginas de dois jornais impressos mineiros</b>	
Bárbara Caldeira	
Igor Lage	
José Henrique Pires Azevêdo	
Rafael José Azevedo	
<b>CAPÍTULO 4</b>	81
<b>Desdobramentos da violência de gênero sobre o texto televisivo: um estudo de três telejornais</b>	
Gabriela Filippo	
Felipe Borges	
José Tarcísio Oliveira Filho	
<b>CAPÍTULO 5</b>	101
<b>Jornal da Itatiaia: violência contra mulher em fragmentos cotidianos</b>	
Helena Antunes	
Atos Barbosa	
Bruno Souza Leal	

CAPÍTULO 6	117
<b>Violência contra mulher em portais de notícias: (des)continuidades narrativas na cobertura jornalística</b>	
Dalila Coelho	
Isabelle Chagas	
Patricia Prates	
Carlos Alberto de Carvalho	
CAPÍTULO 7	139
<b>Jornalistas e suas percepções sobre a cobertura da violência de gênero</b>	
Verônica Soares da Costa	
Phellipy Jácome	
CAPÍTULO 8	159
<b>Narrativas de homens autores de violência contra mulheres: pistas para compreensão de um fenômeno mais amplo</b>	
Isabelle Chagas	
Felipe Viero K.M. Mendonça	
José Henrique Pires Azevêdo	
CAPÍTULO 9	179
<b>Entrevistas com mulheres vítimas de violência</b>	
Bárbara Caldeira	
Juliana Soares	
CAPÍTULO 10	201
<b>Desafios metodológicos à pesquisa sobre gênero e Comunicação: reflexões a partir de narrativas de um problema cotidiano</b>	
Bruno Souza Leal	
Carlos Alberto de Carvalho	
Elton Antunes	
<b>GLOSSÁRIO</b>	217
<b>SOBRE OS AUTORES</b>	223



## | Apresentação

Este livro resulta de um percurso de pesquisa que durou sete anos, com início em 2012. Intitulada “Narrativas de um problema cotidiano: crimes de proximidade e o testemunho jornalístico”, a pesquisa foi desenhada para durar inicialmente três anos e atendeu à chamada da Secretaria Especial das Mulheres da Presidência da República do Brasil (governo Dilma Roussef), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A ambição da pesquisa, desde seu início, foi dupla: refletir sobre o Jornalismo e Comunicação e sobre as Relações de Gênero no Brasil, em suas especificidades e nas suas potenciais fricções. O volume de dados obtidos, adequações operacionais e desafios metodológicos, além da complexidade do tema, fizeram com que a pesquisa se estendesse para além dos três anos inicialmente pensados, num processo marcado pelo intenso envolvimento da equipe de pesquisadoras e pesquisadores. Ao longo desse tempo, recebemos apoio do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), desenvolvemos parcerias com instituições e pesquisadoras e pesquisadores nacionais e internacionais e, especialmente, nos deparamos com uma realidade complexa, desafiadora e que impactou, de diferentes modos, o conjunto das pesquisadoras e dos pesquisadores.

Nesse período, a equipe sempre foi composta, seja por participação permanente, ou de acordo com a duração das respectivas atividades formativas (Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado) por mulheres e homens, de diferentes orientações sexuais e origens sociais. Mais do que a simples participação em um projeto de pesquisa, para muitas pessoas tratou-se de oportunidade para melhor compreender suas próprias vivências afetivas, sexuais e identitárias. E, por que não, momento privilegiado de militância intelectual contra as diversas modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres, de reflexão sobre masculinidades e relações de gênero, estendendo-se também para os desafios políticos e de reconhecimento de direitos enfrentados também pela população LGBTI.

Da pesquisa “Narrativas de um problema cotidiano” resultaram produções docentes e discentes, individuais ou em parcerias docentes-docentes, discentes-discentes e docentes-discentes, como artigos apresentados em congressos científicos, publicados em livros e revistas qualificadas, relatórios de pesquisa, uma dissertação de mestrado já concluída, uma tese de doutorado em andamento e uma grande quantidade de reuniões de trabalho. As leituras, da fase de preparação para a coleta de dados às etapas finais de produção e edição dos artigos aqui reunidos, incluíram temas e áreas de conhecimento múltiplas, com o objetivo de permitir melhor compreensão do tema central: modos como as violências físicas e simbólicas contra mulheres em relações de proximidade e confiança social são objeto de cobertura jornalística por mídias impressas, televisão, rádio e internet. Além de literatura sobre Comunicação Social, Jornalismo, Relações de Gênero, Feminismos, Masculinidades, Violência, Confiança Social e Crimes contra Mulheres, constitutivas dos conceitos fundantes da pesquisa, foram fundamentais textos sobre Metodologia de Pesquisa, Ética na Pesquisa, Entrevistas com Informantes e outros temas que pudessem enriquecer o percurso da investigação. Sociologia, Filosofia, Direito, Teorias da Narrativa e História foram algumas das tradições de conhecimento às quais recorremos. Ao seu modo, cada área ou subárea de conhecimento permitiu cotejamentos e diálogos que nos auxiliaram a rever algumas abordagens

teóricas já insuficientes para a explicação da complexidade dos fenômenos que nos desafiavam, assim como corrigir vícios e limitações dos aportes metodológicos.

As discussões coletivas constituíram certamente os momentos mais produtivos ao longo dos sete anos de pesquisa, não somente pelo compartilhamento de dúvidas e contribuições individuais para os rumos da investigação, como também pelo convívio respeitoso e pela oportunidade de formação e/ou fortalecimento de laços de amizade e afetos. Pela natureza difícil da temática, que envolve dor física e simbólica de mulheres vítimas de violências e assassinatos, as reuniões foram também momentos de reflexão e reconhecimento de inserções de mulheres e homens participantes da pesquisa nas dinâmicas sob investigação.

A realização das entrevistas com profissionais jornalistas, com mulheres vitimizadas e com homens autores de violências contra mulheres constituíram momentos privilegiados e decisivos para melhor compreensão dos fenômenos sob investigação. Para além do que era possível apreender das discussões teóricas e metodológicas, as entrevistas nos colocaram em contato direto com as dinâmicas sob escrutínio, em suas múltiplas facetas e modos de experiências. As entrevistas com mulheres vitimizadas e o acompanhamento de ações da rede institucionalizada de apoio a elas, sob responsabilidade das pesquisadoras da equipe, foram marcadas pelo desafio de estar face a face com o sofrimento, da sensação de impotência diante das opressões, mas também das estratégias de enfrentamento e sobrevivência diante do horror.

Vale registrar que quando a pesquisa teve início o Brasil ainda não possuía legislação específica para punição de crimes contra mulheres. A então presidenta Dilma Roussef promulgou a Lei 13.104, em 9 de março de 2015, que tipifica como hediondos os crimes contra mulheres, conhecida como Lei do Femicídio. Até aquela data a diretriz legal mais diretamente concernente às mulheres era a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, voltada à prevenção de crimes e violências contra mulheres. A aprovação das duas leis enfrentou resistências por parte de amplos setores conservadores da sociedade brasileira e não é mera coincidência que tenham sido afinal

aprovadas e promulgadas por governos identificados com as reivindicações de grupos sociais tradicionalmente negligenciados pelos poderes públicos.

Os artigos que compõem este livro representam, por consequência, bem mais do que o relato acadêmico-científico de alguns resultados do projeto “Narrativas de um Problema Cotidiano”, pois refletem experiências e experimentações de pesquisa que envolveram afetos, afetações e vivências coletivas marcadas pelo engajamento e compromisso com a superação desse grave problema sociocultural que são as violências físicas e simbólicas contra mulheres, não raro culminando em assassinatos, aqui entendidos a partir da lógica dos feminicídios. Por trás de algumas estratégias de escrita científica se encontram vivências marcantes, nem sempre possíveis de explicitação pelos modos de redação acadêmica. Nosso desejo é que a leitura do livro seja capaz de chamar atenção para o quanto de vida há em cada artigo, mesmo quando, paradoxalmente, tratam da morte e/ou de violências que negam a plenitude da existência humana.

\*\*\*

Sabemos que a linguagem é um potente marcador de gênero, particularmente na língua portuguesa, em que expressões no masculino são recorrentemente utilizadas em sua suposta universalidade, de que é paradigmática a palavra “homem” como sinonímica da espécie humana. Tentando evitar apagamentos e falsos universalismos, optamos, no limite do possível, evitar expressões masculinistas, o que às vezes requer recorrer às formas femininas e masculinas de designação (por exemplo, pesquisadoras e pesquisadores). A palavra “pessoa”, ou seu plural, aparece recorrentemente em substituição a “sujeito” ou a “sujeitos”, mantendo a potência de agir que está pressuposta, por exemplo, na expressão “sujeitos da pesquisa”.

\*\*\*

## | Agradecimentos

Os agradecimentos aqui manifestos são mais do que o registro protocolar de apoios recebidos ao longo da pesquisa. Eles expressam gratidão às pessoas e instituições que tornaram possível a concretização de uma pesquisa de proporções gigantescas, que mobilizou grande contingente de recursos humanos, materiais e de infraestrutura. Assim, nossa gratidão:

- ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento direto de duas etapas da pesquisa e pelas bolsas de produtividade em pesquisa, de Mestrado, de Doutorado, de Pós-Doutorado e de Iniciação Científica;
- à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelas bolsas de Mestrado e de Doutorado;
- à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), pelo financiamento de partes da pesquisa, por meio dos editais Universal e Pesquisador Mineiro, assim como pelas bolsas de Iniciação Científica,
- à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelas bolsas de pesquisa de seu programa institucional de Iniciação Científica;

- à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, pelos espaços físicos e infraestrutura utilizados para realização da pesquisa;
- às e aos discentes de Iniciação Científica e Apoio Técnico que participaram das diversas fases da pesquisa: João Carlos Laia, Josué Victor dos Santos Gomes, Helena Resende Antunes, Pedro Rafael Galvão Prata, Livia Campolina Araujo, Thaiane Carvalho Delfim Bueno, Luiza Galvão Oliveira, Patrícia Prates Costa, Ana Gonçalves Guerra, Gabriel Martins dos Santos, Atos Gabriel Ribeiro Barbosa, Henrique Jayme Rabelo Cunha, Matheus Henrique da Silva Salvino, Felipe Borges da Silveira, Nathalia Luiza Tameirão, Anna Alice Saliba Nogueira, Ana Carolina Marques Lage, Ariane Silva dos Santos, Beatriz Lobato da Silva, Gabriela Filippo, Isabella Melano, Isabelle Caroline Damião Chagas, José Henrique Pires Azevêdo, Jullie Utsch, Laiza Monique Souza Alves, Luís Cunha, Marcela de Melo Carneiro, Maria Luiza Cunha da Silva, Mariana Rosalina Cordeiro da Silva, Nathália Alcântara, Nina Rocha Campos, Pedro Lucchesi e Widller Maciel;
- às doutorandas Bárbara Caldeira Lopes e Juliana Soares Gonçalves, participantes da pesquisa desde a realização do Mestrado e responsáveis pela condução dos contatos com as mulheres vítimas de violência entrevistadas para a pesquisa;
- ao professor José Tarcísio Filho, pela realização de contatos que viabilizaram algumas entrevistas com as mulheres vítimas de violência e pela participação na pesquisa simultaneamente à realização do doutorado;
- ao mestre José Henrique Pires Azevêdo, participante da pesquisa simultaneamente à realização do mestrado;
- à mestre Isabelle Caroline Damião Chagas;
- aos doutorandos Igor Lage Araújo Alves e Felipe Borges da Silveira;
- ao professor José Cristian Góes, pelo apoio no treinamento para as entrevistas com jornalistas;
- ao professor Felipe Viero Kolinski Machado e Mendonça;
- à professora Verônica Soares da Costa;

- ao professor Phellipy Pereira Jácome;
- ao professor Paulo Bernardo Ferreira Vaz, pesquisador associado, parceiro e interlocutor constante do projeto, inclusive em momentos chave do trabalho e na divulgação de resultados preliminares em congressos nacionais e internacionais;
- às pesquisadoras e aos pesquisadores do Nupeqs – Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Quotidiano e Saúde, vinculado ao Departamento de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).
- aos colegas do PPGCOM, em especial Carlos Mendonça e Ângela Marques, pelos momentos produtivos de diálogo e parceria.
- às e aos colegas do CECS/Universidade do Minho, em Portugal, e do Grupo de Pesquisa em Sociossemiótica da Universidade Complutense de Madrid, com quem compartilhamos questões, dúvidas e resultados parciais da pesquisa.
- às instituições de acompanhamento psicossocial para mulheres que foram vítimas de violência de gênero e de realização de grupos reflexivos com caráter psicoeducativo com homens autores de violências que nos auxiliaram na abordagem de diferentes pessoas dessa pesquisa; às nossas colaboradoras e aos nossos colaboradores de pesquisa, que em diálogos frutíferos tornaram possível parte fundamental dessa reflexão.





## CAPÍTULO 1

# Narrativas de um problema cotidiano - o testemunho jornalístico da violência de gênero sob diferentes perspectivas

BRUNO SOUZA LEAL

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

ELTON ANTUNES

### **Introdução**

Em fins de 2012 iniciamos o desenvolvimento de projeto de pesquisa que teve como objetivo investigar e refletir sobre as condições de emergência do testemunho na produção jornalística que trata da violência de gênero, particularmente dos crimes contra as mulheres. Essa pesquisa, que concluiu uma primeira etapa em 2014, acompanhou a cobertura jornalística sobre casos de violência contra as mulheres em 9 diferentes mídias informativas brasileiras, ao longo de 8 meses em 2013, coletando, indexando e armazenando em banco de dados mais de 600 notícias oriundas de jornais impressos, portais de web, telejornais e radiojornal. A partir de 2015, iniciou-se a segunda etapa da investigação, assegurando o desenvolvimento e complementação da análise pretendida, sob dois ângulos distintos. Primeiro, buscou-se observar os procedimentos narrativos e textuais das notícias reunidas no banco de dados, assim como verificar modos regulares e específicos de tratamento midiático

da violência contra as mulheres, seja no âmbito de uma mídia informativa peculiar, seja no conjunto de mídias acompanhadas. Segundo, confrontamos a percepção extraída dessa análise narrativa e textual com a de outros sujeitos sociais implicados na relação mídia e violência de gênero: por um lado, jornalistas, e por outro, pessoas que vivenciaram situações de violência, tanto vítimas como agressores. A partir da caracterização dessas diferentes perspectivas e do seu confronto, buscamos refletir sobre as condições de emergência do que chamamos “testemunho jornalístico” desses acontecimentos e suas implicações.

Em termos metodológicos, tanto o primeiro quanto o segundo momento têm caráter qualitativo. No primeiro, a coleta de material midiático se baseou numa combinação de procedimentos metodológicos distintos (como análise de conteúdo e a estratégia do “mês falso”), assentados na leitura e interpretação do material noticioso das mídias selecionadas e nos procedimentos de composição de um banco de dados suficientemente manejável de modo a propiciar análises posteriores, de caráter geral, de grupos específicos (compostos a partir de parâmetros diversos, como mídia e/ou abordagens, por exemplo) e de textos individuais. No segundo momento a pesquisa foi desenhada de maneira a realizar: a) a análise narrativa e textual das notícias do banco de dados; b) a investigação acerca da percepção dos jornalistas, que atuam nas mídias locais, sobre matérias jornalísticas que relatem mortes e outros acontecimentos relacionados à violência de gênero; c) o mapeamento indicial da percepção de indivíduos que têm histórico de relação com eventos de violência baseada em gênero. Para tal realizamos, de forma articulada, os seguintes movimentos: 1) aprofundamento da análise do tratamento realizado pelas mídias selecionadas da violência contra a mulher, em suas especificidades e de modo contrastivo; 2) investigação das estratégias empregadas por jornalistas profissionais para recolher, interpretar e narrar acontecimento de violência contra mulher em veículos informativos; 3) análise indicial de como mulheres vitimizadas e homens agressores apreendem a violência contra a mulher, possibilitando-nos melhor matizar o testemunho jornalístico desses acontecimentos.

Por se tratar de proposta de investigação que demandou relativa complexidade logística e tempo alargado para execução, a pesquisa

contou com uma equipe baseada na coordenação de quatro pesquisadores seniores, professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG; duas discentes do mestrado, posteriormente doutorandas; um doutorando; um pós-doutorando; mais de 30 bolsistas de iniciação científica PIBIC/CNPq/Fapemig/IC-voluntário, sempre discentes de graduação em Comunicação/UFMG, em diferentes momentos da formação. Acompanharam ainda os trabalhos, de forma não sistemática, estudantes de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado e colegas do PPGCOM/UFMG, que participaram de momentos específicos de discussão de temas, conceitos e procedimentos metodológicos. A equipe foi intencionalmente heterogênea, sendo composta por mulheres e homens de diferentes faixas etárias, orientações sexuais, nível social e de formação, de modo a abrigar visões e experiências distintas e se alimentar delas. Ao longo dos anos, essa heterogeneidade comportou flutuações, no ritmo dos diferentes processos de permanência e inserção especialmente de estudantes na Universidade.

Em momento inicial da pesquisa, para o trabalho de levantamento, contato e realização de entrevistas com pessoas vinculadas às instituições de atendimento, apoio e acolhimento às mulheres vítimas de violência, foi formalizado um protocolo de cooperação com o NUPEQS – Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Quotidiano e Saúde, vinculado ao Departamento de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Em momentos posteriores, a pesquisa contou com as parcerias com uma instituição que oferece acompanhamento psicossocial para mulheres que foram vítimas de violência de gênero, administrada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e com uma ONG responsável pela realização de grupos reflexivos com caráter psicoeducativo com homens autores de violências contra mulheres apenados pela Lei Maria da Penha. Além deles, resultados parciais e discussões teóricas e metodológicas foram compartilhados e desenvolvidos com pesquisadoras e pesquisadores do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, em Portugal, e do Grupo de Investigação em Sociossemiótica da Universidade Complutense de Madri, na Espanha.

## Metodologia da pesquisa

A investigação da pesquisa no seu conjunto estruturou-se em 4 etapas:

### a) *Fase 1: coleta e indexação de material noticioso*

A fase inicial da pesquisa se iniciou em 2013 e envolveu 9 mídias informativas, escolhidas a partir de duas variáveis quanto ao alcance: mídias regionais de importância em Minas Gerais (rádio *Itatiaia*, jornais *Estado de Minas* e *Super Notícias* – atualmente o periódico de maior tiragem média diária no Brasil –, o portal de notícias e variedades *UAI* e os telejornais *Jornal da Alterosa 2ª Edição* e *Balanço Geral*, da Record) e mídias de alcance nacional (*Jornal Nacional*, da TV Globo – telejornal brasileiro de maior audiência – e portais de notícias e variedades *UOL* e *G1*). A variedade de mídias inclui perfis populares<sup>1</sup> e jornalismo de referência<sup>2</sup>, permitindo um retrato o mais variado possível dos modos como são narrados acontecimentos que envolvem crimes de proximidade contra mulheres e uma noção aproximada do problema no Brasil.

Tendo por referência experiências anteriores com a coleta de dados, desenvolvida a partir da revisão da metodologia de análise de conteúdo (BAUER, 2010; LEAL, ANTUNES E VAZ, 2012; LEAL, CARVALHO, 2012), realizamos diferentes procedimentos metodológicos. Inicialmente, elaboramos e testamos a ficha de coleta de dados, verificando aspectos operacionais e de sua codificação, adequação e capilaridade frente aos textos jornalísticos. Em seguida, organizamos exercícios de nivelamento das pessoas componentes da equipe, de manuseio e aplicação da ficha e de operacionalização dos procedimentos de coleta.

---

1 A definição de mídia popular se limita, no escopo da pesquisa, às mídias informativas voltadas prioritariamente para as chamadas classes populares (C e D, na definição técnica) e que adotam linguagem jornalística que privilegia imagens, textos verbais curtos e formato tabloide, no caso dos impressos; e que adotam linguagem informal, imagens que simulam proximidade com o cotidiano da audiência no caso dos programas televisivos.

2 Reconhecemos o caráter impreciso e mesmo polêmico da noção de “jornalismo de referência” e utilizamos o termo em sentido bastante limitado: o jornalismo praticado por mídias informativas de alcance nacional e grandes conglomerados empresariais e que se torna, por essa razão, mais propenso a ser replicado por outras mídias ou em conversações cotidianas.

Para o estabelecimento da sistemática de coleta optamos pela metodologia do “mês falso”, em que as mídias foram acompanhadas por 4 semanas distintas, ao longo de quatro ou cinco meses, objetivando seguir a regularidade do agir midiático. A coleta, ao todo, compreendeu dois “meses falsos”, ou seja, oito semanas ao longo de nove meses de trabalho. Nesse sentido, mês a mês as atividades de coleta foram assim organizadas: semana 1: coleta; semana 2: discussão acerca dos procedimentos, dúvidas e achados; semana 3: lançamento do material no banco de dados<sup>3</sup>; semana 4: organização da equipe e preparação para a coleta seguinte.

b) *Fase 2: análise quantitativa e qualitativa do material coletado entre maio e novembro de 2013 - a cobertura noticiosa de acontecimentos que envolvem crimes de proximidade contra mulheres.*

Essa etapa visou compreender nos relatos jornalísticos a dinâmica de construção das narrativas tendo em conta os processos de violência envolvidos, a percepção das pessoas implicadas, a maneira como reportar os eventos, as dimensões ético-morais acionadas, os campos semânticos que emergem em torno das narrativas dos crimes relativos às circunstâncias, motivações, causalidades, consequências (crimes de paixão? Associados a perda de controle emocional? Sem histórico das agressões? Relativos a espaços domésticos? Mulher como vítima? Etc.). Objetivou-se, nesse movimento, propiciar a experiência de análise e reflexão por parte de discentes de graduação e pós-graduação, em formação como pesquisadoras e pesquisadores, e ao mesmo tempo apreender algumas das particularidades encontradas ao longo da pesquisa empírica. Discentes dedicaram-se, em parceria e/ou individualmente, a estudos de caso (BRAGA, 2012; YIN, 2014), a partir de um conjunto de textos ou de matérias específicas. Os pesquisadores seniores dedicaram-se à análise inicial dos dados totalizados e das consequências possíveis a serem extraídas. Essas análises geraram artigos que foram apresentados em diferentes encontros científicos. Assim, adotamos, nesse momento,

---

<sup>3</sup> Optou-se pela contratação de um serviço online de banco de dados, passível de ser acessado, via senha, de qualquer computador com acesso à internet, e com capacidade de armazenamento de textos, imagens e sons em diferentes formatos.

três estratégias de aproximação ao material noticioso: 1) caracterizações gerais, a partir dos indexadores do banco de dados. Esse caminho possibilitou a observação de recorrências e regularidades no conjunto amplo do *corpus*, como os acontecimentos mais reportados e as personagens (agressor, vítima, polícia etc.) que são apresentadas como protagonistas na notícias; 2) caracterizações por grupos de textos, basicamente por mídia específica (TV, rádio, *web*, impresso) ou por mídia noticiosa particular (*Estado de Minas*, *SuperNotícias* etc.), que permitiram observar como a violência de gênero e seus acontecimentos são modalizados na particularidade desse ou daquele veículo, associado ou não a seus concorrentes diretos; 3) caracterizações de narrativas específicas, que chamaram a atenção ou por sua peculiaridade ou por serem indicadoras de modos regulares de tratamento da violência de gênero. O esforço, nesse caminho analítico, foi observar, na superfície textual das notícias, tensões, contradições e os modos como se materializavam escolhas editoriais e de abordagem. Todos esses caminhos analíticos foram discutidos conjuntamente e, quando cotejados com os demais, permitiram ao conjunto da equipe perceber de modo mais sensível e preciso diferenças e aspectos comuns no agir midiático.

c) *Fase 3: Investigação acerca da percepção de jornalistas, que atuam nas mídias locais, sobre matérias jornalísticas que relatam mortes e outros acontecimentos relacionados à violência de gênero.*

Essa etapa visou compreender a dinâmica de construção dos relatos tendo em conta os processos de violência envolvidos, a percepção das pessoas implicadas, a maneira como se busca reportar os eventos, as dimensões ético-morais acionadas, os campos semânticos que emergem em torno das narrativas dos crimes relativos às circunstâncias, motivações, causalidades, consequências, (Crimes de paixão? Associados à perda de controle emocional? Sem histórico das agressões? Relativos a espaços domésticos? Mulher como vítima? Etc.). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e em profundidade (DENZIN, 2001; MARRADI; ARCHENTI; PIOVANI, 2007) com pelo menos uma ou um jornalista de cada um dos nove veículos escolhidos que tenha produzido matérias abordando acontecimentos relacionados à violência contra

mulheres. As 9 entrevistas foram semiestruturadas e buscaram levantar elementos para compreensão de dimensões ético-morais, atitudes e sentimentos de profissionais no trabalho de configurar o relato desses acontecimentos.

As entrevistas foram realizadas individualmente ou em dupla por bolsistas de Iniciação Científica, que receberam, para isso, treinamento específico, através de experimentos laboratoriais conduzidos no grupo de pesquisa e da revisão e discussão coletiva de referências bibliográficas. Essa opção mostrou-se como um dos grandes acertos da pesquisa, uma vez que a atitude de jornalistas profissionais com discentes de graduação revelou-se mais aberta, menos defensiva e mais espontânea do que tradicionalmente ocorre quando a entrevista é conduzida por pesquisadoras e pesquisadores já titulados. Conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>4</sup>, foi garantido o anonimato das pessoas entrevistadas, elemento fundamental para que tensões e conflitos internos às redações pudessem, quando foi o caso, emergirem mais facilmente. Todas as entrevistas realizadas foram transcritas e estão acompanhadas por um “diário de campo” em que as entrevistadoras e os entrevistadores caracterizam o quadro e as condições em que tal interação se realizou. Foram realizadas entrevistas com profissionais das seguintes mídias/instituições: *Jornal Super Notícia*; *Jornal Estado de Minas*; *Portal G1*; *TV Globo*; *Rádio Itatiaia*; *TV Alterosa*; *Portal Uai/Estado de Minas*; *Programa Balanço Geral*; *Portal Uol*.

As entrevistas com as e os profissionais favorecem a compreensão daquilo que foi privilegiado ou apagado pelo modo particular como as notícias foram construídas, evidenciando elementos para compreensão dessas experiências e seu significado para jornalistas profissionais. A análise incidu no reconhecimento de temas e padrões, para dar a ver os diversos atravessamentos que perpassam as falas de tais profissionais, o que possibilitou o agrupamento de falas que se destacaram para reforçar ou refutar elementos típicos das relações de gênero e eventuais relações traçadas por esses profissionais. Com a leitura e análise do material observado, perceberam-se grupos de argumentos que foram

---

<sup>4</sup> Previsto no projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – COEP-UFMG Parecer n. 908.524, de 04/12/2014.

subdivididos, com fins didáticos e expositivos, que deram a ver certas posturas e opiniões sobre a cobertura, sobre relações de gênero e sobre a própria visão de jornalistas acerca da realidade. Foram quatro agrupamentos, denominados: argumentos de culpabilização; argumentos que banalizam a violência sofrida; argumentos que questionam a veracidade do discurso das vítimas; e argumentos que reconhecem a circulação de poder nas relações de gênero.

d) *Fase 4: Realização e análise de entrevistas e de acompanhamento de grupos de discussão com mulheres vítimas de violências e homens agressores.*

A partir de março de 2016, iniciamos o trabalho de realização das entrevistas com mulheres vítimas de violências, adiado até então devido às dificuldades de contato com possíveis entrevistadas, que inicialmente seria mediado por pesquisadoras da PUC-MG que não puderam continuar no projeto. Nesse momento objetivamos problematizar um sentido de testemunho jornalístico a partir de dois conjuntos de pessoas que, a princípio, apreenderiam tais episódios de modo distinto, verificando-se, ainda, o modo como essas histórias se inserem em seu cotidiano. Pretendemos envolver tanto pessoas da população feminina quanto masculina, considerando a dimensão relacional da noção de gênero e o que as pessoas implicadas nessas situações consideram mais relevante, a maneira como expressam sentimentos, nomeiam e interpretam no seu testemunho tais experiências, a violência sofrida e a praticada nas relações íntimo-afetivas e naquelas baseadas em confiança social, como forma de ampliar a compreensão dos elementos mobilizados em narrativas jornalísticas.

Propusemo-nos trabalhar com dois instrumentos de coleta de dados nesse âmbito. Um deles foi o acompanhamento e observação de reuniões de coletivos e grupos de discussão voltados em geral para algum tipo de trabalho terapêutico com pessoas implicadas em situações envolvendo violência contra mulher. O outro instrumento foi a entrevista individual, semi-estruturada e em profundidade com mulheres vítimas de agressão e homens autores de violência contra mulheres (HAV). A identificação dos coletivos foi feita a partir de levantamento e contato junto



a instituições e serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência e homens agressores. Na região metropolitana de Belo Horizonte diferentes iniciativas fazem parte da rede de combate e prevenção à violência de gênero, realizando trabalhos em grupos e/ou individualmente, tanto com mulheres quanto com homens, vítimas e agressores.

No planejamento das entrevistas com as mulheres que sofreram violência definimos que os encontros deveriam buscar apreender qual a percepção delas acerca da violência sofrida, em suas múltiplas dimensões, a partir do estímulo para que elas falassem de tal experiência. O objetivo foi montar uma amostra intencional, diversa em termos etários e condições socioeconômica, em que os critérios foram mulheres vítimas de violência de homens do seu convívio imediato, não necessariamente parceiros masculinos íntimos. Fizemos uma abordagem similar àquela realizada em pesquisas que buscam compreender o ponto de vista das mulheres vítimas de violência por parceiro íntimo (DEKEL; ANDIPATIN, 2016).

Definiu-se a realização de um treinamento para as pesquisadoras e os pesquisadores sobre pesquisa em profundidade (DENZIN, 2001; PIOVANI, 2007) e também que apenas as mulheres da equipe participariam dessa etapa, atuando em pares ou trios – uma entrevistando e outra (s) com o gravador de áudio e fazendo anotações. Os contatos foram conduzidos segundo um protocolo que previa, entre outros aspectos, um primeiro contato impessoal, via telefone, apresentando o grupo de pesquisa, para um levantamento de informações acerca da entrevistada. Todas as entrevistas foram realizadas em locais definidos pelas entrevistadas, que assinaram termo de consentimento, e sendo-lhes garantido o anonimato<sup>5</sup>. Todas as entrevistas foram transcritas e anexadas a um “diário de observação”, contextualizando a interação e as condições em que se realizou: impressões gerais, local, interferências, gestos, interrupções etc. Para a transcrição foram estabelecidos parâmetros gerais, com codificações indicativas de “marcas de gravação”, “marcas na fala da entrevistada”, “marcas na situação de entrevista”.

---

5 Tais protocolos foram exaustivamente discutidos e adotados tendo em vista a delicadeza das questões tratadas e mesmo aspectos de segurança, para as entrevistadas e as entrevistadoras.

Ao final, produzimos 12 entrevistas com mulheres vítimas de violência de gênero de diferentes níveis socioeconômicos, escolaridade, raça, idade e localização geográfica realizadas entre julho e agosto de 2016. Dessas, quatro foram selecionadas a partir de contatos feitos pelas próprias pesquisadoras e oito em um centro de acolhimento da Prefeitura de Belo Horizonte, que oferece acompanhamento psicossocial para mulheres que foram vítimas de violência de gênero. Realizamos ainda o acompanhamento de 4 reuniões/grupos de discussão da instituição com mulheres vitimadas. As mulheres que vão à instituição geralmente são encaminhadas pela Delegacia da Mulher ou por iniciativa própria. Lá recebem um primeiro atendimento, geralmente com a presença de uma psicóloga e uma assistente social. Neste primeiro momento, além de saber o contexto da agressão, as profissionais também buscam saber um pouco sobre a vida dessas mulheres e, com isso, definir o que vai ser melhor para elas a partir daquele momento, por exemplo ir para a casa de um familiar ou ser direcionada para um abrigo. A instituição mantida pela Prefeitura de Belo Horizonte também tem uma reunião semanal em grupo com as mulheres para falar sobre várias temáticas, como família, autoestima, Lei Maria da Penha, entre outros. Quatro desses encontros foram acompanhados pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores, nesse caso um homem e uma mulher. As técnicas conversaram com as mulheres participantes antes da entrada dos pesquisadores no grupo, explicaram a proposta e verificaram a adesão delas.

Verificamos que as mulheres entrevistadas estavam em contextos variados de violência física, sexual, patrimonial, psicológica e moral, dentre as quais as dimensões implicadas nas duas últimas formas mostraram-se mais complexas de serem reconhecidas, delimitadas e interpretadas. A partir dos relatos, foi possível perceber que a maioria das situações de violência ocorre no âmbito familiar. O Estado e as políticas públicas de proteção à mulher foram avaliados como pouco eficientes e negligentes. Ademais a isto, as entrevistadas acolhidas pela instituição que oferece acompanhamento psicossocial para mulheres que foram vítimas de violência de gênero apresentaram melhor capacidade de estruturar suas narrativas do que as demais, demonstrando a importância da rede de apoio às mulheres que sofrem violência e que a

estruturação do relato passa por um tipo de consciência acerca do que é violência de gênero. Foi possível perceber de que forma essas mulheres estruturam e interpretam as próprias experiências, elementos cruciais para posterior compreensão da cobertura midiática. Nota-se que a violência contra a mulher não se restringe a eventos pontuais, mas diz respeito a uma rede de agressões constituída política e socialmente e que se reflete em situações variadas, em especial naquelas que implicam em relações de confiança com os agressores.

No caso dos homens agressores, fizemos o acompanhamento de 7 reuniões de discussão de um posto de atendimento a homens agressores, no instituto que os acompanha na realização de grupos reflexivos com caráter psicoeducativo, sediado em Belo Horizonte, e a realização de 5 entrevistas em profundidade com homens agressores. Todos os entrevistados foram homens apenados por agressão a mulheres e indicados pelo referido instituto. De forma similar ao realizado nas entrevistas com mulheres, para a entrevista com os homens agressores só os homens do grupo de pesquisa participaram. Já as reuniões coletivas se deram na sede do instituto. O Instituto, organização não governamental, desenvolve, dentre outros programas, a realização de grupos reflexivos com caráter psicoeducativo, com homens autores de violência contra mulheres (HAV). A metodologia do instituto estabelece que os homens agressores participem de um grupo de discussão em 16 encontros semanais previstos como parte de penas e medidas alternativas estabelecidas pelo judiciário. Com cerca de duas horas de duração, os grupos discutem vários temas, como desigualdade de gênero, paternidade, resolução de conflitos e violência a partir das histórias de vida dos HAV. Foram seguidos os mesmos protocolos indicados anteriormente em relação às entrevistas com as mulheres vítimas de violência, quanto à forma de contato, realização das entrevistas, transcrição e relação com os informantes.

*e) Fase 5: Revisão teórica de matrizes conceituais estruturantes da pesquisa.*

No processo de discussão do grupo da pesquisa, retomamos a reflexão em torno de algumas noções percebidas como chaves para

proposição da investigação e, posteriormente, para a análise do material. Foram selecionados artigos e livros, alvo de leituras e discussões coletivas nas reuniões semanais da equipe de forma a consolidar a perspectiva teórico-analítica mais geral que alicerçava o trabalho. Destacam-se as discussões em torno dos seguintes eixos, considerados estruturantes para a pesquisa: feminicídios<sup>6</sup> e as mortes de mulheres no Brasil; crimes de proximidade e relação de confiança; jornalismo; e violências físicas e simbólicas. Algumas das reflexões também se deram por ocasião de eventos acadêmico-científico co-organizados pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores.

### **Análises e sistematização**

Desde o início da coleta de dados com as matérias jornalísticas até a realização das entrevistas organizou-se uma dinâmica de discussão sistemática de aspectos identificados como centrais a partir do noticiário e dos depoimentos. Neste livro, apresentamos caracterizações sobre a cobertura midiática e sobre as percepções de jornalistas, mulheres vitimizadas e homens agressores. Abaixo sintetizamos pontos importantes para reflexão, no cotejamento do material jornalístico e das entrevistas.

No recorte da pesquisa há dois modos possíveis de analisar como a interseccionalidade constitui problema em narrativas jornalísticas sobre violências contra mulheres em crimes decorrentes de proximidade e confiança social, tendo como referência as relações de gênero. As diferenças socioeconômicas, as classes sociais, as clivagens a partir de dimensões raciais e a sexualidade das mulheres agredidas, como ponto de partida, não constituem problema para a inteligibilidade dos casos narrados, exceto em situações de recusa de mulheres a terem relações sexuais com o agressor e que por essa razão foram assassinadas ou sofreram outras modalidades de violências. Mesmo nessas circunstâncias, não é possível perceber nas narrativas jornalísticas referências

---

<sup>6</sup> A literatura sobre os crimes específicos praticados contra mulheres em função de seu gênero adota também a denominação de femicídios, tal como encontramos em boa parte da literatura utilizada na produção dos artigos deste livro. Optamos pela utilização do termo feminicídio, assim como seu plural, considerando que a legislação brasileira sobre tais crimes assim os nomeia.

às tentativas de sexo forçado como estupro, inclusive o praticado no interior do casamento. Consequentemente, poderíamos simplesmente afirmar que a interseccionalidade está ausente das narrativas ou, no máximo, se insinua por situações como a referência a recusas de sexo forçado, permitindo, quando muito, levantar hipóteses sobre como as mulheres agredidas vivenciam suas sexualidades como parte das variáveis que podem ser determinantes para as violências de que são vítimas.

Se essa ausência insinuante da interseccionalidade constitui uma leitura possível das narrativas, outros recursos textuais nos permitem inferências mais consistentes, como eventuais fotografias, descrições dos locais dos crimes e falas das pessoas ouvidas nos relatos dos crimes. Relativamente às fotografias, até pela pequena exposição direta das mulheres assassinadas ou vítimas de outras violências, não é sempre possível saber se são brancas, negras, pardas etc., restando difícil tal identificação por outros recursos textuais. Portanto, a dimensão racial não faz problema como componente interseccional para as estratégias narrativas jornalísticas que tratam dos crimes contra mulheres. No que se refere ao nível socioeconômico e ao pertencimento a determinada classe social, as pistas são mais visíveis, especialmente pela indicação dos bairros onde residiam as mulheres. Sem dúvida, o recorte da pesquisa indica que as mídias jornalísticas analisadas privilegiam em suas narrativas crimes cometidos contra mulheres pertencentes a classes sociais de menor poder aquisitivo. No entanto, estão ausentes quaisquer abordagens que permitam entender as dinâmicas que tornariam tais mulheres vítimas preferenciais, ao menos para as mídias jornalísticas, de crimes de gênero, restando ainda dúvida se há orientação editorial para evitar notícias sobre essa modalidade de crimes quando perpetrados contra mulheres pertencentes a classes sociais de poder econômico elevado. Eventuais exceções ficam por conta de casos envolvendo mulheres já socialmente conhecidas, assassinadas no exterior ou cujas circunstâncias da morte ou outras formas de violência predominam sobre o critério de classe social.

Mais complexas são as dimensões da sexualidade como elemento constitutivo das motivações para os crimes. Se a recusa de ter relação sexual com o agressor não implica na explicitação pelas narrativas do

crime adicional de estupro, ou tentativa de, fica ao menos sugerido uma suposta obrigatoriedade da mulher em se submeter sexualmente, particularmente como dinâmica do matrimônio. Evidencia-se ainda nas narrativas o comportamento sexual moralmente desejável para as mulheres, segundo parâmetros heterossexuais de fidelidade ao homem e de procriação compulsória, de que é exemplo a noção de que mulheres que atendem tais requisitos “não mereciam morrer”. Parentes, vizinhas, vizinhos e policiais ouvidos nas narrativas são os responsáveis por trazerem à tona o não merecimento da morte para mulheres identificadas como boas mães, companheiras leais, trabalhadoras incansáveis e de reputação insuspeita. Como consequência da lógica brevemente descrita, as narrativas operam sinais de culpabilização das vítimas cuja sexualidade e demais dimensões comportamentais e de vivência social não estejam inscritas nos limites do supostamente desejável ou que tenham tentado impor a administração da própria sexualidade. Mulheres lésbicas ou bissexuais estão praticamente ausentes das narrativas jornalísticas, que não nos oferecem pistas sobre essas vivências da sexualidade entre as vítimas dos crimes.

Quando da realização da coleta de dados a Lei do Femicídio ainda não havia sido aprovada e pela leitura do conjunto de narrativas não se toma conhecimento da sua tramitação pelo Poder Legislativo. Assim, aspectos legais em casos de assassinatos contra mulheres estão circunscritos aos crimes de morte genericamente considerados. Por outro lado, a Lei Maria da Penha já estava em pleno vigor, atuando segundo lógicas de prevenção de crimes contra mulheres, com as penas previstas. Grosso modo, porém, a leitura do conjunto de narrativas não aponta para a predominância dos princípios legais e socioculturais que motivaram a Lei Maria da Penha como organizadores de inteligibilidade sobre dimensões jurídicas dos crimes contra mulheres, particularmente no que o dispositivo explicita como componentes de relações de gênero. Ocasionalmente a Lei é referida, porém muito mais pela negligência relativamente ao cumprimento dos seus princípios do que pela efetiva aplicação por parte dos diversos agentes do Estado que deveriam zelar por torná-la efetiva.

Desse modo, a leitura das narrativas jornalísticas permite notar como questões legais envolvidas nos crimes contra mulheres: 1) a Lei Maria da Penha está em vigor, mas não é suficiente para barrar crimes, dentre outras razões, pela necessidade de profundas mudanças culturais que superem as lógicas machistas, misóginas e patriarcais; 2) por razões que incluem o medo de retaliações, algumas mulheres se recusam a fazer denúncias, ou retiram acusações já formalizadas; 3) agentes policiais nem sempre estão preparados para aplicação dos dispositivos da Lei Maria da Penha, ou mesmo interessados em fazê-los valer nos registros de ocorrências; 4) diversos relatos de mulheres vítimas denunciam dificuldades de fazerem valer suas denúncias contra agressores por parte de agentes policiais e do judiciário; 5) há recusa por parte de agentes do judiciário de emissão de ordens restritivas contra homens agressores, sujeitando as vítimas à continuidade de agressões físicas e simbólicas diversas que, não raro, culminam em assassinatos.

As lógicas tradicionais que orientam as relações de gênero, como se percebe, estão consistentemente enraizadas e espriadas por diversos setores e atores sociais. Se elas são o pano de fundo que conduz homens às práticas de violências e assassinatos contra mulheres, estão também presentes nas ações de agentes policiais e do judiciário que obstaculizam a plena aplicação da Lei Maria da Penha.

As histórias de vida das mulheres vítimas de violências físicas e simbólicas, ao contrário do que se poderia supor, não constituem elemento central das narrativas jornalísticas analisadas. Mais do que indicar o predomínio do imperativo estatístico de casos que se somam na generalidade de violências que se acumulam e de mortes que se sucedem, temos o apagamento da existência das vítimas, que no caso dos assassinatos, representam o que podemos compreender como uma “segunda morte”, agora decretada pela cobertura jornalística. Ainda que pudessemos fazer o apelo fácil à impossibilidade de as vítimas de assassinatos contarem elas próprias as agruras vividas até a culminância na sua eliminação física, não estaria resolvido o problema do apagamento de suas histórias, passíveis de resgate a partir de depoimentos de pessoas que lhe foram próximas e queridas ao longo da vida. Substitui tais relatos possíveis, com poucas exceções, a fala policial que se limita a descrever, quase sempre superficialmente, o assassinato.

Quando as mulheres vítimas continuam vivas não há garantia de que a narrativa jornalística seja produzida por agentes interessados nas histórias de vida das sobreviventes. Outra vez temos o predomínio das falas de agentes policiais, desinteressados quanto às dinâmicas que culminaram nas violências, particularmente aquelas referentes às relações de gênero. Nos poucos casos em que as mulheres vítimas têm oportunidade de contar suas histórias, a mediação narrativa faz apelo mais aos aspectos que podem causar impacto emocional do que às relações de gênero implicadas.

Como consequência desse apagamento predominante das histórias de vida, pouca atenção é dada aos desdobramentos dos casos de violências e assassinatos para a vida das vítimas e das pessoas que lhe são próximas. Julgamentos de agressores e assassinos, confessos ou pressupostos, somente merecem atenção jornalística em nosso recorte quando as repercussões do próprio assassinato foram objeto de intensa cobertura noticiosa. Merecem citação os casos do assassinato de Eliza Samudio, que resultou na condenação do jogador de futebol Bruno, e da condenação do jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves pelo assassinato de sua companheira, também jornalista, Sandra Gomide. No primeiro caso, conhecido mais como referente ao “ex-goleiro Bruno”, especialmente na fase posterior ao julgamento e condenação, colocando em segundo plano a vítima, encontramos no recorte uma série de narrativas que tratavam das tentativas da defesa de Bruno de mudança de presídio e permissão para que ele retomasse as atividades de goleiro, com as indicações de clubes de futebol interessados em contratá-lo. Assim como Eliza Samudio e sua história de vida e morte, Sandra Gomide não constitui o foco das narrativas que tratam do julgamento e condenação de Pimenta Neves.

Uma exceção ao esquecimento quanto aos desdobramentos dos casos de violências sofridas pelas vítimas foi a cobertura, pelo portal *G1*, da perfuração dos olhos de Mara Rúbia Guimarães, operadora de caixa em Goiânia. O noticiário do portal voltou ao caso em diversas ocasiões, acompanhando o tratamento hospitalar e as primeiras ações judiciais contra o agressor, com falas de Mara Rúbia e da sua mãe. Menos do que identificar motivações editoriais que levaram à exceção da cobertura da



violência sofrida por Mara Rúbia, importa tomá-lo como exemplo de cobertura jornalística que poderia ser comum aos demais casos analisados, em seus desdobramentos centrados nas histórias de vida das mulheres vítimas de violência. No entanto, mesmo com seus desdobramentos, a cobertura não fornece elementos de inteligibilidade que permitam fazer visíveis as relações de gênero como motivação central para o crime.

Do que foi acima exposto, evidencia-se que as mulheres vítimas de violências físicas e simbólicas em crimes de proximidade e confiança social motivadas pelas relações de gênero tendem a ficar em segundo plano nas narrativas jornalísticas, por mais paradoxal que possa parecer tal dinâmica, considerando que não haveria o conjunto de notícias que coletamos se não houvesse mulheres vítimas. O paradoxo se explica, no entanto, quando observamos que 1) predominam falas policiais e de outros agentes na explicação dos assassinatos e das violências físicas e simbólicas sofridas pelas mulheres, em detrimento das suas próprias falas, quando possível, ou de pessoas de círculos íntimos que pudessem em nome delas melhor apresentá-las em suas características; 2) fotografias das mulheres vítimas dificilmente permitem uma percepção mais abrangente das suas características, seja pela reprodução somente do rosto, seja pela repetição de uma mesma imagem naqueles casos que mereceram mais de uma narrativa. Considerando que não raro é imperioso, por razões de segurança, não mostrar as vítimas, há narrativas que dão outros detalhes sobre as vítimas - como dados profissionais e indicação de local de residência - que podem expô-las; 3) não raro as mulheres vítimas são responsabilizadas pelas agressões sofridas, seja por critérios morais como o já referido quando da discussão sobre a lógica do “ela não merecia morrer”, seja por artifícios comportamentais.

Se essas são algumas modalidades de figuração das mulheres nas narrativas jornalísticas analisadas, os agressores tendem a receber tratamentos também padronizados que no limite, como no caso do ex-goleiro Bruno, beiram a sugestão de que o agressor é a vítima. Em linhas gerais, os homens agressores são figurados como quem agiu por motivações de defesa da honra, segundo a lógica dos crimes passionais, ainda muito presente no imaginário social e nas abordagens policiais. Em crimes

considerados de alto teor de violência a imagem de “monstro” atribuída ao agressor tende a encobrir a própria natureza violenta do crime praticado e, por extensão, das relações de gênero implicadas. Ainda encontramos em diversas narrativas explicações sobre os motivos dos crimes contra mulheres como resultantes de estados mentais alterados, seja por eventual surto psicótico, seja pelo uso abusivo de álcool e/ou drogas.

### **Sobre o testemunho e o testemunho jornalístico<sup>7</sup>**

Em que pesem algumas restrições ao uso do termo (DAS, 2011), o testemunho midiático vem se tornando expressão recorrente nos estudos em comunicação (ELLIS, 2009; FROSH; PINCHEVSKI, 2009a, 2014; FROSH, 2006; TAIT, 2011; LAGE, 2018), por articular uma visada dupla: por um lado, permite refletir sobre os aspectos político-interpretativos, contextuais, de confiança e crença (ASHURI; PINCHEVSKI, 2011) que envolvem a relação das mídias e do jornalismo (no que tange às mídias, seus processos peculiares e seus profissionais, como jornalistas) e os acontecimentos sociais. Por outro, constitui uma forma de apreender a relação dos públicos, das pessoas comuns, com as realidades apresentadas na TV, no jornal, no rádio, na internet etc. No primeiro caso, entram em questão os modos e processos em que uma experiência – jornalística e midiática – do mundo é transformada em texto, em narrativa, especialmente num contexto em que cada vez menos os grandes conglomerados midiáticos investem nas reportagens de campo, no envio de profissionais para coberturas *in loco* (RENTSCHLER, 2009).

O jornalismo aí pode ser apreendido tanto na condição de uma instância testemunhal quanto como uma narrativa que se constrói inscrevendo nos relatos a figura de informantes que testemunham – “depõem” sobre e “lembram-se” de – acontecimentos diversos. No segundo caso, o que vem recebendo mais atenção por parte das pesquisadoras e dos pesquisadores, busca-se apreender a experiência de quem interage com esses eventos-textuais que as mídias fazem circular. Se há, nesse caso,

---

<sup>7</sup> Parte das discussões apresentadas nessa seção foram sintetizadas e antecipadas no artigo “Os desafios de dizer”, publicado por Bruno Leal e Elton Antunes, em 2018, na revista Chasqui

um corte aparentemente intransponível entre os acontecimentos relatados e a vida das receptoras e dos receptores (pois as notícias remetem a eventos ocorridos em outro tempo, outro bairro, em outra cidade, em outro estado, país etc., ou seja, distantes de seus olhos e ouvidos), essa ruptura é ao menos contornada pela presença do texto midiático-noticioso no cotidiano das pessoas (ELLIS, 2000). Afinal, esses textos, essas narrativas, “acontecem” no aqui-agora da audiência, no momento e no espaço da recepção. Como observam Blondheim e Liebes (2009), sendo o testemunho midiático fundamentalmente um ato comunicativo, seu grande desafio é o da veracidade e da crença, pois é ela que possibilita a efetiva superação das descontinuidades intrínsecas aos processos de mediação.

Seja em relação à leitura dos acontecimentos pelas mídias, seja em relação à qualidade da experiência que seus textos propõem às receptoras e aos receptores, a reflexão acerca do testemunho midiático não desconsidera as tensões e conflitos aí presentes. Ao contrário: os tem como elementos importantes, considerados e explorados nos estudos e análises diversas. A importância do testemunho midiático da violência de gênero certamente é reconhecida por quem a pesquisa, que buscam lidar com seus limites. Ao mesmo tempo, há claros indícios de seus impactos na vida cotidiana, como notam estudos como os de Parente, Nascimento e Vieira (2009), que observam que as mídias têm um papel forte no estímulo à ação de mulheres vítimas de violência em buscarem ajuda médica, medidas de proteção e em desencadear processos de denúncia.

Mas o que é essa escrita midiática sobre a violência, algo que se vê ou se lê, que se consome? Ou também as dimensões testemunhais no jornalismo (e outros processos midiáticos) que lidam com o compromisso do “ouvir”, tão caro à reflexão acerca do testemunho nos contextos de acontecimentos traumáticos? Quais as tensões narrativas dessa circulação do sofrimento de mulheres assassinadas, de histórias reais que se veem nos relatos ligadas, religadas ou desligadas a outras histórias? Dessa forma, inquirir acerca dessa dimensão testemunhal, quando se trata das narrativas em torno desses acontecimentos violentos relacionados à problemática de gênero, nos permite indagar acerca dessas experiências indi-

viduais e coletivas não dissolvidas em formas narrativas cristalizadas mas pelo que possam dar a ver elementos da cotidianidade, inclusive ético-morais, fundamentais à construção do sentido social. Nessa perspectiva, refletir sobre as modalidades do testemunho midiático-jornalístico implica considerar não apenas uma notícia ou um conjunto delas, mas uma narratividade que tem como um dos seus agentes centrais a própria mídia noticiosa.

A percepção da violência, no material mediático recolhido, normalmente é tomada como uma realidade evidente. Mas como mostra Bufacchi (2013), é preciso se examinar o conhecimento que se tem acerca desse fenômeno. O argumento da experiência da violência, de que se sabe da violência por meio da experiência pessoal de sofrê-la, é uma das compreensões mais corriqueiras acerca do fenômeno. Mas, alerta Bufacchi, do ponto de vista epistemológico, essa forma, real, de conhecer a violência não é a única e talvez nem a mais importante: há que se desconfiar das próprias percepções e mesmo da compreensão que as próprias vítimas têm do ocorrido, como em alguns casos de violências conjugal ou doméstica. Desse ponto de vista, para se compreender a violência, mais que a pessoa que sofre a violência, é fundamental ter em mente a pessoa que narra a violência (Bufacchi, 2013), ouvir a história de quem sofreu tal violência. Nesse ponto ganha proeminência o deslocamento epistemológico do conhecimento baseado na vivência direta para a questão do testemunho como forma de conhecer, em especial a violência.

Se pensarmos em termos da experiência jornalística, Bufacchi está caracterizando nesse momento o testemunho da “vítima” da violência, daquela que será “objeto” do relato jornalístico ou aparecerá como um dos agentes acionados para falar do ocorrido. Mas o argumento desenvolvido pelo autor, do testemunho como forma de conhecer a violência, nos interessa em especial pela crítica a uma perspectiva egocêntrica do conhecer: propondo um deslocamento do fundamento epistêmico do indivíduo para a comunidade, Bufacchi enfatiza que “uma pessoa vai saber algumas coisas que não são de conhecimento comum ou mesmo muito conhecidas, mas ao mesmo tempo o que sabemos, como uma comunidade, não será necessariamente conhecido por cada indivíduo” (BUFACCHI, 213, p.281). Ao trabalhar nessa perspectiva o autor ressalta

que a utilização do testemunho como forma de conhecimento reside não apenas na reivindicação do seu valor de verdade mas, principalmente, o ato de testemunhar e de tomar um testemunho pelo que implica de dimensão de confiança recíproca entre as atrizes e os atores envolvidos na situação. É importante indicar que o autor aqui elabora a ideia da dupla violência sofrida pelas vítimas: além de suportar a violência “direta” que lhe foi infligida, as vítimas “são marginalizadas como fontes confiáveis de conhecimento”. A narrativa em primeira pessoa seria, então, um modo de obter conhecimento acerca da violência bem como uma maneira de “reconhecer a credibilidade do narrador” e o relato da sua vivência. O testemunhar não pretende estabelecer a verdade do relato mas ouvir a voz que não pode falar. Estabelece-se, dessa maneira, uma ligação direta entre epistemologia da violência e epistemologia do testemunho: a narrativa em primeira pessoa, diz Bufacchi, beneficia também quem é ouvida ou ouvido, que deixa de ser apenas objeto da fala de outra pessoa para ser sujeito da sua própria. Transforma-se em fonte confiável de conhecimento.

Tal perspectiva poderia indicar que abandonássemos, em princípio, qualquer proposta de lidar com os relatos jornalísticos em torno da violência contra a mulher considerando dimensões testemunhais. Afinal, os textos jornalísticos típicos, do estilo “*hard news*”, seriam marcados pela ausência dos relatos estendidos e em primeira pessoa, segundo a perspectiva tradicional da “objetividade jornalística”. Entretanto, distinguindo o evento narrado e seu relato, é possível imaginar que uma comunidade de testemunho se forma na articulação de evento e relato, e não na encenação característica das figuras do depoente, da vítima, da testemunha etc. O testemunho jornalístico não estaria assim assegurado pela representação da “fala da vítima” e pela confirmação da “verdade íntima do seu relato”, mas pela formação de uma comunidade de testemunho que permita a emergência de vozes que, no interior daquela cena, não podem falar. Sendo sempre “histórias de segunda mão” em que os relatos produzidos por quem vivenciou a realidade toma parte, a questão do testemunho desloca-se de agentes específicos, da possível adequação de representações do testemunho à realidade do ocorrido, para o performar de situações ou relações peculiares na experiência jornalística.

No caso do material recolhido na pesquisa, a questão não é do que nelas falta para se constituírem em testemunho, mas o que ali excede, o que ali não permite que o relato testemunhe também a violência de gênero. A ideologia profissional costuma preconizar como norma a necessidade de um distanciamento para a produção do relato. Mas, pensando a partir da ideia de testemunho, a experiência jornalística posiciona-se não na força presencial de quem relata o que vivenciou, e que o jornalismo pretende convocar, e tampouco na condição de um terceiro que observa e julga. O testemunho midiático pretende um “ver de dentro” dos acontecimentos que julga para alcançar um “ver de perto”, que, ao fim e ao cabo, se apresenta como efeito desejado – não necessariamente alcançado – de estratégias narrativas preestabelecidas, ritualizadas e rotinizadas, por exemplo, pelo dispositivo televisivo. Assim, o que as narrativas apresentadas aqui parecem demonstrar, à sua maneira, é o próprio modo como o dispositivo da informação jornalística configura suas histórias, relaciona-se com os acontecimentos e suas espectadoras e seus espectadores. Diante de um campo problemático, complexo e multifacetado, como o da violência de gênero, as notícias podem ser vistas sim como lacunares, incompletas, imperfeitas. No entanto, apresentam-se como imagens do que ocorreu, oferecem-se como uma forma de apreensão daqueles acontecimentos. Por um lado, isso parece atestar o que diz Ellis (2000): na sua imperfeição, os textos midiáticos podem oferecer *algum* testemunho sobre o mundo. Por outro lado, eles oferecerem também um testemunho de si, como dispositivos de captura e configuração do mundo, como produtos estratégicos, histórica e empresarialmente constituídos. Nesse momento, na falha e na afirmação do dispositivo midiático-televisivo, sua relação com o testemunho problematicamente se explicita.

Nessa perspectiva, a expressão “testemunho midiático” talvez não faça sentido não porque, como afirma Peters (2009), não pressupõe uma co-presença, um estar ali na cena dos acontecimentos, e sim porque pode implicar exatamente o esforço de não se fazer ver o existir da linguagem, dado o esforço jornalístico de se naturalizar as marcas da sua mediação do mundo. Talvez, por outro lado, seja demais exigir dos cotidianos, efêmeros, estratégicos e industriais textos midiáticos que

essa dimensão do testemunho se apresente. No entanto, pode ser que aí então a expressão “testemunho midiático” faça ver sua potencialidade. Não se trata de recusar de todo a noção de “testemunho midiático”. Tampouco se trata de tomá-la como um dado, como um pressuposto de que todos os textos midiáticos são testemunhais. Há certamente uma retórica e uma justificativa testemunhal em vários procedimentos midiáticos, especialmente aqueles, jornalísticos ou não, de caráter claramente “realista”. No entanto, entre a relação necessária com a realidade social e a retórica e a justificativa testemunhal impõe-se um campo de tensões bastante móveis e performativas. Parece-nos, então, que a riqueza da expressão “testemunho midiático” está exatamente na exposição desse campo de tensões e nos problemas que faz emergir, em cada texto e em cada agir midiático.

Para além da dimensão midiática, ou seja, para além do “testemunho jornalístico”, nos deparamos também com as falas de jornalistas, mulheres vítimas de violências e homens agressores, todas elas oriundas de situações de entrevista. Trata-se, nesse caso, do testemunho de uma outra qualidade, marcado pela construção fragmentada e induzida de narrativas e percepções performadas num determinado momento. Nesse sentido, é importante recuperar o que observa Paul Ricoeur (2007), que situa a problemática do testemunho em suas reflexões mais amplas sobre a dialética memória/esquecimento. As reflexões de Ricoeur nos fazem notar que, ao contrário de pares antinômicos, lembrar, ou ter memória, pressupõe esquecimentos, voluntários ou involuntários, cujas motivações são tão diversas que constituem fenômenos de interesse para a psicanálise, a história, a neurologia, a etnografia etc. Eventos traumáticos, como violências físicas e simbólicas, interferem ou mesmo podem interditar a memória, implicando assim em cuidado metodológico na lida com os testemunhos.

Isso posto, em nossa pesquisa, ao lidarmos com as entrevistas com jornalistas, com mulheres vítimas de violências físicas e simbólicas e com homens autores de violências contra mulheres, o caráter testemunhal de suas falas se mostra patente, seja na dialética memória/esquecimento, seja na caracterização de uma experiência particular, seja no estatuto da verdade posta em cena, seja pela peculiaridade da situação

comunicativa de cada encontro. Não desenvolvemos as entrevistas, portanto, à procura de dados históricos que situassem as coberturas jornalísticas sobre violências contra mulheres em crimes de proximidade e confiança social marcados pelas relações de gênero ao longo de um determinado marco cronológico. Da mesma forma, não buscamos produzir um retrato abrangente, generalizável, de como pensam jornalistas, mulheres vítimas de violência ou homens apenados. O nosso propósito foi nos aproximarmos de experiências da violência de gênero, para além daquelas postas em cena pelas narrativas midiáticas, de modo a obter indícios de elementos que nos permitissem ao menos vislumbrar aspectos de um “campo problemático” complexo e multifacetado.

Nas entrevistas com jornalistas, nesse sentido, conseguimos detectar como elementos históricos do fazer jornalístico tradicional atravessam, determinam ou tensionam os olhares dos profissionais das mídias informativas sobre os fenômenos que investigamos. Ao mesmo tempo, algumas tensões pessoais e profissionais que dizem da experiência de jornalistas nos seus ambientes de trabalho puderam ser reconhecidas. Nas entrevistas com mulheres vítimas de violências físicas e simbólicas, nos deparamos como cada uma delas lida com esses acontecimentos traumáticos, como compreendem as dinâmicas típicas das relações de gênero e como convivem e ao mesmo tempo elaboram estratégias de enfrentamento e superação das relações violentas. Aqui também não se tratava de detectar algum tipo de “consciência histórica” sobre as relações de gênero como motivadoras das violências perpetradas contra elas por homens, mas sem dúvida, buscávamos nos testemunhos a oportunidade de dar “rosto” às mulheres ouvidas, escutá-las sobre suas vivências e desafios cotidianos, um pouco à maneira de um contraponto à quase ausência de testemunhos das mulheres vítimas de violências físicas e simbólicas que detectamos nas narrativas jornalísticas. Ao buscarmos os testemunhos de homens autores de violências contra mulheres, por fim, interessava-nos ultrapassar abordagens recorrentes que muitas vezes situam o agressor ou como um vilão, numa chave melodramática, ou como a materialização *in totum* do machismo e do patriarcado. Ao nos depararmos com marcas, resquícios ou mesmo sedimentos de posturas machistas e misóginas como determinantes para as ações violentas,



deparamos também com contradições e tensões que perpassam, em cada um deles, os processos de construção das masculinidades. Nesse caso, se assim pudermos definir, dimensões históricas, sociais e culturais constituíram preocupações da escuta desses homens, menos no direcionamento de perguntas, e mais na atenção aos detalhes que pudessem indicar experiências localizadas de “ser homem” como pano de fundo das violências praticadas contra as mulheres.

Como se vê, trabalhamos com diferentes experiências testemunhais: a das narrativas jornalísticas, de jornalistas, mulheres vítimas de violências, homens agressores. Em cada uma delas, a dimensão testemunhal adquire contornos (éticos, epistemológicos e comunicacionais) particulares, tanto no conjunto maior desses “grupos” quanto na “fala” peculiar de cada notícia e cada pessoa ouvida. Essa diversidade acentua, a nosso ver, a importância de reconhecer o testemunho não como um dado, mas como um “problema” que desafia testemunhas, suas interlocutoras e seus interlocutores e a situação comunicativa em que se encontram. Testemunhar implica necessariamente um testemunho de si e para si, do outro e para o outro, de acontecimentos passados e do acontecimento comunicativo presente; é necessariamente um projetar passado e futuro, organizar o atual, esquecer e fazer esquecer, lembrar e fazer lembrar. Nesse feixe de relações, ver o testemunho como problema possibilita um questionar simultaneamente teórico-conceitual e um refletir sobre as especificidades de cada testemunhar.

## Referências

ASHURI, Tamar; PINCHEVSKI, Amit. Witnessing as a field. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing: Testimony in the age of mass communication**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p.133-158.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (EDS.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 189-217.

BRAGA, J. Uma teoria tentativa. **E-Compós**, v. 15, n. 3, 2012.

BLONDHEIM, Menahem; LIEBES, Tamar. Archaic witnessing and contemporary news media. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. **Media**

**witnessing:** Testimony in the age of mass communication. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p.112-131.

BUFACCHI, V. Knowing Violence : Testimony , Trust and Truth. **Revue internationale de philosophie**, v. 3, n. 265, p. 277–291, 2013.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp, vol. 37, jul-dez 2011, p.9-41. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0104-833320110002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-833320110002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 18 out 2012.

DEKEL, B.; ANDIPATIN, M. Abused women's understandings of intimate partner violence and the link to intimate femicide. **Forum Qualitative Sozialforschung**, v. 17, n. 1, 2016.

DENZIN, N. K. The reflexive interview and a performative social science. **Qualitative Research**, v. 1, n. 1, p. 23–46, 1 abr. 2001.

ELLIS, John. Mundane Witness. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing:** Testimony in the age of mass communication. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p 73-88.

FROSH, P; PINCHEVSKI, A. Crisis-readiness and media witnessing. **The Communication Review**, v. 12, n. 3, p. 295-304, 2009a. 28.

FROSH, P; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing:** Testimony in the age of mass communication. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009b.

FROSH, P; PINCHEVSKI, A. Why media witnessing? Why now? In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing:** Testimony in the age of mass communication. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009c, p. 1-22.

FROSH, Paul. "Telling Presences: Witnessing, Mass Media, and the Imagined Lives of Strangers." **Critical Studies in Media Communication** 23 (2006): 263-284.

LAGE, Leandro Rodrigues. **Testemunho do sofrimento nas narrativas telejornalísticas**. Florianópolis: Insular, 2018.

LEAL, B. S.; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. El acontecimiento como contenido de las noticias: repensando una metodología. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, v. 1, p. 384-398, 2012.

LEAL, B.; CARVALHO, C. **Jornalismo e homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões**. São Paulo: Intermeios, 2012.

MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J. I. **Metodología de las ciencias sociales**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

PARENTE, Eriza; NASCIMENTO, Rosana; VIEIRA, Luiza. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após denúncia. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, vol. 17, nº 02, maio/ago 2009, p. 445-465. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0104-026X20090002&lng=pt&nrm=iso/](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-026X20090002&lng=pt&nrm=iso/) Acesso em: 19 out. 2012.

PETERS, J.D. Witnessing. In FROSH, P. & PINCHEVSKI, A. (org). **Media Witnessing: Testimony in the age of mass communication**. Basingtoke: Palgrave;Macmillan, 2009. p. 23-41.

PIOVANI, Juan Ignacio. La entrevista en profundidad. In: MARRADI, Alberto; ARCHENTI, Nélica; PIOVANI, J. **Metodología de las ciencias sociales**. Cengage Learning Argentina, Buenos Aires, 2007. p. 215-226.

RENTSCHLER, Carrie. From Danger to trauma: affective labor and journalistic. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. **Media witnessing: Testimony in the age of mass communication**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p.158-181.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

TAIT, S. Bearing witness, journalism and moral responsibility. **Media, Culture & Society**, v. 33, n. 8, p. 1220-1235, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2014.



## CAPÍTULO 2

# Cobertura jornalística da violência de gênero – aproximações a uma realidade complexa

BRUNO SOUZA LEAL

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

ELTON ANTUNES

### **Introdução**

Os relatos jornalísticos que tratam das violências físicas e simbólicas contra a mulher cometida por parceiros afetivos apresentam características fortemente similares em diferentes países, em que pesem diferentes contextos socioculturais. Oscilando entre casos de grande repercussão e a cobertura recorrente de crimes de proximidade cometidos por parceiros íntimos, estudos internacionais destacam a recorrência de enquadramentos que reiteram mitos e estereótipos que culpabilizam as mulheres e obscurecem a responsabilidade dos agressores (BERNS, 2001, 2004; BULLOCK; CUBERT, 2002; EASTEAL et al., 2018; GILLESPIE et al., 2013; GIUS; LALLI, 2014; RICHARDS; KIRKLAND GILLESPIE; DWAYNE SMITH, 2011; SIMÕES, 2011; TAYLOR, 2009), assim como ignoram a dimensão de problema social ao perceber tais acontecimentos como parte de tragédias privadas e não previstas (NETTLETON, 2011; RYAN; ANASTARIO; DACUNHA, 2006) . Tais

modelos de cobertura primam pela ausência de elementos que evidenciem a dominância de valores culturais patriarcais, e notam-se tímidas mudanças em contextos sociais bem específicos (GONZÁLEZ, 2007, 2010; SIMÕES, 2011; WOZNIAK; MCCLOSKEY, 2010). No caso brasileiro tais aspectos da cobertura aparecem também de forma reiterada (RAMOS; PAIVA, 2007; SANEMATSU, 2011; VIVARTA, 2011).

Contudo, nossa proposta de pesquisa pretendeu levantar elementos para compreender, a partir da noção de testemunho, como a morte das mulheres referidas aos chamados crimes de proximidade é construída no relato rotineiro da mídia informativa. Buscamos como um aspecto central caracterizar contrastivamente os procedimentos narrativos utilizados por diferentes plataformas midiáticas (jornal impresso, telejornal, portal de internet e radiojornais) em contexto regional e nacional para construir o relato desses acontecimentos violentos na cobertura jornalística. Assim, a observação da cobertura, se não descarta a compreensão acerca do papel do trabalho jornalístico na determinação dos assuntos e temas em pauta e nos quadros interpretativos que conduzem a leitura de tais acontecimentos, buscou indiciar articulações outras entre tais casos de violência contra a mulher e o relato jornalístico. Mais especificamente, nesses casos de violência como tais mortes circulam na mídia informativa? O que os relatos demarcam e focalizam no que se refere às dimensões de violência de gênero que aí podem estar implicadas? O que fazem ver quando observam tais crimes? O jornalismo, ao construir suas narrativas, opera um gesto de querer saber essas mortes que indica os modos de inteligibilidade a partir dos quais as compreende. A narrativa noticiosa e o fazer jornalístico direcionam perguntas ao mundo de referência, aos eventos violentos, ofertando pistas acerca das lentes a partir das quais conferem visibilidade à violência contra a mulher, ainda que não necessariamente a reconhecendo como tal (LEAL, 2014; LEAL, 2016; LEAL, CARVALHO, 2017; ANTUNES, 2016; CALDEIRA, 2017; ANTUNES; CALDEIRA, 2017).

Assim, nossas indagações articulam duas perguntas de fundo que em algum ponto da análise, seja dos dados gerais, seja das mídias jornalísticas em suas especificidades, confluem: a primeira se dirige aos modos específicos de ocorrência das violências contra mulheres motivadas

por relações de gênero, com suas hierarquizações que rebaixam socialmente as mulheres segundo lógicas machistas e misóginas; a segunda indagação, ao incluir o jornalismo como potencial ator no processo de visibilização de questões sociais, quer saber quais são os modos como agentes jornalísticos diversos lidam com assassinatos e violências físicas e simbólicas contra mulheres. Para as duas perguntas, de antemão, como indicam diversas abordagens, já teríamos as respostas acima delineadas por uma série de estudos.

No entanto, restam matizes a explorar que nos permitam perceber especificidades do material sobre o qual nos debruçamos. Como se verá nos capítulos que se dedicam ao escrutínio de cada uma das mídias, em que pesem algumas similaridades com outros estudos, a análise revela particularidades que tanto fazem pensar sobre as homogeneidades no trato social das violências contra mulheres em relações de gênero, quanto sobre determinadas teorias que tendem a cristalizar práticas e processos jornalísticos – em suas considerações teóricas mais gerais e na apreensão de processos relativos a mídias específicas.

### **Procedimentos de coleta das matérias**

Para realizar o movimento de aproximação com as narrativas jornalísticas, a coleta proposta foi realizada de maio/2013 a fevereiro/2014, a partir dos seguintes parâmetros:

a) Acompanhamento diário dos jornais impressos *Estado de Minas* e *Super Notícias*, em todas as suas seções e editorias, na semana selecionada. Os dois jornais, o primeiro de circulação em todo o estado de Minas Gerais, e o segundo mais restrito a Belo Horizonte e sua região metropolitana, diferem editorialmente, com o *Estado de Minas* identificado como jornal de referência e o *Super Notícias* como periódico popular, diferença que se faz notar no preço baixo do último, que custava R\$ 0,25 e não é vendido por meio de assinatura. O material extraído, após a discussão coletiva, foi escaneado, indexado e armazenado no banco de dados.

b) O acompanhamento dos portais (*Uol*, *G1*, *Uai*), em três momentos diários diferentes: manhã (por volta das 10h), tarde (por volta das 15h) e noite (por volta das 20h). Enquanto o *Uol* e o *G1* se caracterizam

como portais de abrangência nacional, o *Uai* está mais identificado com o estado de Minas Gerais, sendo comum aos três pertencerem a conglomerados de comunicação detentores de outras mídias informativas e de entretenimento. Os horários foram escolhidos no esforço de acompanhar a rotatividade de notícias, típica de portais, assim como o fluxo diário e o tempo de produção desse material informativo, segundo abordagens teóricas relativas ao jornalismo em ambiente de internet. As matérias foram extraídas das páginas principais dos portais e também de suas páginas internas, sendo baixadas, indexadas e armazenadas no banco de dados.

c) Os telejornais (*Jornal Nacional*, *Balanço Geral* e *Jornal da Alterosa*, 2ª ed.) e o radiojornal (*Jornal da Itatiaia*) foram gravados no momento em que foram veiculados. São dois telejornais de emissão regional – Belo Horizonte e região metropolitana (*Balanço Geral* e *Jornal da Alterosa*, 2ª ed.) – e um telejornal emitido em todo o território brasileiro, o *Jornal Nacional*. O *Jornal da Itatiaia* é detentor da maior audiência radiofônica na cidade de Belo Horizonte comparativamente aos seus congêneres. As matérias selecionadas foram indexadas e armazenadas. Em ocasiões especiais, em função de ocasionais problemas técnicos, buscou-se o apoio das páginas de internet dos respectivos telejornais.

d) Para evitar vícios de leitura, oriundos do contato sistemático com as mídias, foi feito esforço para que a cada semana de coleta diferentes componentes da equipe acompanhassem produtos/programas jornalísticos distintos. O processo de codificação do conteúdo foi realizado a partir de uma análise interpretativa dos materiais com instrução às pesquisadoras e aos pesquisadores acerca de como proceder. Essas instruções implicaram teste e exaustiva discussão de uma ficha de catalogação do material, com definições de lista de variáveis.

As semanas de coleta foram definidas como se segue: de 12 a 18 de maio/2013; de 07 a 13 de julho/2013; de 25 a 31 de agosto/2013; de 01 a 07 de setembro/2013; de 20 a 26 de outubro/2013; de 10 a 16 de novembro/2013; de 01 a 07 de dezembro/2013; de 26 de janeiro a 01 de fevereiro/2014.

Não houve coleta em junho de 2013 em função da coincidência com o final de semestre letivo na UFMG e da necessidade de discussão interna acerca dos procedimentos de coleta e do processo de armaze-



namento dos materiais no banco de dados. Esse intervalo foi considerado precioso para consolidar o nivelamento da equipe e evitar (ou minimizar) problemas futuros. Ao todo, foram recolhidas 607 matérias, sendo 18 do radiojornal, 86 dos jornais impressos, 386 dos portais e 117 dos telejornais. Nas análises específicas das mídias serão apresentados detalhes sobre os totais de matérias recolhidas de cada modalidade de mídia.

### **Sistematização e análises**

A seguir apresentamos alguns dos dados gerais obtidos por tipo de mídia (rádio, TV, web e impresso) e por cada uma das mídias informativas. Esses dados são apresentados tal como constam no banco de dados da pesquisa e também, em alguns casos, na forma de gráficos. Para melhor compreensão dos itens da ficha de indexação, é preciso ter explícito que:

- Nos itens “Modalidade de violência”, física ou simbólica, os termos listados compreendem os modos como os textos jornalísticos caracterizam as agressões, podendo haver, nesse caso, superposições e combinações de formas de violência;
- No item “Agressor” aparecem os protagonistas da agressão, tal como caracterizados pelos textos jornalísticos. Nesse item, um mesmo texto às vezes indicou mais de um agressor;
- No item “Agressor/Outros” aparecem agressores secundários, tal como caracterizados pelos textos jornalísticos, podendo haver mais de uma indicação;
- No item “Quem fala”, registra-se quem tem voz no texto jornalístico. Busca-se verificar, em contraste com o item “Personagens”, aquelas atrizes e aqueles atores sociais que têm voz e quem é apenas objeto de menção no texto jornalístico;
- No item “Quem fala”, a rubrica “Autoridade policial/judicial” designa personagem que responde/fala em nome da instituição;
- Os itens “Personagens” e “Personagens/Outros” registram, respectivamente, as personagens apresentadas como atrizes e atores prin-

cipais do acontecimento e aqueles apresentados em posição secundária, no texto jornalístico, podendo haver mais de uma indicação.

De início, é importante salientar que não houve um movimento homogêneo na cobertura das diferentes mídias informativas em termos quantitativos. Ocorreram oscilações no número de unidades informativas, que variam segundo as mídias e os momentos de cobertura, não sendo possível identificar um padrão ou tendência. Alguns picos são verificados em momentos de casos que merecem por parte do jornalismo continuidade na cobertura e “suítes” com frequência. Envolvem em geral episódios que provocam grande comoção social ou com presença evidente de personalidades públicas.

### datas de publicação

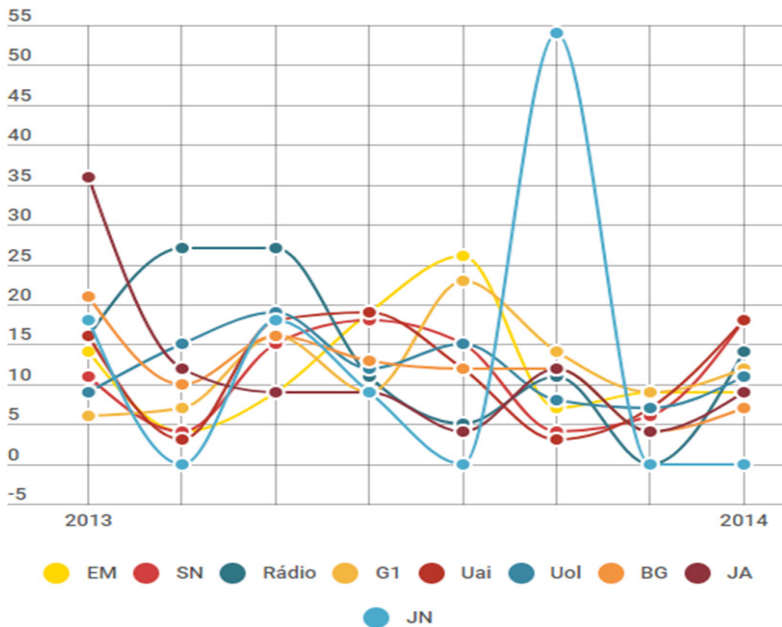


Figura 1 - Quantidade de notícias publicadas ao longo do período. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

Os portais de internet chamaram atenção pelo volume de material publicado comparativamente às demais plataformas. Mas tal indicador

permite inferir inicialmente apenas trabalhos de pesquisa e apuração precários, já que a imensa maioria dos relatos foram basicamente pequenas notícias, com baixíssimo número de reportagem e material basicamente em formato verbal.

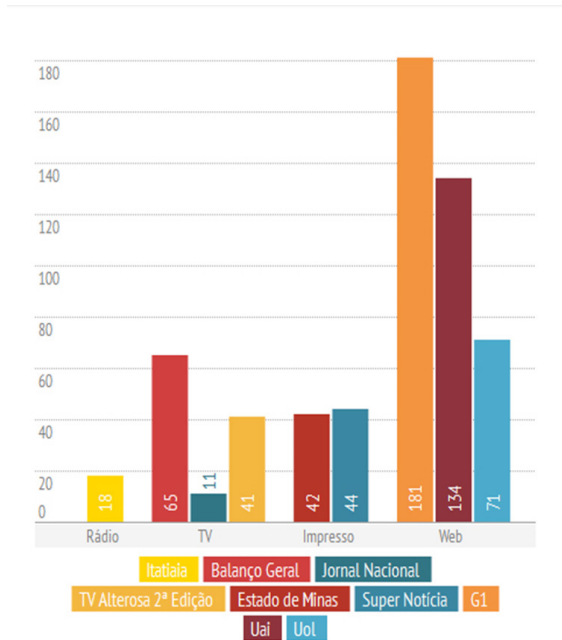


Figura 2 - Quantidade de relatos por mídia em números absolutos. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o teste-munho jornalístico

Quando se observa o aspecto de condenação da violência no noticiário, percebe-se um tom fortemente editorializado nos telejornais, indicando comentários com posicionamentos marcados das mídias. É, entretanto, significativo que a indicação da condenação, expressa por abordagens que expressam algum tipo de juízo, apareça mais matizada no jornal impresso local tido como de referência (*Estado de Minas*). Percebe-se em algumas mídias certa dissociação entre condenação da violência e condenação do agressor, em especial nos portais nacionais e nos telejornais locais. Ocorre de forma pouco relevante a responsabilização de autoridades policiais ou o Estado pela ocorrência de violência contra as mulheres.

Mídia	Não condena a violência	Não condena o agressor	Culpa a vítima	Culpa a autoridade policial	Culpa o Estado ou governo
EM	38,1%	38,1%	2,4%	0,0%	4,8%
Super Notícia	11,4%	15,9%	9,1%	4,7%	0,0%
Balanço Geral	15,4%	36,9%	4,6%	4,6%	4,6%
Jornal da Alterosa	9,8%	39,0%	4,9%	2,4%	4,9%
Jornal Nacional	0,0%	0,0%	18,2%	9,1%	0,0%
G1	25,4%	41,4%	8,8%	6,6%	5,0%
Uai	23,1%	23,9%	6,7%	3,0%	4,5%
Uol	18,3%	32,4%	2,8%	8,5%	11,3%
Rádio	22,2%	22,2%	11,1%	0%	11,1%

Figura 3 - Percentual das notícias que expressam condenação da violência cometida e indicação de responsabilidade. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

	G1	UAI	UOL	BG	JÁ	JN	EM	SN	Rádio
Agressor	17,0%	23,0%	25,0%	29,2%	36,6%	18,2%	19,0%	6,8%	11,1%
Vítima	29,0%	16,0%	14,0%	26,2%	24,4%	27,3%	16,7%	11,4%	16,7%
Autoridade	77,9%	73,9%	73,2%	61,5%	65,9%	81,8%	31,0%	77,3%	66,8%
Testemunha	10,0%	7,0%	8,0%	10,8%	24,4%	18,2%	7,1%	13,6%	5,6%
Parente	20,0%	17,0%	18,0%	38,5%	39,0%	18,2%	11,9%	18,2%	0,0%
Vizinho	2,0%	1,0%	3,0%	6,2%	14,6%	18,2%	0,0%	2,3%	5,6%
Outro	28,0%	25,0%	25,0%	38,5%	39,0%	27,3%	23,8%	0,0%	5,6%

Figura 4 - Fontes de informação citadas na matéria em percentuais. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

Observando especialmente a realidade do jornalismo impresso, no que se refere ao destaque conferido às notícias no âmbito dos jornais, o *Super Notícia* dá, pelo seu aspecto editorial, maior evidência ao tema. Das notícias publicadas pelo *Super*, 38,6% tiveram chamada na primeira página, contra 16,7% do *Estado de Minas*. No jornal “popular”, 63,6%

das matérias publicadas sobre o tema contaram com o uso de imagens fotográficas, contra 52,4% no chamado jornal de referência.

Da mesma maneira, considerando o lugar de exibição nos telejornais, ocorre a predominância desse noticiário no primeiro e segundo blocos de apresentação, indicando tanto uma leitura do interesse do público (proximidade) quanto o destaque que tal noticiário adquire na apresentação. A apresentação ocorre no primeiro e segundo blocos em 90,8% dos casos no *Balanço Geral*, 97,6% dos casos no *Jornal da Alterosa*, e em 100% dos casos no *Jornal Nacional*.

No material noticiado, observando-se o conjunto das plataformas midiáticas, constata-se a recorrência de referência a eventos que envolvem a presença de violência física como elemento central na caracterização do acontecimento, que prevalece fortemente sobre a violência simbólica. Há, contudo, dois movimentos perceptíveis nas chamadas mídias de referência. O telejornal *Jornal Nacional* inverte a relação acerca do tipo de violência objeto das notícias. Foram 36,4% tratando de episódicos envolvendo violência física e 63,6% de relatos tratando de violência simbólica. Ainda que não realizem tal inversão, cabe destacar que o jornal regional de referência *Estado de Minas* e o portal de internet *G1* também apresentam, comparados às demais mídias, quase  $\frac{1}{4}$  das notícias tratando de modalidades de violência simbólica.

Tipo de violência abordada	Física	Simbólica	Total Geral
Estado de Minas	76,2%	23,8%	48,8%
Super Notícia	93,2%	6,8%	51,2%
Total jornais	84,9%	15,1%	100%

Figura 5 - Modalidades de violência nos jornais impressos. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero o testemunho jornalístico

Tipo de violência abordada	Física	Simbólica	Total Geral
Rádio	94,4%	5,6%	100%

Figura 6 - Modalidades de violência no rádiojornal. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

Tipo de violência abordada	Física	Simbólica	Total Geral
<b>G1</b>	74,6%	25,4%	46,9%
<b>Uai</b>	86,6%	13,4%	34,7%
<b>Uol</b>	80,3%	19,7%	18,4%
<b>Total portais</b>	79,8%	20,2%	100%

Figura 7 - Modalidades de violência nos portais de internet. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

Tipo de violência abordada	Física	Simbólica	Total Geral
<b>Balço Geral</b>	92,3%	7,7%	55,6%
<b>Jornal da Alterosa</b>	90,2%	9,8%	35,0%
<b>Jornal Nacional</b>	36,4%	63,6%	9,4%
<b>Total telejornais</b>	86,3%	13,7%	100%

Figura 8 - Modalidades de violência nos telejornais. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

A preponderância de relatos reportando violência física apresenta uma particularidade significativa quando observadas as modalidades de violência que são noticiadas. Os crimes envolvem sobretudo episódios de assassinato, mas, considerando que não são modalidades exclusivas de violência, destaca-se o número de crimes sexuais. Tal modalidade mantém indicadores próximos, iguais e, por vezes, superiores às notícias que reportam diferentes modalidades de agressão física – isso ocorre em sete das nove mídias acompanhadas.

Modalidade de violência	Prisão	Estupro - assédio sexual	Agressão	Assassinato
<b>Estado de Minas</b>	9,5%	21,4%	19,0%	33,3%
<b>Super Notícia</b>	2,3%	22,7%	15,9%	45,5%
<b>G1</b>	6,7%	23,7%	20,7%	41,5%
<b>Uai</b>	3,4%	19,7%	6,8%	60,7%

<b>Uol</b>	1,7%	23,7%	32,2%	49,2%
<b>Balanço Geral</b>	8,3%	20,0%	25,0%	40,0%
<b>Jornal da Alterosa</b>	16,2%	16,2%	16,2%	48,6%
<b>Jornal Nacional</b>	0%	20,0%	20,0%	60,0%
<b>Rádio</b>	17,6%	23,5%	17,6%	47,1%

Figura 9 - Frequência de tipos de violência física reportados do total de notícias em jornais impressos e portais. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

Pode-se observar que não foi percebida relação evidente entre as notícias que lidam com episódios de morte de mulheres e outros casos envolvendo violência sem assassinato no âmbito das mídias ditas regionais. Não se verifica um padrão homogêneo entre as diferentes mídias informativas.

O portal de internet regional *Uai* funciona como um grande repositório de ocorrências, fazendo registro generalizado de diversos episódios, sem maiores preocupações com triagem ou seleção do que será publicado. É a única mídia informativa em que o número de relatos relativo às mortes se sobrepõe às demais formas de violência. Indica uma tentativa de registro de material oriundo de fontes diversas, outras mídias e instituições policiais. As demais mídias, com proporções diferentes, apontam os assassinatos como uma dimensão de um conjunto mais vasto de violências reportadas.

O único telejornal da pesquisa considerado como “jornal de referência” no que se refere aos modos como organiza seu material noticioso, o *Jornal Nacional*, é aquele que apresenta o menor número de casos, permitindo indicar que certa imagem da associação entre notícias de morte e jornalismo “sensacionalista” é ainda estruturante no universo da mídia informativa. No universo radiofônico a quantidade de material é pequena, indicando naquele momento pouca porosidade do *Jornal da Itatiaia* ao tema. O telejornal *Balanço Geral* pode ser considerado quase uma mídia especialista em questões relativas à violência, dado o volume de cobertura comparada às demais mídias e se considerarmos a especificidade dos portais em registro de unidades informativas, muitas vezes funcionando mais como “repositório” de notícias oriundas de outras mídias do que resultado de processos próprios de apuração. Mesmo

sendo uma produção televisiva, responde por quase 20% dos relatos no conjunto das mídias e na sua distribuição interna tem uma proporção significativa de relatos de outras formas de violência.

	Assassinato	Total entre as mídias	Outras formas de violência	Total entre as mídias	Total de unidades informativas
<b>Super Notícia</b>	43,18% (19)	13%	56,82% (25)	13%	13%
<b>Estado de Minas</b>	28,57% (12)	8%	71,43% (30)	16%	12%
<b>Jornal Alterosa</b>	43,90% (18)	12%	56,10% (23)	12%	12%
<b>Balanço Geral</b>	36,92% (24)	16%	63,08% (41)	21%	19%
<b>Jornal Itatiaia</b>	44,44% (8)	5%	55,56% (10)	5%	5%
<b>UAI</b>	52,99% (71)	47%	47,01% (63)	33%	39%

Figura 10 - Relação entre notícias reportando mortes e outros tipos de violência - Mídias regionais. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

Já o modo como a tematização da violência aparece nas mídias regionais tem aspectos que devem ser destacados. A maneira como a morte de mulheres emergiu no material informativo, verificando-se se a situação de ocorrência, é o enunciado chave para recortar e estruturar a representação simbólica dos acontecimentos noticiados ou se era convocada ao longo da narrativa. No material que trata de todas as formas de violência que tiveram mulheres como alvo, há um apelo mais acentuado nas mídias televisivas e no portal de internet. O noticiário no rádio é o que menos indicou o tema da violência contra a mulher como o aspecto central para construção do relato. Há, entretanto, uma evidente distinção entre os jornais impressos. O *Super Notícia* tem, nos casos de morte de mulheres, uma indicação mais acentuada de que o episódio é o tema central, enquanto que no jornal *Estado de Minas*, quase a metade dos relatos não tem o assassinato como o tema primário da notícia.



Mídia/abordagem preferencial	Tema primário	Tema secundário	Assassinato como tema primário
Super Notícia	84,1%	15,9%	95%
Estado de Minas	47,6%	52,4%	58%
Jornal Alterosa	82,9%	17,1%	78%
Balanço Geral	84,6%	15,4%	83%
Jornal Itatiaia	55,6%	44,4%	75%
UAI	79,1%	20,9%	75%

Figura 11 - Forma de abordagem da violência - Mídia regional. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

Cumprir destacar, como aspecto particularmente relevante para a proposta feita pela pesquisa, como a aparente “distribuição” dos agressores dos episódios relatados modifica-se quando o agrupamento se dá pelos relacionamentos com parceiros íntimos. Da extensa lista de agressores (amigo; clientes; colega de escola / faculdade; colega de trabalho; ex-marido; ex-namorado; filho; irmão; mãe; marido; namorado; pai; parente; patrão prestador de serviços; vizinho) apontados no noticiário, eles aparecem concentrados em igual medida entre parentes e pessoas de relação de trabalho/serviço e com grande destaque entre os parceiros afetivos com quem as mulheres mantiveram alguma intimidade (marido, namorado, ex-marido ou ex-namorado). Nesse último caso, percebe-se particular atenção da cobertura para tais episódios: o percentual de matérias que tem como referência tais agressores vai de 35,6% no jornal *Estado de Minas* até 54,5% no *Jornal Nacional* e no jornal *Super Notícia*.

Agressor	EM	SN	Rádio	G1	UAI	UOL	BG	JÁ	JN
Amigo	-	6,8%	-	4,4%	1,5%	2,8%		2,44%	
Autoridade policial	-	-	-	2,8%	0,7%	9,9%	3,1%	2,4%	9,1%
Colega de trabalho	11,9%	6,8%	-	4,0%	7,4%	1,4%	6,2%	7,3%	9,09%
Cliente	-	-	-	1,7%	0,7%	1,4%	4,6%	-	-
Ex-marido	7,1%	13,6%	5,6%	9,4%	7,5%	8,5%	7,7%	4,9%	-
Ex-namorado	7,1%	9,1%	27,8%	8,8%	16,4%	9,9%	9,2%	9,8%	-

<b>Filho</b>	2,4%	6,8%	11,1%	4,4%	2,2%	4,2%	7,7%	12,2%	-
<b>Irmão</b>	2,4%	2,3%	-	0,6%	4,5%	-	-	-	9,09%
<b>Mãe</b>	4,8%	-	-	3,9%	-	2,8%	1,5%	2,4%	-
<b>Marido</b>	14,3%	13,6%	5,6%	18,2%	9,7%	18,3%	9,2%	9,8%	54,5%
<b>Namorado</b>	7,1%	18,2%	11,1%	4,4%	12,7%	7,0%	13,8%	12,2%	-
<b>Outros (desconhecidos)</b>	19,0%	6,8%	22,2%	13,8%	14,2%	22,5%	7,7%	7,3%	9,1%
<b>Pai</b>	-	2,3%	5,6%	5,0%	3,0%	1,4%	6,2%	9,8%	-
<b>Parente</b>	-	2,3%	5,6%	-	1,5%	2,8%	3,1%	2,4%	-
<b>Patrão</b>	11,9%	2,3%	-	8,8%	10,4%	2,8%	6,2%	7,3%	-
<b>Prestador de serviços</b>	11,9%	6,8%	5,6%	8,8%	4,5%	4,2%	12,3%	7,3%	9,1%
<b>Vizinho</b>	-	2,3%	-	1,1%	0,7%	-	1,5%	2,4%	-

Figura 12 - Matérias que reportam violência contra mulher segundo o agressor. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

No que se refere ao local da ocorrência reportado pelo noticiário, nota-se que a violência contra a mulher é tipicamente matéria de referência aos acontecimentos que tiveram sede no país. Há um evidente predomínio no chamado “jornalismo popular” regional para o que ocorre no estado de Minas Gerais.

<b>Agressor</b>	<b>EM</b>	<b>SN</b>	<b>Rádio</b>	<b>G1</b>	<b>UAI</b>	<b>UOL</b>	<b>BG</b>	<b>JÁ</b>	<b>JN</b>
<b>Parceiros e Ex-parceiros</b>	35,6%	54,5%	50,1%	40,8%	46,3%	43,7%	39,9%	36,7%	54,5%

Figura 13 - Matérias que reportam violência contra mulher - parceiros e ex-parceiros. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

<b>Mídia</b>	<b>EM</b>	<b>SN</b>	<b>Rádio</b>	<b>G1</b>	<b>UAI</b>	<b>UOL</b>	<b>BG</b>	<b>JA</b>	<b>JN</b>
<b>Brasil</b>	73,8%	90,9%	88,9%	77,3%	86,6%	76,1%	96,9%	95,1%	90,9%
<b>MG</b>	38,1%	64,0%	83,3%	7,9%	82,9%	11,9%	75,4%	90,2%	9,10%

Figura 14 - Local de ocorrência das violências reportadas - País. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

Para a construção dos relatos, um aspecto a ser enfatizado é a origem das informações. Prevalece em todas as mídias informativas, de forma acentuada, a autoridade policial como fonte, por vezes única, da maioria das informações prestadas, seja na forma de depoimento direto dos agentes públicos ou através de instrumentos legais, como os boletins de ocorrência. Destaque-se o peso adquirido no noticiário televisivo da presença de falas do agressor apontado e de parentes das vítimas, certamente relacionado ao formato e ao modo enunciativo e expressivo característico do meio, como discutido em artigo adiante.

Formato/Portal	G1	Uai	Uol	Total Geral
Entrevista	0,6%	0,0%	1,4%	0,5%
Nota	5,0%	4,5%	2,8%	4,4%
Nota coberta	1,1%	0,0%	0,0%	0,5%
Notícia	80,7%	88,8%	76,1%	82,6%
Reportagem	12,7%	3,7%	5,6%	8,3%
Vídeo	0,0%	3,0%	14,1%	3,6%

Figura 15 - Tipo de material publicado pelos portais de internet. Fonte: Pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico

### **Considerações gerais sobre os dados da cobertura jornalística**

Os dados gerais apresentados aqui abrem a nosso ver um conjunto bastante amplo de questões sobre o agir midiático e jornalístico e sobre a violência de gênero. Como dissemos, não é nosso intuito neste livro respondê-las, ao menos nesse momento. Apresentamos de forma sucinta algumas delas, que surgem ao nosso olhar como instigantes e desafiadoras. Entre elas, fica como ponto de reflexão metodológica os limites e implicações das chamadas “análises de cobertura” jornalística, que, entendemos, materializam inevitavelmente uma “redução de complexidade” que é fundamental para dar visibilidade a certos temas e suas dimensões, mas que também, na direção contrária, promovem invisibilidades e impactam no alcance dos resultados obtidos. Na mesma linha metodológica, parece-nos importante rediscutir aspectos da análise de conteúdo, que, mesmo revisada, se constitui como uma moldura opera-

cional que circunscreve os modos de apreensão sobre o que é dito em relatos jornalísticos: temas; recorrências; vozes; enquadramentos/perspectivas de abordagem. A aproximação a mídias de perfis, inserções e configurações diferentes traz consigo, por sua vez, a necessidade de uma reflexão sobre o gesto intrinsecamente comparativo que se apresenta, mesmo que esse aproximar se dê por contraste, circunstancial ou localizadamente. Por fim, as caracterizações gerais que fizemos e também os estudos de caso nos levam a pensar o problema da visibilidade oferecida pela cobertura jornalística, em dimensões diversas, como os limites da ligação com agendamento e enquadramento, a pertinência de termos recorrentes dos estudos do jornalismo (como noticiabilidade e *gatekeeping*), entre outros.

Os detalhes sobre como cada mídia jornalística abordou as violências físicas e simbólicas contra mulheres em relações de gênero em contexto de proximidade, parentesco e confiança social serão trabalhados em capítulos separados, que permitirão uma visada mais próxima aos modos como, no período da coleta, foram identificadas algumas semelhanças, assim como diferenças, às vezes sutis, outras vezes mais acentuadas. Análises como as empreendidas na pesquisa em tela, com diversidade de mídias e alcance temporal alargado, permitem vislumbrar tendências mais gerais do jornalismo na cobertura noticiosa, tanto em suas dimensões regionais (mídias de repercussão sobretudo em Belo Horizonte e sua região metropolitana), quanto nacionais. É assim que os “pequenos crimes” cotidianos tendem a ter maior destaque nas mídias regionais, enquanto casos mais emblemáticos, aqueles que envolvem pessoas de algum destaque social ou de maior nível de crueldade tendem a exercer atratividade mais acentuada para as mídias de abrangência nacional. Essa regra geral, no entanto, pode não se verificar, como particularmente na configuração da paleta noticiosa do *G1*, que em função da sua configuração empresarial, noticia os “pequenos” e “grandes casos” a princípio de interesse mais restritamente regional.

Se podemos apontar para um ponto de convergência entre as mídias que compuseram o *corpus* da pesquisa, ele certamente está na dificuldade de todas elas de tratar as violências físicas e simbólicas contra mulheres

como componentes das relações de gênero. A leitura do conjunto de narrativas pouco informa sobre as dinâmicas e hierarquizações que, a partir da misoginia, do patriarcalismo, do machismo e demais modalidades de depreciação das mulheres leva a que elas sejam sistematicamente assassinadas, agredidas física e moralmente e, não raro, culpabilizadas por aquilo de que são vítimas. O olhar orientado por princípios teóricos e metodológicos, portanto, é o que permite agrupar, em mais de 600 narrativas jornalísticas, um conjunto que internamente à investigação denominamos como pertinente à esfera das violências e crimes operados segundo as lógicas das relações de gênero. A leitura cotidiana, não orientada, não sistematizada e não interessada, portanto segundo a lógica da dispersão informativa, tenderá a ver nesse conjunto somente as marcas genéricas das violências cotidianas, naturalizadas segundo pressupostos de inteligibilidade muito pouco preocupados com as relações de gênero. Isso quer dizer de um modo de percepção das mídias jornalísticas tal como os dados da pesquisa capturaram no período da coleta, e não de lógicas de circulação social dessas informações, que não constituíram objeto de preocupação da investigação.

Na sequência, os capítulos tratam das especificidades das coberturas jornalísticas de cada uma das mídias pesquisadas, assim como analisam as entrevistas realizadas com jornalistas, mulheres vítimas de agressões e homens que praticaram agressões contra as mulheres. Ao final, trazemos um pequeno glossário com os conceitos mais recorrentes nos artigos, cuja adoção teve por objetivo melhor explicitar as noções acionadas ao longo da pesquisa, da coleta de dados e realização das entrevistas às análises empreendidas.

## Referências

ANTUNES, E. Na cena da notícia: vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres. In: MARTINS, M. DE L.; CORREIA, M. DA L.; VAZ, P. B.; ANTUNES, E. (Eds.). **Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar**. Braga: CECS/UMINHO, 2016. p. 49–69.

ANTUNES, E.; CALDEIRA, B. L. Cobertura jornalística e assassinato de mulheres: observando vítimas e agressores, refigurando a violência.

In: MARTINS, M. DE L.; CORREIA, M. DA L.; VAZ, P. B.; ANTUNES, E. (Org.). **Sentidos da morte**: na vida da mídia. 1ed. Curitiba: Appris, 2017, v. 1, p. 25-46.

BERNS, N. Degendering the problem and gendering the blame: Political Discourse on Women and Violence. **Gender & Society**, 15(2), 262–281, 2001.

BULLOCK, C. F., & CUBERT, J. Coverage of Domestic Violence Fatalities by Newspapers in Washington State. **Journal of Interpersonal Violence**, 17(5), 475–499, 2002.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. **Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros**. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2017.

EASTEAL, Patricia et al. Australian media messages: critical discourse analysis of two intimate homicides involving domestic violence. **Violence against women**, v. 25, n. 4, p. 441-462, 2019. GILLESPIE, L. K., RICHARDS, T. N., GIVENS, E. M., & SMITH, M. D. Framing Deadly Domestic Violence: Why the Media's Spin Matters in Newspaper Coverage of Femicide. **Violence Against Women**, 19(2), 222–245, 2013.

GIUS, C., & LALLI, P. “I loved her so much, but I killed her”. Romantic love as a representational frame for intimate partner femicide in three Italian newspapers. **Journal of Communication Studies**, 7(2), 53–75, 2014.

LEAL, B. S. Convencionalidade narrativas e crimes de proximidade: a violência contra as mulheres no Brasil e as tensões na escrita jornalística. In: MARTINS, Moisés de Lemos; CABECINHAS, Rosa; MACEDO, Lurdes; MACEDO, Isabel. (Org.). **Interfaces da Lusofonia**. 1ed. Braga: Universidade do Minho, 2014, v. 1, p. 210-220.

LEAL, B. S.. Crimes de proximidade e modos de aproximação: fronteiras narrativas. In: MARTINS, Moises; CORREIA, Maria L.; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo. (Org.). **Figurações da morte nos mídia e na**

**cultura:** entre o estranho e o familiar. 1ed.Braga: Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, 2016, v. 1, p. 19-32.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. Pre e pos mortem: a morte, o morrer que o jornalismo e as mídias apresentam e aquelas que cometem. In: MARTINS, M. DE L.; CORREIA, M. DA L.; VAZ, P. B.; ANTUNES, E. (Org.). **Sentidos da morte:** na vida da mídia. 1ed.Curitiba: Appris, 2017, v. 1, p. 293-308.

RICHARDS, T. N., KIRKLAND GILLESPIE, L., & DWAYNE SMITH, M. Exploring News Coverage of Femicide: Does Reporting the News Add Insult to Injury? **Feminist Criminology**, 6(3), 178–202, 2011.

SIMÕES, R. **Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas:** Políticas de (In) justiça no Discurso dos Media. Universidade de Coimbra, 2011.

TAYLOR, R. Slain and Slandered: A Content Analysis of the Portrayal of Femicide in Crime News. **Homicide Studies**, 13(1), 21–49, 2009.

NETTLETON, P. H. Domestic Violence in Men's and Women's Magazines: Women Are Guilty of Choosing the Wrong Men, Men Are Not Guilty of Hitting Women. **Women's Studies in Communication**, 34(2), 139–160, 2011.

RYAN, C.; ANASTARIO, M.; DACUNHA, A. Changing coverage of domestic violence murders: a longitudinal experiment in participatory communication. **Journal of interpersonal violence**, v. 21, n. 2, p. 209–28, fev. 2006.

GONZÁLEZ, P. C. Movimientos sociales y medios de comunicación: el cambio en el tratamiento de la violencia contra las mujeres. Recerca. **Revista de Pensament I Anàlisi**, (7), 211–239, 2007.

GONZÁLEZ, P. C. El proceso de construcción de la violencia contra las mujeres: medios de comunicación y movimiento feminista. Una aproximación desde la teoría del “framing.” Universitat Jaume I. 2010.

RAMOS, Silvia & PAIVA, Anabela. **Mídia e violência:** tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

SANEMATSU, M. Análise da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. In: VIVARTA, V. (Ed.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres, uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: Instituto Patrícia Galvão, 2011.

WOZNIAK, J. a, & MCCLOSKEY, K. a. Fact or fiction? Gender issues related to newspaper reports of intimate partner homicide. **Violence against Women**, 16(8), 934–52, 2010.

VIVARTA, V. (Coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: ANDI – Comunicação e Direitos e Instituto Patrícia Galvão, 2011.



## CAPÍTULO 3

# A violência de gênero nas páginas de dois jornais impressos mineiros

BÁRBARA CALDEIRA

IGOR LAGE

JOSÉ HENRIQUE PIRES AZEVÊDO

RAFAEL JOSÉ AZEVEDO

### **Introdução**

O interesse das mídias impressas por casos de assassinatos, mortes e violência não é nada novo. Pelo contrário, no Brasil ele parece ser até mesmo constituinte de um certo imaginário social construído acerca de uma de suas materialidades mais emblemáticas, o jornal diário, e mais especificamente do formato que se convencionou chamar de tabloide. A associação dos tabloides a um modo de fazer jornalismo popularmente tachado de “sensacionalista” evidencia também como, nesse mesmo imaginário social compartilhado, perdura uma ideia de que o conteúdo publicado nesses jornais privilegia os acontecimentos de morte e violência, com particular apreço pelo grotesco, algo regularmente classificado como “de mau gosto” e que acaba definindo, historicamente, uma identidade desse tipo de publicação.

Por outro lado, a presença da morte nas páginas dos jornais não acaba apenas definindo as formas como identificamos essas mídias,

mas também contribuem para a própria construção de um imaginário da morte em nosso tempo e em nossas culturas (MARTINS, 2017). Sendo assim, um dos interesses da pesquisa “Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico” está em observar como as mortes de mulheres são narradas nos jornais impressos hoje, para tentar compreender melhor de que modos o feminicídio e outras violências por elas sofridas são apreendidas social e culturalmente em nosso país. Partimos, portanto, do entendimento das “formas impressas como materialidades e materializações de relações comunicativas”, marcadas pelas relações entre sujeito e ambiente, pelas múltiplas potencialidades dos gestos de leitura e escrita possíveis e pelas interações estéticas que dali emergem (ANTUNES, MAFRA e JÁUREGUI, 2018, p. 38). Isto é, tomamos o texto impresso como um lugar onde se pode buscar entender as relações humanas, de modo que sua existência e as leituras que permite podem ser entendidas como elementos que substancializam condições sócio-históricas, experiências, práticas, costumes, ideologias etc. Metodologicamente, isso implica dizer que evitamos entender o texto impresso como um amontoado de informações inertes para tomá-lo como experiência e como parte de uma rede textual, como um lugar instável de inscrição e de articulação de outros textos, que se reformula a cada ato de leitura.

Para a produção deste capítulo, consultamos um conjunto de reflexões<sup>8</sup> que foi sendo organizado ao longo da pesquisa, a partir das coletas previstas para elaboração do *corpus*. Dessa forma, é importante ressaltar o aspecto processual e coletivo que está nas entrelinhas das próximas páginas. Em relação às coletas, foram escolhidos dois importantes jornais mineiros, o *Estado de Minas* e o *Super Notícia*, por questões geográficas e de familiaridade que se fizeram mais imediatas, uma vez que são mídias que circulam em Belo Horizonte e que possuem número considerável de leitores. O *Super Notícia* (SN), popularmente chamado

---

<sup>8</sup> “Femicídios e o protagonismo dos agressores nos jornais Estado de Minas e Super Notícia”, de José Henrique Pires Azevêdo, Thaiane Bueno e Nina Rocha (apresentado no Intercom Júnior Sudeste de 2014); “Construção da vítima e do agressor dentro das narrativas jornalísticas de violência contra a mulher”, de Gabriel Martins Santos; gráficos organizados pelo professor Elton Antunes, bem como a organização dos dados apresentada em seminário para o grupo por Bárbara Caldeira e José Henrique Pires Azevêdo.

só de *Super*, é um dos jornais diários de maior circulação no Brasil, com tiragem média de 302 mil exemplares, segundo o Instituto Verificador de Circulação. De preço popular, era vendido a R\$ 0,25 a edição no período da coleta, podendo ser comprado em semáforos, padarias, farmácias, bancas, entre outros espaços. Gritado pelas ruas da cidade, muitas vezes é compartilhado por um grupo de pessoas (por exemplo, dentro do ônibus), sendo presença recorrente em ambientes públicos. Circula no formato tabloide. Já o *Estado de Minas (EM)* é uma publicação do conglomerado Diários Associados que existe desde 1928. É reconhecido como um dos principais jornais de referência do país e uma das mais tradicionais publicações jornalísticas de Minas Gerais. Pode ser adquirido por assinatura ou em bancas, na época pelo valor de R\$ 2,50. Apesar de ter reduzido o número de páginas e de cadernos ao longo dos últimos anos, como a maioria dos jornais brasileiros, mantém o seu formato de maiores dimensões (*standard*), tal qual outras publicações nacionais tidas como de referência, como *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. Geralmente, o *EM* encontra maior circulação em espaços privados, como ambientes residenciais ou empresariais.

Dessa forma, escolhemos para análise dois jornais que não apenas possuem formatos e propostas editoriais diferentes, mas também se inserem em circuitos comunicativos distintos. Foram identificados e reunidos 86 relatos sobre violência de gênero, sendo 42 referentes ao *EM* e 44 ao *SN*. Além da recorrência do tema em estudo nas páginas desses jornais durante o período da coleta, foram observadas questões como quem eram as fontes citadas na matéria; qual era o tratamento dado a essas falas; qual a modalidade de violência ali relatada (física ou simbólica); como eram identificados os agressores; se havia algum indício de condenação da violência cometida por parte da mídia e também pelas fontes ouvidas; se havia alguma indicação de responsabilidade pelo crime; entre outros fatores. Na sequência, apresentamos alguns achados de nossa análise, partindo de constatações quantitativas para uma interpretação das questões de gênero e do próprio fazer jornalístico que mais chamaram a nossa atenção.

## **Análise dos relatos**

Primeiramente, podemos notar que o *SN* apresenta matérias sobre violência de gênero com recorrência apenas levemente maior que o *EM*. Isso poderia, a princípio, desmistificar uma impressão comum de que o tabloide, pelo seu aspecto editorial, daria muito mais relevância a essa temática. Entretanto, quando observamos o destaque dado a essas matérias pelo próprio jornal, confirmamos que o *SN* realmente apresenta interesse maior pelo tema. Das notícias por ele publicadas, 38,6% tiveram chamada na primeira página, contra 16,7% do *Estado de Minas*. Além disso, no *Super*, 63,6% das matérias continham imagens fotográficas, enquanto no *EM* a porcentagem foi de 52,4%.

Em ambas as mídias, a notícia relacionada à violência física prevalece sobre a simbólica, sendo os assassinatos os crimes de maior interesse. Das matérias coletadas no *EM*, 76,2% referem-se à violência física e 23,8% à simbólica. No *SN*, o desequilíbrio é bem mais acentuado: 93,2% das matérias dedicam-se a casos de violência física, enquanto as violências simbólicas ficam com 6,8%. Dividimos os casos de violência física em quatro modalidades. No *EM*, a proporção ficou da seguinte maneira: 9,5% prisão, 21,4% estupro/assédio sexual, 19% agressão e 33,3% assassinato. No *SN*, categorizamos: 2,3% prisão, 22,7% estupro/assédio sexual, 15,9% agressão e 45,5% assassinato.

Ao avaliarmos a natureza do relacionamento do agressor com a vítima, confirmamos a suspeita de que a maior parte dos crimes se dá em relações de proximidade íntima, sendo que, nas matérias publicadas em ambos jornais, os maridos, namorados e ex-parceiros são os agressores mais recorrentes. Em seguida, pessoas da convivência profissional, como patrões, colegas e prestadores de serviço. Bem perto desse grupo, encontra-se o de outros membros familiares próximos, como pais, irmãos, filhos e parentes. É importante notar que o *Super Notícia* publicou, no período analisado, mais notícias envolvendo agressores do grupo “marido/namorado/ex” do que o *Estado de Minas*. Em contrapartida, o jornal tido como de referência dedicou mais espaço a casos envolvendo “patrão/prestador/colega” do que o tabloide. Isso pode ser um traço indicativo do perfil editorial de cada um deles: o *SN* nos parece

mais interessado nos casos de violência física no ambiente doméstico, talvez pelo caráter de “relato da vida íntima” que eles carregam. Ainda que, de todo o material coletado, a maior parte das matérias de violência de gênero do *EM* também recaia nessa categoria, o volume é menor, algo que pode reforçar a antiga ideia de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Ou ainda, que a realidade desses conflitos está mais próxima das classes C e D, público-alvo do *Super*, mas não do *EM* (que se volta para as classes mais ricas). Por fim, a presença de mais agressões envolvendo patrões, prestadores e colegas no *EM* parece atuar como confirmativa do dado anterior, reforçando que, nessa publicação, haveria maior interesse pelo noticiamento de crimes de violência simbólica.

### **De assédio à “brincadeira que acaba mal”: formas de nomeação dos crimes**

Um dos principais aspectos a nortear as investigações foi o modo como os crimes são nomeados nas notícias. De modo geral, os termos “assassinato” e “crime” são utilizados com frequência, mas é muito comum ver também expressões como “história assustadora”, “crime de família”, “brincadeira que acaba mal”. Isso demonstra a existência de uma flutuação entre nomeações fundadas em um discurso jurídico e nomeações que carregam já uma interpretação, que em muitos casos nos parecem relativizar a gravidade do crime cometido. Nos casos específicos de assassinatos que envolvem tentativa de estupro anterior, percebemos que é comum que o estupro não apareça nomeado. E quando o assassinato envolve outras formas de agressões, elas também costumam não ser tipificadas.

No *Super Notícia*, identificamos um uso maior de termos não-jurídicos para designar as violências relatadas, às vezes caindo em coloquialismos como “apanha” (em vez de “é agredida” ou “sofre violência”, por exemplo), principalmente nos títulos e bigodes. No caso de estupro, o crime é assim nomeado pelo jornal, talvez pela força semântica que a palavra carrega, o que a torna chamativa para manchetes, olhos e bigodes. Menos comuns são termos como “assédio sexual” e “abuso”,

ou ainda termos que retiram a seriedade e o impacto do crime, como “envolvimento sexual”. Já no *EM*, encontramos uma preferência para termos mais associados ao linguajar jurídico, por exemplo, “assédio moral”, “cárcere privado” e “facilitação à prostituição”.

Porém, em ambas as publicações, os termos “femicídio” ou “feminicídio” não aparecem, o que pode ser, ao menos em parte, consequência de à época da coleta ainda não ter sido aprovada a lei brasileira que assim tipifica os assassinatos de mulheres. Com isso, os crimes noticiados tendem a ser entendidos como mais um fato isolado, e não como indício de problema cultural de violência de gênero que contamina a nossa sociedade. Conforme propõe Wânia Pasinato (2011), o emprego da palavra “femicídio” ajuda a conscientizar acerca das dimensões da violência de gênero, uma vez que não só define o assassinato de mulheres, como também aponta para suas razões e consequências, inserindo-o como ponto terminal de uma sequência de atos de agressão, violência e discriminação. Por isso o termo é escolhido por Azevêdo, Bueno e Rocha em análise inicial do *corpus* desta pesquisa: “Falar em femicídio é também falar de estruturas de poder que histórica e continuamente regulamentam os papéis de gênero na sociedade ocidental, criando uma constante tensão nas relações de poder e nas negociações entre gêneros” (2014, p. 4). Entretanto, como os próprios autores ressaltam, é preciso ter em vista que os casos de feminicídio narrados pela mídia são apenas uma parcela de todas as situações do tipo que acontecem cotidianamente nas cidades, sendo que muitas delas sequer ganham qualquer visibilidade noticiosa. Essa visibilidade está diretamente relacionada às denúncias atendidas pela Polícia Militar (PM) e demais corporações que atuam na segurança pública e defesa civil, já que, na grande maioria das vezes, é no contato com essas instituições que os jornalistas se informam a respeito dos crimes e começam a elaboração da pauta<sup>9</sup>. E está relacionada ainda a uma série de fatores envolvidos na prática jornalística diária, como os critérios de noticiabilidade, linha editorial do jornal e viabilidade da apuração, entre outros (AZEVEDO, BUENO e ROCHA, 2014). As consequências diretas desse

---

<sup>9</sup> Mais sobre isso no capítulo “Jornalistas e suas percepções sobre a cobertura da violência de gênero”.

cenário são, portanto, o desconhecimento desses crimes por parte da população – inclusive pela persistência de um pensamento comum de que os casos de violência doméstica devem ficar circunscritos ao foro íntimo do casal – e também a não associação dos casos que chegam a ser relatados a um problema conjuntural maior. Com isso, a questão deixa de receber a atenção necessária e mantém-se distante de um reconhecimento social mais amplo.

### **Questões de visibilidade e representação: a mulher vítima versus o homem agressor**

Como mencionado no artigo “Narrativas de um problema cotidiano - o testemunho jornalístico da violência de gênero sob diferentes perspectivas”, a fonte primária para construção dos relatos analisados frequentemente é a polícia, abarcando as instâncias militar, civil e outras. A vítima, em geral, é pouco ouvida. Nos casos de assassinatos, por motivos óbvios, mas é importante notar como nos casos de agressões e outras violências sua voz também aparece ocultada (há exceções). Do *corpus* reunido, identificamos que, nas notícias que não tratam de feminicídios, a PM é fonte em 16 das 17 matérias do *Super Notícia*. Já no *Estado de Minas*, o número cai para 6 das 21 matérias. Nesse jornal, é mais comum a presença de outras fontes, a exemplo do Ministério Público, advogados e associações. Cabe ressaltar ainda como, em ambas as mídias, é muito pouco expressiva a presença de especialistas em violência de gênero ou campos afins. Isso, a nosso ver, parece contribuir fortemente para o entendimento dos crimes noticiados como “mais um caso” e não como parte de um fenômeno mais amplo, que exigiria maior atenção do Estado, da polícia, da própria mídia e da sociedade em geral.

A preferência pela fonte policial também reflete nos modos como as personagens envolvidas aparecem nas narrativas jornalísticas produzidas. Em notas e matérias menores, principalmente, é comum que o texto se aproxime de um boletim de ocorrência narrativizado, de modo a concentrar olhares para a agressão final, que resultou no crime, e ocultando em certa medida uma cadeia de agressões que geralmente antecede essa derradeira, que vira pauta. Tal escolha nos parece relacionada a fatores múltiplos, entre eles o curto espaço que é dedicado a esse tipo

de matéria; a própria rotina dos jornalistas nas redações, que raramente têm a oportunidade (ou o interesse) de investigar cada crime com mais afinco; e a adesão dos jornais a um discurso jurídico que se esforça para não categorizar as pessoas envolvidas em um crime antes do ritual oficial do julgamento, inclusive para evitar complicações legais. São justificativas coerentes com as dinâmicas produtivas e mercadológicas de publicações impressas, mas é difícil negar que tais escolhas tendem a contribuir para a descaracterização das vítimas e para a retirada de seu protagonismo nas narrativas construídas.

Como mostram os trabalhos realizados no âmbito dessa pesquisa, sintetizados nos capítulos deste livro, desde os títulos, grande parte das matérias coletadas tendem a mostrar o agressor com maior destaque, em detrimento das vítimas. De modo geral, a figura da mulher é destituída de capacidade de agir (ou mesmo de reagir) diante da ação dos homens reportados, e sua apresentação no texto se dá muito recorrentemente a partir de sua vinculação afetiva com o autor do crime. “A vítima é constantemente reduzida a palavras como ‘mulher’, ‘namorada’ ou ‘ex’. A abordagem dos títulos já chama a atenção para o agressor e para o crime por ele cometido” (AZEVEDO, BUENO e ROCHA, 2014, p. 6). Isso é perceptível em títulos presentes nas duas publicações em análise, tais como “Empresário acusado é mantido preso na Itália” (*Estado de Minas*, 05 de setembro de 2013, p. 20), “Matador de secretária condenado a 28 anos” (*Estado de Minas*, 06 de setembro de 2013, p. 19), “Esfaqueia a namorada” (*Super Notícia*, 16 de maio de 2013, p. 12), “Preso por atirar na namorada” (*Super Notícia*, 07 de setembro de 2013, p. 3).

Esses exemplos, dentre diversos outros, acabam se alinhando à constatada observação de que, nas matérias analisadas, dedica-se mais espaço para falar sobre os agressores (ou supostos agressores) do que sobre as vítimas. Nesse sentido, descrições mais detalhadas desses sujeitos parecem ter maior importância na forma como trabalha o jornalismo diante desses crimes de proximidade.

É destinado mais espaço para dizer quem é o criminoso, sua profissão, idade, se foi pego ou não, sobre suas relações com a vítima. É constante que as notícias comecem falando sobre os agressores e que o nome da vítima apareça sem relevância no meio do texto. (AZEVEDO, BUENO e ROCHA, 2014, p. 7)



Nas matérias que tratam de casos que tiveram maior repercussão na mídia, gerando uma série de notícias com atualizações do andamento das investigações (o maior exemplo na coleta é o caso do goleiro Bruno, ex-jogador do clube Flamengo, preso em 2010 por participação no sequestro e assassinato da modelo Eliza Samudio), o protagonismo do sujeito agressor parece mais justificável, uma vez que a discussão passa a se focar nos desdobramentos do crime e na pena. Entretanto, como destacamos acima, as ocorrências não se resumem a esses casos. Desse modo, há poucas narrativas jornalísticas no *corpus* em que a mulher é a personagem central, e mesmo quando é, isso parece estar relacionado à visibilidade do acontecimento e das reverberações (AZEVEDO, BUENO e ROCHA, 2014, p. 6).

Voltando aos homens agressores, percebemos que, assim como algumas vítimas, é comum que sejam identificados pelo nome completo, mas várias vezes eles aparecem de forma anônima. Uma vez que muitos crimes se inserem em um contexto de relação de proximidade, os homens retratados também costumam ser caracterizados somente pela relação com a vítima (marido, ex-marido, namorado, filho, amigo etc.). Porém, notamos que, devido ao protagonismo que recebem nos textos, é mais comum que sejam caracterizados de forma levemente mais detalhada, com idade e profissão demarcadas, por exemplo. É importante ressaltar, nesse sentido, que certas profissões, como professor, médico e enfermeiro, podem aparecer para indicar os modos como os agressores entraram em contato com as vítimas. Ainda assim, no geral, os textos fornecem pouca caracterização física dos indivíduos, algo que dificulta a elaboração de dados sobre quem são esses homens agressores, e também denota uma qualidade do processo apurativo dos repórteres, que optam por prescindir de sua presença corpórea na cena do crime.

A estética textual do boletim de ocorrência também fica evidente na nomeação desses agressores, que oscila entre suspeito (respaldo legal) e criminoso, com variações. Uma qualificação do agressor (assassino ou possível assassino, estuprador ou possível estuprador etc.) raramente é apresentada nas notícias.

O parágrafo introdutório da matéria “Mata a mulher e diz que foi o diabo”, do *Super Notícia*, revela, de forma sucinta, várias das impressões compartilhadas até aqui:

“O diabo mandou eu matar ela”. Essa foi a justificativa dada por André Dias Araújo, de 30 anos, após ser preso suspeito de matar a mulher com golpes de enxada, em Dionísio, no Vale do Aço. O assassinato foi presenciado pela filha da vítima e por sobrinhos dela, todos crianças de 4 e 5 anos, que se desesperaram ao ver a cena. (*Super Notícia*, 27 de agosto de 2013, p. 5)

No trecho acima, podemos perceber alguns elementos recorrentemente encontrados nas matérias coletadas: o protagonismo do agressor; a redução da mulher a uma condição de vítima mal identificada; o agressor melhor caracterizado, com nome completo e idade. O excerto chama atenção ainda para outras recorrências: é comum, por exemplo, a descrição dos objetos e armas relacionados diretamente ao crime; há também espaço para a descrição das cenas em que o crime se sucedeu; não raramente, temos descrições algo pormenorizadas relativas ao planejamento e execução do crime. Assim, as ações continuam protagonizadas pelos agressores, enquanto às mulheres agredidas resta a passividade e a inação (AZEVEDO, BUENO e ROCHA, 2014).

A observação dos textos também apresenta outro elemento inquietante: quando há tentativas ou gestos de “contextualização dos fatos”, não raramente encontramos construções narrativas que parecem querer naturalizar ou até mesmo neutralizar a ação criminosa. Isso é perceptível nessa mesma matéria em que o homem justifica ter assassinado sua companheira em obediência ao “diabo”. Um policial militar teria relatado: “Não há nenhum histórico de briga entre os dois, e isso surpreendeu mais ainda a todos” (*Super Notícia*, 27 de agosto de 2013, p. 5). Ora, mas como o policial pode afirmar tão precisamente sobre a relação entre essas duas pessoas? O que garante que realmente não havia um histórico de violência ali? E o que está sendo entendido como “violência” no caso? Não há, a nosso ver, como excluir aqui a possibilidade de uma relação abusiva na vida privada. Entretanto, o que acaba transparecendo na notícia é uma situação de excepcionalidade do comportamento do agressor, algo que, na prática, nos parece operar em favor da redução ou isenção da culpa do esposto.

Um outro exemplo, também do SN, a matéria “Morta pelo ex ao lado dos filhos” (3 de dezembro de 2013, p. 3) traz um depoimento do irmão

da vítima dizendo que a mulher, após o fim do relacionamento, pediu ao ex-marido um apoio financeiro para cuidar dos filhos, e que a resposta do homem foi negativa, seguida de uma ameaça: se ela acaso entrasse na Justiça, seria morta no dia seguinte. No *Estado de Minas*, também foram encontradas matérias que tendem para a culpabilização da vítima. Na notícia<sup>10</sup> “Apelo sexual faz subir a audiência do big brother” (30 de janeiro de 2014, p.5), o texto usa o fato de a vítima ser sexualmente ativa e ter consumido álcool para diminuir a gravidade do assédio que sofreu; e em “Suspeito preso na Itália” (4 de setembro de 2013, p. 19), uma das autoridades ouvidas chega a indicar que a causa do crime seria a gravidez da vítima, que mantinha um caso extraconjugal com o agressor.

A partir de exemplos como esses, notamos que, em casos isolados, o histórico de agressões torna-se ponto de interesse dos jornais para contextualizar de alguma forma o crime em questão. Entretanto, muitas vezes, ao tratarem desse histórico sem o devido cuidado, deixando de fora informações importantes para a compreensão completa do cenário, as narrativas acabam deslizando para uma tendência de naturalizar a agressão. Ou seja, paradoxalmente, um elemento que poderia ser empregado para demonstrar uma dimensão processual da violência acaba servindo, em muitos textos, para culpabilizar a mulher, como se ela tivesse feito algo que induzisse o homem a utilizar a violência.

Nesse sentido, cabe recuperar a reflexão de Bárbara Caldeira (2017) sobre uma tipificação da mulher encontrada em matérias de violência de gênero: as boas vítimas e as más vítimas. As boas vítimas seriam aquelas mulheres narradas como boas mães, boas esposas, comportadas, “obedientes”, trabalhadoras. Já as más vítimas são aquelas que possuem relacionamento extraconjugal, que terminaram um relacionamento e estão (ou, como muitas vezes é colocado, “já está”) com outro parceiro, aquela que sabia do histórico de violência do parceiro e continuou com ele, entre outras situações. Nessa categoria também se enquadram as mulheres que “possam ter provocado o assédio do qual foram vítimas” e as prostitutas, categoria profissional muito explorada nos textos, com um julgamento negativo da profissão e a sugestão de lacunas morais.

---

10 Remontamos aqui à análise feita por Gabriel Martins Santos, em 2014, em trabalho não publicado.

Com isso, percebemos que a maioria das matérias coletadas tende a dois movimentos problemáticos, às vezes concomitantes: o apagamento dos traços de subjetividade e identificação da vítima e/ou um gesto implícito de culpabilização dessas mulheres, sugerindo muitas vezes a existência de uma espécie de vulnerabilização voluntária (especialmente em casos que envolvem prostituição, vícios como álcool e drogas e permanência em um relacionamento no qual o histórico de abuso já era conhecido).

Por fim, vale destacar ainda que há pouco uso de imagens nas matérias de ambas as publicações: os rostos e corpos das pessoas envolvidas, em especial, não costumam aparecer. Fotos das mulheres vítimas são ainda mais raras que a dos agressores. Em alguns casos pontuais, utiliza-se um registro 3x4 da vítima, prática que remete novamente à gramática do boletim de ocorrência e aos procedimentos policiais. Já para os homens autores de violência, há algumas matérias que publicam imagens do registro de sua prisão ou do momento de apresentação na delegacia. Mais comum é o uso de fotografias genéricas, tal como a porta de uma delegacia ou mesmo a paisagem de algum bairro ou cidade.

Considerando a lógica de produção do jornal impresso diário, parece-nos razoável compreender que muitas matérias não venham acompanhadas por fotos ou outro recurso imagético, tendo em vista as próprias limitações da inscrição dos textos nessas materialidades. Mas, ainda assim, é interessante pensar nas implicações do não aparecimento desses corpos, principalmente o da vítima. Já vimos que, na maior parte dos textos, não há uma caracterização precisa das pessoas envolvidas, mas, no *Super* em especial, encontramos descrições relativamente detalhadas do crime, principalmente quando há algo de grotesco, sórdido ou espantoso no ato. Isso leva a uma espécie de contradição entre o explícito do texto verbal e o invisível do texto visual – algo talvez ainda mais acentuado no SN pela agressividade de sua diagramação, que prefere tipografia forte, cores vibrantes e poucos espaços de respiro nas páginas. Dessa forma, em ambas as publicações, a combinação da ausência de imagens com a presença de uma descrição do crime, independente do grau ou modo de detalhamento, parece fazer com que o corpo da vítima

seja sempre imaginado, mesmo quando não aparece visualmente<sup>11</sup>. Esse corpo, porém, é despersonalizado, o que pode sugerir um ocultamento de aspectos importantes para a compreensão do feminicídio e de outras violências contra a mulher como crimes motivados pelo machismo e por relações de gênero no Brasil.

Tudo isso nos leva a considerar que, tanto no *Estado de Minas* como no *Super Notícia*, as vítimas tendem a ser destituídas de rosto, profissão ou qualquer característica mais individualizada: sabemos muito pouco além de seus nomes e idades, não são mais que “esposa”, “ex”, “namorada”, “mãe”, “irmã”. Ao dar maior agência narrativa aos agressores, os dois impressos acabam por destituir as vítimas de suas singularidades, de suas lutas, seu sofrimento e suas motivações. Com isso, a mulher vítima do crime se torna, de novo e de novo, apenas mais um corpo morto ou agredido – mais uma nota entre tantas outras, dia após dia, nas páginas dos jornais diários.

### Considerações finais

Como o percurso até aqui tenta mostrar, há aproximações e discrepâncias na abordagem do *Estado de Minas* e do *Super Notícia* em relação à violência de gênero, algo que nos parece fortemente relacionado às identidades narrativas dessas publicações enquanto sujeitos semióticos e agentes discursivos (LEAL e CARVALHO, 2012). Ainda que o número de textos sobre casos dessa natureza seja próximo entre as duas mídias, o *SN* dedica mais espaço ao tema em suas páginas, principalmente se levarmos em consideração que seu formato é menor, tanto em termos de tamanho como de quantidade de páginas, se comparado ao *EM*. Além disso, no *EM*, boa parte das notas são lacônicas, enquanto no *Super*, ainda que também haja muitos textos curtos sobre violências contra mulheres, encontramos matérias mais longas sobre os crimes.

Todavia, em ambos os casos, matérias com maior destaque jornalístico (chamada na capa, fotografia etc.) ou mais bem apuradas não contribuem significativamente para uma melhor qualidade da visibilização das

---

11 Para outros detalhes sobre essas dinâmicas, consulte o artigo *Narrativas de um problema cotidiano - o testemunho jornalístico da violência de gênero sob diferentes perspectivas*, que compõe este livro.

mulheres vítimas, assim como das dinâmicas implicadas nas relações de gênero que promovem as violências físicas e simbólicas. O que notamos é que, na maioria dos textos, as mulheres são muito pouco caracterizadas, sendo presentes apenas informações procedimentais, como nome e sobrenome, idade, profissão – muitas vezes nem isso. Descrições físicas mais detalhadas não são comuns, tampouco são investigações mais densas sobre aspectos subjetivos dessas vítimas, o que opera, por fim, em favor de sua planificação, sua transformação em mais um corpo morto ou agredido. Em termos de levantamento de dados, isso também tornou mais difícil perceber componentes étnico-raciais, por exemplo, entre outros possíveis, que poderiam nos dizer mais sobre quem são essas mulheres que estampam as matérias de violência de gênero nos impressos analisados.

Certamente, parte desse processo de descaracterização das vítimas pode ser justificado pela própria dinâmica produtiva do jornal impresso diário, na qual não se dedica muito tempo ou esforço para apuração de casos como os que aqui analisamos. Inclusive, também por isso encontramos textos jornalísticos nos quais as principais fontes são a Polícia Militar ou a Polícia Civil, de modo que as notícias incorporam certa retórica dessas instituições e terminam se assemelhando, em diversos pontos, a um boletim de ocorrência. Porém, como bem indicam Azevêdo, Bueno e Rocha,

Narrar os casos de femicídio não significa apenas reproduzir um boletim de ocorrência ou ouvir algumas fontes. Falar de crimes de gênero sem reconhecer a violência como indicativa de um problema maior ou apontá-la como problema social é bastante sintomático. (2014, p. 10)

Desse modo, ainda que os jornais impressos garantam certa visibilidade a crimes de violência de gênero que ocorram cotidianamente, a forma como se narra tais crimes não contribui para que sejam percebidos como um lamentável fenômeno de maior escala, um problema que, para além da singularidade de cada situação, define relações de proximidade em todo o país e mantém em risco milhares de mulheres.

Nessa toada, as responsabilidades do Estado e da própria mídia parecem desvanecer, sendo que, em alguns exemplos mais problemá-

ticos, a culpabilização pelo crime acaba sugerida à própria vítima. No *EM*, identificamos que as matérias em que a responsabilidade do crime recai sobre a mulher representam 2,4%, enquanto no *Super* a margem alcança 9,1%. No *EM*, 38,1% dos textos não condenam o agressor e outros exatos 38,1% não condenam a violência. Já no *SN*, 15,9% não apresentam condenação do agressor, enquanto 11,4% não condenam a violência. Essa forma de interpretar os casos diz do olhar para o mundo adotado por certos tipos de prática jornalística (não apenas, mas também), e aponta para a permanência de uma série de problemas nos modos como os crimes de violência de gênero são apreendidos social e culturalmente.

## Referências

ANTUNES, Elton; MAFRA, Rennan; JÁUREGUI, Carlos. Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciação. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ALZAMORA, Geane (orgs.). **Textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCom/UFGM, 2018.

AZEVEDO, José Henrique Pires; BUENO, Thaianie; ROCHA, Nina. Femicídios e o protagonismo dos agressores nos jornais *Estado de Minas* e *Super Notícia*. In: XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2014, Vila Velha. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2014.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. **Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros**. Dissertação (Mestrado) - UFGM, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2017.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo e homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões**. São Paulo: Intermeios, 2012.

MARTINS, Moisés de Lemos. Abrindo os sentidos: o imaginário da morte na contemporaneidade. In: MARTINS, Moisés de Lemos. et al (orgs.). **Sentidos da morte: na vida da mídia**. Curitiba: Appris, 2017.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas, vol. 37, 2011.

SANTOS, Gabriel Martins. **Construção da vítima e do agressor dentro das narrativas jornalísticas de violência contra a mulher**. Relatório final de Iniciação Científica - UFMG, Belo Horizonte, 2014



## CAPÍTULO 4

# Desdobramentos da violência de gênero sobre o texto televisivo: um estudo de três telejornais<sup>12</sup>

GABRIELA FILIPPO

FELIPE BORGES

JOSÉ TARCÍSIO OLIVEIRA FILHO

Entre maio de 2013 e fevereiro de 2014, as pesquisadoras e os pesquisadores participantes do projeto “Narrativas de um problema cotidiano: o testemunho jornalístico e a violência de gênero” coletavam, em diversos meios de comunicação, matérias que abordavam a violência contra a mulher. Coincidentemente, entre maio e junho de 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aplicava questionários de norte a sul do Brasil no intuito de compreender a percepção da população brasileira sobre o mesmo tema. No total, 3.810 pessoas foram ouvidas na pesquisa do IPEA, batizada de “Tolerância social à violência contra as mulheres” (INSTITUTO, 2014), cujos resultados foram publicados em abril do ano seguinte. Entre as conclusões que mais chamaram a atenção

---

12 O capítulo contou com a colaboração de Laiza Alves, Pedro Loures, Anna Alice Nogueira, Lívia Campolina – que fizeram sua iniciação científica na pesquisa “Narrativas de um problema cotidiano: o testemunho jornalístico e a violência de gênero” – e de Juliana Soares – doutoranda que participou de diversas fases do projeto.

está a de que 58% das pessoas entrevistadas concordam com a expressão “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”. Outro resultado alarmante é de que 82% estão de acordo com a frase “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, numa clara condenação à denúncia realizada por terceiros em situações de crime de proximidade.

Esse quadro preocupante, no entanto, não chega a ser surpreendente, e dimensiona a visão machista que normaliza a violência e apregoa a submissão feminina na sociedade brasileira. A cultura do estupro, por exemplo, se materializa nas mais diferentes situações e lugares: contamina as relações familiares, afetivas e profissionais; modifica a percepção da mulher acerca de seu próprio corpo e do corpo alheio; e interfere em sua liberdade no ir e vir em espaços tanto públicos quanto privados. Essa cultura é formada por diversos discursos e modos de ver que circulam socialmente, e que podem encontrar lugar privilegiado para tal em mídias como a televisão.

No Brasil, a TV está presente em mais de 95% dos domicílios particulares permanentes (GANDRA, 2018), e é nela que 63% dos brasileiros encontram seu principal meio de informação (TV..., 2017). Com esses dados em mãos, podemos depreender que, mesmo diante das novas tecnologias, a televisão permanece como mídia fundamental para os brasileiros se informarem, aspecto que reforça sua importância na configuração dos debates públicos em nossa sociedade. Como defende Bruno Leal,

[...] as notícias devem ser concebidas como espaços de negociação, que envolvem diversos atores sociais e entre eles, de modo privilegiado, está o receptor. Assim, cada mídia, cada programa ou produto, manifesta uma experiência da vida social e a oferta aos seus receptores, numa relação que é menos de manipulação e mais de apropriação mútua. Em outras palavras, como produto de linguagem, o acontecimento noticioso exige que o seu receptor realize operações que lhe atribuam sentido e o (re)insiram no cotidiano. (LEAL, 2009, p. 94)

A percepção de Leal (2009), que aponta a manifestação da experiência da vida social pelas mídias, destaca também a televisão como uma tecnologia cultural (WILLIAMS, 2016) – na qual o jornalismo, a cultura

e a sociedade dialogam entre si, inclusive deslocando os sentidos de valores universais do jornalismo (GOMES, 2011). Essa relação socio-cultural exige que nos atentemos às narrativas que circulam nos telejornais brasileiros, a fim de entendermos que tipo de diálogo é mantido com a população e quais processos de visibilidade/invisibilidade se fazem presentes no jornalismo, passíveis de reafirmar ou tensionar perspectivas machistas e misóginas presentes na sociedade brasileira. Para isso, é necessário estudar como o tema da violência de gênero aparece no texto televisivo (e telejornalístico), entendido aqui a partir da articulação entre diferentes níveis expressivos, como o visual e o sonoro (GUTMANN, 2014). Logo, poderemos observar de que maneira se constitui uma materialidade televisiva – relativa à imagem, à montagem, ao som e à performance dos corpos falantes, dentre outros elementos (GUTMANN, 2014).

Assim, a partir de uma discussão sobre violência de gênero no telejornalismo, este capítulo se propõe a apresentar os resultados da análise de 117 matérias, entre notas cobertas e reportagens, de três noticiários televisivos: *Jornal Nacional (JN)*, da Rede Globo, *Balanço Geral (BG)*, da RecordTV Minas e *Jornal da Alterosa - 2ª edição (JA)*, da TV Alterosa, afiliada do SBT em Minas Gerais.

O *JN* é o telejornal mais antigo do país ainda em exibição – sua primeira transmissão é de 1969 – e o primeiro a ser exibido em rede nacional (GLOBOa, 2018, s.n). Também é o de maior audiência: frequentemente, fica posicionado entre os cinco programas mais vistos da Rede Globo e do Brasil (KANTAR..., s.n). Na amostra dessa pesquisa, é o único telejornal de cobertura nacional, alcançando mais de 90% do território brasileiro (GLOBOb, 2018, s.n). Já o *BG* é um telejornal regional produzido pela TV Record e suas afiliadas. A linguagem popular e as matérias sobre casos de polícia são as principais características do programa. O *BG* da RecordTV Minas está no ar desde o ano de 2005. Também de abrangência regional, o *JA - 2ª edição* é produzido pela TV Alterosa. Segundo a emissora, “o *Jornal da Alterosa* ocupa o horário nobre da TV, falando diretamente às cidades e regiões do Estado” (ALTEROSA, 2018, s.n). Os três noticiários, além de serem transmitidos em sinal aberto, estão disponíveis na internet. A escolha do *JN* é justificada por se tratar

do telejornal de maior audiência no Brasil e ser uma referência para as práticas profissionais que envolvem o jornalismo; a dos dois últimos, por serem emitidos regionalmente e apresentarem um perfil editorial voltado para questões de escalas locais e regionais<sup>13</sup>.

Partindo dos números obtidos, realizamos uma análise exploratório-qualitativa sobre a coleta. A metodologia nos permitiu identificar os recursos jornalísticos frequentemente empregados (como fotografias e infografias), as imagens recorrentes, a construção da narrativa, a influência do gênero da/do jornalista na condução da reportagem e as especificidades do telejornalismo em relação às demais mídias que compõem o banco de dados do projeto de pesquisa. A seguir, discutimos algumas das percepções que nos pareceram mais relevantes acerca da coleta e nos aprofundamos em alguns casos específicos, pertinentes para se pensar o todo da pesquisa.

### **Pequenos acontecimentos**

Um dos dados que mais chama a atenção acerca das 117 matérias televisivas coletadas é que nenhuma tematiza a “violência de gênero”. Nota-se, assim, que os telejornais abordam casos de crimes contra a mulher – como estupros, feminicídios, violência simbólica, entre tantos outros –, mas não os reconhecem como sendo uma questão de gênero. Existe, como afirma Muniz Sodré (2009) com referência a Louis Quéré (2005), uma hierarquia na retratação da violência: há “grandes e pequenos acontecimentos, hierarquizados em razão de sua previsibilidade dentro de um sistema determinado” (SODRÉ, 2009, p. 34). Sendo assim, casos de violência de gênero parecem ser enquadrados como pequenos acontecimentos, previsíveis nos *scripts* dos noticiários, abordados mais ou menos da mesma maneira, por meio de uma visada que evita maiores complexificações e silencia certas discussões. Os acontecimentos que se tornam grandes e passam a ocupar a agenda dos noticiários de forma constante, como é o caso do assassinato envolvendo Eliza Samudio, em nenhum momento são tratados como violência de gênero. O referido caso ganha visibilidade e condição de grande acontecimento pela

---

13 Para detalhes sobre a metodologia da coleta de dados, consultar os dois primeiros artigos deste livro.

ligação do feminicídio com Bruno Fernandes, ex-goleiro do Flamengo e do Atlético Mineiro (o episódio ainda será discutido com maior profundidade neste artigo).

Alguns dados sobre a análise dos acontecimentos no material informativo televisivo foram identificados na fase de levantamento quantitativo (descrita no capítulo dedicado aos aspectos gerais da pesquisa). Entre eles, reforçamos: 1) a “autoridade”, representada principalmente pela Polícia, ocupa a principal fonte de informação. Os agressores, as vítimas (quando sobrevivem) e os parentes ficam praticamente empatados em segundo lugar – com pouca variação na comparação entre os telejornais. Apenas no caso do *JN* a voz das autoridades é ainda mais predominante (presente em 81,8% das matérias) em detrimento das demais fontes (agressor, 18,2%; vítima, 27,3% e parente, 18,2%); 2) em relação ao papel do agressor, em 41% do material coletado ele é representado pelo parceiro íntimo, sendo preponderantes o marido ou namorado. Filho, irmão ou outro parente correspondem a 21%, seguido do patrão ou prestador de serviço, com 20%; 3) nos telejornais regionais, há maior incidência de comentários que geralmente condenam a violência, sendo registrado tal comportamento em 15,4% das matérias do *BG* e em 9,8% no *JA*; 4) sobre a questão da proximidade geográfica, 9 entre cada 10 reportagens ou notas-cobertas reportam o local onde aconteceu a agressão.

Como dito, há uma forte dicção policial nas matérias para TV, e os policiais entrevistados surgem como autoridades incontestáveis. A própria sonora das matérias tende a enfatizar que a narrativa é construída a partir de relatos (vítima, testemunha, vizinho, agressor). Ainda assim, em relação às demais mídias, nota-se aqui uma particularidade: ocasionalmente, as vítimas e as testemunhas contam diretamente ao repórter a sua versão do acontecimento. Nessas ocasiões, o rosto de quem dá entrevista geralmente é ocultado, e sua voz, distorcida – como deve ser, a fim de manter o anonimato das pessoas envolvidas. É o que pôde ser constatado, por exemplo, na reportagem “Mata ex-mulher e se suicida no salão” (*JA*, 10 jul. 2013). A testemunha, uma manicure, relata como o agressor entrou no salão e matou a esposa com um tiro na cabeça.

Entre as personagens envolvidas nas matérias coletadas, levamos em consideração também a figura da/do repórter, observando em que medida seu gênero influenciou na maneira de abordar a violência. Quantitativamente, há um equilíbrio entre o número de mulheres e de homens repórteres e não se perceberam mudanças significativas entre as narrativas. Se, por um lado, uma profissional conduziu a matéria “Escola sem lei no Barreiro” (*JA*, 13 nov. 2013) (sobre a qual falaremos adiante), que culpabiliza a vítima, por outro uma jornalista produziu a reportagem “Feministas trocam nomes de praças de BH” (*JA*, 15 mai. 2013). Nesta, é visível um esforço para construir um protagonismo feminino: todas as fontes são mulheres, há um aprofundamento sobre quem são as homenageadas e é feita uma descrição acerca do histórico das lutas feministas de cada uma delas.

### **A violência de gênero (ou sua falta) em distintos telejornais**

Se há um padrão tanto no que se refere ao tipo de fonte quanto do gênero das/dos jornalistas, o mesmo não se pode dizer em relação a outros dados da pesquisa. Das 117 matérias coletadas, 106 correspondem aos telejornais regionais *BG* (65) e *JA* (41). Somente 11 são do *JN*, um número baixo, que representa 9% da coleta. As matérias envolvendo violência de gênero no *JN* se concentraram no caso do assassinato do menino Joaquim, de três anos, pelo padrasto – que responde por nada menos que seis dos 11 vídeos coletados.<sup>14</sup> Os outros crimes abordados são o de Eliza Samudio; de Sandra Gomide (assassinada pelo jornalista Antônio Pimenta Neves em 2000); do estupro de uma menor por três marinheiros; de pessoas feridas num protesto no Rio de Janeiro; e de um jovem que matou a irmã nos Estados Unidos.

Conforme Carlos Alberto de Carvalho, Laiza Alves e Pedro Loures (2014), é significativo que um telejornal da importância do *JN* não aborde o problema da violência contra a mulher e que, quando o faça, silencie sobre a questão de gênero. Além disso, mais especificamente

---

14 A escolha por manter esses vídeos na coleta se justifica pela precoce culpabilização da mãe de Joaquim no início do processo de investigação. Até aquele momento, sua participação no crime ainda não havia sido constatada – algo que só viria a acontecer posteriormente.

duas notas cobertas foram levadas ao ar “[...] por serem repercussões de ‘grandes acontecimentos’ [casos Eliza Samudio e Sandra Gomide] e a outra por se referir a mais um crime entre tantos outros, porém tendo como agressores três integrantes das Forças Armadas” (CARVALHO; ALVES; LOURES, 2014, p. 9). A análise da coleta revela, assim, que a violência contra a mulher não é um tema tomado como importante por si só no *JN*. No caso das notas cobertas, estudadas por Carvalho, Alves e Loures (2014), a abordagem veio na esteira de outros fatores que, esses sim, parecem caros ao telejornal global: um acontecimento envolvendo uma celebridade (o goleiro Bruno); um que causou comoção nacional devido ao assassinato de uma criança por aqueles que deveriam protegê-la (caso do menino Joaquim); e um que arranhava a imagem de uma instituição tradicional do país, símbolo de ordem e disciplina (caso dos três marinheiros).

Ao contrário do noticiário nacional, nos telejornais regionais a presença de matérias sobre crimes contra a mulher é mais frequente, e tende a ocupar um tempo de tela maior. No caso do *BG*, vale destacar os comentários feitos pelo apresentador Mauro Tramonte, que introduzem e fecham as matérias. Tramonte não se furta em dar suas opiniões, portando-se, muitas vezes, como um “juiz”. Um exemplo pôde ser conferido na nota coberta “Preso suspeito de estuprar a filha” (15 mai. 2013). O apresentador comenta o ocorrido:

E olha que notícia revoltante. Um homem foi preso suspeito de estuprar a própria filha. É o fim do mundo meu Deus do céu. Esse povo tá todo ficando louco [...] Ô gente, se for constatado um trem desse aí, pelo amor de Deus, um cara desse quando morrer isso vai pro inferno. Isso vai pro inferno. Sabe pra onde que inferno que vai? Vai pro inferno 14, caldeira 45, porão 80, subsolo 38, vai por terceira porta à direita que fica o caldeirão 69, que é o último lugar do inferno. Aí não passa mais. É o último lugar do inferno um cara desse quando morrer. Pelo amor de Deus. Tem que denunciar mesmo um sujeito desse. Tem que ir preso.<sup>15</sup>

Durante a fala, ouvimos ao fundo um curioso recurso sonoro: uma risada em tom maléfico, típica de uma estética de programas populares,<sup>16</sup>

---

15 Fala obtida pela matéria exibida no *BG* da Record Minas, no dia 15 mai. 2013.

16 Chamamos esse jornalismo de “popular” a partir de Rafael Venâncio (2010), que situa o surgimento do modelo em meados dos anos 1980, nos Estados Unidos. O jornalismo

e que remete ao gênero do horror. A condenação da violência – que, como apontamos, é mais frequente nos telejornais regionais – acontece mediante a proposição de outra violência, pois o apresentador encerra a fala sugerindo que o homem deveria ser estuprado na prisão.

Tramonte em muito se distancia da performance de apresentadores de tom mais sério e impessoal, modelo consagrado durante grande parte da história do telejornalismo (FECHINE, 2008) – e que podemos conferir, por exemplo, no *JN*, ainda que toques de informalidade tenham sido adicionados na última década. No *BG* e em programas semelhantes, acompanhamos um apresentador que se coloca como alguém mais próximo e familiar, e que

[...] apela à afetividade e passionalidade do telespectador. Para a construção desse tipo oposto de éthos, costuma adotar um comportamento mais informal e uma postura corporal mais relaxada. Seu gestual é mais espontâneo e menos contido, suas expressões faciais são usadas deliberadamente como forma de comentário. Sua entonação varia com frequência, sendo utilizada também para exprimir seus estados de alma, seja de comoção ou indignação (é o tipo de apresentador que “esbraveja” ou fala muito alto, por exemplo). (FECHINE, 2008, p. 74)

No caso do apresentador do *BG*, os discursos de tom inflamado e caráter justiceiro não são raros. A verborragia, conferida na fala que transcrevemos, é motivada pelo desejo de causar risos, numa abordagem que ganha requintes ainda mais levianos com a adição da gargalhada. Em nenhum momento é discutido como esse tipo de crime é consequência de uma cultura social típica de países que têm muitos de seus comportamentos referenciados em hábitos machistas – e que, não por acaso, normalizam a transformação de crimes de estupro em piada.

A aproximação descuidada com temas sérios como a violência de gênero tende, assim, a respingar no modo como a figura da vítima é

---

popular seria um contraponto à seriedade dos telejornais produzidos até então. O autor classifica o jornalismo popular em duas categorias: o comercial e o comunitário. O comunitário é o que autoras brasileiras, como Círcia Peruzzo e Beatriz Dornelles, consideram comprometidos com a localidade, e que atuariam no desenvolvimento da autonomia cidadã e da comunidade. Já o comercial seria baseado no sensacionalismo (VENÂNCIO, 2010).



tratada pelos telejornais. Descuido esse que, muitas vezes, configura-se como uma tentativa mesma de tornar a vítima, na verdade, culpada pela situação.

### **Imagens construídas, corpos desmontados**

Na abordagem da violência de gênero, que diversas vezes envolve mortes e inclui menores de idade entre seus personagens, o cuidado com as imagens se faz ainda mais necessário. É um desafio, inclusive, escolhê-las a fim de “preencher” o tempo de tela. Quando não há, por exemplo, flagrantes e entrevistas, os telejornais tendem a reforçar a narrativa de dicção policial sobre a qual comentamos: a matéria se torna, praticamente, uma leitura do boletim de ocorrência, ilustrada por imagens de delegacias e hospitais.

Por outro lado, observa-se que, muitas vezes, a força das imagens é critério para que algo vire notícia, especialmente no telejornalismo regional e, mais marcadamente, no *BG*. Mesmo quando não se conferem alguns dos principais elementos que compõem o protocolo de apuração na televisão – como sonora com testemunhas ou falas oficiais –, certas matérias vão ao ar no *BG* pelo impacto das imagens violentas, caso de “Homem bate boca com suspeita de tráfico” (13 nov. 2013) e “Flagra: homem agride mulher com facão na estrada” (27 jan. 2014). É de se questionar, em situações assim, sobre até que ponto o poder imagético serve ao interesse público, especialmente quando vem acompanhado por locuções que não problematizam a violência explicitada.

A imagem em movimento do telejornalismo não deve ser tomada nem como espelho do real – visada que ignora sua construção essencialmente subjetiva – e nem como dimensão isolada em si mesma. Segundo Juliana Gutmann:

O noticiário televisivo, do ponto de vista material, é regulado pela linguagem audiovisual, aspecto distintivo em relação a outros produtos informativos. No telejornal, a presença da imagem, do som e da articulação entre ambos são dispositivos configuradores de uma determinada realidade perceptível pela vista e pelo ouvido através dos dispositivos técnicos de captura e montagem. (GUTMANN, 2014, p. 62)

Nesse sentido, faz-se necessário observar de que maneira o telejornalismo trabalha com as dimensões visuais e sonoras em sua construção discursiva, e quais questões essa materialização oferece no que tange ao nosso entendimento acerca das abordagens midiáticas sobre a violência de gênero. Isso pode ser percebido, de partida, na escolha mesma das imagens.

O trabalho que é feito com o rosto das vítimas revela, por exemplo, um modo de localizar as mulheres conforme a classe social. Nas matérias em que o rosto é exibido, ainda que não seja uma regra, é possível notar um certo padrão. Quando se trata de mulheres de baixa renda, é recorrente o uso de fotos 3x4, como são os casos de Aline Jessica dos Santos (morta pelo ex-namorado) e Gislaina Aparecida Souza (assassinada pelo filho) (Figura 1). Isso muda quando a vítima apresenta melhor condição socioeconômica. Um exemplo é Marília Rodrigues Silva Martins, de 29 anos: grávida de cinco meses, foi assassinada na Itália pelo companheiro. Nas imagens divulgadas no *BG*, ela aparece ao lado do agressor num helicóptero ou num ambiente domiciliar (Figura 2). Construções assim parecem destacar a “humanidade” da vítima, retratada em situações prazerosas e cotidianas que convocam uma maior adesão do telespectador.



Figura 1 - Fonte: Capturas de tela de BG (28 ago. 2013 e 30 ago. 2013).



Figura 2 - Fonte: Capturas de tela de BG (04 set. 2013).

Há casos em que se percebe um teor sexista escancarado na construção da imagem da vítima. A notícia “Adolescente sumida reaparece e diz ter sido obrigada a se prostituir” (JA, 27 jan. 2014) aborda o caso de uma menor de idade que foi para o Rio de Janeiro com um casal que lhe prometera emprego. No entanto, ao chegar ao local, foi obrigada a se prostituir. A maneira como a adolescente é mostrada revela uma tentativa de culpabilizá-la pela violência sofrida. A jovem é apresentada por meio de enquadramentos fechados em várias partes de seu corpo (praticamente só os olhos são poupados), de forma recortada, como se a câmera realizasse um desmembramento simbólico. Assim, por meio dos enquadramentos propostos, constitui-se uma mulher fragmentada, que não é mais inteira, não é uma só, não é *ela* – mas, sim, partes de um corpo que servem ao prazer do homem. Como afirma Everardo Rocha (2001), ao estudar a identidade da mulher na publicidade, “[...] o corpo é marcado como valor central da individualidade da mulher. E, ainda mais: ele próprio será de diversas maneiras fragmentado, matizado, detalhado, perscrutado. Será dividido em partes, que serão **realçadas** umas, **tratadas** outras” (2001, p. 34, grifos do autor).

Em boa parte da matéria, a mirada proposta é fortemente sexual: um passeio que vai dos pés ao peito da vítima, convocando um imaginário que coloca o corpo feminino como produto para o desejo. O uso do movimento de câmera *tilt*, em que há um deslocamento vertical sobre um mesmo eixo, serve na reportagem para expor o corpo da vítima. O *tilt* não é, a princípio, característico do telejornalismo. Trata-se de um movimento de câmera mais comum em programas de entretenimento

de auditório – como o *Domingão do Faustão* (Rede Globo) – de forma a revelar, evidenciar e exaltar o corpo das mulheres dançarinas – ou mesmo em tapetes vermelhos de grandes eventos midiáticos – como o *Oscar* e o *Emmy Awards*, ocasiões em que se deseja exibir a roupa (e, claro, o corpo) das atrizes e celebridades. Em ambos os exemplos, assim como no da matéria, a câmera realiza o *tilt* sempre de baixo para cima.

Durante a escrita deste artigo, debatemos sobre usar ou não os *frames* da matéria no momento em que o movimento de *tilt* passeia pelo corpo da jovem. Por um lado, parece contraditório criticar tal exposição e reproduzi-la nas páginas deste livro; por outro, propor uma leitura imagética sem usar imagens pode ser empobrecedor – e, também, contraditório. Questionamo-nos se uma descrição verbal resolveria o problema, sem apelar para o “explícito” da imagem. Mas o texto verbal não poderia ser tão escancarado – e violento – também? Ao mesmo tempo, pressupor que o texto escrito pode substituir a potência do texto imagético não seria incoerente com a ideia de textualidade com a qual trabalhamos (sistematizada em parte em Leal, Carvalho e Alzamora, 2018) – já que estamos falando de modalidades textuais diferentes? O impasse nos levou a refletir sobre como trabalhar com esse tipo de material, que envolve mulheres vítimas de violências de diversas ordens – inclusive pelas imagens produzidas sobre elas. A pergunta que colocamos, ainda sem resposta, é: o uso de imagens violentas se configura também como um gesto violento? Para fins deste artigo, optamos por reproduzir apenas dois *frames* do vídeo, que indicam o início e o fim do movimento de câmera (Figura 3).



Figura 3 - Fonte: Capturas de tela de JA (27 jan. 2014).

A escolha de tal movimento para compor a reportagem indica que o telejornal compartilha da forma de olhar para a mulher dos programas de entretenimento e, mais do que isso, de um imaginário cultural que permite a aproximação constante e a invasão do corpo feminino, apresentado para fins de admiração. Por um lado, o telejornal preserva, minimamente, a identidade da jovem (ainda que abra mão de recursos indicados para a situação, como o efeito de desfoque nas faces e a alteração da voz): não vemos seu rosto por completo e nem sabemos seu nome. Por outro, a notícia promove um tipo de identificação da jovem ao colocá-la como pertencente a um grupo específico – o das garotas de programa –, e que não seria digno de comiseração, pena ou respeitabilidade de nossa parte. A mesma abordagem pode ser conferida em matérias sobre Eliza Samudio. Em “Mais dois réus do caso Bruno vão a júri” (*JA*, 28 ago. 2013), por exemplo, a imagem de Eliza surge sensualizada, apresentada também por um movimento que revela seu corpo de baixo para cima. É o caminho inverso àquele que podemos perceber em, por exemplo, “Suspeito de mutilar e matar companheira em Esmeraldas é apresentado pela Polícia Civil” (*JA*, 29 jan. 2014), na qual se constrói uma vítima que era trabalhadora e mãe, e que por isso “não merecia morrer”, como diz sua irmã em entrevista.

Em “Adolescente sumida reaparece e diz ter sido obrigada a se prostituir”, as imagens negam aquilo que está sendo narrado: se a locução informa que a jovem foi obrigada a agir de tal forma e que é vítima da situação, as imagens oferecem um retrato sexualizado da adolescente, abrindo margem para que o telespectador possa questionar sua conduta e julgá-la pelo ocorrido. Destaque também para a legenda da matéria, “Garota sumida diz que se prostituía no Rio”, na qual a jovem é colocada como agente da ação. Em nenhum momento é utilizada a expressão “exploração sexual” – que, afinal, é o crime que está sendo relatado na notícia. Assim como em outras matérias coletadas, percebe-se que casos de exploração sexual, mesmo quando reconhecidos como tal, são tratados de forma pontual, desligados de suas causas e de um contexto – deixa-se de lado, por conseguinte, sua abordagem como tema, como problema social (CHARFOLET; ECHEZARRETA; GISBERT, 2014).

## **Marcas da violência**

A dimensão da vítima é problemática também quando há o seu apagamento ou mesmo o uso de seu sofrimento como mero gatilho para se trabalhar outras temáticas. A matéria “Escola sem lei no Barreiro” (JA, 13 nov. 2013), por exemplo, trata dos problemas enfrentados por um colégio na região do Barreiro, em Belo Horizonte – entre eles, relatos de abuso sexual. Uma menor de idade afirmou ter sido estuprada, logo após um vídeo com imagens do ocorrido ter circulado em aplicativos de mensagens. Na reportagem, um policial militar conta que a vítima afirmou ter sido convidada por dois homens, nas proximidades da escola, para ir até uma residência. No local, usaram drogas e então a jovem sofreu o abuso sexual.

O discurso do policial entrevistado enfatiza, sempre, que tudo aconteceu “segundo a menor”. O posicionamento poderia ser justificado pela alegação de que o militar estaria obedecendo um protocolo institucional no tratamento de situações assim, em que o crime ainda seria julgado. Porém, a performance do entrevistado evidencia sua opinião: há um certo desdém em seu modo de falar, em sua postura corporal, na expressão em seu rosto. Segundo Gutmann,

No telejornalismo, as notícias são reveladas por sujeitos que utilizam seus corpos como dispositivo de geração de sentido; são os apresentadores, repórteres, correspondentes, comentaristas e fontes. A oralidade, o gestual, a entonação da fala, o modo como são enquadrados na tela compõem atos performáticos essenciais para a interação com o espectador [...]. (GUTMANN, 2013, p. 4)

Assim, se nos desprendemos do texto verbal e observamos a conjuntura do texto televisivo, podemos nos valer de elementos como a performance dos personagens para fazer emergir os sentidos que, articuladamente, constituem o todo da matéria e fazem notar violências simbólicas como a do policial.

Em outra entrevista, uma aluna da escola afirma que a jovem se envolvera em “polêmicas” anteriormente, como na ocasião em que fotos nas quais ela aparece nua vazaram e circularam entre os alunos. A repórter informa ainda que situações assim são frequentes na escola e completa

que “na última sexta feira, outra adolescente teria sido **flagrada** na quadra do colégio fazendo sexo oral em três garotos” (*grifo nosso*). Um detalhe importante é que uma das fontes relata que a menina, na verdade, disse ter sido obrigada a praticar o ato sexual. Chama a atenção, ainda, o uso da palavra “flagrada”: segundo a reportagem, apenas a menina foi “flagrada”, os três garotos em nenhum momento foram descritos como agentes da situação. Não se explora também a acusação de que a adolescente teria sido obrigada a praticar sexo. Apesar de a reportagem ouvir a Polícia Militar, exibir entrevistas com alunos e repassar a nota enviada pela Secretaria de Educação, em nenhum momento ouve/exibe a versão das duas adolescentes envolvidas. A partir da metade da matéria, o assunto é abandonado, dando lugar aos flagrantes de uso de drogas no entorno da escola.

O apagamento da vítima é, assim, semelhante ao que acontece na já comentada nota coberta do *JN* sobre o estupro de uma adolescente de 14 anos por três marinheiros e um menor. Na matéria, os nomes dos envolvidos não são revelados, bem como a relação anterior entre criminosos e vítima e como ela foi parar na casa de um deles (CARVALHO; ALVES; LOURES, 2014). A nota se importa mais em mostrar os marinheiros que cometeram o crime e não o crime em si, sendo a vítima e, consequentemente, o estupro, deixados em segundo plano. O interesse aqui é de realçar que “membros da Marinha se envolveram em um crime, que três integrantes de uma instituição tradicionalíssima, tida como símbolo da ordem e disciplina, participaram de uma ação criminosa” (Ibidem, p. 7).

Além disso, as agressões são constantemente atreladas a outros fatores, no que pode ser visto como uma tentativa de minimizar a culpa do infrator. Se, no caso da “Escola sem lei no Barreiro” o uso de substâncias ilícitas antecedeu o estupro da menor, na reportagem “Jovem que matou mãe disse que usou droga” (*BG*, 30 ago. 2013), as drogas serviram como “desculpa” do agressor para justificar o homicídio cometido contra a própria mãe.

Cabe ressaltar algumas camadas do texto televisivo que podem passar despercebidas, mas que constituem uma violência de gênero, mesmo que de caráter simbólico. Um exemplo é a matéria “Caos em escola municipal de contagem” (*JA*, 11 nov. 2013). Enquanto a repórter

narrava, em *off*, a frequência do uso de drogas na escola (a matéria foi coletada por conta das ameaças que as funcionárias da escola recebiam de homens), a imagem de uma parede com a expressão “tudo piranha” pichada foi exibida (Figura 4).



Figura 4 - Fonte: Captura de tela de JA (11 nov. 2013).

Considerando o papel normativo estabelecido socialmente para mulheres e homens, conforme Tito Sena (2004), a frase emerge como uma caracterização pejorativa acerca das mulheres que fazem parte do convívio daquele local. Um tipo de violência simbólica que sequer é notada pelo telejornal – já que, enquanto a imagem era exibida, a narração tratava da expressão “4:20”, também pichada, que remete ao uso de drogas. A agressão simbólica às mulheres, assim, não constitui o tal “caos” na escola que é tematizado na notícia.

### **Considerações finais**

Em que pesem os desafios nos modos de se apreender a violência, não se pode perder de vista que o gênero é uma construção sócio-histórica, abrangendo complexas relações com corpos, identidades e afetos, para além de percepções cotidianas que naturalizam padrões culturais e diferenças corporais. Gênero, afinal, “[...] não diz respeito apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo” (CONNEL; PEARSE,



2015, p. 49). As narrativas que circulam sobre o tema, nesse sentido, ao mesmo tempo constituem e são constituídas por aquilo que entendemos por gênero, reforçando ou demolindo estereótipos.

Diante do que foi trabalhado neste capítulo, percebe-se como uma dimensão fundamental para se interpretar os modos como o telejornalismo trabalha a violência de gênero é a observação dos diversos elementos que configuram a materialidade televisiva. É mediante a observação de tais particularidades que podemos apreender o texto televisivo em sua complexidade e colocar em diálogo os mais variados atravessamentos que o constituem, fazendo emergir os sentidos e escancarando as possíveis contradições e fissuras.

No caso do telejornalismo, há uma urgência no que concerne não apenas à visibilidade dos crimes de gênero, mas a um maior cuidado na maneira como os casos são abordados, nas diferentes camadas do texto: a performance dos apresentadores, o foco das matérias, a imagem das vítimas, a escolha das fontes, dentre outras. Por meio desse movimento analítico, podemos concluir que, ao mesmo tempo em que há uma violência de gênero que antecede as matérias, há uma que se consuma e se desobra nos diferentes elementos a constituir o texto televisivo.

A condenação da violência (que aparece principalmente nas matérias do *BG* e do *JA*), é acompanhada de vistas grossas quanto à violência do próprio jornalismo, que apaga, esquece, assedia, expõe, julga, condena e, no caso do *BG*, chega mesmo a promover a violência como solução (como na sugestão de que estupradores devem ser estuprados na cadeia). De modo geral, o olhar dos telejornais analisados sobre os crimes de gênero não convida à tomada de conhecimento e ao debate, mas a um compartilhamento de valores que, em última instância, deprecia as mulheres, especialmente as de baixa renda e/ou de profissões tidas como indignas. A violência de gênero é um fenômeno resultante de uma construção social e histórica que demarca espaços de poder hierárquicos e assimétricos entre mulheres e homens, normatizando papéis e valores e reforçando relações de poder que deveriam ser questionadas (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2011) – algo que, como infelizmente pudemos apurar, não acontece nos telejornais estudados no âmbito da pesquisa.

## Referências

ALTEROSA. Jornal da Alterosa. Disponível em: <<https://www.alterosa.com.br/programas/jornal-da-alterosa/>>. Acesso em 21 out. 2018.

CHARFOLET, Marta Castillo; ECHEZARRETA, Vanesa Sáiz; GISBERT, María Luisa Velasco. **Estudio sobre el tratamiento publicitario e informativo de la prostitución y la trata de seres humanos con fines de explotación sexual en los medios de comunicación**. Madrid: Red2Red Consultores, 2014.

CARVALHO, Carlos Alberto de; ALVES, Laiza; LOURES, Pedro. Notas cobertas no Jornal Nacional e os crimes de proximidade contra mulheres. In: XXI PRÊMIO EXPOCOM – EXPOSIÇÃO DA PESQUISA EXPERIMENTAL EM COMUNICAÇÃO. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2014.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

FECHINE, Yvana. F. Performance dos apresentadores dos telejornais: a construção do ethos. **Revista Famecos**. v. 38, p. 69-76, 2008.

GANDRA, Alana. Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil. Agência Brasil. **Agência Brasil**. 21 fev. 2018. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>>. Acesso em 30 jul. 2018.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andréia (Orgs.). **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**, GPP-Ger: Módulo V. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2011.

GOMES, Itania. Metodologia de Análise de Telejornalismo. In: GOMES, Itania (Org.). **Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo**. - Salvador : EDUFBA, 2011, p. 17-48.

GLOBOa. Memória Globo: Jornal Nacional. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional.htm>>. Acesso em: 21 out. 2018.

GLOBOb. Negócios Globo. Disponível em: < <http://www.comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Totalizador.aspx>>. Acesso em 17 out. 2018.

GUTMANN, Juliana Freire. Sobre materialidades da notícia: dimensões da linguagem televisiva para o estudo do telejornalismo. In: 11º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2013, Brasília. **Anais...11º Encontro**, 2013.

\_\_\_\_\_. **Formas do telejornal**: linguagem televisiva, jornalismo e mediações culturais. Salvador: EDUFBA, 2014.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. **Tolerância social à violência contra as mulheres 2014**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf)>. Acesso em 13 jul. 2018.

KANTAR Ibope Media. Audiência diária do horário nobre. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-diaria-do-horario-nobre/>>. Acesso em: 26 de out. 2018.

LEAL, Bruno Souza. Telejornalismo e autenticação do real. In: GOMES, Itania Maria (Org.). **Televisão e realidade**. 1ed.Salvador: Edufba, 2009, v. 1, p. 87-100..

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (org.). **Textualidades Mediáticas**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos** – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n.6, 2005.

ROCHA, Everardo. A mulher, o corpo e o silêncio: a identidade feminina nos anúncios publicitários. **Alceu**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 2001. pp. 15-39.

SENA, Tito. Os estudos de gênero e Michel Foucault. In: LAGO, Mara Coelho de Souza et al (Orgs.). **Interdisciplinaridade em estudos de gênero**: teorias, sexualidades, religiões. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 198-208.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa. **G1**. 24 jan. 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghhtml>>. Acesso em 30 jul. 2018.

VENÂNCIO, Rafael. **Massificação do jornalismo: retórica e linguagem no escopo da comunicação social**. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2010.

WILLIAMS, Reymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Trad. Márcio Serelle; Mário F. I. Viggiano. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

## CAPÍTULO 5

*Jornal da Itatiaia: violência contra mulher em fragmentos cotidianos*

HELENA ANTUNES

ATOS BARBOSA

BRUNO SOUZA LEAL

**Rádio, notícias e cotidiano**

Em seu estudo sobre a linguagem radiofônica, Armand Balsebre em mais de um momento recusa a redução “jornalística” do rádio a mero “transmissor” de informações. Para o pesquisador francês, esse entendimento, de base funcionalista, desprezaria as relações produtivas e expressivas do meio radiofônico. Esse menosprezo estaria marcado no foco excessivo, no caso da produção das notícias, nas palavras como elemento primordial da interação e da razão de ser do rádio. Diz ele:

Tem sido quase sempre profissionais do jornalismo radiofônico ou de pesquisadores do rádio como um meio de informação jornalística que têm defendido essa reduzida capacidade expressiva da linguagem radiofônica como um simples sistema semiótica da palavra. Sob a etiqueta ou denominação de “linguagem radiofônica” só temos visto uma grande preocupação com o estudo da redação informativa específica para este meio: “número de palavras por minuto”, “improvisação verbal”, “sintaxe simples”, “número de palavras por frase”, “pausa”... Dessa perspectiva, o

estudo da linguagem radiofônica só é o estudo da adequação e do tratamento específico do universo significativo da palavra no rádio, com o objetivo de estruturar melhor as rotinas produtivas do jornalista no processo de produção da notícia. (BALSEBRE, 2004, p.13, no original em espanhol)

A crítica a essa visão mecanicista e verbocêntrica não implica, em Balsebre, o desconhecimento da importância da palavra na linguagem radiofônica. Reafirmando repetidamente a dimensão estética da experiência radiofônica, ele, ao mesmo tempo que amplia o entendimento acerca dessa linguagem (que inclui silêncios, aspectos tecnológicos e diferentes materiais sonoros), chama a atenção também para dimensões que a palavra passa a adquirir no rádio. Assim, oralizada numa situação comunicativa em que os corpos e as presenças físicas dos interlocutores estão ausentes, a palavra no rádio passa a ter vibração, ressonância, timbre e tensão emocional, por exemplo.

Visadas como as de Balsebre, que se afastam de perspectivas instrumentalistas do rádio, são fundamentais para nos aproximarmos das complexidades das interações radiofônicas. Menos que um “veículo” para a transmissão de uma “mensagem” cujos princípios seriam comuns a uma diversidade de “canais”, o rádio passa a ser visto como integrado (agente e paciente) a processos comunicacionais específicos, que variam conforme diferentes realidades sociais, especificidades técnicas e modos de conformação e apropriação de seus recursos expressivos. Assim, se é possível que reconheçamos características gerais da linguagem radiofônica, esta se materializa em emissoras e programas peculiares, cujos modos de ser modulam e mesmo transformam esses recursos comuns.

Nessa perspectiva, Bruck e Castro (2012) lembram que uma das metáforas mais comuns associadas ao rádio é a de “comunidade de ouvintes”, ou seja, dos processos de apropriação e interação entre emissoras, programas, locutoras/es e públicos. Como apontado em outro momento (LEAL, MENICONI, 2007), mesmo em rádios eminentemente noticiosas e assentadas na palavra, esta

... ainda que preserve elementos de referencialidade e de compromisso com o ‘reenvio do real’, é [a palavra] a sempre atual

manifestação de uma proposta de interação, (re)tomada de posição numa rede de sociabilidade que lhe dá sentido. (LEAL, MERNICONI, 2007, p.136).

A metáfora da “comunidade de ouvintes” e várias outras imagens associadas ao rádio dão relevo, portanto, às dinâmicas de vínculo afetivo, comunicativo e social que envolvem esses diferentes agentes, algo essencial para a vitalidade da interação radiofônica, seja do ponto de vista de quem a produz, seja para aqueles que têm um programa ou emissora para “chamar de seu”. Há, portanto, um elemento cotidiano, rotineiro, habitual que é decisivo para que se compreenda o rádio como produto comunicacional. Esse vínculo habitual se torna ainda mais forte quando se pensa em emissoras, como a Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, cuja existência é assentada numa forte associação a uma identidade regional.

A Itatiaia, também conhecida como a Rádio de Minas, fundada por Januário Laurindo Carneiro em janeiro de 1952, atualmente é a principal emissora mineira e está entre as mais conhecidas do Brasil. Com sua programação baseada no jornalismo, no esporte, na prestação de serviço e na música, a Itatiaia opera na AM e na FM, via satélite, através de aplicativos, a cabo, na *web* e em *streaming*. A rádio alcança cerca de 95% do território mineiro. Segundo dados do Ibope, a Itatiaia tem um pouco mais de 154 mil ouvintes por minuto, sendo a maioria (65%) das classes C, D, E. Hoje, a rádio tem por presidente o administrador de empresas Emanuel Carneiro, que assumiu o cargo após a morte de seu irmão Januário. Como observam Bruck e Castro (2012b), desde seu nascimento a Itatiaia caracterizou-se por fazer um jornalismo com fortes vínculos com o cotidiano de Belo Horizonte e de Minas Gerais, explicitado, em 1952, pela cobertura das Olimpíadas Universitárias e, em 1954, pelos dois dias ininterruptos de acompanhamento de um julgamento de um crime de grande repercussão na cidade. Assim, a partir do que diz Bruck (2003), pode-se afirmar que a Itatiaia, desde sua fundação, se apresenta como uma rádio de histórias do povo mineiro.

O *Jornal da Itatiaia* é o principal programa jornalístico da emissora e é veiculado diariamente em duas edições, de 6h30 às 9h da manhã e de 12h30 às 13h. Segundo o Ibope, o *Jornal da Itatiaia*, nos primeiros meses de 2018, manteve uma média de 196.279 ouvintes por minuto na edição

da manhã e 157.895 ouvintes por minuto na edição de 12h30. Segundo Bruck e Castro, que destacam a nítida preferência dos editores do *Jornal* pelas notícias mais próximas ao cotidiano, isso se dá por ser “...imprescindível para a emissora essa conexão entre a notícia veiculada e a vida concreta do ouvinte” (BRUCK, CASTRO, 2012, p.236).

A pesquisa acompanhou, no período da coleta, as edições do *Jornal da Itatiaia* 1ª edição, considerado o mais importante produto jornalístico da emissora. O noticiário foi gravado e integra o banco de dados da pesquisa. Ao todo, foram recolhidos 18 áudios, sendo um deles uma edição do “Observatório Feminino”, quadro veiculado aos domingos, ao encerramento do *Jornal* e que se dedicou naquele dia a um debate acerca da violência de gênero. Nos 18 áudios recolhidos, nem sempre a violência de gênero foi o foco principal, mas em todos foi possível observar a presença de agressões contra a mulher, em variadas formas. A seguir, apresentaremos brevemente cada um dos áudios, para então apresentarmos os dados gerais da cobertura sobre violência de gênero do *Jornal da Itatiaia*, acompanhada, ao final, de um breve comentário analítico.

### **Pequenas histórias**

A edição do quadro “Observatório Feminino” foi ao ar em 2013, com aproximadamente 26 minutos. O quadro tem o formato de roda de discussão, comandada por duas radialistas mulheres. O caso analisado era de uma jovem que havia sido assediada por seu pai dos 11 aos 18 anos. A jovem se mudou para casa de uma tia e, mesmo sem o apoio da mãe, denunciou seu pai. Além da vítima, a psicóloga Daniele Caldas foi convidada a comentar sobre a agressão. A jovem vitimizada teve sua identidade protegida, com o uso de um nome falso, mas sua voz foi mantida, sem alterações, ao longo de todo o programa. Durante a discussão, as falas das locutoras do programa foram muito incisivas e dominaram grande parte da edição. Foi claro o uso do depoimento da jovem vítima como uma “testemunha” exemplar e base para o discurso de denúncia da violência de gênero proferido pelas jornalistas. A jovem vitimizada foi a que teve menos tempo de fala e era alvo constante de suposições e inferências presentes nos comentários das jornalistas e



também da psicóloga. Assim, por exemplo, uma das apresentadoras, Mônica Miranda, afirmou que a jovem “deve ter tido amor pelo pai” ou que “ela, com certeza, deve estar fragilizada”. As jornalistas não têm pudor de qualificar a jovem de “fraca” (por ter suportado o assédio) e de tecer conjecturas sobre como ela “deve” se sentir, comportar etc. Apesar de um relato trágico sobre um acontecimento sem desfecho jurídico até aquele momento, no final do programa, a conclusão que as mulheres chegam é de que mesmo passando por essa violência com o pai, um personagem tão importante na estrutura da família, a vítima se fortaleceu com esse processo de denúncia, momento decisivo e muito enfatizado pelas radialistas.

Outro áudio consistiu num texto opinativo de Alexandre Garcia, que comenta fala do então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a manutenção da maioria penal aos 18 anos. A opinião do jornalista é francamente desfavorável à manutenção dessa idade e à fala do ministro. O jornalista recupera dados das constituições de outros países e 3 casos policiais ocorridos no Brasil (2) e nos Estados Unidos (1), como exemplos do porquê de sua posição. Dois desses casos referem-se à agressão contra mulher (um irmão que mata a irmã e um filho que mata a mãe). Não há, no comentário de Garcia, nenhuma atenção particular à violência de gênero. Os casos relatados foram escolhidos por falarem de crimes cometidos por jovens que não teriam a maioria penal de acordo com a lei brasileira e a fala do jornalista indica que, por essa razão, eles ficariam impunes.

Das 16 notícias que trazem acontecimentos de violência contra a mulher, 4 foram dedicadas aos desdobramentos do chamado “Caso do Goleiro Bruno”, no qual o então jogador do Flamengo assassinou Eliza Samudio, com quem mantinha relacionamento afetivo e era mãe do seu filho. Nenhuma das 4 matérias abordou diretamente o caso e sim julgamentos e decisões judiciais que envolveram amigos de Bruno ou pessoas implicadas no crime. Três desses áudios trataram do julgamento dos últimos dois parceiros do goleiro. De forma rápida, em menos de 1 minuto cada, as matérias contaram novamente o que aconteceu no dia do assassinato de Eliza com ela e seu filho, Bruninho, e deram foco nas expectativas, procedimentos e resultados dos julgamentos. Já a quarta

matéria, bastante longa, de 5 minutos e 38 segundos, informa sobre o julgamento do caseiro e do motoboy que trabalhavam para o goleiro Bruno quando do assassinato de Eliza Samudio. A matéria ouve o advogado de defesa e também o promotor do caso.

Fora da cobertura do “Caso Bruno”, as maiores matérias noticiadas pelo *Jornal da Itaitaia 1ª. ed.* tinham, respectivamente, 3 minutos e 18 segundos e 2 minutos e 48 segundos. Na primeira, relata-se a agressão a um taxista que levou diversas facadas por um amigo de sua ex-namorada que diz defende-la durante uma discussão com ele. O foco da matéria é no taxista, apresentado como vítima, apesar de ter procurado a ex-namorada e iniciado com ela uma discussão, como se observa na abertura da matéria:

LOCUTOR: Seis e quarenta e dois. Taxista pode ficar paraplégico após discutir com a ex-companheira e ser agredido pelo amigo dela.

OSVALDO DINIZ (repórter): Está no hospital João XXIII o taxista esfaqueado nesse sábado no hipercentro de Belo Horizonte. A motivação teria origem passional. Isso porque Giovani Araújo Silva, 31 anos, não havia aceitado o fim do relacionamento com a companheira. O taxista foi ao trabalho dessa mulher, numa feira da Av. Afonso Pena número 744, os dois começaram a discutir e quem dá sequência nessa história aqui é o Cabo Odias de Souza, da sexta companhia do 1º Batalhão. Cabo, a partir dali que os dois começaram a bater boca, o que aconteceu?

CABO: Éééé...O vizinho do box ao lado, percebendo a situação em desfavor da...da senhorita lá, ele foi intermediar aquela situação no intuito de apaziguar, é... estando o... a vítima...a vítima bastante exaltada, partiu pra cima desse...desse rapazinho o qual desferiu algumas facadas nessa vítima.

OSVALDO DINIZ: Vítima que o senhor fala é o taxista mesmo.

CABO: O próprio taxista.

Quase nada é dito sobre a ex-namorada, a relação dos dois e mesmo o porquê da tentativa de defesa por parte do amigo. Uma rápida menção a ela é feita ao final da matéria, cujo encerramento reforça a construção do taxista como vítima:

OSVALDO DINIZ: O senhor conversou com a ex-companheira do Giovani, o taxista esfaqueado? Ela comentou com o senhor como é que era o relacionamento deles? [Ela] Chegou a falar alguma coisa pro senhor pra elucidar mais esse caso?

CABO: Eles já tiveram alguns procedimentos anteriores o qual levou o rompimento desse relacionamento, inclusive, segundo ela, já houve outros procedimentos em termo de ocorrência contra a... as atitudes desse ex-companheiro.

OSVALDO DINIZ: De acordo com a PM, o nome do autor é Rômulo Marques da Silva, de 28 anos. Quem tiver informações sobre o seu paradeiro pode fazer denúncia anônima no telefone 181. Repórter Osvaldo Diniz

Se a menção ao histórico de agressões à ex-namorada parece sugerir um esforço de contextualização do acontecimento e, conseqüentemente, a atenção à violência de gênero, a sequência da notícia contradiz essa expectativa. Nada é falado sobre esse histórico de agressões e o encerramento da notícia reforça o foco no esfaqueamento, que continua pouco contextualizado, e constrói o “autor” do crime, o amigo da mulher agredida, como foragido. O segundo áudio, entre os mais longos, traz uma notícia que segue uma estrutura de narrativa policial e trata de uma mulher que estava sendo mantida em cárcere privado por seu “namorado *online*” após o primeiro encontro dos dois. Na reportagem, é afirmado que o homem estava foragido e a vítima havia sido libertada após ligar para a polícia. Ao final da matéria, alguns radialistas fazem comentários sobre casos de relacionamentos *online*. De acordo com um deles, “o sonho de buscar um parceiro leva as pessoas a perderem um pouco da necessidade de cuidado com isso” e, logo depois, o assunto muda para casos semelhantes em que parceiros se conhecem pela internet e “dão certo”, segundo o radialista.

As demais notícias coletadas são basicamente pequenas notas, que variam de 45 segundos a pouco mais de 1 minuto. Os acontecimentos relatados são os mais diversos. Em uma nota de 45 segundos é contado o caso da jovem Amanda Linhares, que foi baleada na cabeça pelo seu namorado delegado, Geraldo. Também é sabido que o homem está preso em casa enquanto é julgado pelo assassinato de sua cônjuge. Uma

outra notícia tem um enredo bastante confuso. A repórter inicia conversando com uma mulher, que conta sobre a agressão física e sexual que ela sofreu:

AMANDA ANTUNES (repórter): O crime teria sido na casa de um dos suspeitos no bairro Jardim Felicidade, região norte de Belo Horizonte, os detidos têm 53 e 55 anos, abalada a vítima conversa comigo.

VÍTIMA: Bom, eu estava em casa...eu tinha tomado meus comprimido pra dormir, os remédio controlado que eu tomo, quando chegou lá me chamando, me convidando pa poder ir pro bairro Felicidade na casa do irmão dele.

AMANDA ANTUNES: Cê mora aonde?

VÍTIMA: Eu moro no Angicos, Vespasiano. Então eu peguei e fui de...

AMANDA ANTUNES: Qual era o seu contato com esse homem? Cês já foram companheiros... em alguma época...?

VÍTIMA: A gente...a gente sempre se tromba, assim... na rua... ele... às vezes vai lá em casa, às vezes eu vou na casa dele, conheço a mãe dele...

AMANDA ANTUNES: Mas já tiveram algum relacionamento amoroso?

VÍTIMA: Não... não. Não sinto amor nenhum por ele, hoje em dia... ag...ah... depois disso agora sinto ódio (pausa) aí chegando lá...o irmão dele, ele brincou comigo pra que eu fizesse... uma limpeza, né na casa dele pra ele, até então eu até fiz...a ...a... a limpeza lá, uma hora da madrugada por aí...cismou que queria ter alguma coisa comigo. Pegou pela cabeça, me bateu... bateu a minha cabeça na berada do sofá... pedindo pro irmão dele... me ajudar que não deixasse ele fizesse aquilo e ele simplesmente com cigarro na mão fumando, olhando ele ficou... olhando, ele continuou.

AMANDA ANTUNES: Depois da relação sexual que que ele fez? Como que foi que você conseguiu sair da casa?

VÍTIMA: Pedindo, me humilhando. Ele foi abriu me colocou na baixa de cachorro, quando não tinha mais ninguém na rua, eu só batendo de campainha em campainha.

AMANDA ANTUNES: Você conhece este homem de onde...? Há muito tempo?

VÍTIMA: Do bairro, tem uma faixa de um ano.

AMANDA ANTUNES: Alguém chegou a fazer uso né... de droga?

VÍTIMA: Óia eu não tenho porque mentir não, che... chegamo sem fazer uso de droga mais isso no máximo até faixa de 10 horas da noite, fa...

AMANDA ANTUNES: Você também fez uso?

VÍTIMA: Sim, de crack.

AMANDA ANTUNES: Você é usuária de crack há quanto tempo?

VÍTIMA: Há cinco anos.

AMANDA ANTUNES: Vou ouvir aqui um dos suspeitos, ele tem 53 anos.

HOMEM 1: Empurrei ela, ela caiu, num... num... tentei fazer nada com ela não, ela tá dirigindo isso...

AMANDA ANTUNES: Ela falou também que o senhor abusou dela, isso...

HOMEM 1: Hum, Mentira.

AMANDA ANTUNES: Vou tentar ouvir aqui o outro homem, ele tem 55 anos... segundo a vítima você chegou a ver o seu irmão e ela tendo relação sexual e ficou rindo...

HOMEM 2: Não, eu estava no meu quarto. Eu estava dormindo a hora, o fato acontecido lá baixo dumas duas, três horas da manhã, quando eu acordei... acordei com a polícia dentro da... na porta da minha casa.

AMANDA ANTUNES: Qual fato, a relação sexual?

HOMEM 2: Não... aí e com... os dois aí podem responder isso ué.

AMANDA ANTUNES Repórter Amanda Antunes

No desenrolar da notícia, toda organizada em entrevistas, não se sabe os nomes das pessoas envolvidas. De início, a repórter apresenta a

notícia como um caso de agressão e procura, através da conversa com a “vítima”, recuperar a história. No entanto, quando se dá conta de que a “vítima” era usuária de crack, a repórter rapidamente abandona a recuperação dos acontecimentos e passa a ouvir os acusados da agressão, que desmentem a mulher. Não há uma retomada da fala da mulher agredida nem da sua história. É como se a notícia mudasse de foco, a partir do momento em que a mulher apresentada como “vítima” se revela usuária de crack. Ao dar voz, sem contraposição, aos acusados, a repórter então como que abandona a linha narrativa inicial, talvez porque a mulher agredida não se enquadrasse no imaginário da “boa vítima”.

Dois áudios trouxeram casos tratados como de impacto. No primeiro, de um minuto e meio, conta-se a história de um jovem de 22 anos que assassinou sua mãe após afirmar ter “recebido um chamado do além”. Durante a nota, só temos o discurso do policial, que acompanhou o caso, e do agressor. Em outra notícia, narra-se a história de Poliana, que foi assassinada na frente de seu filho, de 5 anos, após levar 5 tiros de seu ex-marido e pai da criança. Além dela, sua mãe também foi baleada e o agressor tirou sua própria vida em seguida. Após o relato dos acontecimentos, a notícia muda de foco e os depoimentos que apresenta não tinham relação com a morte da moça, mas com a situação do bairro a partir do episódio tão violento. Não há, na notícia, nenhuma informação a mais sobre a situação dos filhos desse casal, da avó, que foi baleada e de como ambas as famílias estariam após uma tragédia tão grave quanto essa.

Uma nota, de 47 segundos, traz a história do julgamento de um homem que estuprou uma mulher holandesa 62 vezes após uma festa. Além disso, a vítima foi torturada por 6 semanas pelo homem e sua esposa. A matéria traz detalhes do julgamento e do caso, como a referência à tentativa de suicídio por parte da vítima. É uma típica matéria oriunda de agência de notícias internacional ou copiada de algum *site* noticioso. Outra matéria, de 1 minuto e treze segundos, reporta o recurso ao Supremo Tribunal Federal de advogados da atriz Luana Piovani em relação à decisão de seu processo contra o ex-namorado Dado Dolabella. O caso é brevemente retomado, incluindo informações sobre o julgamento anterior que motivou o recurso da atriz. A matéria

dá destaque ao fato de a agressão ter sido considerada “doméstica” e não “contra a mulher”, citando fala do desembargador que julgou o processo, que afirmou que Piovani “nunca foi mulher oprimida” e “subjugada aos caprichos do homem”. Uma outra notícia de julgamento refere-se ao caso de um ex-guarda municipal condenado por matar a sogra e tentar matar a ex-namorada. Não há mais detalhes sobre o caso e a matéria, com 1 minuto de duração, é centrada no julgamento. Com cerca 1 minuto, uma notícia inicia informando a acusação feita por quatro meninas do assédio que sofreram por parte de um funcionário do Iate Tênis Clube. No entanto, no decorrer da matéria, é informado que a denúncia partiu de uma monitora do Clube, a partir de reclamação de uma das meninas. A notícia centra-se na denúncia e na prisão do agressor, sem mais informações sobre as meninas, sua família ou desdobramentos do caso.

A última matéria coletada reúne, em 1 minuto e 13 segundos, três crimes ocorridos na madrugada em Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apenas um deles, o último, é referente a uma mulher, esfaqueada que pede socorro aos vizinhos. O caso é apresentado como “um mistério”, já que a mulher não conseguiu dizer à Polícia o que aconteceu com ela:

PATRÍCIA VAZ (repórter): Bem próximo ao bar, na Alameda Valadares número 58, um mistério... Luciene da Costa Pereira, 26 anos, desesperada bateu na porta de uma casa pedindo socorro... Ela levou 5 facadas. Mal conseguindo falar, não soube informar aos militares quem a agrediu.

PATRÍCIA VAZ: Repórter Patrícia Vaz.

Essa matéria se apresenta como uma espécie de fragmento do cotidiano, como uma história em curso à qual temos acesso apenas através de um pequeno rastro. Como as outras, com exceção das duas de caráter opinativo (o *Observatório Feminino* e a coluna de Alexandre Garcia), ela parece ser construída a partir do acompanhamento da polícia, seja via rádio escuta, seja via registro formal de ocorrências. Aliás, predominam nas matérias as vozes das autoridades policiais ou do sistema judiciário. As vítimas pouco têm voz e quando têm podem ser desqualificadas, como ocorre no caso da vítima usuária de crack. O silenciamento da mulher vitimizada acontece mesmo no *Observatório Feminino*, em que

a fala da vítima (levada ao programa para prestar testemunho) é sobrepassada pelas das jornalistas e mesmo da psicóloga.

Em todas os textos noticiosos, as ocorrências são narradas sem informações que as contextualizem e que as localizem no tempo e no espaço. A narrativa acerca do taxista agredido, reproduzida aqui, é nesse sentido emblemática. Parte da história – as situações anteriores que levaram à discussão com a ex-namorada e a visão desta acerca desses fatos – é omitida e, pela matéria, não se sabe exatamente o que ocorreu, nem mesmo quais as circunstâncias que levaram o amigo, apresentado como o criminoso, a agredir a facadas o taxista. Da mesma forma, pouco se sabe sobre as consequências da agressão, tanto para os envolvidos quanto em relação aos aspectos legais, médicos, profissionais etc.

A qualidade lacunar das narrativas do *Jornal da Itatiaia 1ª ed.* é associada ainda à pouca atenção à violência de gênero como problema social. Considerando o período da coleta que realizamos, a duração do programa (mais de duas horas) e sua preocupação com o cotidiano da cidade, pode-se considerar que o volume de registros noticiosos que narram casos de violência contra mulher (18) é relativamente pequeno. Essa irrelevância é acentuada pelas narrativas que tratam os acontecimentos como parte da crônica cotidiana da vida policial da cidade, sem maior destaque para a dimensão de gênero, com a rara exceção do *Observatório Feminino*, em que pesem os problemas relativamente ao cerceamento da fala da vítima, como indicamos. Esse pequeno volume de notícias é ainda mais surpreendente se consideramos, por fim, que, das 18 matérias recolhidas, 4 foram sobre julgamentos decorrentes do assassinato de Eliza Samudio, chamado pela rádio de “caso do goleiro Bruno”. Além deles, outras três matérias falam de julgamentos de casos de agressão contra a mulher. Porém, como nas demais, em nenhuma das matérias é dado foco à agressão e suas circunstâncias.

### **Pequenas conversas**

Assim, o caráter fragmentado e lacunar com que o cotidiano emerge no *Jornal da Itatiaia 1ª ed.* não é acompanhado por indicações que garantiriam que os fragmentos das histórias configuradas nas notícias serão explorados, que essas narrativas serão desenvolvidas, que os mistérios



serão esclarecidos. Ao contrário, ao apresentar esses fragmentos o *Jornal* parece não apenas registrar o mistério, mas alimentá-lo. Com isso, nesse mundo apresentado como um tanto caótico, incerto e violento, ele se apresenta como companheiro no dia-a-dia, capaz de, mesmo em suas limitações, oferecer alguma habitualidade na diversidade misteriosa do que ocorre. Mistério maior, registre-se, referente à natureza dos crimes contra mulheres como parte de violências derivadas de relações de gênero, e não de dinâmicas da violência cotidiana.

A cobertura do *Jornal da Itatiaia 1ª ed.* é, assim, claramente marcada pelo aspecto de cotidianidade ressaltado por Bruck e Castro (2012b). O jornal está interessado em relatar os “casos” da cidade, em fazer uma crônica de acontecimentos tidos como impactantes, mas também recorrentes. Há certamente um tratamento rotineiro, regular, em relação aos diferentes acontecimentos. Com isso, dois aspectos ganham relevo. Por um lado, essa abordagem, ao tornar os diferentes crimes e casos como rotineiramente “comuns”, apaga suas especificidades e suas diferenças. Por outro lado, a construção lacunar das notícias, se impedem contextualizar cada ocorrência, de antever seus desdobramentos ou, significativamente, saber, com mais precisão, o que aconteceu, sugere que a relação notícia e acontecimento, como indicamos anteriormente, é indicial. Isso é dizer que as notícias tomam as ocorrências pontuais como rastros de acontecimentos regulares e mais duradouros. Nesse sentido, chama a atenção o fato de em mais de uma matéria haver uma clara mudança de foco ao longo da narrativa, que desloca sua atenção da vítima para o agressor e do acontecimento para alguma dimensão da vida social (como a vida no bairro ou os aplicativos de encontro) tida como relevante pelos jornalistas.

De qualquer forma, a ausência de contextualização e consequência dos acontecimentos narrados e mesmo o fato de serem rotineiros, parece confirmar aquilo que, em outro contexto (LEAL, ANTUNES E VAZ, 2012), afirmamos sobre os “pequenos acontecimentos”, destinados a compor uma fala cotidiana e fadados ao esquecimento pela própria ação e oferta midiática. Naquele trabalho, dedicamo-nos à reflexão da morte como acontecimento noticioso e chegamos à observação de uma tensão insolúvel:

É impossível saber a morte, portanto, alguma outra coisa é dita, algo sobre a vida. Uma vez que o acontecimento se foi, nós tentamos entendê-lo, tecê-lo, falando sobre alguma outra coisa, produzindo outros acontecimentos a partir das demandas e potencialidades de signos e linguagens, das narrativas e das condições pragmáticas de processos comunicacionais específicos. A ilusão realista que move o jornalismo é, portanto, uma tensão, um amálgama entre esquecimento (o evento, as convenções, o que foi dito, as edições e notícias anteriores da mídia informativa) e fazer ver, lembrar (outros eventos, outras convenções, outras conversas, outras publicações), sem saber se isso será uma promessa efetiva ou falsa. (LEAL, ANTUNES E VAZ, 2012, p.116, no original em inglês)

É como se disséssemos que o acontecimento, qualquer acontecimento e não apenas a morte, é impossível de ser apreendido pelas notícias, que, dessa forma, organizam-se como narrativas a partir das convenções e necessidades comunicativas específicas de cada mídia informativa, tanto em relação aos seus interlocutores comuns (como a “comunidade de ouvintes”) como os demais agentes da “comunidade interpretativa do jornalismo” (ZELIZER, 2000; LEAL, JÁCOME, 2013). Ao fazê-lo, elas produzem um outro acontecimento, a partir do jogo textual dos signos, linguagens e convenções mobilizado em cada notícia, que, ao se apresentar como nova, precisa “fazer esquecer” as anteriores, as histórias semelhantes já narradas.

A referência para essas observações não são os grandes eventos, aqueles que geram comoção pública e que recebem um tratamento peculiar dos agentes midiáticos. A morte, no estudo de 2012, e a violência de gênero, no dia-a-dia do *Jornal da Itatiaia 1ª. ed.*, são parte da rotina, do cotidiano da cidade e da produção jornalística. São, portanto, “pequenos acontecimentos”. Na cobertura da Rádio Itatiaia, no período de estudo, mesmo um grande caso, como o do “goleiro Bruno”, é tratado com uma familiaridade pressuposta. Não se trata do “escândalo” do assassinato, mas sim de alguns de seus desdobramentos: narra-se a rotina dos julgamentos de alguns dos envolvidos.

Esses “pequenos acontecimentos noticiosos”, lacunares e incompletos, simultaneamente informam e apagam, fazem lembrar e esquecer.

Afinal, promovem, mesmo em sua incompletude, a visibilidade desses acontecimentos cotidianos. Mesmo recorrentemente não acentuando a dimensão de gênero presente nos acontecimentos, foi essa visibilidade que permitiu a nós, pesquisadoras e pesquisadores, identificar as notícias como pertinentes ao tema. Isso não é desconhecer que a abordagem dispensada a esses eventos simplesmente apaga o gênero como problema e questão. Essa contradição é mais acentuada quando se pergunta a quem se dirige as notícias, qual a proposta de relação com elas que o jornal sustenta. Por um lado, ao noticiar, o *Jornal da Itatiaia 1ª ed.* faz lembrar o que acontece e aciona nossa memória (mesmo vaga) de casos semelhantes. Por outro, ao apresentar narrativas lacunares e rápidas, ele sugere que esse lembrar é destinado a um esquecimento, é mesmo uma forma do esquecimento. Afinal, algo se sabe sobre os acontecimentos, mas isso é frequentemente muito pouco; e, antes e depois de cada notícia, vem outra e mais outra e outra. Se há lembrança, ela parece ser fugaz, destinada à “fala rápida e pequena”, à miudeza das conversações cotidianas.

## Referências

- BALSEBRE, Armand. **El language radiofónico**. Madri: Cátedra, 2003.
- BRUCK, Mozahir S.; CASTRO, Kátia. A hibridização de gêneros jornalísticos como estratégia dialógica: uma análise do Conversa de Redação, do Jornal da Itatiaia. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 9, p. 227-243, 2012b.
- BRUCK, Mozahir S. CASTRO, Kátia. **Radiojornalismo: retórica e vinculação social**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- BRUCK, Mozahir. **Jornalismo radiofônico e vinculação social**. São Paulo: Annablume, 2003.
- LEAL, B. S.; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Narratives of death. In: Rosa Cabecinhas; Lilian Abadia. (Org.). **Narratives and social memory**. 1ed. Braga: Universidade do Minho, 2012, v. 1, p. 91-110.
- LEAL, Bruno S; MENICONI, Tadeu. Sobre notícias e fatos: a especulação no jornalismo esportivo. **Revista Líbero**. São Paulo: Casper Líbero, n.20, p.131-138, 2007.

LEAL, Bruno; JÁCOME, P. Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo. **Rumores**. São Paulo: Usp, v.7, p.45-61, 2013.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas como comunidade interpretativa. Traquina, N (org). **Jornalismo 2000. Revista de comunicação e linguagens**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n.27, p.50-65, 2000.

## CAPÍTULO 6

# Violência contra mulher em portais de notícias: (des)continuidades narrativas na cobertura jornalística

DALILA COELHO

ISABELLE CHAGAS

PATRICIA PRATES

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

### **Introdução**

O banco de dados produzido na pesquisa “Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico”, por meio da coleta e sistematização de notícias de diferentes mídias, buscou construir um panorama diversificado da cobertura jornalística cotidiana sobre a violência contra a mulher. Dentre elas, os três portais de notícias selecionados se destacaram pela grande quantidade de matérias, muito superior às demais mídias. Essa diferença quantitativa se explica pelo fato de os portais pertencerem a grupos de comunicação proprietários de outras mídias noticiosas, das quais se valem para a publicação de seus materiais, assim como também publicam informações provenientes de agências de notícias, nacionais e internacionais. O *GI*, parte do conglomerado ligado à Rede Globo, publica notícias de suas mídias próprias, assim como de emissoras de rádio e televisão afiliadas que estão espa-

lhadas em todo o território brasileiro. O *Uol*, propriedade do mesmo grupo empresarial que detém o controle do jornal *Folha de S.Paulo*, se vale das produções jornalísticas deste e de outros jornais impressos, assim como de emissoras de televisão com as quais mantém acordos, a exemplo da TV Bandeirantes. Por sua vez, o *Uai* pertence à empresa Diários e Emissoras Associados, com mídias em Minas Gerais e no Distrito Federal, capilarizando as possibilidades de divulgação de notícias vindas de diversos locais.

As mídias *online* são comumente designadas como espaços diferenciados de comunicação, cujas principais marcas estariam na democratização de acesso e produção, maior horizontalidade das relações e conectividade instantânea e em tempo real, oferecendo, assim, “recursos infinitos” (FAVA e PERNIRSA, 2013). O jornalismo *online* ou *webjornalismo*, nesse sentido, teria as suas possibilidades de produção e circulação de conteúdos ampliadas e ressignificadas, contrastando com modelos fixos e estabilizados da TV e do impresso, por exemplo (COSTA, 2016). Uma das vantagens pressupostas é a possibilidade de atualização permanente das informações à medida que os acontecimentos se desenrolam, o que em tese daria ao jornalismo em ambiente de internet características de maior profundidade nas coberturas noticiosas. Essa pressuposição se assenta ainda em condições técnicas como os *links*, que tanto podem remeter a notícia complementar, quanto a dados extras relativamente aos temas abordados. A inclusão de áudios, vídeos, fotografias, infográficos e outros recursos informativos constituem outras vantagens do jornalismo em ambiente de internet, levando à expectativa de que as narrativas de crimes e violências diversas contra mulheres pudessem ter nos portais tratamento jornalístico mais denso, em que as relações de gênero estivessem demarcadas de maneiras não encontradas em outras mídias informativas que compõem o *corpus* da pesquisa.

No contexto brasileiro, contudo, diversas especificidades marcam esse tipo de produção jornalística. É inquestionável que a digitalização acarretou mudanças significativas nos processos midiáticos, desde a organização dos mercados culturais, passando pelas rotinas empresa-

riais até chegar na relação com as consumidoras e com os consumidores, como afirmam Bolaño e Brittos (2006). Mas a maioria dos espaços jornalísticos digitais ainda “funciona muito mais como lugares para a disponibilização de informações já apuradas por outros meios, não raro do mesmo conglomerado empresarial” (p.7), do que para uma produção específica a esse novo circuito. Isso porque a lógica dos portais se caracteriza mais como um espaço que agrega diferentes funções, categorias e serviços do que, propriamente, numa reformulação profunda dos processos mercadológicos.

Diferentemente de outros países, onde os portais de notícias surgiram a partir da evolução de *sites* e mecanismos de busca, no Brasil eles nasceram dentro dos grandes conglomerados de mídia. Como aponta Pollyana Ferrari (2010), é essencial levar isso em conta ao se falar de jornalismo *online*, já que as empresas jornalísticas importaram muito das lógicas de produção, circulação e consumo de outras mídias já existentes, principalmente do impresso, para esse ambiente que prometia grandes rupturas. Em seu surgimento, a principal ideia por trás do portal era a de uma “máquina de busca”, que agregaria diferentes espaços de interação (BARBOSA, 2003). Como o próprio nome sugere, seria a partir dele que a ação de internautas começaria para construir seus roteiros de leitura. Mas, com as novas configurações, o portal se torna não apenas lugar de entrada na rede, mas de visita e estadia. As redes sociais ampliaram ainda mais essas formas de acesso, que também passaram a funcionar por lógicas de curadoria e filtros, como os algoritmos. Além disso, mesmo com as novas configurações, os portais ainda são os maiores geradores de tráfego na internet. Sendo eles, em sua maioria, propriedade de organizações com tradição midiática, permanece também o jogo desigual em relação às condições de competitividade entre agentes de tamanhos e forças diversas, como destacam Bolaño e Brittos (2006), o que deve ser levado em consideração na análise desse tipo de mídia.

Quaisquer sejam as teorias que tentam explicar o jornalismo praticado na internet, no entanto, o cotejamento com situações concretas de cobertura jornalística de determinado acontecimento constitui o que efetivamente indica a concretização ou não de princípios abstra-

tamente propostos. E a realidade costuma fraturar elaborações conceituais, o que particularmente se verifica na cobertura dos casos de violências físicas e simbólicas contra mulheres, em crimes de gênero que se dão no contexto de relações de parentesco, proximidade e confiança social. Como demonstram os dados que apresentamos a seguir, não é possível caracterizar, na cobertura de tais crimes, especificidades que tornariam os portais noticiosos mais porosos às dinâmicas dos feminicídios, à caracterização dos crimes fora de preceitos que os identificam como, ou próximos, à noção de passionais (ver glossário). Em suma, as mortes e violências físicas e simbólicas contra mulheres, tal como são apresentadas nos portais, constituem, com raras exceções, mais do mesmo corte estatístico das violências genericamente praticadas, com o apagamento das dinâmicas que as promovem. Os casos descritos, que consideramos “exemplares” por ilustrarem algumas especificidades e/ou recorrências, tornarão mais evidentes as estratégias noticiosas encontradas na pesquisa em sua parte referente aos portais, inclusive naquilo que à primeira vista parece sugerir cobertura mais atenta às relações de gênero como motivadoras dos crimes.

## **Metodologia**

Foram selecionados três portais noticiosos, um de cobertura local da região metropolitana de Belo Horizonte (*Uai*), e dois de cobertura nacional de maior acesso no país (*Uol* e *G1*). O método utilizado para a coleta das notícias foi o da semana falsa, tal como descrito nos dois capítulos que abrem este livro. As matérias foram armazenadas em um banco de dados comum às demais mídias do projeto, que conta com a categorização detalhada de cada uma delas. Além de dados como data, hora, tipo de texto e seções dos portais às quais estavam vinculadas, também foram identificadas as modalidades de violência apresentadas, as personagens e agentes envolvidos no detalhamento dos acontecimentos, quem ou o que foi culpabilizada/o, como vítima e agressor (a) foram caracterizados etc.

Ao longo das semanas de coleta de dados adotou-se como estratégia a leitura dos portais em três horários distintos: manhã, tarde e noite.



Tal escolha levou em consideração as características do jornalismo em ambiente de internet brevemente descritas anteriormente, o que permitiria verificar as dinâmicas que se supõem próprias aos portais, mais precisamente, a permanente atualização de acontecimentos já narrados em um mesmo portal; o acréscimo ao longo do dia de novos acontecimentos em ritmo e intensidade não verificáveis em mídias como o rádio e a televisão, mas sobretudo as impressas; e o acréscimo de dados como *links*, fotografias, infográficos, vídeos, áudios e demais possibilidades informativas próprias da internet. Ao analisarmos os dados, a surpresa é que as características transmidiáticas propícias ao jornalismo de internet pouco foram verificadas. Assim, encontramos vídeos que são simplesmente recortados de noticiário mais amplo de emissoras de televisão, textos escritos que pouco ou nada diferem daqueles comuns aos jornais impressos e discreta utilização de *links*, fotografias, infográficos e áudios que pudessem enriquecer as narrativas. A impressão geral é que os portais não possuem equipes próprias de produção noticiosa, envolvendo procedimentos da prospecção de pautas aos processos de redação e edição, limitando-se ao aproveitamento de materiais provenientes de outras mídias, que somente passaram por adaptações mínimas ao ambiente da internet, quando não são replicadas de forma integral.

Se do ponto de vista das características técnicas as narrativas sobre acontecimentos envolvendo crimes contra mulheres em relações de gênero em contextos de proximidade, parentesco e confiança social não apresentaram diferenças notáveis em relação ao encontrado nas outras mídias noticiosas pesquisadas, o mesmo ocorre com as demais dimensões analisadas. Os agentes que informam sobre os acontecimentos são, em sua maioria, os mesmos encontrados nas outras mídias, com destaque para as autoridades policiais, presentes ou não nas cenas dos crimes, ocasionalmente parentes das vítimas ou pessoas da vizinhança e, mais raramente, as próprias vítimas, naqueles casos de violências físicas e simbólicas que não impediam que elas relatassem os abusos sofridos. Essa dinâmica não difere entre os três portais pesquisados, o mesmo ocorrendo com os crimes que levaram à morte das mulheres agredidas, com os casos mais notórios noticiados em todos eles, em alguns casos,

a partir de agências de notícias. O *G1* foi o portal com maior abrangência regional de notícias considerando-se o vasto território brasileiro, seguido pelo *Uol*, confirmando a natureza de maior espraiamento dos dois em comparação ao *Uai*, identificado mais restritamente com o estado de Minas Gerais. As violências físicas e simbólicas prevalecem no noticiário, com maior destaque dados às mortes que, em função das suas condições de ocorrências, chamaram mais atenção, como o caso da “mineira” assassinada na Itália. A cobertura de casos ocorridos no Brasil, ou envolvendo brasileiras em outros países, se sobressai relativamente àqueles que envolvem mulheres estrangeiras.

### **Análise dos dados**

O primeiro movimento analítico nos auxilia a compreender como a escolha metodológica pela coleta de narrativas em três momentos distintos ao longo do dia é reveladora dos limites entre as proposições conceituais acerca do jornalismo em ambiente de internet e a realidade que se efetiva quando do escrutínio de situações concretas de coberturas noticiosas de determinada modalidade de acontecimento. A figura 1 indica o total de narrativas coletadas nos três portais ao longo do período de imersão da pesquisa, com a recolha de 386 notícias, sempre indexadas com a indicação do dia e horário da coleta. Feita a leitura atenta, o que percebemos foi que as notícias que aparecem em mais de um dia e/ou horário continuavam nos portais sem qualquer tipo de acréscimo de informação, portanto, em contraste com a perspectiva de permanente atualização de conteúdos potencialmente permitida pelo jornalismo em ambiente de internet. Com a exclusão das duplicidades, o total de narrativas caiu para 293 nos três portais. Isso não significa, no entanto, 293 acontecimentos distintos noticiados nos portais, uma vez que há casos que têm cobertura mais prolongada em um mesmo portal, assim como aqueles acontecimentos que foram objeto de cobertura por todos eles. Desse modo, o total de narrativas com a exclusão das duplicidades aponta para um número menor de acontecimentos do que aparentemente teríamos.



Figura 1 - Comparação entre o total de notícias coletadas e a exclusão das duplicatas. Fonte: Pesquisa *Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico*

Quando excluídas as notícias que se repetiram em dias e horários diferentes, mas que não apresentavam conteúdos novos, temos como totais para cada portal 149 narrativas no *G1*, 86 no *Uai* e 58 no *Uol*. Os números do *G1* não surpreendem, pois trata-se de portal que publica conteúdos originários de todas as estados e regiões do Brasil, além de materiais de agências de notícias. Por outro lado, encontramos somente 58 narrativas no *UOL*, que tem abrangência nacional tanto quanto o *G1*, em termos de audiência e de possibilidade de aproveitamento de noticiário originário de uma grande diversidade de mídias informativas e agências de notícias. Não há como indicar com certeza o que levou o portal a publicar volume quase duas vezes menor de narrativas sobre crimes contra mulheres em relações de gênero no contexto das relações de proximidade, parentesco e confiança social<sup>17</sup>, quando comparado ao *G1*. O desinteresse detectado na pesquisa por acontecimentos dessa natureza não fica sugerido, por exemplo, em alguma política editorial do portal. Quando olhamos para os totais de narrativas publicadas pelo *Uai* a surpresa fica por conta do volume bem acima do encontrado no *Uol*, uma vez que se trata de portal regional que, apesar de também parte de conglomerado de mídias, não possui a mesma capilaridade para aproveitamento de noticiário vindo de todas as regiões brasileiras.

<sup>17</sup> Estes e outros conceitos referidos ao longo do artigo se encontram no glossário, após os artigos.

Relativamente às características da cobertura jornalística, além do que já indicamos no tópico anterior, registramos como particularidade do portal *Uai* narrativas, na maioria das vezes com menos de quatro parágrafos, assinadas por até cinco jornalistas diferentes. A quantidade de pessoas envolvidas na produção das notícias não corresponde à qualidade e quantidade das informações, não sendo raro textos confusos quanto ao que realmente caracterizou o acontecimento noticiado: motivações, pessoas envolvidas, contexto da ocorrência etc. Do *G1* destaca-se maior diversidade de acontecimentos segundo critérios de região de ocorrência e de tipos de crimes, o que confirma a capilaridade do portal à temática como, em parte, explicada pela ampla presença no território brasileiro. Assim, temos casos de pedofilia, assassinatos e violências físicas e simbólicas que abrangem todas as regiões do Brasil, o que não caracteriza diferença quanto ao reconhecimento dos crimes como parte das dinâmicas próprias às relações de gênero, característica comum aos três portais. A cobertura do *Uol* não apresenta características que se destaquem em relação aos demais portais, com narrativas centradas nos assassinatos e violências físicas e simbólicas como componentes de um “normal estatístico”.

#### Quantidade de notícias de cada portal

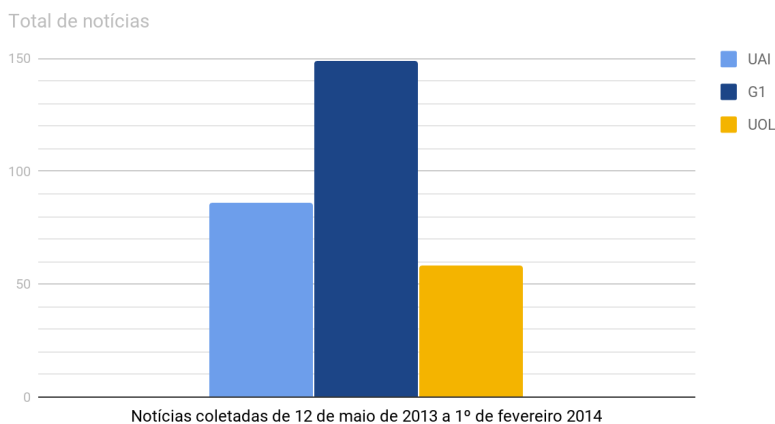


Figura 2 - Comparação entre a quantidade total de notícias dos portais UAI, G1 e UOL. Fonte: Pesquisa *Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico*

Na sequência, apresentamos algumas coberturas que permitem apreender um pouco das especificidades da abordagem que os portais fazem dos crimes contra mulheres em relações de gênero no contexto de proximidade, parentesco e confiança social. A escolha dos “casos” considerou o potencial de cada um em revelar tanto as recorrências de abordagens que culpabilizam as vítimas, sugerem crimes passionais e outras estratégias que obscurecem as relações de gênero, quanto situações em que essas aparecem, ainda que mais insinuadas do que efetivamente desenvolvidas.

### **Eliminando o problema: casos de grande repercussão**

Dentre os acontecimentos de violências praticadas e sofridas por pessoas comuns das quais, muitas vezes, nem mesmo nome e sobrenome são informados, destacam-se os casos de grande repercussão, que ocupam de forma intensa a pauta da conversação cotidiana, incluindo a jornalística. O número de matérias dedicadas a alguns deles impressiona: os três principais que destacamos aqui, o Caso Marília, o Caso goleiro Bruno e Eliza Samudio e o Caso Joaquim tematizam, conjuntamente, mais de 10% do total de matérias. A presença desses casos é também temporalmente relevante, considerando que alguns aparecem durante meses seguidos, em textos que acompanham o desenrolar entre investigação e julgamento dos assassinos. Nisso, contrastam ainda mais com a maioria das notícias, que se atém pouco à continuidade do acontecimento e da violência para além da realização da denúncia junto à polícia. Mas esses casos quase exemplares, cuja intensa reverberação e maior atenção por parte das mídias poderia sugerir uma cobertura também mais aprofundada, surpreende justamente pela repetição de informações, registros e fontes. Muitas chegam a replicar parágrafos inteiros, servindo à contextualização do acontecimento. Apesar da maior quantidade de matérias, elas continuam marcadas pela superficialidade.

O assassinato de Marília Rodrigues, conhecido como o Caso Marília, é um deles. Aos 29 anos e grávida de cinco meses, a mulher foi encontrada morta no escritório onde trabalhava, na Itália, em agosto de 2013. Cláudio Grigoletto, dono da empresa, passou de suspeito a autor do

crime e pai da criança ao longo das seis notícias publicadas no portal *Uai*, três no *G1* e uma no *Uol*. Por terem a Agência de Notícias Italiana (Ansa) como principal fonte, as matérias trazem informações similares, muitas vezes repetindo as mesmas falas de familiares e dos agentes envolvidos na investigação. Aproximam-se, também, na forma de nomear vítima e agressor, sendo ele identificado como “chefe”, “empresário” e “dono da empresa”, enquanto ela, nos títulos, é “mineira” (Portal *Uai*), “uberlandense” ou “brasileira” (*G1* e *Uol*) e, ao longo do texto, aparece como “funcionária”, “amante”, “ex-amante”, “ex-namorada”. Quando há a confirmação do crime, a esposa e os dois filhos de Cláudio passam a ser mencionados de forma explícita, e o trecho mais recorrente utilizado nas notícias é o do procurador do caso, que justifica o crime dizendo que “ele [Cláudio] quis eliminar o problema para salvar o seu próprio casamento”. Nos comentários da página do *G1*, é recorrente a menção a Marília como “interesseira”, e a morte aparece como castigo para o comportamento considerado como desviante.

Menos recorrente, a mãe da vítima é mobilizada como fonte em algumas matérias, nas quais há o destaque para o seu sofrimento e para a defesa da filha que, segundo ela, “acreditava que Cláudio estava separado”. Apenas uma das notícias do *G1* abre espaço para que a mulher conte sobre a dificuldade de conseguir pagar a passagem para ir à Itália, a falta de apoio dos órgãos nacionais e internacionais e que ela e a filha moraram juntas no país durante muitos anos. Apesar do maior número de matérias, o *Uai* é o que menos traz informações novas, e em quatro das seis é usada a mesma foto de Marília e Cláudio sorrindo, lado a lado, dentro de um helicóptero (Figura 3). A imagem sugere uma relação de proximidade entre os dois, nomeada como “namoro”, “relação sentimental” e “relação amorosa”.



Figura 3 - Captura de tela de notícia do portal Uai.

Fonte: Pesquisa *Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico*

Percebe-se que, em comparação a casos similares como o de Eliza Samudio, em que vítima e agressor mantinham um relacionamento íntimo, sendo ele casado, os pesos e as medidas utilizados para Marília são outros. Membros da sua família, como o tio procurador em Uberlândia, são citados, e é destacado que ela teve acesso ao ensino superior ao ser chamada de “turismóloga”. Ainda assim, as relações de gênero enquanto dimensão crucial do crime são apagadas, e o assassinato é configurado como uma das “soluções” encontradas pelo empresário para um problema como outro qualquer, como afirma o procurador do caso. Ao ser mobilizada, a família confere ao indicado como assassino o *status* do “homem de família”, em relações de causa e efeito muito similares ao do crime passional, que pressupõe a impossibilidade de continuidade ou solução de um sentimento do ponto de vista do agressor (BERENGUER, 2018). A constante busca por construir uma justificativa para o assassinato, o apagamento da responsabilidade do assassino e, por conseguinte, a culpabilização da vítima, são dimensões cruciais no aspecto moralizante da cobertura, que ora aparece de forma sutil, ora explicitamente verbalizada. Na própria construção do acontecimento como um “caso”, para além da aparente excepcionalidade, também subjaz a ideia de uma medida exemplar, que deve servir de modelo ao que não deve ser feito — mas em relação ao comportamento da vítima, e não do agressor.

Quase na mesma época, outro caso se desenrolava rodeado pelo alarde da mídia: o julgamento da “trama macabra”, como algumas matérias caracterizaram o assassinato de Eliza Samudio por Bruno Fernandes,

o goleiro Bruno. Eliza tinha 25 anos quando desapareceu, em julho de 2010, em uma viagem que realizou a convite de Bruno para Esmeraldas (MG) com o objetivo de negociarem o reconhecimento do filho. O relacionamento já havia ganhado repercussão meses antes, quando ela foi a público denunciar agressões realizadas por ele, que se negava a registrar a criança e a acusava de querer dar “golpe da barriga”. O corpo da vítima nunca foi encontrado e consta no processo morte por asfixia seguido de esquartejamento do corpo. O crime envolveu também o sequestro do filho deles, à época com quatro meses de idade.

Pela fama que o atleta já tinha quando cometeu o crime, o acontecimento foi mais identificado ao seu nome, “Caso Bruno” (Portal *Uai*), do que ao da vítima, “Caso Eliza Samudio” (*G1* e *Uol*). Mas o apagamento de Eliza foi ainda mais longe, mesmo quando ela aparecia nos títulos das notícias. Em nenhuma das 13 narrativas que tematizam o julgamento do caso, constam informações sobre a vítima além da relação com o próprio goleiro, principalmente como “ex-amante”. Em contrapartida, além de goleiro, Bruno é também “ídolo do futebol” e “atleta”. As notícias se dividem entre as que trazem informações sobre o julgamento das pessoas envolvidas, ao modo de um acompanhamento quase em tempo real das tramitações judiciais, e aquelas que abordam a vida de Bruno após a sentença de 22 anos. Uma delas, inclusive, fala sobre a proposta que o jogador recebeu de um time de futebol de Montes Claros (MG), enquanto ainda estava na cadeia. As diversas testemunhas e os réus envolvidos no caso são detalhadamente caracterizados, assim como a participação de cada um no crime.

Como no caso anterior, o *Uai* é o que mais noticia quantitativamente o acontecimento, contudo, o que menos traz informações novas e mais replicação de conteúdos entre os textos. O *G1* é o único a apresentar, ao final de algumas notícias, uma breve contextualização sobre o caso, citando a relação de Eliza com Bruno e apresentando fotos da vítima. Ainda assim, o faz de forma superficial. A paternidade não assumida pelo filho dela é outro ponto pouco explorado nessas notícias, mas a “incompatibilidade” entre a imagem da vítima e a maternidade é reiterada em diversos comentários.

A única matéria do *Uol* coletada no período trata do pedido de transferência de Bruno para uma penitenciária de Montes Claros (Figura 4).



Há uma galeria de imagens, e a primeira é dele, com uniforme de presidiário, beijando a sua esposa da época, com quem se casou depois que foi preso. Apesar de não haver nenhuma menção à mulher no texto, identificada apenas como “esposa” na legenda, a imagem indica que Bruno seguiu a vida. “Time de Montes Claros mostra interesse em contratar goleiro Bruno”, chamada publicada no portal *Uai*, reforça ainda mais a percepção de que a morte de Eliza, mesmo construída pelas narrativas jornalísticas como “macabra”, continua projetando a fama do goleiro, ao mesmo tempo em que invisibiliza a própria condição que o levou até ali, o assassinato. Como afirmam Borges e Leal (2014), Eliza “tornou-se um fantasma, na medida em que assombra a imagem do goleiro, mas também fica à sua sombra, desaparecendo da cobertura midiática (p.2).



Figura 4 - Captura de tela portal Uol

Fonte: Pesquisa *Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico*

O terceiro caso de maior repercussão foi o do menino Joaquim, de três anos, cujo corpo foi encontrado boiando em um rio após o seu desaparecimento durante seis dias. Guilherme Longo, o padrasto, era o principal suspeito, e a participação da mãe do garoto, Natália Ponte, foi questionada durante toda a investigação. O caso passou por diversas reviravoltas, e ela prestou depoimentos em que afirmava que o marido já havia a agredido e, constantemente, fazia ameaças de suicídio e contra o filho caçula do casal, de poucos meses de idade. As falas de Natália foram contrapostas, a todo o momento, a diversas outras, que colocaram em xeque a credibilidade de seu testemunho não apenas jurídico, já que se tratava de uma investigação, mas, principalmente, da sua posição como mulher.

“Cara de cínica”, “falsa inocente”, Natália é apontada nos comentários como co-autora do crime por ter permanecido em um relacionamento com um usuário de drogas, por supostamente não ter sido boa mãe e ter deixado o filho morrer. Guilherme é caracterizado pela própria mãe como viciado em cocaína e de temperamento forte, e suas ações, como “acessos de cólera” e “falta de controle”. O comportamento constantemente violento e instável do homem é normalizado, já que, apesar disso, ele também era “carinhoso” e “amoroso”. A sogra de Natália ainda afirma, em diversas reportagens, que o relato da nora não poderia ser verdadeiro, pois ela nunca teria falado sobre o assunto. O advogado do agressor também corrobora com esse discurso, e aparece como fonte principal em mais de uma notícia. Até mesmo o pai de Natália, ao afirmar que nunca soube das relações de violência da filha com o marido, faz com que o caso tenha pesos e medidas diferenciados para ela. Tais falas são tensionadas pelo promotor do Ministério Público (Figura 5), única fonte a indicar confiabilidade no testemunho de Natália. Nessa matéria, é divulgada uma imagem dela chorando, uma das poucas em que aparece fora da delegacia ou não acompanhada do marido.

Uma das matérias do *Uol* afirmou que a mãe do menino precisou ser isolada em cela especial (Figura 6), para não sofrer agressão de outras presas. A primeira imagem que aparece na galeria é de um protesto realizado pelos moradores perto do rio onde o menino foi encontrado, onde se vê escrito na parede “justiça”. Fotos de protestos de moradores são comuns nas notícias, mesmo quando eles não são o tema dos textos.

Todos esses movimentos configuram uma dupla violência em relação a Natália, mãe de Joaquim, que não é considerada passível de ser entendida como vítima, mesmo o caso ainda não tendo sido solucionado. Fica evidenciado que a essa mulher não é permitido sofrer, nem pelo filho, nem por si mesma.



Figuras 5 e 6 - Capturas de tela dos portais G1 e Uol.

Fontes: Pesquisa *Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico*

## A violência viral: casos bizarros

Uma das especificidades encontradas em dois dos três portais analisados, muito cara ao ambiente digital, é a seleção de casos chamados bizarros, que transitam entre o humor, o grotesco, o surreal e o extravagante. Muitos surgem de imagens e vídeos que adquirem grande número de visualizações e repercussão, na lógica do *viral*. Envolvem crianças, animais e pessoas com comportamentos “incomuns”, em sua maioria, de casos internacionais. A violência contra mulheres também é constantemente tematizada, mas, diferentemente de outras seções, aqui

a dramaticidade serve à ridicularização explícita da vítima e da própria violência. É o caso das matérias coletadas nas seções *Planeta Bizarro*, do *G1*, e *Mundo Estranho*, do *Uol*.

A notícia de maior repercussão e número de comentários foi a de uma mulher chinesa que, na noite após o seu casamento, teria errado de quarto e confundido o noivo com um dos padrinhos (Figura 7). Na chamada e ao longo do texto, é reiterado que “os dois fazem sexo”, e que a noiva só teria notado o “erro” após o fim da “relação sexual”. A mulher é caracterizada como “desnorteada” e “confusa”, o que reitera a ideia de um “desvio” cometido por ela, enquanto o “padrinho” não é passível de nenhuma classificação. A palavra “abuso” aparece uma única vez, nomeada pela própria vítima, que realizou denúncia e pediu indenização, não concedida pela justiça. Nenhuma das pessoas envolvidas tem nome e a única identificação que é dada sobre elas é a nacionalidade chinesa. Na ilustração da matéria, há dois manequins articulados em uma cena que sugere ato sexual, reiterando a invisibilização da ação como forma de violência e das próprias pessoas. Nos comentários, a exotificação dos “orientais” é ressaltada, e o padrinho é classificado como “esperto”, “fura olho” e “amigo da onça”. Percebe-se que, mesmo sem aparecer explicitamente no texto, é o marido o foco do acontecimento.



Figura 7 - Captura de tela portal *G1*.

Fonte: Pesquisa *Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico*

### **Por fora da curva: o caso Mara Rúbia**

Determinados casos, num primeiro momento, sugerem uma cobertura mais dedicada à agência das vítimas e ao caráter estrutural das questões de gênero implicadas nesses crimes. Mas o que parece atenção a essas condições revela, também, estratégias noticiosas em que a violência em si é a motivação, especialmente pelo potencial de causar emoção, e não as relações de gênero.

Em contraste com a cobertura episódica e sem desfechos das notícias de violência contra mulher da maior parte das narrativas jornalísticas analisadas, o caso de Mara Rúbia assume pontos destoantes não só pela atenção à continuidade do acontecimento, como pelo enfoque nas falas da vítima. Em 29 de agosto de 2013, Mara Rúbia Guimarães, na época com 27 anos e residindo em Goiânia, foi torturada e teve os olhos perfurados em sua casa por Wilson Bicudo, nomeado como ex-marido. Dentre os portais e período de coleta de nosso banco de dados, o crime aparece seis vezes apenas no *G1*, sendo metade no momento de início de cobertura do crime (primeira semana de setembro de 2013) e a outra metade durante a primeira audiência, três meses depois (na primeira semana de dezembro de 2013). Para ilustrar as matérias são usadas fotos de arquivo pessoal, fotos produzidas por jornalistas do portal, *frames* e vídeos de notícias exibidas pela TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo em Goiás. A imagem do agressor aparece em apenas uma das notícias. Nela, Wilson é detido nas dependências da Deam-GO (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Goiás) e aparece olhando para o chão e com as mãos para trás. Em relação à vítima Mara Rúbia são exploradas imagens dos olhos fechados recém operados e ainda com marcas de ferimentos (Figura 8), outras realizando exames oftalmológicos, imagens com óculos escuros prestando depoimento no tribunal (Figura 9) e uma imagem em especial em que a vítima aparece deitada com uma atadura vendando e protegendo os olhos (utilizada em 5 das 6 matérias).



Figuras 8 e 9 - Capturas de tela do portal G1.

Fontes: Pesquisa *Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico*

O enfoque de todas as matérias está na violência sofrida pela mulher, no processo de recuperação da visão e na primeira audiência do crime, e pouco se fala do criminoso. Apesar de não haver uma tentativa de culpabilização da vítima, também não há a responsabilização explícita do agressor. As notícias descrevem detalhadamente a agressão, contando que Wilson se escondeu na residência da ex-esposa, a amarrou, torturou, enforcou e “perfurou os dois olhos dela com uma faca de mesa”. A vítima revela ainda que esta não foi a primeira agressão sofrida, que o ex-marido não aceitava a separação e a impedia de visitar o filho do casal, que estava sob os cuidados dele.

O apelo feito pelo portal para a situação da vítima é perceptível nos títulos dados às matérias, como “‘Você viver na escuridão’, lamenta mulher que teve olhos perfurados” e “Mulher que teve os olhos perfurados pelo ex se emociona ao depor em GO”. Na matéria sobre a segunda cirurgia feita por Mara, o médico aponta a recuperação como “quase um milagre”, “presença de Deus na vida dela”, e a vítima, “ainda triste”, lamenta a perda da visão, a saudade do filho e “confessa que, apesar de orar muito, sente raiva do ex-marido”.

A segunda parte da cobertura realizada pelo G1 acompanha a primeira audiência do caso Mara Rúbia, três meses após o crime. A primeira matéria é sobre a ameaça sofrida pela vítima feita por um desconhecido às vésperas da sessão. O texto longo traz novidades do

caso, como o fato de o ex-marido ter se entregado e estar preso, falas da advogada da vítima e do advogado do acusado e um resumo do crime e do processo de denúncia. Boa parte deste primeiro texto aparece replicado nas duas matérias seguintes, uma que anuncia o começo da audiência e outra que traz vídeo do depoimento de Mara.

O vídeo feito pela TV Anhanguera começa com cenas da conversa da vítima com o promotor de justiça que pede a condenação do agressor, apresenta trechos do depoimento de Mara, em que ela fala das violências sofridas anteriormente e do caso de agressão, e faz um resumo do crime, mostrando cenas do ex-marido algemado. Além de apresentar a comoção da vítima, do promotor e das pessoas que acompanharam a audiência, o âncora parece compadecer com a violência sofrida por Mara Rúbia. Apesar da cobertura relativamente extensa feita pelo portal *GI*, não consta na coleta de dados realizada pela pesquisa outras matérias que dão continuidade ao caso, sendo o último relato apresentando o depoimento da vítima na audiência. Se por um lado, os depoimentos mostram a escalada progressiva da violência desde a época em que Mara Rúbia era casada com o agressor – passando, inclusive, pela dissuasão da vítima por parte da polícia a respeito de denunciar as agressões anteriores até culminar no crime autuado –, o que difere da maioria das notícias, por outro lado, a conformação da notícia não sustenta uma problematização da violência contra a mulher, tampouco visibiliza as questões de gênero envolvidas no crime.

### **Considerações finais**

Diante das diversas teorias que desenham um ambiente digital em constante e ininterrupta atualização, capaz de fornecer um mundo de possibilidades tanto em questão de produção, quanto consumo, a análise da cobertura jornalística realizada pelos portais noticiosos impressiona justamente pela replicação de padrões e lógicas já há muito recorrentes no campo jornalístico, tomado em suas características mais recorrentes e mais tradicionais. Mas os portais funcionam também como grandes repositórios de informações e conteúdos oriundos dos mais diversos ambientes, ampliando a circulação de determinados temas e possibilitando a aparição direta do público por meio dos comentários, por exemplo.

Em comum a outras mídias, percebe-se na cobertura sobre violência contra mulher o predomínio de pequenas notícias e notas curtas, maior relevância a casos de assassinato e violência física e centralidade das autoridades policiais enquanto fontes e informantes dos acontecimentos. Os agressores, em sua maioria homens, são ora invisibilizados enquanto sujeitos de ação, portanto não responsabilizados pela violência, ora colocados sob os holofotes dos casos emblemáticos, mas sempre adquirindo mais prestígio. Em ambos os movimentos, as mulheres vítimas permanecem à sombra da cobertura midiática (BORGES; LEAL, 2014), tendo suas histórias e trajetórias reduzidas a relações de causalidade, que obliteram não só a questão de gênero, mas, por vezes, a própria existência delas enquanto pessoas.

Ainda que haja uma maior diversidade na aparição desses acontecimentos, como foi possível perceber na seção de casos bizarros, continua-se a operar numa lógica comum de apagamento do gênero enquanto dimensão crucial da violência. A ridicularização de mulheres é levada ao extremo, e o próprio ato violento enquanto crime é ignorado em nome do humor, do riso e da chacota. Como afirma Elton Antunes (2016), os últimos degraus da violência contra a mulher tornam-se cruciais “para ‘o’ interesse jornalístico, e mais do que revelar um tema da agenda, a cobertura pode indicar a tolerância à violência contra as mulheres” (p. 62).

Ao mesmo tempo, é possível perceber alguns tensionamentos nesse quadro complexo. Mesmo marcada por uma intensa repetição de informações, a cobertura de alguns casos é acompanhada por um período de tempo mais alargado, permitindo que nuances do acontecido e das relações, pouco exploradas em outras mídias em função de restrição de tempo e espaço, apareçam. A replicação de conteúdos e os comentários de leitores, por exemplo, fazem emergir novas camadas desses textos. Outro ponto fundamental reside nos atravessamentos resultantes de relações raciais, econômicas e regionais, que conferem tratamentos diferenciados às pessoas envolvidas, ainda que, num quadro mais amplo, operem numa lógica similar. É o caso de Eliza Samudio e Marília Rodrigues: enquanto a primeira é totalmente invisibilizada, ao ponto de nem sequer ser mencionada ao longo das notícias, com a outra nota-se um



esforço, ainda que mínimo, de construir a imagem de uma mulher com acesso a estudo e bons empregos. Contudo, a morte de ambas é apresentada como o resultado de uma ação desviante.

Dessa forma, percebe-se que se o termo “crime passionai” não é mais verbalmente explicitado, a sua lógica ainda continua regendo a inteligibilidade na produção, leitura e circulação dessas violências, dentro e fora do jornalismo. Assim, os crimes são tidos como excepcionalidade, cometidos por pessoas “normais” que teriam perdido o controle diante de paixões incontroláveis, seja de amor ou de raiva. Além de se excluir outras situações e motivos plausíveis, como o próprio histórico de violência em que a maioria dos acontecimentos se insere, a responsabilidade do agressor é justificada e atenuada. As análises apontaram, por fim, para a percepção de que o horizonte alargado da narrativa jornalística na cobertura de crimes de violência contra a mulher no âmbito do gênero não oferece, necessariamente, a reverberação desse fenômeno sociocultural enquanto problema a ser seriamente debatido e enfrentado pela sociedade brasileira.

## Referências

ANTUNES, Elton. Na cena da notícia: jornalismo no assassinato de mulheres. In: M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes. (Org.). **Figurações da morte nos média e na cultura**: entre o estranho e o familiar. 1ed.Braga: Ceacs, 2016,v. 1, p. 49-69.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Edições GJOL, 2013. p.139-159.

BERENGUER, Belén Zurbano. COMUNICACIÓN, PERIODISMO Y VIOLENCIAS CONTRA LAS MUJERES EN ESPAÑA: Reflexiones en torno a un estado de la cuestión. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 2, p. 80-117, 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4286>>. Acesso em 30 de julho de 2018.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. Digitalização, flexibilidade e reordenação dos processos jornalísticos. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/97>>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

BORGES, Felipe; LEAL, Bruno. O fantasma de Eliza Samudio. **Anais: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1524-1.pdf>>. Acesso em 29 de julho de 2018.

COSTA, Thayana de Moraes. **Violência contra mulheres no webjornalismo de portal: da banalização à violência metalinguística**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2016.

FAVA, Gihana Proba; PERNISA JÚNIOR, Carlos. Contexto histórico da organização da informação no jornalismo digital: das estruturas aprisionadoras a uma busca por um modelo de maior autonomia para o usuário. **Anais: 9º Encontro Nacional de História da Mídia**, Ouro Preto (MG), 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-digital/contexto-historico-da-organizacao-da-informacao-no-jornalismo-digital-das-estruturas-aprosionadoras-a-uma-busca-por-um-modelo-de-maior-autonomia-para-o-usuario>>. Acesso em 31 de julho de 2018.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2010.

## CAPÍTULO 7

# Jornalistas e suas percepções sobre a cobertura da violência de gênero

VERÔNICA SOARES DA COSTA

PHELLIPY JÁCOME

### **Introdução**

Uma das principais preocupações da pesquisa “Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico” foi compreender como os diferentes agentes envolvidos neste campo problemático percebem suas próprias formas de atuação e como refletem acerca das implicações ideológicas, culturais e políticas desta questão pública. Assim, além das mulheres vítimas de violência e dos homens agressores, entende-se que jornalistas, como produtoras e produtores de narrativas sobre essas violências, são promotoras e promotores decisivos tanto de processos de visibilidade/invisibilidade quanto de enfrentamento/silenciamento deste problema social. Consequentemente, constituem uma parte importante desta comunidade interpretativa (ZELIZER, 2000; LEAL, JÁCOME, 2013), na qual são disputados valores, estratégias, perspectivas e modos de abordagem. Assim, não entendemos as narrativas jornalísticas como uma forma discursiva neutra, mas, ao

contrário, as encaramos como textualidades complexas “que supõem determinadas opções ontológicas e epistemológicas com implicações ideológicas e, inclusive, especificamente políticas” (WHITE, 2001, p. 10, tradução nossa).

Em pesquisa sobre modos de produção das notícias, Veiga (2014) trata de compreender como as mídias informativas estão atravessadas por questões de gênero e de poder que favorecem a atribuição de determinados significados (e não outros) aos acontecimentos sociais. Isso, como podemos perceber em outros capítulos deste livro, acaba delimitando certos lugares que reiteram as violências sofridas/praticadas. Deste modo, entende Veiga (2014, p. 51), é fundamental inquirir de que formas o jornalismo, marcado por padrões heteronormativos e masculinos, acaba contribuindo para a reprodução de valores, de representações hegemônicas e de visões de mundo predominantemente masculinas.

É com base nessa premissa que, durante o segundo semestre de 2014, foram realizadas entrevistas com oito jornalistas – três mulheres e cinco homens–, que trabalhavam nas mídias informativas que compõem nosso *corpus* de análise (portais: *G1*, *Uol* e *Uai*; impressos: *Estado de Minas* e *SuperNotícia*; televisivos: *Globo* e *Record*; e rádio *Itatiaia*). A intenção deste estudo de percepção era verificar, entre outros aspectos, como tais profissionais entendem relações causais, atribuições de responsabilidade, papéis das vítimas e dos Homens Autores de Violência (HAV) de gênero, além das próprias rotinas produtivas na prospecção, apuração e produção de notícias sobre a temática.

Menos do que um corte representativo ou uma pesquisa etnográfica exaustiva, as entrevistas funcionam como uma primeira aproximação à forma como jornalistas entendem a violência contra a mulher. Por isso, nem todas as pessoas entrevistadas fizeram parte, como autoras ou autores de reportagens ou equipe da cobertura, do material coletado durante a pesquisa. Além disso, não falavam em nome das mídias informativas em que trabalham, mas, sim, de maneira particular, com impressões pessoais dos temas tratados. Assim, seus relatos não devem ser analisados sob um olhar totalizante, mas como exemplos dos modos de formatação da violência contra a mulher que atravessam as práticas e

as narrativas jornalísticas ou o viés editorial específico de uma ou outra mídia. Também por isso, suas relações com as mídias não foram identificadas.

Uma escolha metodológica que se mostrou acertada ao longo das entrevistas foi o fato de as conversas terem sido planejadas para serem conduzidas por estudantes de graduação ou recém-formadas/os<sup>18</sup>, de modo que jornalistas parecem ter adotado um tom mais didático nas conversas. A estratégia era desmontar atitudes demasiado cautelosas, evitando respostas muito institucionais ou generalizantes. Como veremos a seguir, isto propiciou um diálogo aparentemente menos constrangido e mais aberto. Por vezes, tiveram a nítida intenção de demonstrar às e aos estudantes o que seria o “verdadeiro jornalismo de chão de fábrica”, diferente “daquele ensinado na faculdade”, revelando aspectos sutis em suas falas (e importantes para a pesquisa) que, quiçá, numa entrevista com pesquisadoras e pesquisadores de maior trajetória, tenderiam a ser evitados. Tomado como um bate-papo, o estudo de percepção conduzido desta maneira fez com que o grupo de jornalistas se sentisse não como um objeto de pesquisa, mas como pessoas que, de alguma forma, poderiam contribuir para a formação de discentes. Este fator foi decisivo no desvelamento de alguns posicionamentos político-ideológicos e das formas (ora contraditórias, ora repetitivas) como jornalistas encaram a violência de gênero e se vislumbram (ou não) como parte desse processo.

O roteiro de entrevistas semi-estruturadas foi pensando em conjunto pelo grupo de pesquisa e pautado pelo desejo de compreender como as e os profissionais pensavam: 1) o funcionamento da cultura organizacional, isto é, posições hierárquicas nas redações, principais formas de prospecção dos acontecimentos, quem são as fontes preferenciais, quais são critérios atribuídos para a noticiabilidade e de destaque no interior das mídias, quais desafios enfrentados nas apurações in loco, como percebem a problemática de gênero no próprio local de trabalho; 2) a atuação delas, deles e das mídias onde trabalham, isto é, por um

---

18 As entrevistas foram conduzidas por: Thaianne Bueno, Beatriz Lobato, Pedro Lucchesi Loures, Carolina Marques, Lívia Campolina Araújo, Ariane Silva, Nina Rocha, Gabriel Martins e Felipe Borges.

lado, como uma identidade atribuída a esses sujeitos semióticos é tomada na seleção dos acontecimentos e produção das notícias e de que formas certos conceitos normativos de jornalismo são convocados para justificar determinadas atitudes; por outro, como as próprias e os próprios profissionais lidam pessoalmente com esses casos cotidianos de violência, tendo em vista uma certa economia dos afetos, e de que maneiras pensam a relação envolvimento/distanciamento com essas realidades violentas; 3) a violência contra a mulher, a noção de feminicídio e as propostas da Lei Maria da Penha.

Apesar do roteiro comum, as entrevistas foram muito variadas em suas extensões e condições de efetivação, que dependiam da disponibilidade de tempo e da performance/interesse das pessoas entrevistadas. Num primeiro momento, optou-se por realizar entrevistas presenciais, tendo a cidade de Belo Horizonte como ponto principal. Mesmo esses locais foram bem heterogêneos: houve jornalistas que preferiram que a conversa ocorresse em suas próprias casas, houve quem optasse pelo ambiente de trabalho. Tendo em vista a desistência de profissionais e a dificuldade de remarcação, algumas entrevistas também ocorreram por telefone (o que permitiu que repórteres de outras cidades pudessem ser ouvidas/os). Todas as conversas foram gravadas e transcritas para análise ulterior.

Conforme já mencionado e assim como foi feito em trabalhos anteriores frutos desta mesma pesquisa (LOPES, PRATA, 2017), também neste texto optamos pela preservação das identidades de jornalistas homens e mulheres participantes, motivo pelo qual as pessoas serão identificadas pela marcação anônima que apenas caracteriza o gênero com o qual ela ou ele se identifica: Jornalista Mulher 1, Jornalista Homem 1, e assim por diante. Como nosso objetivo é entender de forma transversal a percepção sobre as problemáticas da violência de gênero, acreditamos que as respostas superam, em parte, a relevância de suas identidades individuais, demonstrando nuances mais gerais (ainda que, por vezes, contraditórias) sobre o exercício jornalístico e os modos de produzir conteúdo sobre crimes violentos e machistas.

Para fins de organização da análise, partimos do roteiro das entrevistas para destacar aspectos que emergem com mais frequência ou intensidade nas falas de jornalistas homens e mulheres. De forma mais

detalhada, buscamos a compreensão de como é feita a prospecção da pauta; a percepção das vítimas e as formas de abordagem durante a apuração; a percepção dos HAV; a percepção do contexto de violência; o tratamento dos casos na redação; a insensibilidade reorganizada como objetividade jornalística; e a não percepção do feminicídio (tomados como problemas localizados ou casos individuais sem conexão) ou do machismo estrutural como configuradores das narrativas jornalísticas.

### **De onde surgem as notícias? Jornalistas e as fontes de informação**

Um fator que se destaca em todas as entrevistas é a centralidade da instituição Polícia Militar no surgimento das pautas e no desenrolar da apuração das notícias sobre violência contra a mulher. A PM é caracterizada não apenas como fonte principal dos acontecimentos, mas também como ‘parceira’, como nas palavras do Jornalista Homem 1. De fato, a instituição policial possui um sistema chamado “Sala de Imprensa”, em que jornalistas cadastradas/os têm acesso a uma lista atualizada das ocorrências atendidas pela corporação. Este banco de dados foi citado recorrentemente como fonte primária:

A gente tem uma assessoria de imprensa da Polícia Militar que coloca na internet os... as ocorrências que são chamadas de destaque dentro da PM e pra eles tem um certo impacto maior do que o normal. É um homicídio, é o tráfico de drogas com muita coisa, é uma tentativa de homicídio, lesão corporal, estupro, etc. Então a gente tem um grande parceiro que é a PM, que passa muita informação pra gente e tem os parceiros informais também, que também são PM, ou então policial civil, ou então um guarda municipal, e por aí vai. (JORNALISTA HOMEM 1)

Existe uma... deixa eu mostrar aqui.. uma sala da Polícia Militar, chama sala de imprensa da Polícia Militar. É... que tem todas as notícias da madrugada... e tal, do que acontece. (...) Aí esse repórter do Portal começa a apurar todas as ocorrências que foram lançadas da PM. E aí, o que que é apurado, por que eles só colocam umas chamadas. Por exemplo assim: é... estupro em Nova Lima. Você não tem detalhe nenhum, então você liga para você saber o que é aquela ocorrência, entendeu? (JORNALISTA MULHER 2)

Consequentemente, segundo a maioria das e dos repórteres, a filtragem e a sistematização feitas por órgãos policiais prevalecem como o ponto de partida da apuração dos casos: “a gente fica ligando o tempo todo, fazendo a famosa ronda, ronda é: você ligar pra todos os setores do, do que tá acontecendo, polícia, militar, polícia civil, é, polícia federal, é... os aeroportos, o... o... bombeiros, tudo. tudo, tudo, tudo” (JORNALISTA HOMEM 3).

Apesar de ter o mesmo diagnóstico, a Jornalista Mulher 1 demonstra na conversa um claro incômodo com o fato de a polícia ser a principal fonte de informação sobre crimes violentos: “Continua, infelizmente, sendo a polícia sim” e afirma que, sobretudo em datas específicas, como o Dia Internacional da Mulher, ela tenta “sempre” sugerir o tema da violência contra mulheres.

Nas entrevistas, também são citadas pautas que chegam à redação em função de denúncias feitas por pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a ocorrência (seja um familiar, um vizinho ou alguém próximo e conhecido da vítima), ou até mesmo a própria vítima. Chama a atenção a fala da Jornalista Mulher 1 sobre a escolha das pautas de violência contra a mulher que serão abordadas pela mídia, encarada como um processo naturalizado, em que “a notícia que se impõe” se for “uma pauta boa” (“boa”, no sentido de ser uma pauta que vai repercutir midiaticamente. Não parece haver, na fala da jornalista, uma reflexão mais profunda acerca da própria violência) e, se não entra em uma edição por questão de espaço ou tempo, certamente aparecerá numa edição subsequente:

Ah, a notícia quase que se impõe né? Por si própria. É difícil passar batido assim. É, é difícil a gente não perceber uma notinha sair ali no canto de página. Eu acho que vai ganhar o espaço que ele merece assim, se for uma notícia boa. Se tiver passado batido num dia, no outro dia certamente vai virar uma manchete. Mas isso é muito raro de acontecer. (JORNALISTA MULHER 1)

No que tange à relação entre jornalistas e fontes, principalmente aquelas pessoas diretamente envolvidas nos casos de violência, o Jornalista Homem 1 reconhece que a atuação de repórteres pode se configurar como uma invasão de privacidade:



No fim das contas, a reportagem policial, essa cobertura da violência, ela invade a intimidade de quem tá dentro dela, ela invade a intimidade da vítima, ela invade a intimidade do preso, invade a intimidade dos familiares desses que tão envolvidos e tal. Então é sempre um lance meio que pisando em gelo fino, entendeu? (JORNALISTA HOMEM 1)

No entanto, essa invasão de privacidade não é impeditiva da construção do relato. Ao contrário, o Jornalista Homem 1 reforça que cabe à e ao jornalista contar a história, sem que haja envolvimento emocional ou moral na construção do fato:

Mas, é aquele lance, repórter quanto menos se envolver com a ocorrência melhor, tem que reportar, tem que ouvir os lados, tem que contar a história. Jornalista conta história, vocês sabem disso, então é... quanto mais puder contar, mais ouvir e menos se envolver, eu acho que esse é o caminho certo pra quem tá nesse tipo de cobertura. Senão o cara fica doido, sô. Leva pra casa muita merda, bixo. (JORNALISTA HOMEM 1)

A necessidade de ‘ouvir os dois lados’ é uma preocupação que aparece também em outras falas, alinhadas com questões como a imparcialidade, característica tomada, na visão de jornalistas homens e mulheres, como fundamental ao bom jornalismo. Mas, para o Jornalista Homem 1, há outro fator que interfere na relação entre jornalista e fonte: o fato de serem homens ou mulheres abordando agressores ou vítimas, segundo ele, traz “diferença no *approach*, na abordagem do repórter com o preso”, e segue, revelando aspectos misóginos:

Por exemplo, uma batalha minha é justamente isso, eu não sou mulher, felizmente. É... Porque o preso tem mais facilidade pra conversar com mulher. Cair na lábia da mulher. Entendeu? O preso ele fica seduzido pela voz feminina, pelo porte, etc e tal. Isso sempre foi assim. [...]. Então, assim, pra gente que é homem a gente não vai seduzir ninguém, não que as repórteres também não seduzam. Elas não fazem isso, mas tem aquela questão natural do sexo oposto e que isso com um bandido marginal, que vai pra cadeia ficar cheia de homem, ainda é um tipo de alento dentro daquela situação que ele tá. Então na questão da abordagem faz diferença sim. [...] (JORNALISTA HOMEM 1)

Nota-se que, mesmo em se tratando da cobertura de crime contra a mulher, o repórter reproduz, sem maiores considerações, estereótipos sobre a sedução feminina (“cair na lábia”) como uma questão “natural” e não constitutivos de relações machistas e desiguais. Neste sentido, não faz problemas em sua fala o fato de que o “bandido marginal” tenha “facilidade” para conversar com a mulher, mas só porque ele “fica seduzido pela voz feminina, pelo porte”. Há, desse modo, uma violência fundante da relação entre fonte e jornalista mulher que o Jornalista Homem 1 considera, na realidade, um “trunfo”. Este mesmo machismo estrutural pode ser percebido também na contradição do suposto “poder da mulher” como objeto de sedução nas entrevistas e seu lugar “marginal” na dinâmica da redação.

### **Percepções sobre Homens Autores de Violência e vítimas: o efeito da culpabilização**

Uma característica importante que pode ser destacada em quase todas as entrevistas, é a utilização estratégica de termos como “neutralidade”, “imparcialidade” e a ideia de “ouvir os dois lados” de uma querela. Ora esses vocábulos e seus correlatos são utilizados para demarcar a separação do ambiente profissional do pessoal, ora para relativizar a condição de vítima das mulheres agredidas, ora para preservar os HAV. Por isso, dizem também de uma percepção da misoginia que busca diminuir o valor da palavra, do corpo e da vida das mulheres.

O Jornalista Homem 5, por exemplo, verbaliza: “sempre tem que ouvir a outra parte, né. Porque nunca se sabe. Isso é um negócio muito violento, muito triste. Mas, tem que preservar, pensar nos filhos, né. Tem que ter muito cuidado na apuração” (JORNALISTA HOMEM 5). Ele afirma que seria muita ingenuidade acreditar em só uma versão da história, mas dá a entender que essa versão única só não é válida quando é a versão da mulher:

Já aconteceu caso, eu lembro bem disso, de uma repórter que chegou lá... um caso que a polícia tinha passado - de violência contra uma mulher - e quando chegou lá ela falou que era mentira, que tava tudo bem. E os policiais ficaram lá até com cara

de tacho. Talvez ela querendo livrar a cara do companheiro. Ela pegou e falou que não, que tava tudo bem. Eu tava na redação, e a repórter me ligou falando “olha, não aconteceu nada disso”. Quer dizer, a polícia tava falando que aconteceu esse fato de agressão, e aí não era nada. Então, é muito importante pra você não colocar aí no jornal nome de pessoas inocentes, né. Você tem que checar muito isso, com a polícia. Ver a ocorrência policial como é que é, né. (JORNALISTA HOMEM 5)

Podemos perceber em sua fala que, apesar de constatada a violência pela instituição policial, o fato de a mulher estar “querendo livrar a cara do companheiro” seria motivo suficiente para concluir que “não era nada” ou ainda, em uma instância generalizante, que se tratava de um homem “inocente”. Ou seja, tomadas como casos individuais ou mesmo privados, essas violências e suas causas estruturais e consequências (físicas e psicológicas para as mulheres) parecem não gerar outras pautas e coberturas que não aquelas factuais, em que o caso singular se esgotaria nele mesmo. Por exemplo, não é feita uma pergunta básica relativa à situação relatada: estaria a mulher sendo física e psicologicamente coagida pelo companheiro para negar a acusação?

Em termos da cobertura, como vimos, o Jornalista Homem 1 sustenta que o gênero influencia a maneira como jornalistas homens ou mulheres relatam os crimes violentos. Segundo sua percepção, em casos de estupro, por exemplo, a repórter mulher seria “mais cruel com o estuprador”, enquanto o homem agiria “com mais condescendência”. Isso se daria porque “a gente conhece caso de mulher que fala que é estuprada e na verdade ela queria dar pro cara e tá querendo fuder com ele. (...) O feminino já vai com quatro pedras, crucificando o cara e o masculino já pega um pouco mais leve justamente porque tem que analisar”. (JORNALISTA HOMEM 1).

Ou seja, está implícita a ideia de que, nesses casos, as repórteres agiriam motivadas por vingança, reforçando estereótipos de mulheres desequilibradas emocionalmente, enquanto que os homens estariam incumbidos de um julgamento mais preciso, já que a eles seria dada a faculdade da “análise”. Tais fatos reproduzem problemas das relações desiguais de gênero, invocando a mulher como detentora de uma

crueldade natural e com pouco discernimento racional em situações de pressão social, em contraponto à vitimização do homem (agressor) ou à sua capacidade de ser mais analítico e objetivo (no caso do repórter).

Se, por um lado, a “neutralidade” denotaria certa acuidade ou mesmo uma preservação dos agentes envolvidos nos casos, por outro, o cuidado não é problematizado na relação que o repórter estabelece com seus colegas jornalistas no ambiente da redação. Segundo o Jornalista Homem 5, é comum que repórteres retornem de suas pautas e comentem com colegas o ocorrido:

Ah, as pessoas ficam escandalizadas. De chegar aqui e falar “Nossa, o cara quebrou a mulher toda” ou “Nossa, machucou ela toda”. Sempre comenta. Quando a gente chega na redação a gente sempre comenta, a gente conta uma história ali. Parece uma catarse, ou uma coisa assim. No ambiente de redação você chega e já comenta, o cara que cobriu um atropelamento conta, eu que cheguei lá que tava fazendo matéria sobre Aleijadinho conto. Sabe? Todo mundo conta, depois vai pro computador e redige. É uma coisa engraçada, isso. Faz parte do nosso dia a dia. (JORNALISTA HOMEM 5)

E, mesmo situações de violência extrema, como o do feminicídio de Eliza Samudio, o Jornalista Homem 3 revela que piadas e brincadeiras eram frequentes no ambiente de redação e que esses deboches funcionariam como uma estratégia de autoproteção por parte de jornalistas:

Num tem jeito, entendeu? [o caso] Eliza Samudio e Bruno virou brincadeira o tempo todo... A gente fica frio e acho que é um mecanismo do ser humano pra gente tentar não cair demais, a gente vira essa situação em coisas engraçadas... isso é todo dia. Todo dia tem. Nós estamos numa situação em que o jornalista tem que ser assim se não se ferra. (JORNALISTA HOMEM3)

O assassinato de Eliza Samudio possui várias características similares a outros crimes de proximidade (ANTUNES, CARVALHO, LEAL, 2017; LEAL, 2016; CARVALHO, 2016), isto é, aqueles atos de violência praticados por pessoas em relações de confiança (em sua maioria, cometidos contra mulheres por companheiros, ex-companheiros, pais, parentes

ou vizinhos). Como podemos perceber a partir dos dados obtidos na pesquisa, esses casos, apesar de recorrentes nos noticiários, tendem a não ser tratados sob a ótica de crimes de gênero (nos quais a vítima é agredida ou morta por sua própria condição de mulher). E mesmo a cobertura do crime contra Eliza Samudio que, diferentemente de outros, gerou (e ainda gera) uma repercussão continuada, não conseguiu desenvolver, nas mídias analisadas, discussões consistentes sobre o feminicídio ou sobre a relação estrutural desse crime com outros casos de violência de gênero.

Assim, além da banalização das agressões, os relatos sobre esse crime também indicam o machismo institucional e estruturante nas redações. Na fala do Jornalista Homem 2, por exemplo, Eliza Samudio não é identificada como vítima de feminicídio pois, segundo ele, o caso se caracterizaria como uma notícia “mais ampla”, e não como um caso “exemplar” de violência contra a mulher, apesar da barbárie do assassinato:

A gente cobriu muito o caso Eliza Samudio, em função de todo os desdobramentos, todo aquele histórico. O caso Eliza Samudio é um caso muito mais amplo que, apenas, a violência contra a mulher. Embora, tenha um componente grave, que foi a violência extrema que foi cometido contra ela. Mas o caso dela não foi um caso meramente, não vou dizer meramente porque parece que você está menosprezando. Ele não é um caso exemplar de violência contra mulher. (...) Então, eu não considero o caso Eliza Samudio um caso exemplar de violência contra a mulher. Foi um crime, um crime bárbaro de violência contra uma mulher, mas não acho que seja um caso exemplar de violência, pelo que a gente entende como tipo de violência que a mulher sofre no dia-a-dia em casa com companheiros, ex-companheiros. É muito diferente. (JORNALISTA HOMEM 2)

Em relação à posição das vítimas de violência, destaca-se a fala da Jornalista Mulher 1, que afirma ser muito difícil conseguir uma mulher agredida que queira falar, uma vez que têm medo de ser identificadas e perseguidas por seus agressores. Essa mesma jornalista, como apontam Lopes e Prata, é a única jornalista a mencionar a palavra ‘machismo’ nas conversas: a repórter “admite ter presenciado a violência de gênero

em casa durante sua infância e a experiência parece dar contornos aos seus argumentos que evidenciam o machismo” (2017, p. 11). Por isso, não é leviano destacar o cuidado que ela admite ter em não revelar a identidade da vítima nos relatos que constrói, conforme o depoimento a seguir:

Até pra ter abertura e a liberdade de escrever o que for necessário, pra assustar mesmo, sabe. É, pra mostrar, olha, ela sofreu isso, sofreu aquilo, ela teve que sair da cidade, ela tá escondida numa casa que não se pode dizer onde é. (JORNALISTA MULHER 1)

No que diz respeito às brincadeiras no ambiente de trabalho, a Jornalista Mulher 1, demonstrando constrangimento, também revela aspectos da culpabilização das vítimas feitas por colegas na redação: “tô evitando de falar isso procês, mas eu já ouvi falar aqui dentro assim, ‘ah, a mulher também pediu, aposto que ela tava traindo o cara’, sabe? Eu ainda ouço isso, gente. Entendeu? E eu fico horrorizada” (JORNALISTA MULHER 1).

Outra questão relevante para a noticiabilidade dos acontecimentos é o recorte social, fortemente marcado na fala de jornalistas, como no exemplo do Jornalista Homem 4, que afirma: “Em todo lugar é assim, se a pessoa mora na favela a notícia dá menos repercussão, mas se a pessoa mora na Savassi<sup>19</sup>, sendo ela mulher, negro, índio, homossexual, é... essa notícia vai ter mais repercussão” (JORNALISTA HOMEM 4). A percepção é compartilhada por outros jornalistas, como o Jornalista Homem 1, quando diz: “[...] onde há pobreza... Onde tem mais pobreza tem mais violência. [...] Então quando você vai em locais mais afastados, mais de periferia mesmo, é... a violência é mais intensificada” (JORNALISTA HOMEM 1).

Nesta lógica, violências ocorridas em regiões mais pobres da cidade ou com pessoas em situação de vulnerabilidade parecem ser menos noticiáveis por serem, na visão de jornalistas, “mais comuns”. Isto impõe questionamentos a uma suposta neutralidade dos chamados critérios

---

19 A Savassi é um bairro de classe média alta na região centro-sul de Belo Horizonte.

de noticiabilidade ou valor-notícia (WOLF, 1987; SILVA, 2005), que se mostram insuficientes, ou mesmo insustentáveis, para justificar o tempo e espaço dedicados aos crimes de gênero. Desse modo, em relação às vítimas que estariam em melhor situação socioeconômica, como nos crimes que ocorrem em regiões nobres da cidade, a percepção é de que as mulheres agredidas preferem evitar a exposição na mídia:

É uma dificuldade tremenda conseguir gravar com esse povo, porque não sei o que passa na cabeça deles, mas acho que principalmente a questão de não querer se expor, porque no fim das contas pra eles é uma vergonha, e até que não deixa de ser também uma vergonha. (JORNALISTA HOMEM 1)

O mesmo jornalista sugere que há diferenciação quando o caso relatado é um crime violento e, principalmente, quando a história apurada se trata de um crime de proximidade:

E a violência contra a mulher, especialmente, quando se fala de passional, ou abuso sexual, porque quando o estupro, é dentro de casa que acontece, é quem tá próximo da criança, é quem tá próximo do idosos. Estupro de vulnerável que eu falo. Ou até da própria mulher e tal. Essas coisas que envolvem pessoas próximas umas às outras elas naturalmente trazem mais impacto que um reles tráfico de droga. (JORNALISTA HOMEM 1)

Um uso instrumental do que seriam critérios de noticiabilidade também se impõe em falas que sugerem frieza e distanciamento dos jornalistas nos casos de violência de gênero, pelo fato de que tais matérias podem resultar em boas vendas ou render muitos cliques na internet. Novamente aqui, valorações positivas se remetem à possibilidade de repercussão da notícia, sem uma reflexão mais ampla sobre a violência narrada:

[...] você pode tá indo fazer um caso excelente, [...] excelente que eu falo vocês entendam como uma notícia que vai render leitura, tá? [...] você pode tá indo pra um caso excelente, que foi uma mulher morta pelo marido na frente da filha de cinco anos. (JORNALISTA MULHER 2)

De maneira geral, observa-se que jornalistas tendem a depositar no jornalismo, como instituição, a responsabilidade pelos recortes e vieses das narrativas de violência de gênero. Percebe-se também que a própria repetição insistente desses casos não tem representado, na rotina produtiva de tais profissionais, a compreensão de que esses crimes estão relacionados à condição de mulher das vítimas de violência.

Por outro lado, as entrevistas apresentam várias contradições a respeito da cobertura desses crimes, que vão desde cuidados para uma auto-preservação da sensibilidade de jornalistas, passando pela responsabilidade de não acusar sem provas (o que, como vimos, pode corresponder a um processo de suspeição das vítimas e de relativização dos agressores, em uma inversão de papéis que acaba vitimizando os homens violentos e julgando mulheres como responsáveis pelas agressões) até distintas abordagens em decorrência do recorte socioeconômico das pessoas envolvidas no acontecimento (encarados como um dado, esses critérios para a noticiabilidade/não noticiabilidade não são vistos como problemáticos ou postos em debate pelos entrevistados).

### **Percepções da Lei Maria da Penha**

No roteiro das entrevistas, havia a sugestão de perguntas relacionadas à Lei Maria da Penha<sup>20</sup>, que poderiam versar sobre se e como a Lei altera ou interfere na construção das narrativas jornalísticas em casos de violência contra a mulher ou se jornalistas percebem aumento nas denúncias em função desse instrumento legal, dentre outras variáveis. A intenção era identificar se há clareza, por parte de jornalistas, sobre o que exatamente a legislação propõe, e como são seus mecanismos de operação para coibir atos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Os comentários sobre a legislação partem de generalizações, como no depoimento da Jornalista Mulher 2, que afirma que passou a “falar mais” sobre a Lei Maria da Penha, e atribui a postura ao fato de trabalhar em uma redação “jovem”, na qual a maioria dos profissionais tem menos de 28 anos. Segundo ela, esse perfil de profissionais estaria “mais ligado” a questões como violência de gênero:

---

20 Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em 19 jul 2018.



[...] algumas vezes a gente coloca um box pequeno, né? Alguma coisa assim, a gente sempre questiona quando tem mulher, a delegada ou o delegado se, se o agressor vai continuar preso, se a vítima representou, se mesmo assim neh, se não tiver representação dela, ele vai continuar preso, é... [...] Então a gente tá muito ligado nessa questão da Lei Maria da Penha, da questão dos homossexuais, muito muito ligados, a gente fica puto quando acontece, então eu acho que isso influencia muito no texto, influencia muito nas perguntas, entendeu? (JORNALISTA MULHER 2)

Pode-se identificar também certa preocupação em informar e educar o público, como na fala da Jornalista Mulher 1, que acredita que a Lei Maria da Penha passou a “conscientizar mais as pessoas”:

Olha, eu acho que a gente passou a falar um pouco mais do assunto. Talvez passou a conscientizar mais as pessoas e até, é, a explicar mais o que se trata, é, mas sinceramente... O efeito prático, assim, é, tem até umas mudanças que tá sendo discutidas, de, que é o seguinte: se você, o que que adianta você, quem precisa saber não são as vítimas, quem precisa saber da Lei Maria da Penha, mas o agressor, entendeu? Ele é que precisa sentir medo de ser enquadrado na lei, né. (JORNALISTA MULHER 1)

Por outro lado, há quem diga que a lei não alterou a rotina da reportagem, mas que o tema se torna uma pauta a partir do momento em que a legislação é desrespeitada, como na fala do Jornalista Homem 1:

Não, na forma da cobertura não. A Lei Maria da Penha é aplicada pra... como punição. Ou como proteção de quem tá sendo envolvido como vítima. Pra gente não. A gente vai conversar com a vítima, e a gente vai conversar com o agressor, então, no caso do repórter, a Lei Maria da Penha não traz tanta diferença. Agora, se ela não é respeitada, aí vale o questionamento. Se ela não é aplicada, na reportagem vale o questionamento. (JORNALISTA HOMEM 1)

A ineficiência da lei é tomada como gancho para que o tema se torne uma pauta em si mesma, separada dos relatos cotidianos de violência contra a mulher. Conforme conta o Jornalista Homem 2, a partir da

identificação do não cumprimento da lei, “o objetivo que a gente tem ao mostrar isso é discutir, bom, a lei existe, é boa, mas porque que ela não surtiu efeito que deveria?”. Ele segue detalhando os recortes dessa nova pauta:

E aí você parte pra uma situação mais ampla, de discussão mesmo do assunto. Aí sim. Discutir... é... as medidas protetivas, se são efetivas ou não... se os órgão de segurança atuam como deveriam... se o atendimento da Delegacia da Mulher funciona como deveria... se a Lei Maria da Penha... ou... ou a legislação que protege a mulher de um modo geral... ela tá sendo realmente eficaz... se tá surtindo resultados... que que pode ser feito para melhorar... esse tipo de coisa. (JORNALISTA HOMEM 2)

Por fim, a fala do Jornalista Homem 3 reforça que há desconhecimento sobre o que é a Lei Maria da Penha e sobre o que ela propõe mas, além disso, reforça, mais uma vez, o forte viés de culpabilização da mulher e a ausência de uma reflexão autocrítica sobre o papel dos homens na manutenção de uma estrutura machista e violenta, principalmente em sua atuação como jornalistas que lidam com a violência de gênero no cotidiano profissional:

Olha, eu sou muito a favor da Lei Maria da Penha, muito, muito muito, eu sou um pouco feminista (risos), por que eu falo o seguinte. na verdade não é bem um feminista não, eu tenho um, tenho um... um... pensamento um pouco diferente, acho que antes da gente mudar a lei, a gente já mudou a lei, beleza, tem a Maria da Penha, criou a Lei Maria da Penha, tá bacana, tem uma proteção, a gente precisa urgentemente a mentalidade da mulher, por que a mulher ainda está se rebaixando muitas vezes, foi o caso que eu contei agora há pouco, é... tanto tempo sendo agredida e num, num vai, então quando a mulher perceber a força que tem, ela vai dominar. por que ela vai perceber que ela não precisa ter medo, entendeu? (JORNALISTA HOMEM 3)

Ao indicar que se considera ‘um pouco feminista’ e, logo depois, defender que mais do que mudar a Lei, é preciso mudar a mentalidade da mulher (sem assumir qualquer tipo de culpa ou de necessidade de

modificação do masculino), o jornalista deixa transparecer a contradição de sua percepção sobre o feminismo, reforça o sexismo que sugere que a mulher tem uma força inerente a seu gênero, e ignora que o medo é fruto do machismo estrutural da sociedade. Tais traços, identificados nesta e em outras entrevistas, em maior ou menor grau, são aspectos conformadores dos textos e dos modos de ver e narrar a violência que circundam as redações, e não podem ser ignorados nas análises sobre o tema.

## **Conclusões**

A partir da análise transversal das entrevistas é possível concluir que jornalistas atribuem à instituição jornalismo e a valores como objetividade, imparcialidade e noticiabilidade, a responsabilidade sobre os modos de prospecção, apuração e escrita de matérias que abordam violência de gênero. Há, nesse sentido, a indicação de forte componente cultural profissional nas mídias informativas que perpassa a construção das percepções de jornalistas, homens e mulheres. Entretanto, estes discursos são marcados pela contradição e pela fragilidade no enfrentamento ao machismo, o que repercute diretamente na maneira como a violência de gênero é coberta e, preponderantemente, não debatida. O modo como jornalistas encaram o que é “notícia boa” pode ser relacionado à percepção rasa que têm das questões de gênero, que surgem sem maiores problematizações.

A formulação de “crime passionai” ainda persiste como chave de leitura para acontecimentos em que homens agredem e/ou matam mulheres e, nas entrevistas, não encontramos evidências de que a violência contra a mulher seja vista como um problema público estruturante. Ao contrário, apesar da recorrência quase diária, os crimes tendem a ser tomados como fatos isolados, de ordem privada, sem ligações sociais mais amplas. Há, ainda, o problema na prospecção desses acontecimentos a cargo quase exclusivo da Polícia Militar.

Nas entrevistas, a cobertura desses casos surge padronizada por uma cultura profissional unificadora. Parece haver pouca reflexão sobre o modo de fazer consolidado, o que acaba por derivar em contradições no que diz respeito, por exemplo, à hierarquização dos acontecimentos por

classe social e uma suposta neutralidade dos critérios de noticiabilidade. Ressalta-se, ainda, certa “solidão” de profissionais no enfrentamento de dilemas éticos, como na abordagem às vítimas de violência ou a agressores. As respostas apontam sempre para estratégias individuais, pouco coletivizadas, e o tema não parece ser amplamente discutido, muito em função de rotinas padronizadas, aceleradas e extenuantes das redações.

Outro aspecto que chama atenção em muitas entrevistas é o distanciamento na cobertura de crimes violentos como ferramenta de autodefesa da prática jornalística. Esse distanciamento serve tanto para uma retórica de “imparcialidade” quanto para uma preocupação em relação a um cuidado de si. Por outro lado, ao mesmo tempo que dizem se distanciar, suas falas indicam que estão, a todo momento, fazendo julgamentos e hierarquizando vítimas e agressores em função de seus papéis de gênero, suas características sociais e econômicas, por exemplo.

Desse modo, os discursos de jornalistas não deixam de ser indicativos que, na prática, há uma distância que desumaniza as personagens. É possível afirmar que o suposto afastamento profissional na relação jornalista-fonte e a justiça pretendida na intenção de “dar voz aos dois lados” acabam por colocar a vítima e o agressor em papéis de equivalência presumida na construção das histórias. Também jornalistas homens e mulheres envolvidos na construção dessas narrativas são afetados por esse processo, seja porque não percebem ou preferem não assumir as incoerências dos discursos que sustentam, tanto nas entrevistas, quanto nos produtos jornalísticos que desenvolvem.

Podemos concluir que há um entendimento raso por parte de jornalistas homens e mulheres sobre relações de gênero e de violência contra a mulher, percebido, por exemplo, em um conhecimento muito superficial em relação a instrumentos legais, como a Lei Maria da Penha. Tendo isso em vista, é notório que jornalistas, apesar de, a todo tempo, invocarem a importância social da sua profissão, não se veem atravessados pelas problemáticas de gênero e nem como agentes implicadas e implicados nessas violências.

## Referências

CARVALHO, Carlos Alberto de. Crimes de proximidade em coberturas jornalísticas: de que mortes tratamos?. In: M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes. (Org.). **Figurações da morte nos mídia e na cultura**: entre o estranho e o familiar. 1ed.Braga: Cecs, 2016, v. 1, p. 33-48.

LEAL, B. S. Crimes de proximidade e modos de aproximação: fronteiras narrativas. In: MARTINS, Moises; CORREIA, Maria; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo. (Org.). **Figurações da morte nos mídia e na cultura**: entre o estranho e o familiar. 1ed.Braga: Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, 2016, v. 1, p. 19-32.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A.; ANTUNES, Elton . La violencia de género y los crímenes de proximidad como acontecimiento público: contradicciones en la escena mediática brasileña. In: Miguel Álvarez-Peralta; Guillermo Fernández; Lella Mazzoli. (Org.). **La mediación fragmentaria**: Mediatización y controversia en la nueva esfera pública. 1ed.Madrid: Cuadernos Artesanos de Comunicación, 2017, v. 1, p. 269-284.

LOPES, D.; GALVÃO, P. O que os jornalistas têm a dizer sobre a cobertura da violência de gênero? Análise das falas de profissionais sobre a produção de notícias de crimes contra as vidas das mulheres em Minas Gerais. In: **Anais do VII SBPJor**, São Paulo. 2017.

JÁCOME, P; LEAL, B. S. Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo. **Rumores** (USP), v. 7, p. 45-61, 2013. SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), Florianópolis - SC, v. 2, n.1, p. 95-107, 2005.

VEIGA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

WHITE, H. **El contenido de la forma**. Narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona, Paidós, 1992.

ZELIZER, B. “Os jornalistas como comunidade interpretativa”. Traquina, N. (org.) *Jornalismo 2000*. **Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n.27, fevereiro de 2000, p.50-65



## CAPÍTULO 8

# Narrativas de homens autores de violência contra mulheres: pistas para compreensão de um fenômeno mais amplo

ISABELLE CHAGAS

FELIPE VIERO K.M. MENDONÇA

JOSÉ HENRIQUE PIRES AZEVÊDO

### **Introdução**

Compreende-se que o fenômeno estrutural da violência de gênero, assim como suas formas de apreensão e narração em mídias jornalísticas, é composto por diferentes agentes sociais, dentre eles os homens autores de violência (HAV) envolvidos em violências físicas e/ou simbólicas contra mulheres. Embora seja um fenômeno social complexo, a cobertura jornalística brasileira dada aos casos de violência de gênero que envolvem relações de proximidade é recorrentemente apontada como superficial e negligente no que diz respeito à própria compreensão das dinâmicas de gênero que configuram os acontecimentos então noticiados (ANTUNES, 2016). Essa pontuação, ratificada nas análises que empreendemos com o banco de dados dessa pesquisa, traz consequências para a compreensão do fenômeno e a publicização dos casos de violência, como por exemplo a restrita visão sobre as pessoas envolvidas nesses eventos e a invisibilidade das dimensões processuais características da violência de gênero. Nesse sentido, avaliou-se que a pertinência

em entrevistar esses homens estava na oportunidade de matizar essas tensões que surgem nas narrativas jornalísticas, entre ditos e não ditos, mas que também dizem de processos mais ampliados, como a construção de masculinidades e de relações entre os homens e a violência.

Diante desse esforço, foram realizadas cinco entrevistas, de março a agosto de 2017, com homens autores de violência apenados pela Lei Maria da Penha<sup>21</sup> que, na época, frequentavam grupos reflexivos em uma instituição não governamental<sup>22</sup> de Belo Horizonte. Em parceria com o Poder Judiciário e com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, a instituição promove reuniões de discussão coletiva, mediadas por psicólogos/os. Os homens autores de violência apenados devem frequentar, no mínimo, dezesseis reuniões, como parte do cumprimento de suas penas. Em relação aos sujeitos entrevistados, é importante ressaltar o fato de eles serem homens que cumpriram ou que estavam cumprindo as suas penas e de estarem, em alguma medida, vinculados a uma instituição com caráter educativo e formativo. A forma como eles se referiam aos encontros na instituição, aos aprendizados lá adquiridos e às reflexões empreendidas sobre os próprios atos violentos mostraram-se variáveis importantes de serem consideradas nos movimentos de análise dessas entrevistas.

Em um primeiro momento, os pesquisadores frequentaram reuniões na instituição e estabeleceram diálogos iniciais com profissionais do local. Posteriormente, a própria instituição ofereceu uma lista de nomes que poderiam ser procurados para a realização das entrevistas. Alguns desses sujeitos, de fato, aceitaram participar da pesquisa e tornaram-se informantes. Outros, contudo, mostraram-se reticentes e/ou impuseram obstáculos para a realização das entrevistas. As cinco entrevistas, afinal, foram realizadas também a partir de convites coletivos, feitos ao final das reuniões, em relação aos quais também se teve adesão.

---

21 Nos artigos 35 e 45, a Lei nº 11.340 prevê que os homens apenados em razão de prática de violência doméstica sejam encaminhados para a realização de grupos reflexivos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em 11/07/2018.

22 O nome da instituição por meio da qual foi realizada o acesso aos entrevistados também foi suprimida neste trabalho para preservar a identidade desses informantes.



Após contato individual, as entrevistas foram marcadas e realizadas pelos pesquisadores do gênero masculino do projeto. A escolha por esse tipo de delimitação dos entrevistadores seguiu a metodologia adotada na fase anterior da pesquisa, na qual mulheres vítimas de violência foram entrevistadas pelas pesquisadoras do gênero feminino. Tal decisão deu-se pela percepção de que uma dinâmica de identificação de gênero estabelecida por quem entrevista poderia tornar o processo de realização de entrevistas mais coerente e possível. Percebeu-se, por exemplo, ao longo das entrevistas com mulheres vítimas de violência e com homens autores de violência, que as mulheres constituíram relações de confiança mais próximas a outras mulheres, assim como os homens se mostraram mais à vontade para conversar com outros homens acerca dos eventos então narrados.

A metodologia de coleta desses relatos foi de entrevistas em profundidade semi-estruturadas, numa dinâmica em que um ficava responsável pela condução, realizando as perguntas, enquanto os outros observavam e faziam algumas pontuações. O roteiro foi composto de perguntas iniciais focadas na trajetória de vida do sujeito até que se chegava ao momento em que se questionavam as circunstâncias que levaram esses homens até a instituição. Com poucas exceções, que serão tratadas adiante, percebeu-se que o tema da violência ganhava contorno aos poucos, no decorrer da entrevista, que tal questão (central nas entrevistas) gerava grande desconforto para os entrevistados e que, justamente a partir desse tensionamento, aspectos como as relações entre os sujeitos envolvidos nos casos de violência, as consequências desses eventos para eles e uma reflexão acerca de seus lugares tornava-se aí possível.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, após concordância dos entrevistados e assinatura de termo de consentimento que previa sigilo e outros cuidados éticos no manuseio e difusão dos dados. As falas foram transcritas integralmente, fase em que foram retiradas as marcas que pudessem identificar os entrevistados, tais como nome, profissão e localização geográfica. A esse registro foram agregadas as percepções e as afetações dos entrevistadores sobre cada encontro, as relações estabelecidas com os sujeitos pesquisados e demais elementos que compu-

seram a cena. Os principais temas e questões que emergiram a partir da leitura do material foram reunidos em três dimensões/categorias que serão apresentadas mais adiante.

Para apresentação destes relatos, optou-se pela nomeação dos entrevistados com a letra E acrescida de um número, que vai de 1 a 5. Antes dos dados das entrevistas, contudo, apresentaremos algumas informações biográficas sobre os entrevistados para inscrever os episódios de violência em quadros de sentido mais amplos, levando em conta a importância das histórias desses homens. Tal escolha buscou ir na contramão do constante apagamento e homogeneização do agressor nas narrativas midiáticas, em especial naquelas realizadas pela cobertura jornalística, analisadas em outros capítulos deste livro. Destaca-se, nesse sentido, a diversidade desses perfis no que tange a elementos como raça, escolaridade, ocupação profissional, classe social e localização geográfica.

### **Os entrevistados**

Após aceitarem participar da pesquisa, os locais de execução das entrevistas foram escolhidos pelos próprios homens, variando entre as suas casas, os locais de trabalho e a universidade em que essa pesquisa foi desenvolvida (UFMG). Esses locais foram elementos indiciais para compreensão das biografias desses homens e do tipo de relações estabelecidas por eles com os pesquisadores. O E5, por exemplo, escolheu como local da entrevista uma sala de reuniões da sua empresa a qual, para além de equipamentos diversos, contava com um quadro onde estavam expostos os altos lucros daquele período. Nessa entrevista, na qual o E5 demonstrou ter o maior poder aquisitivo dentre os demais, a variável financeira foi um componente que integrou fortemente seu relato e suas explicações sobre a relação com a ex-esposa que havia sido por ele agredida física e simbolicamente.

Assim como o E5, a maioria dos outros entrevistados foram apenados por agressões cometidas contra companheiras ou ex-companheiras com quem tinham relações de namoro, noivado ou casamento. A exceção foi o E4, que cumpria a medida após ter sido denunciado pela mãe, que amedrontada com o alcoolismo e com as brigas constantes entre ele e seu irmão, procurou apoio judicial para afastar seu filho de casa. Aliás

foi o E4, pai de 3 filhos e que vivia com a mãe em uma região periférica de Belo Horizonte, que demonstrou, por meio do relato, o maior arrependimento pelos atos então cometidos.

Dentre os entrevistados que agrediram companheiras ou ex-companheiras, apenas um deles continuava mantendo relação afetiva-sexual com a vítima. O E3, com cerca de 50 anos, retomou contato com sua companheira poucos meses após o episódio violento e, à época da entrevista, traçava junto a ela planos para um futuro partilhado. De acordo com o E3, que se encontrava na reta final de sua participação na instituição, o episódio de violência física e verbal pode ser visto inclusive como algo positivo, uma vez que, em sua visão, esse havia operado como um catalisador de mudanças que trouxeram benefícios à relação.

O E3 também é exceção quando o assunto é a paternidade. Ao contrário dele, todos os outros entrevistados eram pais e guardavam relações distintas com seus filhos e filhas. Quando tinha 13 anos, o E1 deixou a escola e começou a trabalhar. Ainda na juventude, ele conheceu sua ex-namorada no bairro onde viviam e, com pouco tempo de relação, tiveram uma filha. Após a agressão física e verbal à ex-companheira, que se deu quando o E1 tinha 22 anos, ele cortou relações com ela e com a filha, a qual não visitava há mais de um ano e meio quando a entrevista foi concedida.

Já o E5, o empresário bem-sucedido nos negócios, teve duas filhas com a ex-companheira que havia agredido (e já era pai de outros dois filhos de outro casamento). O E5 disse fazer questão de manter uma relação saudável com as filhas e ser comprometido com as despesas da criação das meninas, um elemento que ainda traz complicações para a relação dele com a ex-companheira agredida. De modo similar, o E2 também disse que tinha uma relação próxima com as filhas antes do episódio de agressão e que após essa situação, que foi presenciada pelas meninas, o contato se manteve e que ele, inclusive, passava todos os finais de semana com elas.

Esses breves apontamentos mostram como as trajetórias desses homens são únicas e como cada um deles estabeleceu/estabelece um tipo de relação com as mulheres que foram por eles agredidas. Em comum, eles têm as agressões físicas e/ou simbólicas contra mulheres de

seu convívio e o cumprimento da medida educativa na instituição. Os componentes econômicos, sociais e culturais de inserção desses sujeitos mostram a complexidade dessas situações, e por isso serão também expostos ao decorrer desse texto, especialmente em momentos em que as questões familiares, financeiras do casal e dos recursos de cada um para lidar com os ocorridos vão aparecendo.

### **Análises das entrevistas**

Para esse movimento de análise, estabelecemos três categorias centrais que levaram em consideração tanto os pontos em comum quanto as especificidades de cada uma das entrevistas. São elas: os modos de narrar e compreender a violência; as justificativas mobilizadas durante as falas; e as formas por meio das quais masculinidades e feminilidades aparecem nesses relatos. Tais conjuntos foram sistematizados a partir de uma categorização inicial das transcrições das entrevistas, em que buscamos perceber os temas e assuntos mais recorrentes que eram pautados pelos homens em suas falas, como assuntos de família, relações de trabalho, instituições envolvidas, dentre outros. Nesse primeiro momento, percebemos que, mais importante do que pautar sobre o que falavam, seria voltar a nossa atenção para o modo como faziam isso, quais as principais conexões e relações tramadas no processo. Tentar compreender as estratégias narrativas mobilizadas nos relatos pareceu-nos, assim, mais interessante do que apenas recorrer ao seu conteúdo. A seguir, as três categorias serão trabalhadas separadamente.

### **Modos de narrar e compreender a violência**

Em razão de se tratar de um tema de difícil abordagem/narrativização, em especial diante de pessoas até então desconhecidas (circunstância das entrevistas realizadas nesta pesquisa), percebeu-se uma resistência, por parte dos entrevistados, em contar as situações de violência de forma coesa, estruturada e detalhada. Em todos os relatos, a elaboração do caso de agressão foi substancialmente ganhando forma e explicações ao longo da entrevista, com informações sobre os acontecimentos que só entraram em cena no percurso da conversa e depois de certa insistência por parte dos entrevistadores. Ao responderem a pergunta

sobre o motivo do cumprimento da pena, percebeu-se que os entrevistados alternavam-se entre posturas mais objetivas (quando discutiam contextos) e mais opacas (quando mencionavam o episódio em si).

(...) Quando eu fui na casa dessa, dessa ex, é... Eu tava conversando e, daí, ela... Ela não queria descer do meu carro. Foi quando eu puxei ela, tirei ela do carro, porque o pai dela não queria tirá-la, tinha até chamado já o pai, e ele falou assim “você são grandes, vocês se resolvem”, e quando eu a puxei, ela se sentiu ofendida, até mesmo por causa da família, porque a gente teve uma discussão naquele mesmo momento e os vizinhos viram, e, assim, ela se sentiu ofendida com aquela discussão que a gente teve e resolveu prestar queixa. (E1, 2017)

Tá fazendo 1 ano... Foi em abril do ano passado. A gente teve essa ruptura e pra mim, depois do evento assim... pra mim foi muito... muito claro assim que... quebrou uma película cinza que existia na minha frente sabe... eu percebi o quanto eu tava mergulhado no envolvimento de me... de me diminuir, de me desmerecer e... eu tava dentro desse processo onde depois dessa ruptura eu quebrei essa... essa película cinza que tava na minha frente e consegui enxergar o mundo com muito mais clareza sabe? (E2, 2017)

Ambos os relatos são exemplares dos momentos iniciais das entrevistas. Nas duas situações descritas as agressões não são bem informadas, ainda que em ambos os casos elas tenham sido mais profundamente descritas mediante continuação dos diálogos e insistência dos entrevistadores. Além disso, essa dificuldade em falar da agressão pode estar relacionada com a própria vergonha diante do ato, sentimento reivindicado por alguns dos entrevistados ao longo das conversas.

Contudo, essa redução das informações dos eventos aponta para outra característica desses relatos que é o apagamento das dimensões processuais envolvidas na violência. Assim como identificado na cobertura jornalística, os modos como os homens narram suas experiências mostram que não existe uma apreensão da natureza processual que faz parte da violência de gênero, ou seja, que não se apreende as desigualdades e hierarquizações da disposição dos corpos nas relações. As agres-

sões são apreendidas a princípio como episódicas e não como parte de um contexto alargado de violência contra a mulher e de um machismo que é estrutural.

Para tornar o ocorrido um episódio isolado, as falas são preenchidas por expressões que denotam rompimento com certa normalidade das relações e dos comportamentos dos envolvidos. “Explodi”, “perdi a cabeça” e “fiquei fora do controle” são expressões utilizadas e que surgem como argumentos em que se naturalizam comportamentos e indicam uma quebra não só nas ações dos envolvidos - do homem especialmente - como da própria dinâmica da relação e do cotidiano.

Não, levo! Eu levo, eu levo desaforo para casa. Eu levo sim, eu sei engolir... assim, essas coisas, algumas, dependendo... depende. Mas tudo tem... eu não sou nenhum cordeiro. Mas também não sou nenhum... depende, isso é muito relativo. Cada situação é uma situação. Então, assim, nesse caso assim de... desse, eu não sei. **Eu acho que foi mais uma coisa assim de impulso.** Talvez eu tenha... talvez isso já venha martelando na cabeça de uma forma inconsciente, de outros episódios, é... (E3, 2017 [grifo nosso])

A violência se torna ainda mais episódica quando não é reconhecida como parte integrante de relações anteriores ou posteriores aos acontecimentos, sejam elas com as mesmas ou com outras mulheres. Quando perguntados sobre históricos de violência ou outros “episódios” de agressões, eles negam a existência destes.

Nesse sentido, observa-se como estes entrevistados recorrem, inclusive, a uma autodescrição que os aponta como sujeitos tranquilos e pacíficos no cotidiano, de modo a atribuir ao ato um caráter de excepcionalidade. A fala do E1 (2017) é então exemplar: “Nunca tive nenhum tipo de... de discussão. Que eu era uma pessoa, que eu sou uma pessoa muito passiva”. Ou, no caso de E2, sua autoimagem de uma pessoa calma e contrária à violência encontra razões inclusive num contexto familiar, composto por membros unidos e avessos à violência, como é possível ver no trecho abaixo:

E assim, fui muito privilegiado, né? Hoje eu vejo o quanto eu fui privilegiado por ter tido essa infância tranquila. Tenho quatro

irmãs, quatro irmãs mais velhas. Sempre assim, um ótimo relacionamento. Meu pai falava (...) que ele já faleceu, falava “nossa família é uma coisa maravilhosa”. Sempre a gente faz festa e tal, faz questão de reunir todo mundo, né. Em cidades diferentes, muita gente espalhada. A gente faz reunião e nunca saiu uma discussão, então assim... ele era maçom, uma pessoa serena, sabe? (E2, 2017)

As falas do E1, o mais jovem dos entrevistados, são ilustrativas desse processo em que se reconhece o ato violento em um lugar de excepcionalidade. Porém, como o próprio relato vai demonstrando, as dinâmicas processuais dessas violências que parecem ser ditas, mas não são reconhecidas, operam, na verdade, como organizadoras das relações em uma perspectiva generificada.

Cara, na realidade, foi porque, é, foi mesmo quando eu resolvi parar que começou a discussão, foi quando começou umas, essas discussõezinhas, aí, eu resolvi colocar um fim. E como eu não queria conversar mais e tal, e ela não quis descer do carro, e tinha começado já uma discussão, aí, eu falei “ó, por favor, desce do carro que eu tô querendo ir embora”, e eu realmente tava atrasado, e ela num quis descer [Cês já vinham discutindo antes desse dia?] Uma semana antes, cara [Aí, nesse dia, no carro, que cês tavam conversando, que cê falou que ia terminar o namoro?] Isso [Aí, vocês continuaram... Começaram a discutir?] Começamos a discutir, começamos a discutir, discutiui, discutiui, discutiui, foi quando eu falei “não quero discutir mais, por favor, desce do meu carro”. (E1, 2017)

Outro elemento recorrente nas entrevistas, que leva à conclusão de que esses homens reconhecem, em alguma medida, o ato violento, mas que não o tomam como uma violência estrutural e processual de suas relações sociais mais amplas, principalmente com as mulheres, são avaliações e sentimentos suscitados acerca do funcionamento do aparato legislativo e jurídico. Muitos demonstraram insatisfação com a aplicação da Lei Maria da Penha e com uma suposta unilateralidade da situação, representada pela punição apenas do homem agressor, e não da mulher que, na fala de alguns, também os agrediu ou incitou a

agressão. O sentimento de revolta com o aparato estatal e com os mecanismos jurídicos e de segurança aparecem de diferentes formas.

Cara, foi de revolta na hora, porque, pra mim, ali eu tinha feito nada naquele momento, eu tinha respondido do mesmo jeito que ela me, me, me falou. Na hora a gente não pensa, não mede as palavras, então, aí, você fica com revolta. (E1, 2017)

Meio revoltado, a palavra é essa. E me... me puseram lá, junto com os marginais lá... junto com os marginais. Que tinham matado, né? Um matou a mulher, o pai do outro tinha matado duas mulheres, a mãe. (E5, 2017)

A relativização da violência praticada via comportamento de terceiros (geralmente da mulher) ou de uma suposta ineficiência dos mecanismos de controle governamental para violência contra mulheres soma-se, portanto, a uma extensa rede de acontecimentos e significados que vão ganhando densidade com a conversa. Nas diversas tentativas de justificar o acontecido, são realizados movimentos de oscilação entre o reconhecimento e o apagamento da violência e da responsabilidade como agressor. Contudo, repetimos, que na aparição desses contextos ampliados de configuração dos episódios, o que se percebe é que falar de um histórico das relações e dos eventos não passa necessariamente pela compreensão da processualidade em que esse se insere ou do contínuo que caracterizam a violência de gênero. Brigas, discussões e conflitos anteriores são acionados, como veremos mais adiante, como justificativas que atenuam o ato violento do homem e não como reconhecimento de um processo já assimétrico e violento de relações.

### **Justificativas para a violência**

Mesmo tendo perfis muito diversos entre si, os entrevistados mobilizaram elementos similares ao narrarem as justificativas para os casos de violência. As relações de causalidade, estruturantes desses relatos, aparecem em um jogo constante entre padecer diante de situações que lhes fogem ao controle e a necessidade de reagir para normalizá-las.

Em todos os relatos, as agressões são explicitamente justificadas por eles de duas principais formas: ora resultante da ação incontrolável da



natureza sobre o corpo desse homem, relacionada ao instinto, ou mesmo pelo uso de substâncias psicoativas (E3 e E4); ora como construção da cultura patriarcal e machista, que traz implicações diferenciadas para homens e mulheres (E5). Em comum, ambos os movimentos apontam para fora deles de maneira determinista, relativizando a responsabilização pelo ocorrido.

(...) A gente tava tomando uma cerveja, aí ela pegou e jogou a cerveja na minha cara. Aí, eu já fui... **Eu fiquei cego.** (E2, 2017 [grifo nosso]).

Se ela tivesse chegado pra conversar, vamo separar, tinha dado tudo certo. Ela quis dar com a mesma moeda, entendeu? E a gente como... com o **machismo que nasce com a gente, eu não consegui ver uma luz no fim do túnel.** (E5, 2017 [grifo nosso])

Enquanto o primeiro movimento reafirma a violência a partir de um rompante, como episódica, negando o seu aspecto estrutural, o segundo, pelo contrário, parece reconhecer implicações sociais e culturais mais amplas (o E5, no caso, refere-se ao fato de que a esposa, assim como ele já fazia, havia se envolvido em uma relação extraconjugal). Pela dicção comum utilizada pelos entrevistados ao falarem sobre essa aprendizagem de gênero, que começaria desde a infância, é possível perceber uma lógica pedagogizante das discussões realizadas na instituição socioeducativa onde cumpriam parte das penas impostas pela Lei Maria da Penha. Termos jurídicos que identificam os diferentes tipos de violência, por exemplo, são aplicados pelos homens de forma pontual sobre episódios específicos, mas que pouco ressoam sobre outras ações ao longo da narrativa.

A percepção e a construção dessas justificativas aparecem de maneira menos explícita, mas não menos importante, também na forma como esses homens narram as suas histórias e falam de si mesmos, quando realizam conexões com o passado e projetam futuros e ao descreverem as cenas e as pessoas envolvidas. O que poderia ser tomado, à primeira vista, como pano de fundo do relato, ou mera contextualização para se chegar ao principal da história, como alguns entrevistados costumam frisar, torna-se central para entendimento dessa dinâmica.

A família é um dos lugares centrais de ancoragem de como esses homens entendem e justificam não só a violência, mas a sua própria visão de mundo. Se a relação com os próprios pais é pautada, para alguns deles, pela admiração e espelhamento, com a família da companheira ou da ex-companheira o conflito é o elemento principal. Agressões, ameaças, disputas e intrigas, principalmente com outros homens, tais como pais e irmãos das vítimas, são apontados como fatores de desgaste do relacionamento. Isso porque eles aparecem, em vários momentos, como as figuras de autoridade sobre a mulher, permitindo ou dificultando a vida do casal. E o sogro, em especial, tem papel fundamental não só na validação da relação, mas do próprio homem. Esses elementos podem ser percebidos no relato do E5.

(...) Quem levou esse negócio da separação foi os parentes dela. Tinha muito interesse por causa disso e conversou em cima dela. Cê entende quando tá a família inteira querendo que aquilo aconteça? Eu não quero abafar e nem ser cego de ter um sentimento dela, tanto que eu falo a todo momento que ela queria separar de mim. Mas contribui. Não houve o apoio da família pra não separar. Essa é a minha mágoa com o pai dela. O pai dela era como se fosse um pai para mim, eu não entendi nada. Eu não faria isso com uma filha minha se eu gostasse do meu genro. (E5, 2017)

Um dos motivos narrados pelo E5 para justificar o conflito com a família da ex-esposa é o seu extenso patrimônio, que, inclusive, teria sido utilizado a contragosto dele pelos pais e por um dos irmãos da vítima. A condição financeira dos entrevistados, das mais favoráveis à menos favoráveis, atravessou todos os relatos como um dos aspectos principais nas relações que esses homens estabelecem.

Aqueles que apresentaram boas condições financeiras e ocupações de trabalho consideradas superiores agiram de forma mais expansiva e mais segura, deram detalhes de como fizeram para adquirir seu patrimônio e se contrapunham a todo o momento aos “outros”, aqueles que não foram capazes de tamanhos esforços pessoais. A partir desses elementos, o E2 e o E5, por exemplo, buscaram criar a imagem do homem vencedor e confiante, enquanto sutilmente minimizavam as violências cometidas. Os episódios de agressão aparecem, dentre outros motivos, como formas de proteção e defesa do patrimônio diante do interesse e da ganância das

mulheres e de pessoas próximas a elas. Ao avaliarem a própria conduta, eles também se mostraram menos culpabilizados que os outros.

Poxa, pra mim recebê-los aqui é a prova de que eu... Eu sei da parcela da minha culpa. Eu posso dizer que eu me arrependo bastante. É simples pegar o óculos e quebrar, principalmente pela ocasião, na frente das minhas filhas. Recebê-los aqui é ter confiança, é não ter vergonha. É saber que eu não fiz... Eu tenho minha parte de culpa, mas ela também tem a parte de culpa dela. É ter tranquilidade... Eu não tenho o menor problema contra isso. Eu dei minha data de nascimento, eu dei meu nome... (E5, 2017)

Mas o dinheiro se revelou fonte de desentendimentos também quando era restrito ou ausente, justamente por pressupor a obrigatoriedade da sua presença pelos entrevistados. Não ter casa própria, enfrentar dificuldades para pagar as contas da família e estar desempregado são narrados como falhas, sempre acompanhadas de tentativas de justificativa ou compensação, seja pelo trabalho duro desde muito cedo (E1) ou por vícios que fogem ao controle, como a bebida alcoólica (E4). E a mulher, assim como familiares e amigas e amigos dela, são narradas e narrados como as principais figuras que apontam e amplificam tais falhas, colocando esses homens em posição de vergonha.

Quando ela engravidou, eu cheguei pra conversar com o pai dela e ele me expulsou da casa dele cinco vezes, e eu era muito novo, né, eu tinha 21 anos (...) Foi quando começou essa discussão, primeiro com família, antes de ser com ela. E, ali, começou a desgastar, quando ela engravidou, eram muito orgulhosos porque eles tinham... Eles têm dinheiro, sabe, ou, e eu, como eu sempre trabalhei pros outros, sempre fui mais, mais humilde, então eu acho que ele não aceitava direito isso, entendeu? Porque a filha ia estudar e tal, e eu não, eu era mais, né, trabalhando pros outros já, tinha parado de estudar, e eu acho que ali começou a desgastar, aquilo ali começou a, a família começou a influenciar, entendeu? (E1, 2017)

Diante dessas constantes demandas, eles buscaram construir imagens sobre si mesmos como homens simples e humildes, e que, por isso mesmo, estariam mais propensos a serem enganados e aproveitados. Os

que tiveram pouco acesso ao estudo formal utilizaram também desse fator para reafirmar lugares de “inferioridade” e “passividade”, termos utilizados por eles. Justificando a si mesmos, justificam também as violências, que aparecem como modos de reação frente às constantes provas a que foram submetidas as suas masculinidades para além do episódio de agressão.

De todos até aqui citados, o comportamento das vítimas é o elemento principal no que diz respeito às justificativas mobilizadas pelos agressores entrevistados. Os episódios de violência são narrados como efeitos incontrolláveis e momentâneos do corpo e da natureza masculina resultantes da conduta de companheiras, ex-companheiras e familiares. Consumidos pelo seu instinto, esses homens teriam que ir em busca da retomada de controle não só sobre a situação, mas, principalmente, sobre os corpos dessas mulheres.

Mesmo que se considerando implicados no ocorrido, principalmente pela influência notória das discussões realizadas na instituição, os entrevistados não deixaram de responsabilizar também as vítimas pelas situações de violência. Nos relatos de E1, E2 e E3, a legítima defesa é ideia importante, aparecendo de forma explícita no primeiro deles.

Cara, pra ser sincero, como, é, naquele momento a gente acha que não fez nada, que aquilo ali é **normal**, porque ela tinha me segurado, tinha me arranhado, até mesmo pra não tirá-la do carro, e eu não procurei, não quis nenhum tipo de ocorrência pra poder me assegurar também que ela, que eu tava ali praticamente em **legítima defesa**, né, que também tinha o meu lado na realidade (...) (E1, 2017 [grifo nosso])

(...) E essa ruptura dela de brigar, xingar, e fazer, ter esses ataques histéricos de falar alto pra todo mundo ouvir da vizinhança, ou quem tiver perto ou nem tiver perto, mas ouvir assim mesmo. Eu via muito uma clareza dela de **provocar** pra poder fazer o uso da Lei Maria da Penha. Cê tá entendendo? Eu percebi muito isso em alguns momentos, ela chegou até falar pra mim. Entendeu? (E2, 2017 [grifo nosso])

(...) Ela também é uma pessoa assim muito... muito massa, muito gente boa assim, a gente tem muita coisa em comum, tal, mas

ela é uma pessoa bem agressiva, assim. Já teve outros episódios assim de ela me agredir também, esse tipo de coisa de jogar as coisas, de rasgar roupa, de quebrar telefone, é... e assim, ciúme, né, essas **crises** assim... (E3, 2017 [grifo nosso])

Sem exceção, em todas as entrevistas as mulheres vítimas das agressões são simultaneamente identificadas tanto com um descontrole natural encarnado nas figuras da louca, da exagerada e da agressiva, quanto com a racionalidade por meio da manipulação, da tentativa de enganar e de levar vantagem. A partir desse segundo aspecto, percebe-se que apenas nos momentos de agressão é que esses homens assumem momentaneamente posições de passividade, conferindo às mulheres certo domínio pelo ocorrido.

Além do relato do E2, no qual se narra o comportamento da mulher como uma tentativa de levá-lo ao descontrole para ser enquadrado na legislação, essa dimensão aparece também quando a traição da ex-esposa é justificada como uma forma planejada de acabar com o casamento (E5) ou na realização da denúncia motivada não pela agressão em si, mas pelo orgulho da família (E1). Há, nesse sentido, o apagamento das vítimas como pessoas de desejo, já que os comportamentos delas teriam como motivação atingi-los e conseguir prejudicá-los, antes de tudo. E é justamente quando falam sobre o lugar dessas mulheres que esses homens mais aparecem.

## **O que se entende por ser homem e ser mulher**

Os movimentos de reflexividade sobre a condição de ser homem e sobre a violência foram realizadas pelos entrevistados de forma intimamente imbricada e bastante complexa. Como já mencionado, percebe-se que há forte influência das discussões em grupo promovidas pela instituição, já que há similaridades nos termos e nos exemplos por eles utilizados (“machismo”, “patriarcado”, “desigualdades”, para citar alguns). Nas falas e elaborações dos entrevistados deram-se a ver alguns aspectos do que eles entendem por ser homem e o que se apreende como violência.

Tem que escutar, tem que parar sempre que tiver errado, do mesmo jeito... Igual tô te falando. A gente quer ser mais homem do

que o outro. (...) Cara, é um cara chegar no cê... Te... Te xingar e ocê não ficar por baixo. É um cara te parar, sei lá. Bater no seu carro, cê sair xingando (...) E mostrar que cê é o valentão. Entendeu. E a mulher te xingar ou então discutir e querer tomar frente de alguma coisa e ocê não deixar. É o machismo, né. Que a gente nasce com ele. Até mesmo por causa da família. (E1, 2017)

A mobilização do termo machismo, vocábulo utilizado por eles para categorizar determinadas circunstâncias ou comportamentos, pareceu mais uma dicção apreendida, possivelmente na instituição, do que, de fato, uma reflexividade sobre a própria condição de ser homem e das relações de violência na qual eles estavam inseridos. Isso fica nítido quando observamos que essas falas ainda são carregadas de justificativas e causalidades que apontam para a responsabilização da vítima, como nos trechos das entrevistas citados anteriormente, e não em uma assimilação da desigualdade de gênero das relações que geraram as violências.

Apesar da dificuldade que demonstram em levar tais questões para as suas ações cotidianas, eles afirmaram que o processo de fala e escuta de outros homens sobre a violência com a mediação das psicólogas e psicólogos foi “transformador”, como relata o E1. Esse entrevistado inclusive, após ter cumprido as sessões obrigatórias estipuladas pela Lei Maria da Penha, continuou a fazer acompanhamento psicológico com um dos profissionais do local.

Contudo, há outros fatores em jogo nas falas desses homens sobre o impacto da instituição. A maioria dos entrevistados buscou construir uma imagem positiva do local e das e dos profissionais envolvidas e envolvidos, e é importante considerar que a participação deles se tratou do cumprimento de uma pena. À época do encontro, todos ainda estavam cumprindo outras sanções resultantes da lei, como a medida protetiva. Além disso, os contatos dos entrevistadores com esses homens foram mediados pela instituição, o que também pode ter influência nesse aspecto.

Ao atribuírem sentidos para as masculinidades e sobre o processo de reflexão na instituição sobre suas ações, os entrevistados também significaram de forma problemática o que entendiam sobre certo lugar ou papel da mulher. As vítimas foram identificadas com modelos recorrentes ao feminino, como a mulher mandona (E1), a histérica (E2) e a

Amélia (E5). O E3, único entrevistado que ainda mantinha relacionamento com a parceira que agrediu, foi o que menos recorreu a estereótipos para descrevê-la. Se nos dois primeiros casos existe a construção da figura masculina como fundamental para a regulação de um comportamento feminino anormal ou fora de controle, no terceiro o homem é não só o que completa, mas o que dá razão à existência da mulher.

Ah, e uma coisa que eu não falei com vocês. Esses três anos que ficou ruim, ela antes disso ela era uma dona de casa, uma dona de casa, uma Amélia. Isso é muito importante. Sabe aquelas que faz um almoço gigante, um almoço pra família toda? Era a coisa mais bonita. Era a família mesmo. E quando ela entrou pra faculdade foi os dois últimos piores anos. Foi aí que a gente separou. (E5, 2017)

E a violência aparece justamente quando eles se veem impedidos de exercerem tais papéis de controle, de regulação e de dominação. As agressões sofridas e cometidas cotidianamente vão sendo configuradas como condição de aparecimento e ação desses homens, e a fragilidade dessas relações e dos modos de compreender a si mesmo são constantes. Mais do que uma forma de demonstração de poder das masculinidades, a violência é um modo de retomada de algo que se tem como perdido. Por isso, a ideia de defesa, seja do orgulho, do patrimônio ou da família, é tão importante enquanto justificativas para todos os relatos.

Mas é possível perceber as diferentes formas de afetos entre os agressores e as vítimas que ultrapassam aqueles implicados nas agressões, como a raiva, a vergonha ou o incômodo. Essa dimensão torna as relações ainda mais complexas, já que estar junto a essas mulheres também envolve amor, carinho, cumplicidade, desejos e expectativas compartilhadas. O E5, que nomeou a ex-esposa como Amélia, reconheceu a necessidade de mantê-la mesmo depois da separação, já que ela teria sido responsável pelo cuidado das filhas e da casa pelo crescimento das empresas da família. O E3, que continuava com a companheira agredida, planejava um futuro junto a ela. Já o E4, por exemplo, relatou sentir saudades da mãe, que já não via há dois meses em razão da necessidade de cumprimento da medida protetiva.

Assim, falar pra você que dá uma saudade dela, sim. Mas é que eu sempre trabalhei fora, né, então pra vivência sozinho também acho que não tá sendo problema nenhum. (E4, 2017)

Nesse sentido, a paternidade é outro elemento importante relacionado aos afetos, já que a relação com filhas e filhos parece legitimar a imagem do homem bom e responsável. O E2, o E3 e o E5, por exemplo, narraram com detalhes a vivência com filhas e filhos, extrapolando as obrigatoriedades jurídicas de pensão alimentícia e visitas. Havia um esforço em manter o vínculo com as crianças mesmo depois do rompimento com as mulheres e eles disseram se sentir responsabilizados por isso. O E2 foi o único a justificar a falta de contato com a filha pelas dificuldades criadas pela ex-namorada, e, apesar de se demonstrar pouco responsabilizado pela distância com a criança, reafirmou constantemente a paternidade ao longo do relato.

E a gente com criança, né, pequena... mas eu adoro criança. Portanto tem as filhas também né, numa idade... é igual eu tive. Eu tive um relaciona...tem uma visão né...muito ímpar do que é ser pai, do que. Da responsabilidade né? Daquele ser ali, da responsabilidade do... do... do construi aquele ser que... Então eu sempre fui muito envolvido e por ela tá trabalhando a noite eu ficava muito com as crianças entendeu? (E2, 2017)

Ser homem e se dizer enquanto tal aparece numa dinâmica de reflexividade, em que a relação com outros homens é determinante. Pais, irmãos, cunhados, sogros, amigos e mesmo policiais são narrados pelos entrevistados enquanto figuras legitimadoras de seus comportamentos, posições e escolhas. As aproximações oscilam entre a admiração e a camaradagem, de um lado, e a disputa e a competitividade, de outro, elementos não excludentes. Mesmo quando ocorrem agressões físicas ou simbólicas entre eles, diferentemente das mulheres, não há uma lógica de dominação, mas de reconhecimento.

E aí como eu fui numa... numa... viatura com um policial e ela ficou com outra viatura, o cara me perguntou tudo e eu falei “não, aconteceu isso isso e isso” e o porteiro confirmou, “ela tava na porta ali com o cara”, confirmou. Aí o cara falou assim “poxa,



peço a Deus pra não acontecer uma coisa dessas comigo, senão eu dava um tiro na cara dela”. (E5, 2017)

### **Considerações finais**

E1, E2, E3, E4 e E5 guardam, em comum, o fato de serem homens autores de violência. Todos, como cumprimento de suas penas, frequentaram, no mínimo, dezesseis reuniões que visavam a discutir esses episódios. Todos, ainda, se dispuseram a participar dessa pesquisa. Os lugares de fala assumidos por esses sujeitos, contudo, não são os mesmos. Aspectos diversos, tais como classe social, nível de escolaridade e formas de se perceber, de perceber as vítimas e de perceber o episódio motivador da denúncia, entrecruzam-se dizendo de uma pluralidade de sujeitos. A partir da análise dessas cinco entrevistas, alguns lugares de confluência foram perceptíveis. Trata-se de regularidades, de já-ditos, de pontos de estabilização dessas narrativas.

Percebeu-se uma dificuldade, por parte desses homens, em explicitar o ato de violência e, ao fazê-lo, uma tendência a tomá-lo como algo isolado e não como um elemento estruturante de suas relações sociais mais amplas. Nesse escopo, ainda, observou-se que diversos elementos (tais como comportamentos e ações das vítimas e/ou de familiares) operaram, muitas vezes, como justificativas plausíveis para agressões físicas e simbólicas. Mesmo se dizendo arrependidos, os informantes dessa pesquisa dificilmente não pleiteavam um compartilhamento da responsabilidade (em geral com a vítima). A exceção, talvez, tenha sido o E4 que, em sua fala, não culpabiliza a vítima (sua mãe) mas, ao invés disso, o consumo de álcool.

O poder (manifesto pela força, pela virilidade e pelo capital), a propriedade (manifesta pelo patrimônio e pelo domínio de corpos) e a paternidade (manifesta pela boa relação com os filhos e com as filhas), lugares revisitados ao longo dessas diferentes falas, reiteraram a percepção, desses próprios homens, da masculinidade não como algo dado, estabelecido, finalizado. Mas, ao contrário, como um processo contínuo e, em suas vidas e relações, necessário de ser levado adiante.

A violência, nesse sentido, representada aqui pela dominação física e simbólica dos corpos dessas mulheres (companheiras, ex-companheiras,

mãe), foi, para esses informantes, um momento de descontrole, de perda de autonomia e de ingerência sobre os próprios atos. Algo pontual. Suas narrativas, contudo, atestam uma relação que é, de fato, sistêmica. Esses episódios, acredita-se, representaram, para esses sujeitos, efetivamente a retomada de um lugar de autoridade, uma forma de ascendência, de dominação e de potência.

### **Referências**

ANTUNES, Elton. **Na cena da notícia**: Vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres. In: MARTINS, M. DE L.; CORREIA, M. DA L.; VAZ, P. B.; ANTUNES, E. (Eds.). . Figurações da morte nos mídia e na cultura: entre o estranho e o familiar. Braga: CECS/UMINHO, 2016. p. 49–69.

E1. Entrevista concedida aos pesquisadores. 2017.

E2. Entrevista concedida aos pesquisadores. 2017.

E3. Entrevista concedida aos pesquisadores. 2017.

E4. Entrevista concedida aos pesquisadores. 2017.

E5. Entrevista concedida aos pesquisadores. 2017.

## CAPÍTULO 9

# Entrevistas com mulheres vítimas de violência

BÁRBARA CALDEIRA

JULIANA SOARES

### **Introdução**

Este capítulo se dedica a abordar a fase do projeto de pesquisa na qual entrevistamos mulheres vítimas de violência, em suas diversas manifestações, como maneira de tentar compreender as chaves de inteligibilidade que elas acionavam para dar conta das agressões sofridas que, percebemos, sempre surgiam associadas a outras. Quem narra essa experiência a partir de nossas lentes somos nós, duas pesquisadoras, hoje doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais — mas, na ocasião das entrevistas, mestrandas do mesmo programa. Nós participamos ativamente da empreitada, desde a procura de possíveis entrevistadas até a transcrição dos diálogos, passando por experimentações em uma espécie de laboratório antes das entrevistas oficiais. Dessa forma, assumimos aqui uma escrita em primeira pessoa do plural que não se configura assim apenas por uma convenção de linguagem acadêmica, mas também porque contaremos o processo a partir do que percebemos, vivemos,

sentimos, em um esforço de pesquisa que é necessariamente afetivo. Isso significa dizer que passamos por um processo de mútua afetação, e que o encontro com essas mulheres nos toca e modifica de alguma maneira, ao passo que nosso exercício de escuta também as afeta.

Não fomos as únicas pesquisadoras a aceitar o desafio de entrevistar mulheres vítimas de violência. Por questões éticas e pensando no conforto e na abertura que essas mulheres necessitavam para narrar suas próprias histórias traumáticas, somente mulheres participaram dessa fase, sempre em duplas de entrevistas — assim, uma sempre conduzia de forma mais sistemática a conversa, mas sem perguntas muito estruturadas em prol de um relato mais livre e menos engessado, enquanto a outra fazia anotações percebendo aquilo que um gravador de áudio, usado para fazer os registros, não capturam, como os gestos, as expressões faciais, o choro. Em ordem alfabética, Ana Guerra, Anna Alice Nogueira, Bárbara Caldeira, Isabelle Chagas, Juliana Soares, Patrícia Prates: seis mulheres, incluindo as autoras deste capítulo, em diferentes momentos de suas trajetórias acadêmicas, com crenças e percursos biográficos diversos, condições socioeconômicas e familiares e orientações sexuais particulares. Seis mulheres que se dispuseram a ouvir relatos de violência de outras mulheres, que se aproximavam de nossas próprias experiências tanto quanto se afastavam, fazendo com que percebêssemos nossos privilégios.

Trazemos, aqui, a partir dessas entrevistas, realizadas durante o ano de 2016, os pontos de maior destaque desse compilado de autonarrativas. Ao todo, coletamos doze relatos, em entrevistas com durações que variaram de uma a duas horas, e uma tentativa de entrevista que acabou por não acontecer a pedido dos pais da entrevistada, que morava no interior de Minas Gerais e havia sido esfaqueada pelo ex-namorado, em razão do seu frágil estado de saúde mental após a referida agressão. Vamos, primeiramente, situar as entrevistadas em relação a como nos conectamos a elas e pontos importantes de suas caracterizações para, em seguida, apresentar as principais chaves de entendimento dessas mulheres diante da violência que sofreram e modos de apresentação nesses relatos de si. Ainda, vamos trazer à tona alguns elementos que

complexificam as relações em que as agressões se deram, comuns a várias entrevistas, bem como formas artesanais e miúdas — ou seja, formas cotidianas aparentemente simples e sem grande impacto na relação em que a violência se dá —, mas não destituídas de potência, que essas mulheres encontraram para lidar com tudo aquilo pelo que passaram.

As entrevistas, em nosso projeto de pesquisa, não pretendem funcionar como uma espécie de negativo da cobertura jornalística de violência de gênero contra a mulher, em sua dimensão cotidiana, em busca daquilo que falta nas reportagens em uma visada normativa. A nós, essas narrativas autobiográficas auxiliaram na compreensão de que a violência sofrida por essas mulheres possui muito mais camadas do que é possível notar em uma superfície, uma vez que as relações nas quais ela se dá não é constituída apenas por um tipo de violência, ou mesmo constituída somente por relações de violência. Também, as falas das mulheres nos mostraram, por exemplo, o quanto algumas vítimas estão em condições mais contundentes de vulnerabilidade por falta de uma estrutura (social, familiar e simbólica) que as ampare e valorize suas vidas como passíveis de luto (BUTLER, 2015), ou seja, vidas que importam e que sejam reconhecidas como tal.

Em suma e em três movimentos, as entrevistas com as mulheres vítimas de violência se justificam como um dos nossos gestos metodológicos porque, primeiramente,

[...] as falas das entrevistadas abrem e ampliam o universo de referência para onde o jornalismo aponta ou de onde ele emerge nos seus relatos de violência, nos mostrando com mais propriedade o que muitas vezes aparece na literatura sobre o fenômeno e nos estudos de cobertura de mídia. (CALDEIRA, 2017, p.15)

Em segundo lugar, porque conversar com essas mulheres nos oferta um conjunto de elementos interpretativos nem sempre capturados de maneira devida em nossas reflexões acadêmicas, para além das próprias materialidades jornalísticas, já que essas mulheres falam de dentro da cena. Ainda, “os relatos dessas vítimas apresentam ‘mundos’ em cujo horror e violência o jornalismo, muitas vezes asséptico nas narratividades de crimes cotidianos contra mulheres, sequer esbarra” (CALDEIRA,

2017, p.15). E é essa tríade de enriquecimento de nossa visão acerca da violência de gênero contra a mulher que desejamos compartilhar com quem aqui nos lê.

### **As entrevistadas**

Agora, vamos apresentar as entrevistadas com as quais dialogamos, tentando resumir de forma talvez fatalmente breve quem elas são. É importante pontuar que chegamos até essas mulheres de duas maneiras diferentes e que acabam por influenciar a compreensão delas quanto ao que viveram. Das doze mulheres entrevistadas, quatro foram acessadas por meio de indicações de mulheres de coletivos feministas e, oito, por intermédio de uma casa de atendimento localizada em Belo Horizonte. Ali, além das oito entrevistas realizadas em conversas privadas, três reuniões temáticas coletivas foram acompanhadas. Notamos, então, que as mulheres de dentro da casa e que já haviam frequentado as reuniões de apoio conseguiam reconhecer, processar e nomear a violência que sofreram de maneira mais elaborada (apontar a violência patrimonial e psicológica, por exemplo), enquanto as mulheres de fora dessa rede por vezes pareciam desconhecer a dimensão sistemática da violência que sofriam.

Para preservar a identidade de nossas entrevistadas diante do grupo de pesquisa como um todo e do conhecimento geral a partir de publicações derivadas da pesquisa, passamos a chamá-las sempre pela junção da letra E e de um número, de 1 a doze. As mulheres com quem conversamos nas reuniões coletivas são chamadas pela junção da letra M e de um número que parte do 13, já que as entrevistadas individualmente são numeradas até 12. Reconhecemos que toda a complexidade de cada mulher não pode ser sintetizada em dois caracteres, mas para quem já teve contato com suas narrativas, seja nas entrevistas e no face a face, seja nas transcrições que ocultavam seus nomes, a humanidade rica e peculiar de cada uma delas jamais será apagada. Tentaremos, aqui, tanto quanto possível, apresentá-las a quem nos lê de acordo com nossa apreensão afetiva e empírica como pesquisadoras que as conheceram, viram suas lágrimas desafiar qualquer compreensão pré-concebida do que é fazer pesquisa envolvendo pessoas e a quem essas mulheres confiaram

suas histórias de vida e violências que se emaranhavam. Esse se mostrou, inclusive, um dos maiores desafios das entrevistas: estar diante de seres humanos é se colocar na iminência de várias reações que surpreendem, compelem, emocionam. Metodologicamente, esse encontro pede uma escuta acolhedora e muito mais do que um modelo positivista do fazer pesquisa.

De modo geral, trabalhamos com um grupo diversificado de entrevistadas, de diferentes condições socioeconômicas, graus de escolaridade, aspectos étnico-raciais, idades, tipos de agressão sofrida e relações de proximidade com seus agressores. Isso nos permitiu ver, por exemplo, que tanto a entrevistada E11 — mulher branca de 22 anos, universitária, classe média alta e bom acesso à educação — quanto a entrevistada E7 — mulher negra de 24 anos, empregada doméstica, com condição socioeconômica desfavorável e baixo grau de escolaridade — foram estranguladas por seus ex-companheiros, muito embora E11 tenha contado com uma rede de apoio familiar e de amigos para denunciar a agressão enquanto E7 se encontrava em uma situação de isolamento crítica, sendo do interior do estado e conhecendo poucas pessoas na capital mineira, vivendo a maior parte das agressões em silêncio. Ainda, no aspecto da racialidade, temos o relato da entrevistada E6, também negra, com condição socioeconômica precária e baixo grau de escolaridade, tendo 23 anos na data da conversa. Em dado momento do relato, ela afirma que viveu por um bom tempo apenas do valor do Bolsa Família para conseguir sustentar sua família e que seu ex-companheiro, que nunca se fixava em empregos e deixava por conta dela a responsabilidade de sustento da casa, além de cuidado das duas filhas pequenas e de todas as tarefas domésticas, a chamava de “macaca”, mostrando que a violência machista e misógina era, também, atravessada pelo racismo naquela relação.

Quanto à natureza das agressões, o conjunto de entrevistas e de entrevistadas nos apresenta violências patrimoniais (negação de acesso ao dinheiro da família, destruição de objetos da vítima, como telefone celular e computador e privação de acesso à residência), sexuais (estupro, abuso sexual da filha de um dos casais, por exemplo), físicas (constantes espancamentos, estrangulamentos, puxões de cabelo, chutes e socos), morais (xingamentos no ambiente doméstico ou em público) e

psicológicas (destituição de autoestima, ameaças, tentativas de alienação parental, desqualificação intelectual), passando até mesmo por privação de liberdade ou de comida. Na maior parte dos casos, as mulheres eram vítimas diretas da violência. A entrevistada E8 foi um caso atípico, pois seu pai matou sua mãe quando E8 era criança, cometendo suicídio em seguida. O feminicídio aconteceu meses depois da separação do casal, e a arma foi comprada pelo pai um ano antes do assassinato, supostamente para garantir a segurança da família.

Em relação à ligação que as vítimas estabeleciam com seus agressores, a maior parte das agressões partiu de companheiros ou ex-companheiros afetivos e/ou sexuais, mas os relatos também dão conta de violências cometidas por outras figuras de proximidade, tais como: irmão, pai, padrasto, tio. Por conta desses laços estreitos de confiança e pelas ligações familiares, a maior parte das agressões aconteciam dentro das casas das vítimas, um ambiente de suposta segurança. Isso significa, também, que muitas dessas mulheres encontraram dentro de seus próprios lares mecanismos de silenciamento em nome do bem-estar da família, como no caso da entrevistada E3, abusada pelo padrasto por treze anos, desde que tinha apenas onze de idade. Os estupros, que inclusive culminaram na gravidez dessa mulher, eram diários e a entrevistada diz que era agredida sexualmente com arma na cabeça, mas que não contava para sua mãe como uma forma de protegê-la de alguma maneira. E3 contou que era abusada até enquanto amamentava sua filha, que era tida como neta do padrasto, o homem que a violentava.

Dessa forma, entendemos que essas mulheres que nos contaram suas vivências se apresentam em multiplicidade, em suas especificidades ao mesmo tempo em que apontam para certos lugares sociais recorrentes. Acreditamos que o mais importante dessa heterogeneidade de perfis é a compreensão de que existem diferentes experiências de ser mulher e de ser mulher vítima de violência, diferentes maneiras de experienciar as agressões e lidar com elas, além de diferentes chaves para narrá-las.

### **Modos de narrar e compreender a violência**

Narrar-se e narrar a violência vivenciada é um ato de coragem. Notamos que entender a si mesma enquanto vítima é, potencialmente,



uma maneira de reconhecer as desigualdades implicadas em nossa existência enquanto mulheres, ao mesmo tempo em que significa compreender como estamos desprotegidas dentro das nossas próprias casas, na companhia de homens em quem depositamos confiança. Todas essas mulheres passaram por experiências que transformaram suas vidas, a forma como se relacionam com o mundo e com outras pessoas. Muitas delas sentem vergonha das agressões que sofreram e se enxergam como parte culpadas pelo que lhes fizeram, e reviver tudo isso por meio dos relatos é um processo doloroso. Por isso, optamos por uma abordagem mais acolhedora e menos incisiva nas entrevistas, no sentido de fazer menos perguntas e intervenções e deixar o depoimento fluir de maneira mais natural. É curioso o quanto esse encontro é modelado pelas interações que ali se dão: as mulheres precisaram sentir que não seriam julgadas em suas falas para dar conta de narrarem suas próprias vivências, de forma que o mais simples gesto de cabeça das pesquisadoras podia encorajar o desenrolar da história. Grande parte das entrevistas foram marcadas pelo choro dessas mulheres, que indicavam o que naquele emaranhado de elementos mais lhes doía.

No caso das mulheres que acessamos via casa de apoio, a interpeção inicial se dava de maneira mais tranquila, algo como “narre o que te trouxe até aqui”. Esse marco era um organizador na vida dessas mulheres e fazia despontar um relato que tentava ser cronológico, mas não dava conta. Isso porque o episódio de agressão que havia levado a vítima a denunciar seu agressor e receber apoio da casa sempre se associava a outros, geralmente em uma lógica progressiva da intensidade das agressões. E7, por exemplo, passou a frequentar as reuniões da instituição depois da tentativa de feminicídio por parte do seu ex-namorado, que a estrangulou, espancou e, pelo desenrolar do relato, planejava jogá-la do terceiro andar da casa de sua patroa. Ela nos relatou que acreditou que morreria naquele momento, e toda sua linguagem corporal dava conta de uma situação em que ela lutava pela própria vida. Mas o então namorado já havia praticado uma série de outras agressões contra ela - espancamentos que faziam a moça usar blusa de frio para esconder os hematomas e desqualificação de sua capacidade intelectual ao chamá-la de “da roça” - eram algumas. Em um momento da entrevista, E7

diz que tampava as marcas de agressão até elas saírem e que “além de espancar ele me dava dentada, mordida, eu ficava com as marcas assim, no corpo, sabe? Igual cachorro mesmo...” (E7). Ou seja: E7 quase foi assassinada, mas passou por uma série de outras violências ao longo de seu namoro de cinco anos. Mesmo assim, muitas das ações que ela narra não parecem ser reconhecidas por ela como violência.

O mesmo parece acontecer com a entrevistada E6. Em uma altura da conversa em que indagamos se o ex a agredia publicamente ou somente quando estavam a sós, ela diz: “Perto dos outro era só na boca mesmo, sabe?! Moral, de xingar “filha da puta”. Mas de agressão? Nunca” (E6), sem reconhecer os próprios xingamentos como violência grave e parte de um ciclo. Entretanto, ela entende as estratégias do homem para fazer com que parecesse que aquela mulher não era por ele violentada: “E ele batia pra deixar marca também? Não. É só igual polícia. Só puxão do cabelo, empurra, bicudo... Mas nada que deixasse roxo, nada que machu... que deixasse hematoma, não” (E6). A maior parte das narrativas colhidas desliza entre o reconhecimento de um relacionamento abusivo ou de uma convivência violenta, ou seja, da dimensão sistêmica e interligada das violências, e a negação de algumas das ações daquele homem como violências, especialmente quando ele já cometeu ou é capaz de cometer outras tomadas como mais graves (a violência física, por exemplo, se sobrepõe à verbal).

No caso das mulheres acessadas fora da rede de acolhimento, a narrativa parece ainda mais desorganizada pelo não reconhecimento, em grande parte, de um episódio específico de violência que fez com que elas procurassem ajuda. A entrevistada E11 apresenta esse marco, mas também perpassado pela força institucional: a agressão que ela narra é seu estrangulamento por parte do rapaz com quem se relacionava, que a fez procurar a polícia após o registro do Boletim de Ocorrência, e o fato de que os próprios policiais a dissuadiram de seguir com a denúncia. Em sua entrevista, ela diz:

Aí fiz aquele negócio, cor... corpo de delito né, que chama. E aí, foi contatado lá e eu fui na delegacia da mulher. Só que aí quando chegou lá. O... Eu não sei o que era... Qual que era o cargo do cara lá, se ele era policial, se ele era delegado. Mas ele me chamou

sozinha pra conversar, ele não queria que a minha mãe fosse. Ele falou... ele falou que era pra eu ir sozinha. Aí eu fui, e eu já tava morrendo de medo, aí eu fui e ele falou assim pra mim, é... [silêncio]. Se eu fosse você eu num denunciava porque a polícia não vai tá 24 horas com você e a gente não sabe o que é pode acontecer, bla, bla, bla. Aí eu desisti de denunciar. (E11)

Os relatos dão conta, então, de um narrar o relacionamento em que essas agressões aconteciam muitas vezes de uma forma menos linear e mais entrecortada e fragmentada pelo aspecto mnemônico. É possível pensar também que as mulheres fora da rede formal de apoio contaram menos suas histórias para outras pessoas, ou muitas vezes sequer se narraram, enquanto as mulheres acolhidas já tiveram de narrar o que viveram em outros momentos por necessidades legais e institucionais. Porém, é importante chamar atenção para que mesmo que operem a partir de referenciais conservadores e reprodutores de opressões que pesam contra elas próprias, as mulheres não acolhidas pelas redes formais não estão destituídas de capacidade reflexiva sobre o que viveram. Ao contar sobre as experiências de violência sofridas, revisitam o passado e, ainda que de maneira aparentemente menos organizada, agem reflexivamente sobre a própria história.

É nesse ponto que os laços afetivos pesam: mesmo sabendo que os agressores estão errados, muitas das mulheres alegam preocupação com o futuro deles caso sejam “responsáveis” por seu encarceramento. E7, por exemplo, não denunciava o namorado também porque ele tinha filhos e ela se sentiria, de alguma maneira, culpada por deixar as crianças crescerem longe do pai. No caso da entrevistada E8, a culpa também se mostrou presente em todo o relato: mesmo sendo uma criança quando o pai matou a mãe, ela sente pesar por não ter entendido que ele “precisava de ajuda”, o que fica evidente nesse trecho:

É... muito triste de ter pouca idade e não poder conseguir ter percebido que meu pai precisava de ajuda, né. [...] E foi um crime planejado, ele já tava doente há mais tempo, ele foi muito maltratado pela família dele quando ele saiu de casa quando os dois resolveram se separar. (E8)

Mais ainda, esse trecho do relato de E8 aponta para uma chave recorrente de entendimento da violência contra a mulher que circula no cotidiano: a ideia de que o homem agressor está fora de si, doente ou possuído por um ímpeto que não consegue controlar, ao cometer a violência. Esse elemento é problemático, pois dissipa a dimensão sistêmica e processual do problema, tomando-o como pontual, e sua reverberação que tem origem em uma ideia de “passionalidade” — de acordo com a autora Isabelle Delpla (2015), “insistir na paixão é descartar as dimensões sociais, institucionais e econômicas da violência” (p.303), deixando, assim, de problematizá-la — está tão enraizada que muitas mulheres procuram em seus próprios comportamentos motivos para esse “agir desmedido” por parte das figuras masculinas. Em um momento de sua entrevista, E7 afirma que parou de fazer supletivo por medo de um masculino generalizado, sem reconhecer que seu então companheiro representava a letalidade que ela temia na rua, e toma um homem que agride uma mulher nessa situação por “louco”, mesmo reconhecendo que a morte de mulheres parece ser epidêmica:

Eu parei, queria voltar mas aqui é perigoso né, aí e com esse homem atrás de mim agora que eu não vou mesmo, sozinha a noite. Não sei se tem algum doido, sabe, as mulheres tão morrendo hoje em dia muito fácil, acho que muito é por [INAUD] namoro, relacionamento, sabe, não aceita fim, vai atrás, essas coisas. (E7)

Outra recorrência significativa nos modos de narrar e compreender as violências sofridas passa pela desqualificação intelectual das vítimas por parte dos agressores. Ofensas como “burra” e “imprestável”, bem como diversas outras sentenças que colocam em questão a inteligência dessas mulheres se mostram como ferramentas eficientes no processo de fragilização delas. Na segunda reunião coletiva que acompanhamos, que tinha como temática “Planejamento de vida”, M13 compartilhou um relato que permite perceber como esse tipo de violência funciona. A mulher relata ter se submetido a cinco exames do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) em busca de uma habilitação, sem sucesso. Nessas cinco ocasiões, momentos antes de sair de casa para realizar o exame, M13 foi agredida verbalmente pelo marido, que a chamava

de “burra” e afirmava que, por isso, ela jamais seria aprovada no teste. “Todas as vezes que saí para tentar tirar carteira de motorista, meu marido me chamava de burra e dizia que eu não ia conseguir” (M13). Antes do sexto exame, a instrutora de auto-escola que a acompanhava sugeriu que ela fizesse o exame em segredo. Ela aderiu à sugestão e foi aprovada. O marido de M13 é analfabeto e, de acordo com seu relato, comprou uma habilitação no passado, mas não conseguiu renová-la após o vencimento. Parado em uma blitz policial, só não teve o carro removido porque M13, já habilitada, conduziu o veículo de volta para a casa do casal. É possível inferir aqui que, mediante o próprio analfabetismo, o marido tenta sustentar certo projeto de superioridade masculina na violência verbal que pratica contra a esposa.

M14 também nos ajuda a entender a relevância da questão intelectual na lida com situações de violência. Aparentando ter cerca de 70 anos, ela conta que a família é proprietária de fazendas e moradora de um bairro da zona nobre de Belo Horizonte. Antes de comunicar ao ex-marido sobre a decisão da separação, M14 procurou um advogado para se assegurar de que não passaria por dificuldades financeiras após o divórcio, comunicou aos filhos sobre a decisão e passou a frequentar sessões de terapia. Tratada pelo ex-marido como fria e calculista, a mulher é tomada como referência de “inteligência” pelas frequentadoras do grupo, que declaram sua admiração pelo planejamento exercido pela companheira.

A violência patrimonial também se mostra como um marcador importante para a compreensão da interseccionalidade entre gênero e classe. Nos relatos das mulheres mais vulneráveis economicamente, o peso atribuído aos episódios de violência patrimonial chama atenção. Após E1 relatar o registro de quatro boletins de ocorrência em função de agressões físicas, as entrevistadoras questionaram qual foi o episódio mais marcante. Mulher branca, 25 anos, desempregada, moradora da periferia de Belo Horizonte, ela conta ter sido a invasão de sua casa pelo agressor, seguida de furto.

Eu podia ter ficado lá em cima mesmo (na casa), se eu soubesse que ia acontecer isso. Foi essa vez. Ele entrou lá, bebeu álcool, roubou meu cabelo, máquina fotográfica, minhas peça íntima,

fotos...Dei falta de tudo... Quebrou meu celular... Quebrou meu *notebook*... Essa vez que eu fiquei mais horrorizada. (E1)

A partir da percepção de tais chaves de leitura para os episódios de violência, ressaltamos aqui a importância de tentar compreender quais elementos podem ser apreendidos como complexificadores da violência sistemática sofrida por essas mulheres.

### **Elementos complexificadores das situações de violência**

A leitura da violência de gênero não é um processo simples. Esse tipo de agressão é marcado por fatores diversos que sustentam as construções tradicionais de feminino e masculino na contemporaneidade. Neste tópico, nos interessa analisar elementos que se constituem como complexificadores das situações de violência narradas, de maneira a dificultar a agência das vítimas no sentido de romper com o ciclo de agressões ao qual são submetidas.

Um dos elementos mais recorrentes nas narrativas das vítimas de violência é a maternidade. A relação de proteção e cuidado dessas mulheres com seus filhos se mostra, com frequência, como ponto de vulnerabilidade dessas, frequentemente explorado pelos agressores. E2 diz ter vivido com o ex-companheiro por 23 anos. Em 2015, foi surpreendida ao chegar em casa e encontrar o cunhado mudando a fechadura da porta para que ela não pudesse mais entrar, a pedido do então marido. Quando questionado, o marido acelerou o carro na direção dela, passando com uma das rodas por cima do seu sapato. E2 registrou um boletim de ocorrência e pediu medida protetiva contra o ex-companheiro.

Como forma de pressão para que ela deixasse a casa da família favorecendo-o na partilha dos bens, ele usava a relação com os três filhos para pressionar a mulher. Ora na tentativa de praticar alienação parental, ora operando na privação financeira da família, ele insistia incansavelmente em convencê-la a ceder o imóvel para ele. Sobre os momentos mais difíceis desde a separação, ela ressalta:

Ele deixar a gente... os meninos sem roupa... passar vergonha na escola. Não porque ele não tenha condições, né. Porque se fosse o

caso dele não ter condições, tudo bem, né. Eu ia entender. Mas o caso dele não se importar de... de deixar os meninos numa situação de vexame. Então tudo isso eu vi que eu poderia ter recorrido antes. Pra buscar uma proteção, resguardar os meninos do... do... do estrago que hoje eles têm...é... emocional. (E2)

Ou seja, mesmo frente ao abandono repentino do ex-marido, acompanhado da tentativa de deixar a família com o mínimo possível de recursos, tendo agido de maneira premeditada e tentado atropelá-la, é com os a situação emocional dos filhos que ela mais se preocupa.

O mesmo pode ser percebido no relato de E3. Ela conta ter tentado suicídio três vezes no ano de 2015, já que não via saída para os estupros diários cometidos pelo padrasto. Sobre o que fez que ela desistisse de tirar a própria vida, ela conta:

Eu pensava em sair... nunca mais voltar, de sumir... mas eu também pensava na minha filha, quê que ia ser da minha filha? Crescer com um pai desse depois poderia abusar dela também e a mãe longe. (E3)

Mas percebemos que a maternidade pode ser uma via de mão dupla nesses casos: ao mesmo tempo em que pode manter a mulher naquela relação como forma de proteger os filhos, como nos aponta E3, também pode ser o ponto de virada para que a mulher decida tomar medidas mais drásticas para romper o ciclo. É o caso de E6, que afirma em sua entrevista: “Se eu fosse sair de casa, não era por causa de mim, porque eu... acho que eu guentava mais uns vinte anos...as minha menina, não, as menina [INAUD] sofrer na mão dele” (E6). A fala é forte porque é possível perceber que ela já estava tão desesperançosa diante da situação que não faria diferença vivê-la mais ou menos tempo, mas não deixaria que suas filhas passassem pelo mesmo — pelo relato, o marido começou a abusar de uma das filhas, além de deixar as meninas sem alimento, cometer agressões físicas e forçar a mais velha a xingar a mãe com palavras. Ou seja, mais uma vez a maternidade aparece como um fator que complexifica ainda mais a situação de violência vivida e, consequentemente, as possibilidades de ruptura com esse *continuum*.

Outro elemento estruturante da manutenção desse tipo de agressão é a dependência financeira das mulheres em relação aos companheiros e ex-companheiros. Esse tipo de dependência resulta, frequentemente, do modelo de relação instituído pela heteronormatividade, aqui entendida como sendo mais que um aspecto de sexualidade, mas como uma matriz organizadora de modos de vida. Os moldes heterossexuais de relação são pautados na frequente diferenciação dos espaços público e privado, sendo a casa o ambiente do feminino e a rua o espaço do masculino. Dessa maneira, tudo o que se relaciona com o espaço da casa, como os serviços domésticos, os cuidados com os filhos e outros dependentes, são, de saída, entendidos como responsabilidade feminina. Já o mundo do trabalho e a função de prover o sustento familiar é, com frequência, tomado como responsabilidade dos homens. Essa relação com o trabalho doméstico não remunerado, chamado por Wittig (2016), a partir de uma visada lésbica radical que entende o gênero como classe, da lógica do servo que ama seu amo.

Ainda que na contemporaneidade considerável parte das mulheres ocupem postos no mercado de trabalho, algumas questões ainda insistem em fixá-las em lugares de desprivilégio em relação aos homens. Salários em média 30% mais baixos para os mesmos cargos, sobrecarga de funções domésticas quando chegam em casa após o trabalho e a romantização da maternidade são alguns dos pontos estruturantes do feminino que fortalecem os laços de dependência financeira das mulheres em relação aos seus parceiros. Como já mencionado anteriormente, a frequente desqualificação intelectual das vítimas por parte dos agressores parece indicar para mais uma tentativa de fixação do masculino em um lugar de superioridade. Essa reflexão se relaciona com a questão da dependência financeira à medida que ouvimos com certa recorrência relatos em que os homens boicotavam os planos profissionais de suas parceiras, algumas vezes apenas pelo questionamento da capacidade dessas de colocá-los em prática, outros se apropriando de ideias desenvolvidas por elas. É o que relata E3. “Meu plano é vender o carro, aí eu vou aplicar o projeto que ele falou que não dava certo. Que eu dei ideia e ele falou que não dava certo, mas depois ele mesmo aplicou lá na fazenda” (E3).



Também nesse sentido, a reunião coletiva que tratava de projetos de vida aconteceu quase que exclusivamente ao redor dos planos profissionais das componentes do grupo. Nesse contexto, ainda que muitas dessas mulheres ainda estejam vivendo relações de violência, é possível perceber a relevância da independência financeira como uma chave de liberdade para o futuro.

Outra prática recorrente por parte dos agressores que se mostram como dificultadores para a ruptura das mulheres com o *continuum* de agressões consiste nas declarações de arrependimento e promessas de mudança após os episódios de violência. Conforme categoriza a Apav, rede portuguesa dedicada ao apoio às vítimas, a violência de gênero praticada por parceiros afetivos pode ser enquadrada em um ciclo formado por três fases<sup>23</sup>. Na primeira delas a relação passa por um aumento de tensão. Nessa fase, são comuns ameaças e injúrias cotidianas, que criam na vítima um estado constante de medo e tensão. A segunda fase é o ataque violento. Nela, o agressor comete práticas violentas nos âmbitos físico e psicológico de maneira progressiva, tanto no que diz respeito à frequência, quanto à intensidade. Já a terceira fase é chamada de lua-de-mel. É neste momento do ciclo que o agressor dispensa carinho e atenção à vítima, sendo frequentes as desculpas pelas agressões e as promessas de mudança. Esse processo é tomado como um ciclo por sua tendência em ser contínuo e repetido sucessivamente ao longo do tempo. Em casos em que tal ciclo não é interrompido, o feminicídio aparece, como frequência, como o ponto alto desse *continuum* de violência. Situações como a solidão, a falta de estrutura familiar e afetiva podem fazer com que as vítimas sejam mais susceptíveis ao ciclo da violência.

Tais casos parecem mais frequentes nas relações de violência estabelecidas por parceiros afetivos. Casos como o de E11, agredida junto com a mãe pelo tio, o momento da lua-de-mel não parece tão frequente. Ela relata que a tensão familiar foi aumentando progressivamente e a convivência foi se tornando insuportável, sendo marcada pelo pânico vivenciado por ela e pela mãe.

Frente ao entendimento da complexidade que estrutura a violência de gênero, julgamos necessário apontar também para as formas encon-

---

23 Disponível em <https://apav.pt/vd/>

tradas pelas mulheres para resistir ou, ao menos, sobreviver, às situações violentas. No próximo tópico, nos dedicaremos a esse tema na tentativa de compreender as estratégias que tornam possíveis a vida das vítimas.

### **Lidando com (e resistindo à) violência como é possível**

Como já sinalizamos no decorrer do presente capítulo, as conversas com as mulheres vítimas de violência nos conduziram a compreender que tal vivência é formada por inúmeras nuances e camadas. A construção linear de que alguém que sofre agressão deve imediatamente encerrar a relação e prosseguir com a vida sem o agressor parece não fazer sentido para a maioria das vítimas. Isso porque, além de fatores complexificadores estreitamente associados com as construções de gênero, como os já descritos, a combinação explosiva entre a sociabilidade masculina, fortemente marcada pela violência e exercício de poder; e da construção feminina de cuidado e afeto, demanda formas mais sutis e, muitas vezes, sofisticadas de resistência.

Na fala de muitas mulheres foi possível perceber que afeto e violência não são necessariamente separáveis. A construção contínua da relação violenta, principalmente por parceiros afetivos, parece passar pelo convencimento da dependência das vítimas em relação aos agressores nos mais diferentes níveis (intelectual, econômico, afetivo, por exemplo) e também de que o parceiro seria a única possibilidade de amor que resta a essas mulheres. Nos encontros coletivos, chamou atenção o fato de uma proporção considerável das mulheres acolhidas permanecerem casadas ou morando com seus agressores. Algumas delas não têm planos efetivos de separação, mas não enxergam esses homens na projeção dos cinco anos, proposta norteadora do encontro sobre planejamento de vida. “Não sei dizer se eu estaria com ou sem ele” (M15). Algumas citam situações de machismos e preconceito vividos por conhecidas que se separaram (como a irmã de uma delas que, após o divórcio, se sente vigiada pelos vizinhos). Além disso, M15 relata não se sentir acolhida pela família nos momentos de queixa sobre a relação.

Como forma de resistência possível, apareceu nesse encontro o conceito de separação emocional. Elas consideram que, mesmo que não possam, queiram ou consigam deixar a casa e a relação, elas podem se separar emocionalmente e tocar planos individuais. Sobre a decisão

de não se separar, M15 relatou que tinha medo de perder os vínculos do ciclo que ela e o marido tinham em comum, assim como de viver sozinha. Ela encontra no conceito de separação emocional uma boa solução para o seu contexto. Mesmo não tendo se separado, ela conseguiu mudar de atitude (abriu um negócio com as filhas, anda sozinha de ônibus e só avisa ao marido onde vai, sem pedir permissão). Ela relata estar mais animada e diz que as coisas não a afetam mais. Nesse contexto, o marido estaria “sossegado”, o que provoca desconfiança: “Parece que ele está armando alguma coisa. Estou sempre aguardando alguma coisa acontecer” (M15). A mulher diz não ter amigas e só sair com as filhas. Isso aconteceu porque a vida toda o marido agiu como se ela fosse de propriedade dele. “Mas não entendo como ele não cuida da propriedade” (M15). A ideia de posse parece incomodar menos do que a de falta de cuidado.

Outro exemplo de separação emocional e de um desgostar consciente é percebido na entrevista de E7:

Assim, ele... eu sempre procurava ficar menos tempo com ele para ver se ele ia desaparecendo, sabe? Afastando aos poucos. Mas isso deixava ele mais com raiva ainda. Eu sempre inventava viagem... só para não passar final de semana com ele... para sair... Eu tava [INAUD] isso ia deixando ele mais furioso, eu sempre deixava ele para trás, entendeu? Eu queria sair fora mesmo porque ele, nó, ele me agredia verbalmente, fisicamente, e eu sentia... dentro de mim meu gostar por ele foi acabando. E quando eu queria sair mesmo já não queria mais. (E7)

Entendemos esse trecho como potente especialmente porque ela diz antes “A gente tá vendo o erro ali mas a gente não quer separar da pessoa...” (E7) em relação ao início do namoro. Ou seja: o tempo ajudou E7 a perceber que estava em um relacionamento abusivo por conta das atitudes do parceiro, mas partiu dela a iniciativa de se desvincular e “desapaixonar” aos poucos, como uma forma possível, e que ela dava conta no momento, de lidar com tudo aquilo.

A mesma entrevistada também nos apresenta outras duas formas associadas a essa: em determinado momento, E7 começou a trair o namorado abusivo, e só então conseguiu terminar seu relacionamento,

começando um namoro na sequência com o outro rapaz. À primeira vista, pode parecer frágil deixar um relacionamento para emendar outro, mas entendemos que isso foi importante no processo dela como um catalisador de mudança: mesmo de uma maneira pouco convencional, foi a partir do encontro com outra pessoa que ela conseguiu coragem para finalmente terminar a relação de abusos. E por mais que uma certa moral devedora de uma construção religiosa possa entender que trair não é o caminho, ou que alguém que postula a forma “correta” de sair do ciclo de violência seja a partir de outras resistências a questionar, é impossível ignorar que essa mulher lidou com um cenário de horror a partir daquilo de que dispunha e conforme dava conta naquele momento.

Por último, as redes de apoio parecem uma estratégia essencial para lidar e resistir às violências. As redes se mostram de maneira singular à medida que têm como pressuposto uma construção da questão da violência como coletiva. Ao contrário da máxima popular de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, a formação de redes de apoio nos âmbitos formal e informal demonstra a apreensão da questão da violência e das condições às quais o feminino é vinculado como problema social e institucionalmente compartilhado. Entendemos por redes formais o conjunto (mais ou menos integrado) de serviços especializados e comprometidos com o enfrentamento da violência de gênero. Assim, instituições, pessoas e demais organizações se articulam no combate à violência contra a mulher por meio da programação e realização de ações integradas. Tais redes vão se formar de maneiras singulares em cada contexto, dependendo da estrutura disponível. Em geral, delegacias, polícia militar, centros de acolhimento, hospitais e postos de saúde e abrigos temporários são algumas das instituições que recorrentemente compõem essas teias.

Se as redes formais de acolhimento não se constituem de forma idêntica, as redes informais são ainda mais diversas. Compostas pelas mais diferentes relações de proximidade, são pautadas frequentemente por afeto e/ou convívio. Amigos, familiares, colegas de trabalho, frequentadores da igreja e professores são algumas das relações que identificamos nos relatos coletados como componentes dos arranjos informais. Assim,

é perceptível que as redes não se dão da mesma maneira para todas as mulheres e nem mesmo se mostram disponíveis para todas as vítimas. Porém, em grande parte dos casos das mulheres entrevistadas, apesar dos percalços, essa formação se mostra muito relevante no processo de enfrentamento da violência. M13, quando narra como chegou à casa de acolhimento, relata como a rede de apoio foi essencial para seu processo. Ela seguia vivendo com o marido, mas frequentava as reuniões da instituição com o objetivo de compreender melhor o que vivia e ter condições de elaborar seus afetos e os planos para o futuro. Ela conta ter chegado à instituição a partir do encaminhamento do posto de saúde que frequentava. Mediante o contexto violento experienciado em casa e o diagnóstico de depressão, a enfermeira que a acompanhava fez a solicitação de encaminhamento à prefeitura. Para que a decisão de frequentar o centro de apoio não fosse mais uma justificativa para violências diversas por parte do marido, a enfermeira liga para a residência do casal semanalmente e reforça com ele a necessidade de que ela compareça no local para um suposto tratamento contra pneumonia. “Ele me traz no [nome da casa de apoio] algumas vezes mas não tenho medo dele descobrir o que é porque ele não sabe ler. Acha que é um centro médico” (M13). Ou seja, ainda que não tenha se separado ou se livrado completamente da situação de violência, o acompanhamento cuidadoso da enfermeira e a narrativa criada por ela sobre um tratamento que nunca existiu de fato viabilizam o acolhimento institucional dessa mulher pelo centro e a consequente melhoria da qualidade de vida dela no contexto familiar.

### **Considerações finais**

As reuniões coletivas e as entrevistas realizadas com vítimas de violência acolhidas e não-acolhidas institucionalmente se mostraram muito importantes para nossa compreensão da violência de gênero como sistêmica e muito mais complexa do que se pode imaginar em um primeiro olhar. Partilhar com essas mulheres não significou apenas uma visada externa de não-vítimas para vítimas. As narrativas nos permitiram perceber que há muito de nós nesses relatos e que a sociabilidade do feminino em relação ao masculino necessariamente implica diferentes graus e formas de violência. Somos todas vítimas e partilhamos um

tipo de experiência que não pode ser acessada pelos homens. Vivemos amedrontadas, nos sentimos acuadas e questionamos nossas próprias capacidades e talentos em função de um olhar validador violento que vem do masculino e que é refletido também nas formas como vemos umas às outras. Construções como a “sogra má” e a “ex maluca” são exemplos de como a relação entre mulheres também pode operar de forma violenta a partir desse modelo de sociabilidade atravessado pelo masculino. Tais tratamentos violentos se dão em função de um terceiro elemento que, nesse caso, partindo da organização heteronormativa das vivências, tende a ser um homem, seja ele filho, parceiro afetivo, pai etc.

Acessar todas as nuances e camadas que conformam a violência de gênero se faz impossível. Ainda que seja, sem dúvidas, uma questão sistêmica e estruturadora do social, existem dimensões individuais de violência e de resistência constituídas a partir de contextos únicos. O que dizemos aqui é que notamos sabedorias particulares em cada uma dessas mulheres que, de formas mais ou menos sofisticadas, dentro do que lhes é possível, seguem lidando, resistindo e sobrevivendo às agressões, ainda que sob risco constante. Algumas músicas cantam essa sabedoria como “a malícia de toda mulher”, mas entendemos aqui como formas de sobrevivência em cenários ameaçadores. E esses cenários não são externos. A ameaça pode estar naquele com quem se partilha a cama, a vida.

Entendemos também que a vida da vítima tende a ser solitária. Seja por vergonha, medo ou risco de abandono, muitas mulheres se sentem cada vez mais isoladas. Esse isolamento só colabora para o processo de vulnerabilização contínuo, que dificulta consideravelmente a ruptura do ciclo de violência. Nesse sentido, a partilha do processo com outras mulheres e o sentimento de coletivo parecem essenciais para que consigamos, de fato, efetuar mudanças e retomarmos as rédeas de nossas próprias vidas. Resistir parece um verbo que só conjugamos no coletivo. Resistimos.

## Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. **Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos**: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2017.

DELPLA, Isabelle. Violência sem paixão? In: NOVAES, Adauto (org). **Fontes Passionais da Violência**. São Paulo, Edições Sesc São Paulo, 2015.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Barcelona: Editorial Egales, 2016





## CAPÍTULO 10

## Desafios metodológicos à pesquisa sobre gênero e Comunicação: reflexões a partir de narrativas de um problema cotidiano

BRUNO SOUZA LEAL

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

ELTON ANTUNES

A pesquisa acerca das relações de gênero e sexualidade no campo da Comunicação enfrenta, por certo, grandes desafios. Se podemos dizer que eles já se desenvolvem há vários anos, é mister reconhecer que só recentemente eles começam a ganhar volume e diversidade. Em parte, esse cenário vem do próprio esforço histórico de constituição da Comunicação como área de saber, de suas bases e interfaces inter e transdisciplinares, além das incertezas e escolhas metodológicas decorrentes. Em parte, vêm também da constituição do gênero e da sexualidade como fenômenos a serem explorados e dos enfrentamentos epistêmicos, disciplinares e políticos que impõem. Nesse sentido, o diagnóstico feito por Chabaud-Rychter et alli (2014), tendo como referência as Ciências Sociais, nos parece, ao menos em parte, preciso:

Para conquistar um espaço em suas disciplinas acadêmicas, os estudos feministas e, de um modo geral, as pesquisas sobre as mulheres, os papéis do sexo, as identidades sexuais, as relações

sociais do sexo ou o gênero sempre tiveram que se posicionar em função de discursos científicos dominantes, e romper com as Ciências Sociais que poderíamos qualificar de “normásculas” (ou *malestream*) e que pensam o masculino sem mesmo perceber; sem perceber e impregnando de masculinidade resultados ou teorias supostamente “objetivas”, uma neutralidade que é, de fato, marcada por sua indiferença em relação à desigualdade entre homens e mulheres e, mais profundamente ainda, por sua indiferença ao domínio das segundas pelos primeiros. (CHABAUD-RYCHTER et alli, 2014, p.3)

Para as autoras francesas, historicamente o embate, nas Ciências Sociais, com os discursos “normásculos” se deu por um processo de institucionalização “multiforme”, uma vez que inserido em departamentos e programas de pós-graduação tradicionais, como a Sociologia. Deu-se também, segundo elas, fortemente apoiado em pesquisas empíricas, que certamente permitiram trazer à luz especificidades e desigualdades e também importantes questões teóricas. Quando consideramos a Comunicação no Brasil, porém, o diagnóstico tem algo de similar (como a inserção da discussão de gênero e sexualidade em programas e departamentos já institucionalizados) e, em outros aspectos, bastante distintos, conforme atestam Martinez, Lago e Lago (2016). Elaborando um panorama a partir dos trabalhos apresentados nos encontros da SBPJor, as autoras identificam, sinteticamente, o pequeno número de trabalhos – todos produzidos por pesquisadoras – que, além disso, têm como ancoragem referências estrangeiras, vinculadas em sua maioria, “a um primeiro momento” dos estudos de gênero. Chama a atenção, por fim, ao contrário do que se viu nas Ciências Sociais, o predomínio de trabalhos teóricos em detrimento daqueles que envolvem pesquisa de campo. Dizem as autoras, em relação à “não priorização” das pesquisas empíricas:

O pesquisador em Comunicação, em particular Jornalismo, que tanto critica a/o jornalista profissional que reporta a notícia por meio do telefone e, hoje, de aparatos digitais, também parece se sentir mais confortável em seu próprio gabinete – ou estar igual-

mente envolto/a em questões de obtenção de recursos financeiros e submetido/a a pressões produtivas. (MARTINEZ, LAGO e LAGO, 2016, p.n/d)

É interessante notar que esse diagnóstico como que contradiz as expectativas apresentadas em outro levantamento, de escopo diverso, publicado em 2008, mas escrito um ano antes por Ana Carolina Escosteguy. Naquele momento, a pesquisadora via, parece-nos, com otimismo, na articulação entre estudos de gênero e Comunicação, o desenvolvimento de estudos de recepção, nos marcos dos estudos culturais. Isso, porém, sem deixar de reconhecer um “problema de dispersão” na produção científica brasileira sobre gênero, articulada, a seu ver, à “recente institucionalização” do campo da Comunicação e à “inexistência de revisões bibliográficas específicas” (ESCOSTEGUY, 2008, p. 7).

Quando, em 2012, iniciamos essa pesquisa tínhamos consciência de pelo menos parte desses desafios. A pesquisa, desde seu início, partiu de um diagnóstico social terrível, uma vez que a violência de gênero contra a mulher no Brasil alcança dimensões alarmantes: o país ocupa o 5º lugar do ranking mundial de assassinatos de mulheres (WASEL-FISZ, 2015) e, em 2013, registrou-se uma média de sete assassinatos de mulheres ao dia por figuras com quem elas mantinham relações de proximidade – parceiros ou ex-parceiros afetivos e sexuais das vítimas, homens com quem essas mulheres estabeleciam relacionamentos que envolvem afetos, sentimentos e confiança. Tais mortes, associadas a uma multiplicidade de formas de agressão e de violência cometida por parceiros íntimos, constituem um cenário de violência sistemática que se dá em um quadro de assimetrias de poder e de gênero. Como refletem Portella e Ratton (2015), “em uma sociedade misógina, a condição feminina seria um fator de risco para a violência letal, especialmente nas relações íntimas e familiares” (2015, p. 105).

A dimensão trágica e incontornável dessa violência não implica, contudo, que sua compreensão seja evidente para as diferentes abordagens mobilizadas na pesquisa social. Há uma predominância dos estudos que tem como referências realidades da Europa e Estados Unidos, em que as taxas de homicídio contra as mulheres estão entre

as mais baixas do mundo e a violência de gênero tem componentes bem peculiares se cotejadas com outras regiões. Nesse ambiente de reflexão, parte da literatura internacional opera com a noção de Intimate partner violence (IPV), mas devemos estar alertas para a inexistência de uma definição consensual do que seja a violência contra mulher e os modos como ela pode ser analisada (DEBERT & GREGORI, 2016; DEKESE-REDY & SCHWARTZ, 2011; MOURÃO, 2014; PASINATO, 2011, 2014; SOARES, 2012; VASCONCELLOS, 2014; PORTELLA & RATTON, 2015). Tal complexidade nos obriga na pesquisa em comunicação, em especial com temáticas do jornalismo, a cuidados extras no modo de aproximação para estudar esses fenômenos e requer uma cuidadosa avaliação da repercussão sobre os métodos, em especial, da ética na pesquisa (BENDER, 2017) ao lidar com a experiência subjetiva daquelas e daqueles envolvidas/os nesse quadro de violência.

Diante de uma situação social tão delicada, o modo como o desenho metodológico foi mobilizado em nossa prática de pesquisa produziu um conjunto de questões epistemológicas paradoxais na aproximação entre comunicação e violência de gênero. Em alguma medida nos vimos em vários momentos diante do desafio de operar tanto com a ideia de uma “ilusão referencial” dos relatos acerca da violência contra a mulher quanto com certa “inocência” epistêmica nas formas do conhecer, ao mesmo tempo da comunicação jornalística e da prática de pesquisa. A premissa inicial de evitar que os relatos que tratassem da violência contra mulher fossem vistos como representações – como modos de falar do que ocorre na sociedade ou como relatos que trazem indícios da experiência social – se apresentou constrangida por limites evidentes acerca das formas de saber (e não-saber) a violência de gênero na interface com a comunicação.

Neste capítulo, desenvolvemos ainda alguns apontamentos em torno de duas dimensões mais evidentes desses limites: a produção dos “dados”, o saber da pesquisa e o saber jornalístico; a violência das textualidades emergentes e o afetar e o ser afetado na prática de pesquisa. Esses apontamentos, propositalmente não conclusivos, são elaborados a partir de um objetivo duplo: refletir sobre as escolhas metodológicas e suas consequências, indicando também alguns pontos de reflexão sobre os

resultados obtidos. Defendemos, aqui, diante dos desafios que envolvem a pesquisa de gênero em Comunicação, que as reflexões metodológicas incidem não apenas sobre o fenômeno ou o “caso” escolhido, nem servem como suporte para demonstração “concreta” de perspectivas teóricas. Elas envolvem necessariamente, a nosso ver, uma reflexão sobre a Comunicação, com a conseqüente escolha e/ou recusa e/ou exploração de modos de abordagem existentes, e um respeito ético à complexidade do fenômeno, inclusive em relação a percepções e conceitos aparentemente estabilizados. Nessa perspectiva, o contato empírico com diferentes realidades e dimensões de um problema social multifacetado tem um forte caráter problematizador do que é tido como “já sabido” ou estável em alguns estudos em Comunicação, como buscaremos indicar.

Um elemento articulador da proposta metodológica desenvolvida é a noção de experiência, fundamental para os esforços de superação de uma abordagem tipicamente midiacêntrica e linear do processo comunicacional. Assim, a pesquisa não se constituiu como uma típica “análise de cobertura” jornalística (SILVA, 2011), uma vez que, como dissemos, importava-nos o que era dito nas mídias informativas não como “sintoma” de uma fala social, mas como a materialização da ação de agentes sociais que incidia tanto nos acontecimentos narrados quanto, ao menos potencialmente, na vida de leitoras, leitores, expectadoras, expectadores, ouvintes, internautas. A caracterização dessa “percepção” mediática da violência de gênero necessitava ser cotejada, então, com a de outros agentes, no caso, jornalistas, mulheres agredidas e homens agressores. “Experiência” é um termo cada vez mais presente nos estudos em Comunicação, em geral em diálogo com perspectivas pragmatistas e/ou em articulação a reflexões sobre a experiência estética, os afetos e as textualidades (LEAL, GUIMARÃES, MENDONÇA, 2010; MENDONÇA, CARDOSO, DUARTE, 2016, LEAL, CARVALHO, ALZAMORA, 2017, entre outros). Sinteticamente, tomamos experiência como um agir/padecer no mundo no qual pensamento, percepções, concepções, sensações, afetos, emoções se dão de modo articulado. Como observa Tuan (1983), experiência “...significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O

que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento” (TUAN, 1983, p.16). Sem entrar nas já históricas polêmicas sobre o que é o específico do “comunicacional” entendemos que a comunicação é vivida cotidianamente como experiências concretas por pessoas, grupos e instituições, permitindo-nos, então, abordá-la a partir destas.

Nessa perspectiva, reconhecemos ser impossível capturar ou recompor qualquer experiência na sua multidimensionalidade, a não ser sob o risco de forte e indesejável reducionismo. A complexidade das relações de gênero, sexualidade e violência no Brasil sinaliza ainda mais para essa impossibilidade. Assim, operamos na pesquisa, tanto em relação ao material noticioso quanto às entrevistas, sob uma perspectiva indicial, fortemente sob inspiração de reflexões oriundas da História e da Filosofia da História (GINZBURG, 1989; RICOEUR, 2010). Para José Luiz Braga (2008), muito do que se faz em pesquisa em Comunicação tem um estatuto indiciário, já que são poucos os trabalhos de caráter nomotético (que visam leis gerais e regularidades abrangentes) entre nós. Menos que uma visada totalizante (sobre toda a cobertura jornalística, as percepções do conjunto de jornalistas e homens agressores, de todas as mulheres), portanto, buscamos recolher indícios que nos permitiram caracterizar aspectos de uma realidade mais ampla, com o cuidado necessário de distinguir o que é acidental (ou circunstancial) e o que é “essencial” ou relevante. Um outro cuidado é também ele inerente à assunção de uma pesquisa com índices e diz respeito aos limites impostos a potenciais generalizações. Renunciar à totalidade é, dessa forma, abdicar de produzir generalizações amplas e assumir a pesquisa em seu caráter exploratório e problematizador. Ao fazermos isso, por fim, não nos filiamos – ao menos não de modo típico – à proposição de um estudo de caso (BRAGA, 2008). Ainda que tenhamos como referência um fenômeno (a violência de gênero), não o tomamos a partir nem de um caso único nem de um dispositivo interacional (BRAGA, 2015). A composição metodológica que propomos partiu, como se vê, de um forte compromisso com a realidade empírica, que de antemão foi reconhecida como maior e mais diversa que o gesto de pesquisa que

propusemos, levando, portanto, a um posicionamento acerca da Comunicação e a adoção experimental e reflexiva de procedimentos de investigação.

### **O não saber dos relatos jornalísticos**

O conjunto de dados gerais abriu a nosso ver um campo bastante amplo de questões sobre o agir midiático e jornalístico e sobre a violência de gênero. Análises como as empreendidas, com diversidade de mídias e o alcance temporal alargado, permitiram vislumbrar tendências mais gerais do jornalismo na cobertura noticiosa, tanto em suas dimensões regionais, quanto nacionais. Em especial ficaram nítidas as dificuldades das diferentes plataformas em tratar as violências físicas e simbólicas contra mulheres como componentes das relações de gênero. Deparamo-nos, portanto, com uma “fala midiática” sobre violência de gênero que pouco dialogou com as experiências de homens agressores e mulheres vítimas de violência. Assim, a ideia de um *mesmo* fenômeno, que poderia inclusive ancorar a “ilusão referencial” e o princípio realista que é frequentemente associado ao fazer jornalístico, se mostra inválida ou em xeque.

O jornalismo, ao construir suas narrativas, opera um gesto de querer saber essas mortes que indica os modos de inteligibilidade a partir dos quais as compreende. A narrativa noticiosa e o fazer jornalístico direcionam perguntas ao mundo de referência, aos eventos violentos, ofertando pistas acerca das lentes a partir das quais conferem certo tipo de visibilidade à violência contra a mulher, ainda que não necessariamente a reconhecendo como tal. Muitas vezes, tais relatos ignoram a trajetória realizada pelas mulheres quando buscam ajuda. Ao primeiro amparo oferecido por familiares, vizinhas, vizinhos, amigas e amigos, se apresenta em seguida uma rede de serviços marcada por não oferecer proteção efetiva a possíveis retaliações dos agressores e ampliar os sentimentos de culpa e vergonha experimentados pela vítima – o que a literatura especializada tem chamado de “rota crítica” (SAGOT, 2000), em que é comum o estabelecimento de processos de revitimização, sobretudo nos serviços assistenciais e naqueles ligados a polícia e serviços judiciais. Nesse momento, pelo tipo de cobertura que vem realizando, cons-

tatamos que o jornalismo tem atuado como parte dessa “rota crítica”. As narrativas jornalísticas passam ao largo em incorporar a compreensão dos fatores que impedem que as mulheres deixem o ciclo de violência, tanto os chamados fatores internos – os sentimentos envolvidos na situação – quanto aqueles externos – que versam sobre o modo como socialmente tais questões são reconhecidas. Tem-se uma percepção de que o problema das mulheres em situação de violência reporta algo de natureza “privada”, que não concerne ao debate e solução pública.

Dessa forma, os regimes de visibilização que organizam os relatos jornalísticos só podem ser compreendidos se admitirmos que visibilidade pode ser uma forma de não-saber acerca do mundo, um *modo de conhecer redutor* a alguns de seus aspectos e dimensões. Nessa experiência organizada jornalisticamente *não se aprende a ser afetado* pelo mundo e não se põe em questão como *representar a vida de outros*. A referencialidade retorna como grande problema, que não há como ser enfrentado através de modos tradicionais de apreender o fazer jornalístico, seja através de critérios de qualidade (se se trata de um “bom” ou “mal” jornalismo), seja na adoção de pressupostos acerca do seu “modo de conhecimento” e dos princípios supostamente organizadores de um jornalismo noticioso “moderno”. Parece-nos que a não problematização da violência de gênero faz problema ao jornalismo, em suas reduções das complexidades do mundo e suas a princípio estáveis âncoras (auto) legitimadoras.

### **(Re)aproximações a uma realidade complexa**

A aproximação com os relatos jornalísticos reforçou uma compreensão de que eles, metodológica e empiricamente, não poderiam ser confundidos com as experiências de outros agentes vinculados à violência de gênero. Para além da ilusão referencial, isso implica dizer que evitamos entender o texto impresso como um amontoado de informações inertes para tomá-lo como experiência e como parte de uma rede textual, como um lugar instável de inscrição e de articulação de outros textos, que se reformula a cada ato de leitura. Assim, se tomados como formas de “texto etnográfico que não precede ao trabalho do pesquisador, mas emerge exatamente com ele” (LEAL, 2018, p.29), como



pensar que a violência também emergja nas textualidades postas em perspectiva? As pesquisadoras e os pesquisadores, em alguma medida, não apenas fazem ver a violência de gênero, mas a permitem existir para que dela possam se aproximar.

No desenho da pesquisa intuímos que a abordagem da violência contra as mulheres no jornalismo deveria dar conta de um emaranhado de elementos textuais, de atrizes, atores, processos, linguagens que se articulariam de forma complexa em relatos agenciados em diferentes instâncias. A maneira de produzir esse conhecimento sinalizou que processos específicos, relações contingentes e emergências deveriam levar em conta uma imersão e enredamento com a pesquisa que procuraram ser alcançados por meio do trabalho de campo com entrevistas. Não se tratava de um desenho de pesquisa de recepção, mas tampouco do mapeamento de representações em torno da violência contra mulheres assinalada nos relatos das plataformas midiáticas. O que seriam então os “dados” nesse caso? Inicialmente, pareceu-nos que poderíamos responder tal indagação ao estar com as atrizes e com os atores, mas avançando em meio àquela realidade, *abrindo e abrindo-se* às diferentes perspectivas acerca do fenômeno, muitas vezes pouco confortáveis às premissas ideológicas e morais de quem promovia a prática de pesquisa.

Nesse sentido, os trabalhos de campo nas entrevistas e grupos trouxeram dimensões pouco exploradas no desenho inicial. A adequada compreensão do fenômeno estudado teve uma de suas facetas na investigação e entendimento do modo como mulheres agredidas e homens agressores significam essa violência que se estabelece nesse relacionamento estruturado na violência de gênero. Não negligenciar as vozes das mulheres vitimadas, sobreviventes de um permanente risco de feminicídio, e examinar como se constitui o ponto de vista do homem agressor, a nosso ver permitiria um entendimento da violência em sua dimensão relacional, crucial para a compreensão dos quadros midiáticos de abordagem do assunto.

Partimos da compreensão de que as diferentes interpretações que mulheres e homens envolvidas/os em situação de violência constroem sobre tal situação são fundamentais para o quadro de significação que socialmente irá se estabelecer acerca de tais fenômenos, em especial

quando alcançam o ambiente das mídias informativas. Assim, a entrevista e o acompanhamento de atividades de discussão dessas mulheres e homens permitiriam explorar formas de construção da inteligibilidade de tal violência pouco compreendidas quando a pesquisa se detém nas formas de ocorrência dos crimes, no modo como o jornalismo reporta tais acontecimentos.

A questão, contudo, é que tais abordagens, inicialmente, ainda que de modo não explícito, mantinham-se na condição de instrumentos *complementares* para a análise pretendida – ampliar a compreensão dos elementos mobilizados em narrativas jornalísticas – e mostraram-se de fato cruciais para auxiliar na compreensão de dimensões de experiências individuais e coletivas não dissolvidas em formas narrativas cristalizadas, mas potencializadas em seus elementos da cotidianidade, ética, moral e humana. No esforço de “captar a maneira do outro vivenciar o mundo”, de forma a não produzir julgamento ou impor impressões que não fossem do interesse das entrevistadas e dos entrevistados, mostramos que a maior parte dos desafios éticos e epistemológicos com as entrevistas tenha surgido ao longo da interação com as e os participantes, quando não claramente *a posteriori*, no momento da avaliação pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores e da divulgação dos resultados. Nesse sentido, apareceram como elementos inovadores, mas analiticamente pouco explorados nas comunicações de pesquisa.

No que concerne ao universo de jornalistas e sua relação com os relatos publicados foi possível concluir que o componente cultural profissional aparece como diretamente responsável pela contradição e fragilidade no enfrentamento ao machismo, tema não assinalado e não debatido na produção jornalística analisada. As chaves do “crime passionai”, de questões domésticas/privadas ou isoladas e a desumanização das e dos protagonistas da situação de violência de gênero são fortes e estruturam a percepção de jornalistas profissionais. Acabamos tangenciando fortemente, por meio das falas das e dos profissionais, o papel das instituições e crenças como explicativas das práticas profissionais, atentos principalmente à reflexividade discursiva desses agentes em relação ao seu fazer. Demos conta do que eles dizem em relação ao jornalismo e inferimos o que eles fazem em relação ao jornalismo. Nos perguntamos, então, em

que medida, quando pensamos no relato jornalístico, tomando como referência as conversas com as e os profissionais, ele não estava “informado” *por um cotidiano das práticas pensadas como uma disjunção entre o pensar, sentir e perceber?* Permanecia, em relação às e aos jornalistas, uma não declarada ingenuidade de que o jornalismo implica um conhecimento não cotidiano que quer sempre conhecer algo sistematicamente (ainda que de forma insuficiente, com erro etc.). No entanto, parece-nos que a prática jornalística implicaria lidar com as questões éticas relativas ao uso adequado de histórias altamente pessoais e às formas de visibilidade que podem levar à promoção de novas violências, para além dos protocolos, percepções e interlocuções institucionalizadas e rotineiras.

Com isso, aspectos das práticas, ou do saber nas práticas, poderiam ser tematizados sem buscar a “explicação” por parte de jornalistas profissionais, mas reiterando a circularidade contraditória na compreensão do fenômeno. Um dos principais aspectos identificados nos relatos jornalísticos é a maneira como os crimes são nomeados nas notícias, que carregam já uma interpretação, que em muitos casos relativizam a gravidade da violência cometida. Ou o modo como os relatos reforçam e questionam estereótipos, a depender do cuidado (ou falta de) como os casos são abordados, nas diferentes camadas do texto: a performance das apresentadoras e dos apresentadores no caso da televisão, o foco das matérias, a imagem das vítimas, a escolha das fontes, dentre outras. Isso permite dar consequência à compreensão permitida pelo movimento analítico da pesquisa de que, ao mesmo tempo em que há uma violência de gênero que antecede as matérias, há uma que se consuma e se desdobra nos diferentes elementos a constituir os relatos. Da mesma forma, isso nos levaria a por em questão o próprio interesse em relatar os casos de violência contra mulher.

O estar em campo se apresentou insuficiente para lidar com a ordem de questões que emergiram também na “triangulação” com a fala de mulheres vítimas de violência e agressores. Respondemos às necessidades de organização do trabalho, mas sem avançar suficientemente nas questões epistêmicas que tais situações traziam. As entrevistas, se não pretendiam funcionar como uma espécie de negativo da cobertura jornalística de violência de gênero contra a mulher, em sua dimensão

cotidiana, mostraram que outras dimensões atravessavam as falas e não foram devidamente consideradas. Estávamos *com* as e os informantes, mas precariamente *em meio* a elas e a eles. Nesse sentido, um conjunto de desafios metodológicos e éticos específicos, a posteriori ganharam uma relevância não antevista. Saltou aos olhos a questão do corpo, dos atores e dos pesquisadores, e o peso que ele tem na discussão da violência de gênero. As experiências de violência, de natureza altamente estigmatizante, diziam respeito ao corpo de modo distinto e implicando em diferentes vulnerabilidades, para pesquisadoras e pesquisadores e para agredidas e agressores, interferindo fortemente como elemento modulador da relação estabelecida. Por ele passavam a disponibilidade e a disposição de pesquisadoras, pesquisadores e informantes em perguntar/falar/reconhecer situações de violência e um evento traumático. Como os corpos se comportaram no momento da entrevista? Postulamos uma expressão corporal inicialmente “neutra”, mas demonstrando interesse. Que performance seria essa? Em alguns episódios emergiu certa consciência da gravidade do que aconteceu, por exemplo com as mulheres agredidas. Ocorreram choros ou reações inesperadas, de entrevistadas e entrevistadoras. Quais as atitudes esperadas? Qual o desconforto com a nossa presença? Qual a empatia/afetação esperada e efetivada na conversa com os homens agressores?

Quando definimos o *corpus*, definimos o ideal. Assim, a entrevista deveria mostrar algum nível de consciência acerca da violência, de difícil percepção pela vítima, e até que ponto as diferentes dimensões de violência seriam percebidas pela mulher e articuladas em seu cotidiano. Sem possibilidade de prever o que será dito, uma *dimensão performativa* na abordagem foi pouco tematizada por nós. Qual a biografia a ser retomada? Se indagamos ao jornalismo, vale também para a pesquisa: quais legitimidades para narrar e como e onde apresentar tais histórias? Do mesmo modo, o problema da linguagem, ou do universo convocado para tematizar a violência. O quão sensíveis eram os tópicos abordados? Falar de abuso sofrido ou cometido, com quem, diante de quem, que implicações imagina-se ter? O que é a referencialidade que se produz nesse quadro, quando fala-se de violência muitas vezes sem expressões diretas, ou por vezes modulando aspectos aparentemente inexprimíveis?

Essas questões – e outras que apresentamos ao longo deste artigo – surgem como resultados potentes da pesquisa, tanto em função das suas bases teóricas (em torno da experiência e da perspectiva indicial) quanto do contato empírico com textualidades midiáticas, jornalistas, mulheres vítimas de violência e homens agressores. O constructo metodológico que propomos certamente é questionável e não se constituiu num “porto seguro” diante dos desafios impostos pela pesquisa e pela dinâmica social que abordamos. Essa insegurança nos parece, agora, vital para as pesquisas em Comunicação. Se os estudos em Comunicação ainda são pouco “institucionalizados”, se as teorias e estudos de gênero e de sexualidade também são, em certa medida, indisciplinados, o lugar seguro talvez seja o mais arriscado e o menos feliz. Parece-nos que são exatamente a insegurança e a dinamicidade que alimentam a potência teórica, metodológica e conceitual das pesquisas na interface em Comunicação, Gênero e Sexualidade, ou seja, os problemas que nos trazem, os incômodos e deslocamentos que impõem.

## Referências

- BENDER, A. K. Ethics, Methods, and Measures in Intimate Partner Violence Research: The Current State of the Field. **Violence Against Women**, v. 23, n. 11, p. 1382–1413, 4 out. 2017.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008.
- BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. **Matrizes**, ano 4, n.1, jul/dez, p.65-81, 2010.
- CHABAUD-RYCHTER, Danielle et al. **O gênero nas ciências sociais**. São Paulo: Unesp, 2014.
- DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Conceptualising violence and gender in the Brazilian context: New issues and old dilemmas. **Feminist Theory**, 28 abr. 2016.
- DEKESEREDY, W. S.; SCHWARTZ, M. D. Theoretical and Definitional Issues in Violence Against Women. In: RENZETTI, C. M.; EDLESON, J. L.; BERGEN, R. K. (Eds.). **Violence Against Women**. London: Sage Publications, 2011. v. 9p. 3–22.

DENZIN, N. K. The reflexive interview and a performative social science. **Qualitative Research**, v. 1, n. 1, p. 23–46, 1 abr. 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Edipucrs, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEAL, B. S.. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ALZAMORA, Geane. (Org.). **Textualidades Midiáticas**. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018, v. 1, p. 17-34.

LEAL, B. S.; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. El acontecimiento como contenido de las noticias: repensando una metodología. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, v. 1, p. 384-398, 2012.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A.; ALZAMORA, G. (Org.). **Textualidades Mediáticas**. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018. v. 1. 172p.

LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos; GUIMARÃES, César. **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 23, n. 2, 2016.

MENDONÇA, Carlos. M. C.; CARDOSO FILHO, J.; DUARTE, E. (Org.). **Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas**. 1. ed. Belo horizonte: Selo PPGCOMUFMG, 2016. v. 100. 240p.

MOURÃO, B. M. Violência contra a mulher: conceito válido? In: RATTON, J. L.; LIMA, R. S. DE; AZEVEDO, R. G. DE (Eds.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 285–292.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 219–246, dez. 2011.

PASINATO, W. Violência contra a mulher: segurança e justiça. In: RATTON, J. L.; LIMA, R. S.; AZEVEDO, R. G. DE A. (Eds.). **Crime**,

**Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 277–284.

PORTELLA, A. P.; RATTON, J. L. A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres. **Contemporânea**, v. 5, n. 1, p. 93–118, 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** 3v. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina:** estudios de caso de diez países. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SOARES, B. M. A 'conflitualidade'conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, p. 391–210, 2012.

VASCONCELLOS, F. B. DE. Delitos de proximidade e violência doméstica. In: RATTON, J. L.; LIMA, R. S.; AZEVEDO, R. G. DE A. (Eds.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 293–298.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983





## | Glossário

**Crime de proximidade:** refere-se a crimes cometidos em contextos de associação e convívio cotidiano entre vítima e agressor (a), temporários ou permanentes. Além de relações de parentesco e conjugalidade, inclui, também, vizinhos, colegas de trabalho, escola, e religião, prestadores de serviços diversos (entregadores de comida, atendente de padaria, operadores de transporte coletivo etc.), agentes de segurança pública, dentre outros. O conceito alarga a ideia de violência doméstica/familiar, comumente entendida como praticada por pessoas pertencentes diretamente a esse núcleo. A Lei Maria da Penha tipifica como crime violências física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

**Crime passionai:** O termo “crime passionai” pressupõe que as condições e circunstâncias do episódio de agressão resultam de “violenta emoção”, muitas vezes vinculada à expressão de uma paixão, de um amor e da impossibilidade da realização da relação frente à continuidade desses sentimentos, principalmente do ponto de vista do agressor. A expressão conduz ao entendimento de que a paixão deve ser tomada como justificativa para o gesto de violência e, assim, as outras possíveis condicionantes do ato são desconsideradas. De acordo com Borges (2011), quando se exclui outras explicações plausíveis (psicológicas,

criminais etc.) e ao operar na simplificação e redução do gesto criminoso ao argumento da paixão, “ele se torna um crime cometido por uma pessoa dita “normal”, mas excedido, ultrapassado pela paixão. Assim, a gravidade do gesto é atenuada, como se todo ser humano, em uma situação similar de exacerbação de uma força passional irresistível e comum a todos, pudesse efetivamente cometer o mesmo tipo de gesto”. Desde 1971 o crime passional deixou de gozar de reconhecimento legal, embora se mantenha como uma referência cultural tanto na conversação social, quanto na construção das narrativas midiáticas sobre crimes de proximidade que envolvam parceiros íntimos. Não raro, a noção de crime passional orienta extrajudicialmente decisões de juízes. Teórica e metodologicamente, a noção de crime passional desconsidera as relações de gênero como dinâmicas motivadoras dos assassinatos.

**Culpabilização da vítima:** refere-se ao processo no qual a culpa por algum ocorrido é atribuído à mulher que já foi violentada física e/ou simbolicamente. Ocorre de maneiras explícitas ou sutis, servindo para atenuar a responsabilidade de agressores e reforçar lugares e papéis de gênero na sociedade. Ao perguntar (e muitas vezes responder) “o que ela fez para merecer isso?” ou “o que ela fez que o levou a fazer isso?”, a culpabilização da vítima atualiza um imaginário social, de fundo moral, integrado também por noções como “crime passional”, no qual a mulher se torna causa e agente da agressão sofrida e impetrada por outros.

**Estupro:** Uso e/ou abuso do corpo de outra pessoa sem que esta participe com intenção ou vontade compatíveis. O estupro tem como característica principal o aniquilamento da vontade da vítima, cuja condição é significada pela perda do controle sobre seu corpo e pelo agenciamento do mesmo pela vontade do agressor. O estupro assume características de perversidade como tipo de violência por conjugar em um único ato a dominação física e moral do outro.

**Feminicídio:** Segundo o Código Penal brasileiro, a partir da assinatura da Lei Nº 13.104 pela presidenta Dilma Rousseff em 2015, feminicídio é um homicídio “praticado contra a mulher por razões da condição

de sexo feminino”, no qual há violência doméstica e familiar e “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Aqui, entendemos o feminicídio de maneira mais complexa, não como um fato isolado na vida das mulheres vitimadas, e sim como um “ponto final de um *continuum* de terror, que inclui abusos verbais e físicos e uma extensa gama de manifestações de violência e privações a que as mulheres são submetidas ao longo de suas vidas” (RUSSEL e CAPUTTI apud PASINATO, 2011, p. 224).

**Feminilidades:** conjunto de construções sociohistóricas que são performadas de maneiras plurais, relacionadas com o que convencionalmente é estabelecido enquanto “feminino”. Embora em um primeiro momento possa se associar aos corpos de mulheres, as feminilidades são percebidas como expressões de gênero que não se dão em função de um corpo biológico, mas que nele são encarnadas, repetidas e/ou modificadas.

**Homens Autores de Violência (HAV):** o termo Homens Autores de Violência (HAV), quando aqui utilizado, refere-se aos homens que são perpetradores de violências simbólica e física contra mulheres com as quais esses possuem uma relação de proximidade.

**Machismo:** conceito utilizado para designar a hierarquização e valorização de atributos tidos como masculinos em detrimento de femininos. Manifesta-se física e simbolicamente em práticas que criam e/ou atualizam lugares inferiores e escassos de direitos para mulheres. Diz de um fenômeno cultural e histórico, entendido atualmente como estruturante das interações sociais.

**Masculinidades:** as masculinidades são aqui tomadas como categorias políticas instituídas, consolidadas e disputadas. Elas não são estáveis ou fixas mas, ao contrário, são diuturnamente produzidas, fabricadas e performatizadas tanto em nível coletivo quanto individual. Do mesmo modo como não se pode pensar o gênero como algo isolado, faz-se importante observar que não haveria apenas uma masculinidade, mas

múltiplas, atravessadas por questões como etnia, classe social e orientação sexual. Há estudos que propõem termos como “masculinidades hegemônicas”, “masculinidades subalternas”, “masculinidades tóxicas” e outras variáveis, indicando as dificuldades conceituais implicadas nas tentativas de compreensão destes termos.

**Misoginia:** pode ser entendida como uma gramática das relações sociais que tem o ódio ou o desprezo pelas mulheres como conformadores das relações. Mesmo em relações de proximidade, a misoginia marca, não só a hierarquia entre homem e mulher, mas a aversão ao feminino e às feminilidades, em suas diferentes dimensões (corporais, afetivas, comportamentais etc.).

**Parceiro/a íntimo/a/afetivo/a:** refere-se à pessoa com quem se mantém relações de afeto, intimidade e/ou sexual, independente de união formal ou coabitação, como namorado (a), ex-namorado (a), cônjuge, ex-cônjuge, companheiro (a), ex-companheiro (a). Abarca tanto relações atuais quanto terminadas, nas quais ainda haja algum tipo de vínculo entre ambos. Em diversos estudos sobre violência contra a mulher, o termo é incorporado à sigla VPPI (Violência Provocada por Parceiro Íntimo). Parceiro, parceiro conjugal, parceiro afetivo-sexual e parceiro íntimo-afetivo são alguns termos similares ou matizados utilizados para designar tais tipos de relação.

**Relação de confiança/proximidade:** refere-se a relações em que a vítima tenha algum tipo de vínculo de confiança e/ou proximidade com o (a) agressor (a), permanente ou temporário, podendo ser ele (a) tanto um (a) parceiro (a) íntimo quanto (a) um parente, amigo, vizinho, prestador de serviço, professor, policial etc. Entende-se confiança, nesse caso, não como algo pessoal, e sim como uma componente fundamental à convivialidade social, em seus diferentes âmbitos (familiar, urbano, profissional etc.). O conceito foi desenvolvido, nessa pesquisa, de forma complementar ao de crime de proximidade e, como ele, tem o objetivo de ampliar o escopo de relações e formas de violências aparentemente exclusivas ao âmbito doméstico/familiar.

**Relações de gênero:** dimensão estruturante das relações sociais, que organizam corpos, prazeres, afetos, convivialidades, parcerias e identidades, compreendendo-as a partir de relações políticas, jogos de poder e disputas de sentidos. Em países ocidentais e outros têm como base a heteronormatividade como organização das diferenças socialmente construídas entre os sexos. Ou seja, dizem das maneiras como as relações e as possibilidades de vivências das pessoas resultam de construções e papéis sociais estabelecidos pelo binário feminino/masculino, ainda que a pessoa em questão não se enuncie dentro das categorias de sexualidade e desejo prescritos pela lógica heteronormativa. As relações de gênero são organizadas, mantidas, mas também questionadas, a partir de bases culturais e comportamentais, não se manifestando de forma idêntica em sociedades distintas, assim como estão sujeitas às transformações ao longo dos processos histórico-sociais. Chamamos atenção para que, mesmo que seja relevante como movimento teórico/metodológico, as relações de gênero não devem ser compreendidas como compartimentações estanques de determinadas problemáticas que atravessam as relações e a organização do social. Ao contrário, para que operacionalize o olhar e o consequente entendimento das formas pelas quais as relações de gênero estruturam certas dimensões das vivências partilhadas e individuais, é imperativo que se convoque seus atravessamentos com outras dimensões, como, por exemplo, as de raça e classe. As relações de gênero são potencialmente marcadas por múltiplas formas de violências físicas e simbólicas

**Violência contra a mulher:** por violência contra a mulher tomamos, neste livro, toda a extensa gama de agressões às quais as mulheres estão expostas ao longo de suas vidas em decorrência dos papéis de gênero socialmente atribuídos e atualizados. Entendemos, aqui, a violência contra a mulher como ocorrências motivadas pelo gênero, em uma dimensão sistemática e estrutural, por conta das assimetrias de poder constituintes da vida social, abarcando agressões físicas, sexuais, psicológicas, verbais, simbólicas, patrimoniais e de outras ordens que acometem mulheres por sua condição de mulher em uma sociedade binária, machista, misógina e patriarcalista.

**Violência doméstica:** Em geral, o termo refere-se à violência contra a mulher circunscrita no espaço doméstico, de convivência do núcleo familiar. O termo, apesar de recorrente na vida cotidiana e por isso mesmo explorado neste livro, mostra menos a dimensão sistemática das agressões do que “violência contra a mulher”, uma vez que pode levar ao equívoco de considerar que as violências cometidas por figuras de proximidade e confiança social só ocorrem dentro de casa, quando as mulheres estão expostas a agressões sexistas em todos os ambientes nos quais socializa. O termo traz embutido em si o risco de apagar e/ou atenuar as violências no âmbito doméstico contra mulheres, retirando-lhes a motivação pelas relações desiguais e hierarquizantes de gênero.

### Fontes

BORGES, Luciene Martins. Crime passional ou homicídio conjugal? **Psicol. rev.** (Belo Horizonte) vol.17 no.3 Belo Horizonte dez. 2011.

GOMES, Talita; *et al.* Avaliação da interface dos diferentes tipos de violência provocada pelo parceiro íntimo contra a mulher. **Rev Med Minas Gerais**, n. 26, 2016.

MORAES, Maria do Socorro; *et al.* Violência por Parceiro Íntimo: Características dos Envolvidos e da Agressão. **PSI Unisc**, n.2, 2018.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. In: **Dossiê “Violência contra as mulheres”**. Instituto Patrícia Galvão, 2015. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contras-as-mulheres/#ha-um-perfil-de-vitima-e-um-de-agressor>>.

MARTINS, Moisés Lemos; CARVALHO, Carlos Alberto. Crimes de proximidade contra mulheres em relações de gênero: dimensões políticas de um problema no Brasil e em Portugal a partir da cobertura jornalística. In: PRIOR, Hélder; *et al.* **Diálogos lusófonos em comunicação e política**, 2016.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>.

SEGATO, Rita Laura. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez**. 1a.ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

## | Sobre os autores

ATOS BARBOSA é graduando no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista de Iniciação Científica, com atuação na pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico.

BÁRBARA CALDEIRA é jornalista, mestra e doutoranda junto ao PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas, sob orientação do professor doutor Elton Antunes. É integrante do Grupo de Pesquisa Historicidade das Formas Comunicacionais (ex-press).

BRUNO SOUZA LEAL é professor titular do Departamento de Comunicação e do PPGCOM/UFMG. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais. Doutor em Literatura Comparada, Mestre em Teoria da Literatura e bacharel em Comunicação (Jornalismo) pela UFMG

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO é professor associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comuni-

cação. Integra Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência; Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutor pela Universidade do Minho, Portugal.

DALILA COELHO é graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018). Foi bolsista de Iniciação Científica, com atuação na pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico.

ELTON ANTUNES é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador permanente do PPGCOM/UFMG . Dedicase às pesquisas em torno do jornalismo. Foi coordenador de comunicação do Projeto Manuelzão, ação de extensão da UFMG (2002/2013). Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG (2014-2016) . Integra o Grupo de pesquisa em historicidades das formas comunicacionais (ex-press), é pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência, ambos da UFMG.

FELIPE BORGES é doutorando e mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. Bacharel em Comunicação Social pela mesma instituição, com habilitação em Jornalismo. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência.

FELIPE VIERO KOLINSKI MACHADO MENDONÇA é professor adjunto do Departamento de Jornalismo (DEJOR) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM UFOP). É Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É Mestre em Ciências da Comunicação também pela UNISINOS. É jornalista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integra os grupos de Pesquisa Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência (UFMG) e o Ponto: afetos, gêneros, narrativas (UFOP).



GABRIELA FILIPPO é graduada em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela na UFMG. Fez parte da equipe da pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico.

HELENA ANTUNES é graduanda no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista de Iniciação Científica, com atuação na pesquisa Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico.

IGOR LAGE é doutorando junto ao PPGCOM// UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. Mestre e bacharel em Comunicação Social (habilitação Jornalismo) pela mesma instituição. Integra o núcleo de estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência.

ISABELLE CAROLINE DAMIÃO CHAGAS é jornalista e mestre em Comunicação Social pelo PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. Graduada em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela mesma instituição (2017). É integrante dos grupos de pesquisa “Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência” e “Ex-Press - Grupo de pesquisa em historicidades das formas comunicacionais”.

JOSÉ HENRIQUE PIRES AZEVÊDO é mestre pelo PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. Graduado em Comunicação Social pela mesma Universidade.

JOSÉ TARCÍSIO OLIVEIRA FILHO é professor Adjunto do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Roraima. Doutor em Comunicação pelo PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. Mestre pelo PPGCOM/UFJF. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFV/2009 Líder do Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: jornalismo, migrações e audiovisual, certificado pela UFRR no diretório de grupo de pesquisas do CNPq. É integrante da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (Rede Telejor).

JULIANA SOARES GONÇALVES é doutoranda pelo PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. É mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduou-se em Jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH) e em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais.

PATRICIA PRATES é mestranda no Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Graduou-se em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFMG em 2018. Foi membro do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência, compondo a pesquisa Narrativas de um Problema Cotidiano: a Violência de Gênero e o Testemunho Jornalístico (2015 - 2018).

PELLIPY JÁCOME é professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG) na linha de Textualidades Midiáticas. Doutor em Comunicação Social pela UFMG. Mestre e bacharel em Comunicação (habilitação Jornalismo) pela mesma instituição. Pesquisador do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: narrativa e experiência.

RAFAEL JOSÉ AZEVEDO é professor assistente no Curso de Cinema e Audiovisual do Centro Universitário Una em Belo Horizonte. Doutor em Comunicação PPGCOM// UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. Mestre e Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Minas Gerais.

VERÔNICA SOARES DA COSTA é jornalista, graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF - 2007), Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC / FGV - 2011) e doutora em Comunicação pelo PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Mediáticas. Membro do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais e do Afetos, grupo de pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades.



**BRUNO SOUZA LEAL** é professor titular do Departamento de Comunicação e do PPGCOM/UFMG. Integra o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais. Doutor em Literatura Comparada, Mestre em Teoria da Literatura e bacharel em Comunicação (Jornalismo) pela UFMG

**CARLOS ALBERTO DE CARVALHO** é professor associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Integra Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência; Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutor pela Universidade do Minho, Portugal.

**ELTON ANTUNES** é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador permanente do PPGCOM/UFMG . Dedicou-se às pesquisas em torno do jornalismo. Foi coordenador de comunicação do Projeto Manuelzão, ação de extensão da UFMG (2002/2013). Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG (2014-2016) . Integra o Grupo de pesquisa em historicidades das formas comunicacionais (ex-press), é pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência, ambos da UFMG.

Esta coleção agrupa obras resultantes de parcerias e cooperações acadêmicas entre o PPGCOM-UFMG e outras universidades nacionais e internacionais, cujos projetos deram origem a textos comuns, abordagens cruzadas e aproximações conceituais marcadas pelo delicado jogo das dissonâncias.